

Cenários Geográficos

reflexões e enfoques

2ª Edição

Zenilde Baima Amora
Luiz Antonio Araújo Gonçalves
(Org.)

Adelita Neto Carleial
André Camanguira Nguiraze
Anna Emília Maciel Barbosa
Camila Freire Sampaio
Cleuton Almeida da Costa
Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro
Diego Gadelha de Almeida
Fábio de Oliveira Matos
Fábio Perdigão Vasconcelos
Flávio Rodrigues do Nascimento
Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa
Jáder Onofre de Morais
José Meneleu Neto
Keane Barroso de Carvalho
Lidriana de Souza Pinheiro
Luiz Antonio Araújo Gonçalves
Luiz Cruz Lima
Luzia Neide M. T. Coriolano
Marcos José Nogueira de Souza
Maria Daniely Freire Guerra
Maria Elizabeth de Castro
Marisa Ribeiro Moura
Paulo Massey Saraiva Nogueira
Paulo Valdenor Silva de Queiroz
Rosilene Aires
Zenilde Baima Amora

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR

Dárcio Ítalo Alves Teixeira

EDITORA DA UECE

Cleudene de Oliveira Aragão

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes	Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	Luiz Cruz Lima
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso	Manfredo Ramos
Francisco Horácio da Silva Frota	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco Josênio Camelo Parente	Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes	Maria Salete Bessa Jorge
Liduina Farias Almeida da Costa	Silvia Maria Nóbrega-Therrien

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Torres Montenegro UFPE	Maria do Socorro Silva Aragão UFC
Eliane P. Zamith Brito FGV	Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça UNIFOR
Homero Santiago USP	Pierre Salama Universidade de Paris VIII
Ieda Maria Alves USP	Romeu Gomes FIOCRUZ
Manuel Domingos Neto UFF	Túlio Batista Franco UFF

Cenários Geográficos

reflexões e enfoques

2ª Edição
Fortaleza - CE
2021

Zenilde Baima Amora
Luiz Antonio Araújo Gonçalves
(Org.)

Adelita Neto Carleial
André Camanguira Ngiraze
Anna Emília Maciel Barbosa
Camila Freire Sampaio
Cleuton Almeida da Costa
Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro
Diego Gadelha de Almeida
Fábio de Oliveira Matos
Fábio Perdigão Vasconcelos
Flávio Rodrigues do Nascimento
Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa
Jáder Onofre de Moraes
José Meneleu Neto
Keane Barroso de Carvalho
Lidriana de Souza Pinheiro
Luiz Antonio Araújo Gonçalves
Luiz Cruz Lima
Luzia Neide M. T. Coriolano
Marcos José Nogueira de Souza
Maria Daniely Freire Guerra
Maria Elizabeth de Castro
Marisa Ribeiro Moura
Paulo Massey Saraiva Nogueira
Paulo Valdenor Silva de Queiroz
Rosilene Aires
Zenilde Baima Amora

Cenários Geográficos: reflexões e enfoques

© 2021 *Copyright by* Zenilde Baima Amora e Luiz Antonio Araújo Gonçalves (Org.)

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva do autor. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893
www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Coordenação Editorial

Cleudene de Oliveira Aragão

Diagramação

Narcélio Lopes

Capa

Fábio de Oliveira Matos

Revisão de Texto

João Vianney Campos de Mesquita

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cenários geográficos [livro eletrônico] : reflexões e enfoques / Zenilde Baima Amora e Luiz Antonio Araújo Gonçalves (org.). -- 2. ed.-- Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2021.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-85-7826-804-6
DOI: 10.35260/78268046-2021

1. Espaço geográfico 2. Geografia 3. Geografia - Ceará 4. Geografia urbana I. Amora, Zenilde Baima. II. Gonçalves, Luiz Antonio Araújo.

21-93258

CDD-918.131

Índices para catálogo sistemático:

1. Ceará : Geografia : Descrição 918.131

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

A todos que contribuem para a Geografia

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

A obra **Cenários Geográficos: reflexões e enfoques** reúne 14 capítulos, escritos por ex-mestrandos de Geografia em coautoria com seus respectivos orientadores. Resulta, portanto, do esforço coletivo, visando à exposição dos objetos de trabalho científico, ou seja, das dissertações em andamento, num dado momento da trajetória de jovens pesquisadores.

No ano de lançamento de sua primeira edição, 2009, os autores-alunos integravam a turma 2007 do Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, que passou a constituir o Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROPGEO, após a criação do Doutorado em 2010.

Passados mais de dez anos de sua publicação, ainda é frequente a procura pelo livro por parte de pessoas interessadas nas temáticas abordadas e nas orientações teórico-metodológicas adotadas nos diversos textos que o compõem. Estes, a propósito, conformam um conjunto de ideias focadas nas áreas de Geografia Física e Geografia Humana. E, não obstante visões distintas, têm em comum o fato de provirem de experiências, embora iniciantes, no trato da pesquisa, mas que são do interesse dos estudiosos da Ciência Geográfica.

Desse modo, e ante o esgotamento dos exemplares impressos, a organizadora e os autores decidiram submeter à EdUECE outra edição, no formato online, mantendo o mesmo plano do livro, e que ora temos a satisfação de apresentar.

Com âncora no exposto e ciente das mudanças advindas do desenvolvimento das tecnologias de informação, com um maior uso da internet – que influencia diretamente na divulgação de material de interesse científico – consideramos oportuna esta reedição, agora em formato *E-book*. Além disso, a nova conformação gráfica oferece outro meio de acesso ao livro, permitindo, ao mesmo tempo – assim esperamos – a possibilidade de maior alcance no número de leitores.

As razões para trazer a lume esta edição não se esgotam nos argumentos citados. A atualidade das matérias privilegiadas, apoiadas em base conceitual sólida e em procedimentos analíticos fundamentados nos paradigmas da Ciência Geográfica, são premissas básicas subjacentes a esta exposição. Cabe, entretanto, uma apreciação sobre o significado desta obra, reportando-nos às circunstâncias de sua realização. Os capítulos aqui expostos foram realizados no decurso do ensino-aprendizagem, envolvendo estudantes, professores e instituição, em um esforço coletivo de formação de pesquisadores-autores.

Com efeito, os artigos demonstram o grau de amadurecimento dos mestrandos, no exercício da pesquisa científica, não obstante a imprescindível colaboração de seus respectivos orientadores. Ademais, testemunham um momento importante da prática de pesquisa em Geografia na UECE.

Nesse interregno, grande parte dos ex-mestrandos deu prosseguimento aos seus estudos de pós-graduação. E, no âmbito profissional, inseriram-se em atividades de ensino nos graus fundamental, médio e superior ou engajaram-se em tarefas concernentes ao ofício de geógrafos. De tal sorte, mesmo estando em outro estágio de suas vidas, empenharam-se nesta

nova edição reforçando a vontade de propagar seus escritos, resultado de um momento de inserção na produção acadêmica e como meio de abertura às críticas e ao debate.

Para o lançamento da segunda edição, alguns ajustes foram necessários. Os textos adaptaram-se à nova configuração editorial, respeitando-se os conteúdos e a revisão textual expressa pelos autores, porém adequando-os às normas de edição hoje vigentes. Manteve-se o título **Cenários Geográficos**, que expressa a amplitude dos objetos de estudo e a pluralidade das ideias. E, também conservou-se o subtítulo – *reflexões e enfoques* – que remete às duas partes em que o volume foi organizado. A explanação sucinta de cada seção capitular permanece na apresentação elaborada quando da edição *princeps*.

Aproveitamos o ensejo para reiterar nossos agradecimentos aos que contribuíram para a concretização desta coletânea. Para isso, entretanto, nos reportamos à sua primeira edição, mantendo e renovando os nossos agradecimentos aos então alunos Keane Barroso de Carvalho e Luiz Antônio Araújo Gonçalves, pela dedicação e acompanhamento das etapas necessárias à realização de sua primeira edição, e a Fábio de Oliveira Matos, pela idealização da capa.

Agradecemos à Professora Adelita Carleial, que, com boa vontade, leu alguns textos desta obra; ao Professor Luiz Cruz Lima, pelo apoio quando ainda era coordenador do Mestrado; e à Professora Lidriana de Souza Pinheiro, que, na ocasião, coordenava o Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG, pelo apoio institucional. E, ainda, à UECE e à CAPES pelo apoio financeiro.

Nesta oportunidade, agradecemos, em especial, ao ex-mestrando e atualmente professor de graduação e pós-gra-

duação da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Luiz Antônio Araújo Gonçalves, pela iniciativa da reedição do livro, pelos contatos com os demais autores e acompanhamento dos trâmites necessários a sua concretização.

A modo de remate, mais uma vez, externamos satisfação por termos participado desta caminhada. Ao mesmo tempo, deixamos explícita a crença de que essa experiência proporcionou situações de aprendizado ainda hoje referências para os que dela participaram, cujos resultados têm, de um modo geral, interessado a vários estudiosos da Ciência Geográfica, tornando-se, com efeito, estímulo para esta edição – quem sabe – antecipando a terceira.

APRESENTAÇÃO

Cenários Geográficos: reflexões e enfoques constitui-se de uma coletânea de artigos realizados pelos alunos do Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em parceria com seus orientadores. Grande parte dos textos resultam das primeiras formulações expostas pelos mestrandos, turma 2007, na disciplina Seminário, componente curricular dos cursos de pós-graduação da UECE.

A escolha do título *Cenários Geográficos* vincula-se à amplitude dos objetos de trabalho; aos diferentes enfoques contemplados no livro, que teve como princípio de organização a pluralidade de ideias; aos diferentes recortes empíricos, porém com base nos fundamentos teórico-conceituais da abordagem geográfica.

Por sua vez, o subtítulo remete-se às duas partes em que o livro foi organizado, ou seja, a primeira *Reflexões* e a segunda *Enfoques*. Embora não se faça uma rígida distinção, alguns textos são de natureza mais teórica, enquanto outros de feição mais analítica, pautados, sobretudo, em recortes territoriais específicos.

A primeira parte contém seis artigos que priorizam, embora não exclusivamente, a abordagem conceitual. O texto de Paulo Massey Saraiva Nogueira, que tem por título *Teoria da crise e produção capitalista do espaço: a contribuição de David Harvey*, é essencialmente teórico. Apoiando-se em Harvey, o autor lança seu olhar sobre a ordenação espaço-tempo no contexto da crise do capitalismo.

O texto *Distritos Industriais: algumas considerações conceituais e aplicabilidade no contexto cearense*, de autoria de Keane Barroso de Carvalho, com a nossa participação, compreende uma discussão do conceito de distrito industrial com base na bibliografia consultada. Nossa intenção foi trazer a discussão para a realidade brasileira, lançando dúvidas e interrogações sobre a pertinência do conceito, no caso específico do I Distrito Industrial do Ceará.

Seguindo com o enfoque da indústria, Diego Gadelha de Almeida reflete sobre a dimensão espacial da indústria abordando a inserção do município de Sobral na produção calçadista nacional via “guerra dos lugares”, destacando as transformações daí decorrentes e a “redefinição da forma-conteúdo do lugar” no que tange, em especial, ao trabalho e seu rebatimento no espaço urbano sobralense.

O texto *O Lazer e a Beira-Mar de Fortaleza: temporalidades e territorialidades*, de Luiz Antônio Araújo Gonçalves, do qual somos co-autoras, busca mostrar como a partir de um determinado momento histórico a Beira-Mar de Fortaleza destaca-se como *locus* do lazer, condição esta antes ocupada pelo centro da cidade.

Do lazer parte-se para o turismo com as contribuições de Camila Freire Sampaio e de sua orientadora Luzia Neide M. T. Coriolano. No texto *Expressão da Modernidade – uma análise geográfica do turismo de resorts*, as autoras realizam, inicialmente, uma breve discussão teórica sobre a origem do turismo para, em seguida, tratarem mais especificamente do turismo de resorts.

Fechando essa primeira parte, Fábio de Oliveira Matos e seu orientador Fábio Perdigão Vasconcelos direcionam suas reflexões no sentido da discussão sobre a cartografia histórica de Fortaleza, com base nas plantas de Silva Paulet e Simões de Farias.

A segunda parte do livro contempla oito artigos com recortes variados, dando-lhe início o texto de Marisa Ribeiro Moura e de seu orientador Jáder Onofre de Moraes, cujo título é: *Os reflexos da dinâmica social na paisagem das praias de Porto das Dunas e Prainha, Aquiraz-Ce*. Os autores enfatizam as consequências para os ecossistemas e os conflitos socioespaciais decorrentes das intervenções nesta zona litorânea.

Dois artigos enfocam o Baixo Jaguaribe no Ceará. Um de Cleuton Almeida da Costa e Lidriana de Souza Pinheiro (orientadora), que tem por título *Dos currais de gado à agricultura mecanizada: descortinando a paisagem do Baixo Jaguaribe-Ce* e trata do processo histórico de ocupação do Baixo Jaguaribe, enfatizando as atividades econômicas e suas relações com o ambiente fluvial. Outro artigo, de Maria Daniely Freire Guerra, Marcos Nogueira de Souza (orientador) e Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa (co-orientadora), intitulado *Cenários Sertanejos: o contexto do município de Jaguaribe-Ce*, resgata a discussão sobre os sertões e as secas no Nordeste brasileiro, cuja ênfase recai sobre a desertificação, em especial, no município de Jaguaribe.

Paulo Valdenor Silva de Queiroz e Flávio Rodrigues do Nascimento (orientador) tecem considerações sobre a atuação das políticas territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário nos sertões de Canindé-CE de 2004 a 2008. Os autores abordam algumas características do meio rural brasileiro, como a concentração de terras, a modernização da agricultura e as políticas territoriais de desenvolvimento, sendo, porém, a atuação destas políticas no sertão de Canindé o cerne da reflexão.

Maria Elizabeth de Castro e seu orientador Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro propõem uma perspectiva de

análise no sentido de compreender o mundo vivido, a partir das práticas culturais em um assentamento rural, o Tiracanga Logradouro, no município de Canindé-Ceará.

O estudo de microbacias é uma contribuição, mais no âmbito da Geografia Física, de Rosilene Aires e Flávio Rodrigues do Nascimento (orientador), que discutem as condições morfoestruturais das microbacias cearenses de Muquém, Riacho das Pedras e Neblina.

A moradia popular é outro tema tratado nesta coletânea, porém na perspectiva da produção do espaço urbano, em especial, da periferia de Fortaleza. Os autores Anna Emília Maciel Barbosa, José Meneleu Neto (orientador) e Adelita Neto Carleial refletem sobre o Conjunto Habitacional Vila Velha, em Fortaleza, enquanto cenário contraditório da política habitacional.

Dos cenários cearenses e brasileiros, nos transportamos a Moçambique, país africano que fala português, com o artigo de André Camanguira Nguiraze e de Luiz Cruz Lima (orientador), intitulado *Participação comunitária para desenvolvimento sustentável em Moçambique*. O texto nos introduz no conhecimento da realidade daquele país, história, cultura e lutas do seu povo, porém a ênfase recai sobre as reflexões concernentes às articulações para desenvolvimento da comunidade de Nhambita.

Este livro resulta, principalmente, do esforço dos mes-trandos, não obstante a co-autoria com seus orientadores. Representa para eles um exercício não somente no sentido da construção de um texto científico, mas, sobretudo, de reflexão sobre aspectos concernentes aos seus temas de estudo. Aliado a tudo isso, ressalta-se a vontade de por à prova seus escritos,

divulgando-os e socializando-os como forma de abertura ao debate, às críticas e à construção de novas ideias.

Ao finalizar esta apresentação, reservamos um espaço para os agradecimentos, inicialmente aos mestrandos que se empenharam na realização deste livro, em especial à Keane Barroso de Carvalho e Luiz Antônio Araújo Gonçalves, e também a Fábio de Oliveira Matos, que idealizou o desenho da capa.

Agradecemos, especialmente, à Professora Adelita Neto Carleial, que se dispôs a ler alguns textos desta coletânea, trabalho que realizou com grande competência e esmero.

Agradecemos, ainda, à instituição promotora deste livro, a nossa UECE e a CAPES/PROAP pelo financiamento desta publicação. Ao Professor Luiz Cruz Lima que, ainda em seu período de coordenação, nos apoiou e à Professora Lidriana de Souza Pinheiro, atual coordenadora do Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG pelo incentivo e acompanhamento dos trâmites institucionais.

Zenilde Baima Amora

SUMÁRIO

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO	6
APRESENTAÇÃO	10
PARTE I – REFLEXÕES	17
TEORIA DA CRISE E PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO: A CONTRIBUIÇÃO DE DAVID HARVEY	18
<i>Paulo Massey Saraiva Nogueira</i>	
DISTRITOS INDUSTRIAIS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CON- CEITUAIS E APLICABILIDADE NO CONTEXTO CEARENSE ..	43
<i>Keane Barroso de Carvalho e Zenilde Baima Amora</i>	
INDÚSTRIA E REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL: A INER- ÇÃO DE SOBRAL NA DIVISÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO CAL- ÇADISTA	71
<i>Diego Gadelha de Almeida</i>	
O LAZER E A BEIRA-MAR DE FORTALEZA: TEMPORALIDADES E TERRITORIALIDADES	94
<i>Luiz Antonio Araújo Gonçalves e Zenilde Baima Amora</i>	
EXPRESSÃO DA MODERNIDADE - UMA ANÁLISE GEOGRÁFI- CA DO TURISMO DE RESORTS	125
<i>Camila Freire Sampaio e Luzia Neide M. T. Coriolano</i>	
A CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE FORTALEZA - A ZONA COSTEI- RA E AS PLANTAS DE SILVA PAULET E SIMÕES DE FARIAS	145
<i>Fábio de Oliveira Matos e Fábio Perdigão Vasconcelos</i>	
PARTE II – ENFOQUES	168
OS REFLEXOS DA DINÂMICA SOCIAL NA PAISAGEM DAS PRAIAS DE PORTO DAS DUNAS E PRAINHA- AQUIRAZ-CE	169
<i>Marisa Ribeiro Moura e Jáder Onofre de Morais</i>	

DOS CURRAIS DE GADO À AGRICULTURA MECANIZADA: DESCORTINANDO A PAISAGEM DO BAIXO JAGUARIBE (CEARÁ).. 190

Cleuton Almeida da Costa e Lidriana de Souza Pinheiro

CENÁRIOS SERTANEJOS: O CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE/CE. 213

Maria Daniely Freire Guerra, Marcos José Nogueira de Souza e Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NOS SERTÕES DE CANINDÉ-CE, DE 2004 A 2008 246

Paulo Valdenor Silva de Queiroz e Flávio Rodrigues do Nascimento

COMPREENSÃO DO MUNDO VIVIDO DO ASSENTAMENTO TIRACANGA LOGRADOURO NO MUNICÍPIO DE CANINDÉ-CE 272

Maria Elizabeth de Castro e Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro

CONDIÇÕES MORFOESTRUTURAIS DAS MICROBACIAS CEARENSES DE MUQUÊM, RIACHO DAS PEDRAS E NEBLINA 289

Rosilene Aires e Flávio Rodrigues do Nascimento

MORADIA POPULAR: INFLUÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA PERIFERIA DE FORTALEZA 305

Anna Emília Maciel Barbosa, José Meneleu Neto e Adelita Neto Carleial

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM MOÇAMBIQUE 324

André Camanguira Nguiraze e Luiz Cruz Lima

POSFÁCIO..... 349

PARTE I

REFLEXÕES



TEORIA DA CRISE E PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO: A CONTRIBUIÇÃO DE DAVID HARVEY

Paulo Massey Saraiva Nogueira¹

1. A acumulação capitalista: pressuposições ontometodológicas para uma discussão interessada

‘Localização’ e ‘espaço’ só adquirem especificidade enquanto suporte às atividades econômicas e, inversamente, as leis econômicas que governam a produção e reprodução social permanecem incompletas a não ser que levem em conta, desde sua concepção, a dimensão espacial da economia.

(CSABA DEÁK)

A teoria da ordenação espaciotemporal – contribuição seminal de David Harvey para a discussão do fenômeno urbano – pode ser sumariamente apresentada assim: o processo de autovalorização do valor como finalidade em si mesma faz da acumulação capitalista um movimento que se sobrepõe imperativamente ao mundo dos homens, desencadeando – contra e por meio deste – uma lógica incontrollável e expansível sob a *forma-mercadoria*. Por sua vez, isso leva às crises cíclicas de sobreacumulação do capital que, geralmente, encontram na *expansão geográfica do espaço construído* ou no *deslocamen-*

¹ Bacharel em Ciências Sociais – UECE. Mestrando em Geografia – MAG/UECE.

to temporal dos excedentes de capital e trabalho uma solução temporária para a estagnação geral que sobrevém aos sistemas territoriais². A continuidade do processo de valorização que exigira anteriormente o escoamento dos excedentes produzidos leva, mais uma vez, à sobreacumulação, desencadeando assim um ciclo de valorização/desvalorização enredado por uma dialética insana de *destruição criativa*.

Antes, porém, de se tentar apresentar os termos gerais dessa teoria em tão curto espaço e como resultado de um primeiro contato com o autor – o que será feito no próximo tópico (cf. 2.1 e 2.2) – quer-se previamente advertir sobre duas preocupações que, aliás, parecem pressupostas por Harvey em suas considerações: a primeira é de ordem metodológica; a segunda esclarece sobre o estatuto ontológico da acumulação.

A orientação metodológica de que se fala constitui o cerne desta exposição e aponta, *a priori*, para a permanente necessidade de se vislumbrar o fenômeno da acumulação capitalista e sua conseqüente organização espacial na *totalidade intensiva* de suas implicações–na acepção de Hegel. Claro está que, por maiores que fossem os esforços dos que pesquisam nesta área, jamais se chegaria a um suposto esgotamento do tema, em virtude não só de sua complexidade, mas principalmente de sua processualidade histórica. Ao contrário do que sugere uma farta gama de vertentes das teorias do conheci-

2 Sem entrar no mérito das dissensões teóricas que se arrastam historicamente em torno dos conceitos fundadores da Geografia (espaço, região, território, lugar etc.), Harvey se refere comumente aos sistemas territoriais como sendo equivalente ao que ele chama de “coerência regional estruturada”, conceito este, por sua vez, apresentado de maneira mais rigorosa, cumprindo possivelmente uma função de síntese em seu pensamento. Como afirma: “as alianças regionais de classe, vinculadas vagamente num território e organizadas habitualmente (ainda que não exclusiva ou unicamente) pelo Estado, são uma resposta necessária e inevitável à necessidade de defender os valores já materializados e a coerência regional estruturada já alcançada.”. (HARVEY, 2005a, p. 151).

mento, isso não se deve, pois, a uma determinada limitação do sujeito epistêmico, cujas consequências na tradição filosófica se estendem desde o empirismo sensualista ao irracionalismo cético. Essa incompletude se deve, sem mais, à condição histórica das relações humano-societárias, cuja dialética real deve ser apreendida em seu movimento próprio, objetivo. Temos aí, pois, o desdobrar-se de uma *continuidade descontínua* que impõe como lei a permanente necessidade de repor para o pensamento a novidade objetiva do real. Por isso mesmo,

[...] o conhecimento dialético tem [...] o caráter da mera aproximação; e isso porque a realidade é constituída pela infinita interação de complexos que têm relações heterogêneas em seu interior e com seu exterior, relações que são por sua vez sínteses dinâmicas de componentes freqüentemente heterogêneos, cujo número de momentos ativos pode ser infinito. (LUKÁCS, 1979, p. 108-109).

Se o conhecimento do real é sempre e necessariamente aproximativo isso não quer dizer uma impossibilidade de apañar a malha causal do real. É o que sugere Lukács (1979), logo em seguida, ao acentuar que “essa estrutura do ser social não implica de modo algum na impossibilidade de conhecê-lo”. (P. 109). E isso porque, dentre essas relações “que são por sua vez sínteses dinâmicas de componentes freqüentemente heterogêneos”, é possível destacar quais componentes categoriais³ operam com prioridade ontológica numa totalidade cujo *momento predominante* se configura dinamicamente no processo de autoconstituição do “complexo de complexos” que é o ser social.

3 Diferente dos conceitos lógicos e puros (ou como tipos ideais), as “categorias exprimem [...] formas de modos de ser, determinações da existência.”. (MARX, 1982, p. 18).

Este recurso à abstração – como procedimento investigativo – permite-nos apreender, por exemplo, o cerne das transformações desencadeadas desde 1970 que levaram à crise estrutural do capitalismo, um fenômeno histórico cujas determinações reverberam *por toda estrutura social*, da escala local à mundial, redefinindo não só as tradicionais formas organizacionais da produção – duramente sentidas pelos desempregados de hoje – mas, a partir e muito além disso, reordenando simultaneamente os complexos ideológicos em geral (Política, Direito, Ética, Moral, Filosofia, Educação etc.). E isso necessariamente como unidade de uma totalidade objetiva, concreta, cuja apreensão dos nexos causais reais, por sua vez, proporciona ao pensamento a condição de reflexo científico da realidade e à própria realidade o estatuto de *concreto pensado*, como expresso anteriormente.

Por isso mesmo, Harvey (1992) chama a atenção para as importantes mudanças que se processam nas práticas culturais e político-econômicas no seio do capitalismo contemporâneo, apontando precisamente para a ubiquidade relacional entre os fatos da vida econômica, social, política e suas manifestações no plano dos valores morais e estéticos. Assim, garante com precisão: “há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de ‘compressão do tempo- espaço’ na organização do capitalismo”. (HARVEY, 1992, p. 47).

Esta “relação necessária”, que tem para Harvey caráter nodal na questão, desnuda não só o movimento unitário da realidade, mas fundamentalmente o *momento predominante* exercido pelo capital no processo histórico-concreto de re-

produção da formação social burguesa. Para substanciar esta tese, procurar-se-á no caminho de idada investigação que segue fazer uso daquilo que Marx chamou *abstrações razoáveis*. No caminho de volta, a inter-relação das categorias apanhadas configurará, paulatinamente, uma totalidade orgânica, cujo *sentido* emerge da relação que mantém com a tendência enredada como momento predominante⁴.

Até aqui, esboçou-se, da maneira possível, a preocupação metodológica referida anteriormente. O que segue diz respeito ao estatuto ontológico da determinação fundante sobre a qual se erige a acumulação capitalista: o processo de trabalho.

1.1 Breve excursão ontológico: o trabalho como categoria fundante do ser social

Para Marx, o homem é, primeiramente, um ser vivo. Como tal, precisa retirar da natureza os elementos necessários à sua existência, o que faz interagindo com ela. Tanto quanto os animais, o homem padece dessa limitação, tendo que buscar fora dele os objetos de satisfação de suas carências, e isso continuamente! Com efeito, todos os seres vivos desenvolvem alguma forma de interação com o meio, sob pena de

⁴ Esta é uma discussão que sequer pode ser anunciada apropriadamente numa nota como esta. Assim mesmo, resta óbvio, não se refere a um sentido hegeliano da história, no qual uma teleologia transcendental impõe aos homens um destino férreo. Muito menos remeter-se-á aqui a uma historiografia das mentalidades, tendendo, pois, à impossibilidade de apreensão da totalidade, dado que o sentido da história reside, segundo esta concepção, na experiência quase solipsista dos indivíduos. Para este autor, como se disse, o sentido objetivo da totalidade configura-se a partir da relação que seu movimento unitário mantém com o momento predominante, com a tendência que, como síntese das contradições em curso, define o sentido deste movimento. Cf. Lukács (1979).

fenecerem. Tem-se aí, pois, na atividade vital, um *critério* de diferenciação entre as várias espécies vivas, o que leva Marx a dizer seguramente que no “tipo de atividade vital reside todo o caráter de uma espécie”. (1987, p.164).

Essa atividade vital o homem resolve de maneira específica em relação aos outros animais. Tal ocorre na medida em que a natureza, o meio inorgânico do qual extrai continuamente as substâncias necessárias para sua permanência, o afronta como uma objetividade. Ele mesmo, o homem, existindo naturalmente, é também um ser objetivo. Como diz Marx:

O animal é imediatamente um com a sua atividade. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma o objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. [...] A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. [...] Eis porque a sua atividade é atividade livre. (2004, p. 84).

Esta “atividade vital consciente”, sabemos, é o trabalho. Este, por sua vez, constitui-se como um complexo mediador entre o sujeito que põe uma teleologia, um dever ser a *se realizar*⁵, e a natureza, a causalidade dada sobre cuja objetividade recai este “pôr consciente” (LUKÁCS, 1979, p. 17), subjetivo, transformando-a numa *causalidade posta*. Esta transformação da natureza operada pelo homem é, ao mesmo tempo, a sua própria transformação, sua humanização.

5 Em Lukács, aquilo que não se realiza tem uma objetividade, mas não uma objetividade realizada. A realização é a exteriorização dos atos teleológicos, a materialização daquilo que foi pensando, antecipado idealmente na consciência; planejar, pois, não é o mesmo que realizar o plano. Cf. Lukács (1981, p. 46).

“O primeiro pressuposto de toda história humana”, diz Marx (1987, p. 27), “é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos”. Assim sendo, “o primeiro ato histórico é, portanto, [...] a produção da própria vida material”. Por certo, a processualidade histórica que marca a autoconstrução do homem (indivíduo/sociedade) tem no trabalho uma centralidade dinâmica, visto que ele se lança continuamente para além de si mesmo, no sentido de que sua objetivação se materializa em objetos e práticas que se difundem e se generalizam, criando, além disso, necessidades outras, *ad infinitum*. Por assim dizer, no trabalho “estão gravadas *innuce* todas as determinações que [...] constituem a essência de tudo que é novo no ser social. Deste modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social”. (LUKÁCS, 1981, p. 14).

Deste fenômeno originário, de autodeterminação do homem sobre a base natural que o sustém, quer-se extrair, para os fins exíguos desta exposição, o seguinte: no processo de produção e reprodução social, a totalidade real, concreta – “síntese de múltiplas determinações” – tem na eterna necessidade de mediação com a natureza – portanto, no trabalho – tanto a sua *prioridade ontológica* (sem trabalho não há produção material e, portanto, vida social possível) quanto o seu *momento predominante* (as relações de produção, apropriação e organização das forças produtivas exercem sobre totalidade da vida social uma força determinante e estruturadora).

Partindo desse pressuposto, trata-se de compreender agora de que forma a acumulação capitalista opera no interior dessa totalidade uma *inversão* dialética do momento predominante que é dado pelo trabalho. Isso implica num longo e

friccionado processo histórico no qual a produção e reprodução social são cada vez mais condicionadas pela transformação necessária do *trabalho vivo* em *trabalho morto* (objetivado e apropriado como capital) – o que leva a uma tendência relutante de enlaçamento de formas arcaicas e modernas de produção engastadas no *continuum* da reprodução capitalista – pois, diz Marx (1978): “seu desenvolvimento até alcançar a totalidade plena consiste precisamente [em] *subordina[r] todos os elementos da sociedade, ou em cria[r] órgãos que ainda lhe fazem falta a partir daquela*. Assim, chega a ser historicamente uma totalidade” (Apud ROSDOLSKY, 2001, p. 544, n. 18).

1.2 O processo de produção capitalista: subsunção do processo de trabalho à valorização do capital

A contradição de fundo da relação mercantil-capitalista revelada por Marx é aquela existente entre *valor de uso* e *valor de troca* e, fundamentalmente, entre *trabalho concreto* e *trabalho abstrato*. Esta pressuposição lógico-expositiva⁶ tem desdobramentos históricos na seção IV d’*O Capital*, quando começam a se evidenciar as implicações necessárias ocorrentes na esfera da produção, tão logo se inicie o movimento de progressiva subsunção do trabalho ao capital. Cooperação simples, manufatura e grande indústria constituem – correndo-se o risco de simplificação – três fases da produção de mercadoria, e refletem em seu delineamento uma tendência sempre renovada do capital na superação dos entraves materiais interpostos ao seu processo de valorização.

⁶ A referência é a diferença entre o método de exposição (lógico) e o de investigação (histórico) a que Marx faz alusão no prefácio de 1873 d’*O Capital*. Sobre isso ver Teixeira (1995, p. 37).

A manufatura, que tem por base a produção artesanal da cooperação simples, triunfa sobre esta ao criar o *trabalhador coletivo combinado*, dividindo as várias etapas do processo de produção entre os trabalhadores singulares reunidos pelo capitalista. A força produtiva que daí emerge corresponde, sobremaneira, à necessidade de expansão e autovalorização do capital. A produtividade alcançada por essa forma de organização do trabalho, no entanto, tem, entre seus limites, dois imediatamente colocados: 1) A restrição do mercado ao consumo individual, ou seja, não há um mercado próprio do capital; e 2) O processo de produção do capital não adquire uma objetividade ante o trabalho, quer dizer, a subjetividade do trabalhador impõe ao processo de valorização os limites próprios de uma produção ainda artesanal – a manufatura é “um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos”. (MARX, 1985, p. 268).

A superação deste estado de coisas – da subsunção apenas *formal* da manufatura – só é possível na medida em que a maquinaria se consolida no seio do processo produtivo. Com a grande indústria, pois, o capital sela sua decisiva impostação como *sujeito de uma relação invertida*, sendo o trabalho apenas um meio, um *objeto* engastado como pressuposto de uma subsunção real. A *dessubjetivação* do processo de trabalho, dimanada pela maquinaria ao substituir a ferramenta do período manufatureiro, permite ao capital a superação dos limites físicos e também morais envolvidos na extração de mais-valia absoluta. Daí em diante, uma série de transformações sociais cria para o capital as condições mais favoráveis à extração de mais-valia relativa, entre as quais figuram: a perda dos meios e a simplificação do trabalho, sua massiva substituição por trabalho feminino e infantil e a inarredável incor-

poração do *savoir faire* dos trabalhadores à máquina, em seu progressivo aperfeiçoamento tecnológico.

Além disso, o estado geral de desenvolvimento das forças produtivas, alavancado pela grande indústria, reduz substancialmente o valor da força de trabalho, em virtude da menor quantidade de trabalho socialmente necessário à produção dos meios de subsistência da classe trabalhadora. Tudo isso leva a uma ciosa *retração do tempo de trabalho necessário* e à consequente *ampliação do tempo excedente*, proporcionando ao capital uma forma de expropriação mais objetiva e sistemática sobre o trabalho vivo.

O fenômeno da autonomização do capital sobre o mundo dos homens, cuja realização como *finalidade em si* atinge hoje consequências destrutivas nos seus limites absolutos⁷, impõe sobre o trabalho a estranha necessidade de produção de *valor*.

Em que consiste, pois, a contradição que se pretende desvelar? Veja-se: o trabalho, cerne ontogenético da investigação marxiana, aparece sempre historicamente *determinado*, constituindo uma formação social *determinada*. Ainda assim, é possível apreendê-lo em seus elementos “simples”, ou como diz Marx (1985):

[...] o processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos *simples* e *abstratos*, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades

7 A obsolescência progressiva (ou programada) do valor de uso das mercadorias atua hoje como eficiente mecanismo indutor de demanda artificial. Este artifício corresponde, não sem efeitos graves, à natureza ilimitada da expansão do capital, e lhe permite transpor os limites estreitos da circulação endereçada ao atendimento das necessidades propriamente humanas. Este padrão de acumulação, fundado na progressão destrutiva, tem diversamente na indústria do consumo descartável e no complexo militar-industrial suas formas mais desenvolvidas. Cf. Mészáros (2002).

humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, *sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais*. (vol. I, p. 149-50). [grifos nossos].

Daí que, ao responder à “condição natural eterna da vida humana”, produzindo valores de uso, numa determinada *formação social*, o trabalho produz também valor – uma medida de equivalência do *trabalho socialmente necessário* que aparece nos atos de troca. Essa dupla natureza do trabalho – produtor de valor de uso e de valor (de troca) – constitui, como expresso, a contradição de fundo da sociabilidade mercantil-capitalista. Essa contradição, porém, tende ao antagonismo e, como tal, deve encontrar uma forma na qual seja possível, não se suprimir a si mesma, mas apenas se desenvolver, deslocando sua contradição imanente *no tempo e no espaço* – e isso se dá sob a *forma-mercadoria*.

Na sociabilidade mercantil, o trabalho social total está dividido entre produtores individuais, e a *socialização* (bem como a *igualação e distribuição*) destes trabalhos só é possível mediante a troca, efetuada com base na equivalência do *quantum* de trabalho socialmente necessário materializado nos produtos desta atividade. Este *quantum* constitui o valor da mercadoria, que em seu corpo traz, além disso, um valor de uso. Tendo na troca dos produtos o *médium* de socialização dos trabalhos privados, as relações sociais na sociabilidade mercantil “aparecem [...] como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas e seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre as coisas.” (MARX, 1985, p. 71). A essa inversão,

em que os produtos do trabalho parecem adquirir uma naturalidade social quanto ao seu valor, mediando as relações sociais, Marx chamou *fetichismo da mercadoria*.

Pois bem. De tudo o que se disse até aqui, interessa endossar o caráter histórico e socialmente determinado do trabalho que produz valor (trabalho abstrato) em detrimento do que lhe é ontologicamente essencial, ou seja, *a apropriação útil da natureza*. E isto porque, no capitalismo, o “mister de fazer dinheiro”, o ardil da autovalorização do capital deve arcar com o drama de reduzir os trabalhos concretos úteis a trabalho abstrato e “deslocar para frente” a contradição insuperável, sob a relação-capital, entre *trabalho necessário e mais-trabalho*; ou seja, para que o capital consiga ampliar a base sobre a qual se reproduz (mais-trabalho, na forma de mais-valia) tem de sufocar o trabalho necessário que repõe o valor da força de trabalho, encontrando nele, porém, o seu limite tensionado. A natureza mesma da relação-capital se manifesta por isso como uma *contradição em processo* que se expressa sob a luz do dia nos embates travados entre capitalistas e trabalhadores como personificações desta relação. Por certo, a luta por melhores salários, redução da jornada de trabalho, garantias e melhores condições de emprego fizeram dos trabalhadores, reunidos numa classe pelo capital, uma classe para si mesma, consciente de seu infortúnio – a *contradição crítica* eleva-se à *crítica da contradição*. Se do lado do trabalho (da classe trabalhadora) essa *contradição em processo* se traduz como *crítica* da contradição, do lado do capital ela se manifesta, geralmente, como *crises* cíclicas de sobre acumulação, o que implica em reestruturações profundas que atingem desde a organização das funções do processo produtivo a funções do Estado – só para ficarmos com a remodelação dos arranjos institucionais que se desencadeia estruturalmente.

Tendo em vista as colocações mais determinantes que foram expostas até aqui, interessa compreender agora os marcos gerais desse processo e sua dinâmica espacial, procurando, pois, adentrar no cerne da *Teoria da Ordenação Espaço-Temporal* de Harvey.

2. A produção de uma economia do espaço

As críticas feitas à Economia Política marxista – além das aqui conhecidas sobre a ausência da “dimensão cultural” em sua abordagem – são dirigidas geralmente à abstração com que são anunciadas e tratadas as leis (de tendência) do processo de produção e reprodução capitalista; ou seja, sua abordagem é essencialmente: 1) abstrata e não empírica e 2) histórica e não- geográfica. Não obstante as observações acauteladas do próprio Harvey sobre essas lacunas – principalmente quanto à segunda – é inegável que em Marx existem teses gerais, embora dispersas, sobre as relações abstrato/concreto e espaço/tempo – há, inclusive, uma “Teoria da Localização” que subjaz à discussão sobre a renda da terra (renda absoluta, diferencial e monopólica). Por isso mesmo, retornando aos escritos marxianos, foi possível a Harvey lançar mão de suas reflexões sobre “a produção capitalista do espaço”, desenvolvendo posteriormente o que ele propôs como sendo uma “geografia histórica do capitalismo”. (HARVEY, 2005b, p. 43)⁸.

Os pontos a serem apresentados aqui – querendo-se ter uma dimensão geral sobre Teoria da Ordenação Espaço Temporal podem ser assim relacionados: (1) a continuidade do

⁸ Essa mesma preocupação é exposta por Csaba Deák, registrada aqui memoravelmente como epígrafe.

processo de produção do valor leva a (2) crises de sobre acumulação, exigindo para o escoamento do excedente produzido (3) a expansão geográfica, mediante ajustes ou deslocamentos espaciotemporais. Toda essa trama é sustentada pelos (4) circuitos do capital e seus sistemas territoriais correspondentes que, por fim, apresentam (5) um desenvolvimento geográfico desigual.

2.1 Capital, crise e ordenação espacio temporal

A fórmula “acumulação pela acumulação, produção pela produção”, proposta por Marx, toca fundo o cerne e expõe a força irracional⁹ da produção capitalista. Essa força, porém, não é uma mera abstração fantasiosa. Absolutamente. Ela surge como síntese dialética das ações singulares, viva e cotidianamente experimentadas pelos indivíduos sociais. Como diz Marx,

[...] o capitalista é respeitável apenas enquanto *personificação* [do capital]. Como tal, ele partilha com o avarento a paixão pela riqueza enquanto riqueza. No entanto, aquilo que, no avarento, é mera idiosincrasia, é, no capitalista, consequência do mecanismo social, do qual ele é apenas uma das *forças propulsoras*. [...] e a competição faz cada capitalista sentir as leis iminentes da produção capitalista como leis coercitivas externas. (MARX, 1985 apud HARVEY, 2005b, p. 44).[grifou-se].

9 Em Marx, a irracionalidade do capital ou de uma relação qualquer tem dois sentidos indiretamente relacionados: por um lado quer dizer algo cuja origem não se pode conhecer imediatamente (p.ex. a irracionalidade do capital fictício) e, por outro, se refere a algo incontrollável e que se realiza como negação do que é propriamente humano.

No capitalismo, a anarquia da produção e da concorrência dos capitais privados põe em movimento contradições internas que levam frequentemente à sua irrupção na forma de crises, já que nessa “grande feira que é o mundo”, como diz Engels, o equilíbrio entre as forças concorrentes é algo inteiramente acidental. Desta feita, a generalização das trocas campeia vastos territórios e irradia intensiva e extensivamente a contradição fundamental entre valor de uso e valor de troca; entre produção e consumo. A unidade dialética que relaciona esses dois momentos se manifesta concretamente como *crises de realização*, pois,

[...] se, por exemplo, compra e venda – ou o movimento da metamorfose da mercadoria – apresenta a unidade de dois processos, ou melhor, o percurso de um processo através de *duas fases opostas*, sendo essencialmente, portanto, *a unidade* de ambas as fases, igualmente é a *separação* das mesmas e sua *autonomização* uma face à outra. Como elas, então, se co-pertencem, *a autonomização* dos movimentos co-pertinentes só pode aparecer violentamente, como processo destrutivo. É a *crise*, precisamente, na qual a unidade se efetua, a unidade dos diferentes. (MARX, 1980, p. 936).

A “autonomização dos movimentos co-pertinentes só pode aparecer violentamente” como “crise [...] na qual a unidade se efetua, a unidade dos diferentes”. Não obstante a generalidade desse nível de abstração, apresentando a modalidade da crise ainda no âmbito da circulação simples de mercadorias, a contradição entre compra e venda reaparece ao nível da acumulação capitalista como a contradição entre produção (capital produtivo) e circulação (capital comercial, financeiro,

renda da terra etc.)–fases diferentes e *opostas* de um mesmo processo: a reprodução ampliada do capital.

De maneira geral, a acumulação capitalista deve ter satisfeitas três de suas pressuposições fundamentais: 1) a existência de um excedente de mão-de-obra, ou seja, um exército industrial de reserva que imprima sobre os trabalhadores empregados uma pressão para o rebaixamento dos salários; 2) oferta de meios de produção (máquinas, matérias-primas, infraestrutura etc.) para o consumo produtivo do capital e 3) a existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. Assim, diz Harvey, “em cada um desses aspectos, o progresso da acumulação capitalista talvez encontre uma barreira¹⁰ que, uma vez atingida, provavelmente precipitará uma crise de determinada natureza” (2005a, p. 45).

A crise de superprodução aparece, do lado do capital, como excesso de mercadorias produzidas, de capital-dinheiro sem aplicação imediata possível ou como capacidade ociosa das forças produtivas; do lado do trabalho, surgem imensas massas desempregadas, subutilizadas e com baixos salários. Além disso, falências, taxas decrescentes de lucro, falta de demanda efetiva, subemprego crônico são fenômenos que caracterizam esse período lúgubre, porém, visceralmente *necessário* ao capitalismo, já que sobrevivem inevitavelmente em função de leis imanentes à acumulação e, ao mesmo tempo, cria e reúne condições para a sua própria reabilitação.¹¹

10 Grespan (1999, p. 136) consegue identificar uma diferença sutil entre os significados de “limite” (*Grenzen*) e “barreira” (*Schranke*) presentes no idealismo hegeliano e incorporados por Marx. De maneira geral, o limite é algo exterior, que deve ser incorporado e ultrapassado continuamente. A barreira “é o limite posto ao capital pelo próprio capital [...] que ele deve superar [...] e, assim, constituir-se como capital”. Compreende-se, pois, porque, para Marx, “o capital é o impulso desmedido e sem barreiras de ultrapassar suas barreiras”. (HARVEY, 2005b, p. 45).

11 Em Marx, a *necessidade* de um fenômeno, que embora permaneça um dever-ser (um vir-a-ser, como tendência), precisa reunir as condições materiais e objetivas para a sua rea-

Em geral, as “crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional” (HARVEY, 2005b, p. 47), atingindo, pois, um nível novo e superior. Isso resultada; 1) maior produtividade do trabalho em função das inovações surgidas para ampliar a margem de lucro rebaixada durante a crise – além da desvalorização forçada dos equipamentos antigos do capital fixo; 2) menor custo da força-de-trabalho, dado o desemprego em massa; 3) abertura de setores novos e lucrativos para o capital ocioso (acumulação primitiva); e 4) do recrudescimento da demanda que esvazia os estoques de mercadoria, permitindo reiniciar a produção, voltar à sua escala normal anterior à crise ou mesmo superá-la.

Esse recrudescimento da demanda, por sua vez, vai sendo substanciado à medida que o capital se reproduz por meio de sua *intensificação* e *expansão*. Entre os meios de intensificação da exploração de atividades e mercados pode-se fazer referência à incursão do capital na agricultura de subsistência, à diversificação das redes de distribuição e a uma especialização maior do trabalho, criando funções de administração e gerência do terciário moderno, por exemplo. Além disso, o estímulo do *consumo programado* tanto racionaliza a demanda como mobiliza atividades em cadeia (propaganda, engenharia de produção, a “indústria” da moda etc.). Até mesmo o

lização; condições estas, aliás, socialmente gestadas no *interior do processo* como pressuposições a posições devidas, que fazem aparecer contradições até então veladas. Essa *necessidade*, pois, não é nem de longe uma veleidade, um desiderato moral e ingênuo nem tam pouco a realização de uma teleologia idealista, um plano que surge e se concretiza independentemente de forças sociais determinantes (forças produtivas, relações de produção e suas contradições semoventes). Reunir condições objetivas e materiais da própria realização (e a ideologia se inclui aí como *força material* “quando se apoderadas massas”) é um pressuposto que vale tanto para as crises do capital quanto para as revoluções *políticas e sociais*. Cf. Mészáros (2004).

crescimento populacional – ainda que a longo prazo garante à exploração capitalista uma base sobre a qual se intensificam suas atividades.

Quanto à expansão, são postas em movimento estratégias como o comércio exterior, a conquista de regiões e territórios, a exportação de capitais e, em última instância, a criação de um “mercado mundial”. Além disso, a rigidez de certos arranjos que montam a estrutura de relações entre capital, Estado e trabalho, a supervalorização em certos ambientes construídos e a saturação da capacidade de consumo do mercado interno levam também à expansão, já que, via de regra, “quanto mais difícil se torna a intensificação, mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação de capital”. (HARVEY, 2005a, p. 48).

A essa necessidade de expansão correspondem também as relações entre transportes, comunicação e integração espacial, o que implica em estruturas físicas (rodovias, portos, usinas etc.) e sociais (educação, pesquisa, fiscalização etc.) que proporcionam ao capital excedente (na forma mercadoria, moeda ou capacidade produtiva) um meio de aplicação *a longo prazo*, permitindo, com isso, seu deslocamento espaço temporal. As inversões do capital excedente, porém, não podem ser feitas diretamente – não há como transformar um excedente em forma de sapatos ou camisas em estradas ou escolas! Para isso, pois, é fundamental a mediação de instituições de crédito e, principalmente, do Estado para que sejam possíveis as operações financeiras. O sistema de relações que surge daí, envolvendo agentes e interesses variados, configura o que Harvey chama de circuitos do capital.

2.2 Circuitos do capital e desenvolvimento geográfico desigual

Como diz o próprio Harvey (2005a, p. 93), “a idéia de ordenação espaço-temporal (sic) é bastante simples”. A condição geral de sua premência advém quando

[...] a sobreacumulação num dado sistema territorial representa uma condição de excedentes de trabalho (desemprego em elevação) e excedentes de capital (registrados como acúmulo de mercadorias no mercado que não podem ser dissolvido sem uma perda, como capacidade produtiva ociosa e/ou como excedentes de capital monetário a que faltam oportunidades de investimento produtivo e lucrativo). (HARVEY, 2005a, p. 93).

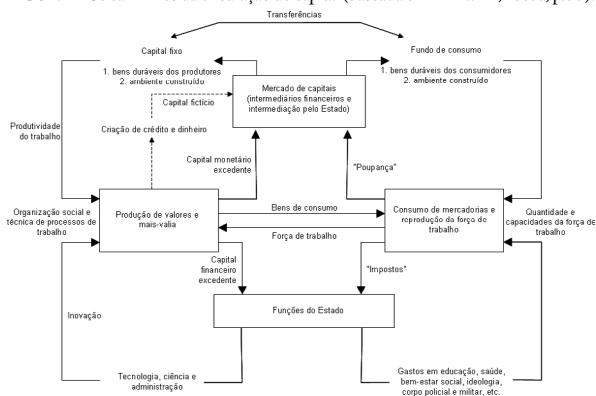
Esses excedentes podem encontrar duas vias de absorção:

1. o deslocamento temporal mediante investimentos de capital com rendimento a longo prazo ou gastos sociais, como educação e pesquisa;
2. o deslocamento espacial, substanciado na conquista de mercados, capacidades produtivas, recursos etc. em novos lugares. A combinação dessas duas vias de escape costuma se dar nas ações de Estados imperialistas, que mantêm com territórios dependentes uma relação geográfica desigual, conforme se explicará.

No deslocamento *temporal*, os fluxos de capital são retirados do domínio da produção e do consumo imediatos – que

Harvey chama de circuito primário¹² – e são redirecionados para um circuito secundário (de formação de fundo de consumo e capital fixo) ou para um circuito terciário (de gastos sociais e de investimento em pesquisa e desenvolvimento) que absorvem investimentos de longa duração¹³. (Ver figura)

FIGURA – Os caminhos da circulação do capital (baseada em HARVEY, 2005a, p. 95).



12 Os conceitos de circuitos primário, secundário e terciário não equivalem exatamente aos departamentos I e II (e III, bens de consumo de luxo ou duráveis) da reprodução em Marx. Ao que parece, o circuito primário, por excelência, contém os departamentos I e II (produção de valor e reprodução da força de trabalho). O excedente produzido aí e redirigido aos circuitos secundário e terciário (equivalentes ao departamento III) mantém, no entanto, relação com os departamentos I e II ao restabelecer a produção no circuito primário (produção de bens de capital e bens de consumo, respectivamente).

13 O longo prazo desses investimentos se refere ao período de retorno (tempo de giro ou rotação) do valor à produção, ou melhor, à sua forma monetária (D-M-D'). Quanto maior a escala de produção de uma mercadoria, maior é o capital adiantado exigido e maior é o tempo de rotação (tempo de produção mais tempo de circulação). Cf. Marx (1985, vol. III).

No interior do circuito secundário, os fluxos se dividem em *capital fixo* para a produção (instalações fabris e equipamentos, capacidade de geração de energia, entroncamentos ferroviários, portos etc.) e a produção de um *fundo de consumo* (habitação, lazer etc.), sendo que algumas das estruturas criadas podem servir tanto ao consumo como à produção (uma via expressa, p. ex.). É importante notar, sobretudo, que parte do capital que vai para o circuito secundário é incorporada à terra e forma uma “banco de ativos fixos” num dado lugar ou, como diz Harvey (2005a, p. 94), “uma ambiente construído para a produção e o consumo (o que inclui parques industriais, portos e aeroportos, redes de transporte e comunicações, sistemas de água e esgoto, hospitais, escolas etc.)”. Esses investimentos, por sua vez, formam um núcleo físico estruturante que define e singulariza a *região*.

Os fluxos que são dirigidos ao circuito terciário do capital (investimentos de longo prazo em infraestrutura sociais) também se dividem entre produção e consumo. Assim, podem financiar atividades de pesquisa e desenvolvimento ou a qualificação de mão-de-obra a curto prazo, bem como ampliar o investimento em saúde, educação e assistência social, ensejando melhorias no consumo coletivo dos equipamentos e serviços públicos e, portanto, na reprodução da força de trabalho. É bom lembrar que parte desses recursos também fica imobilizada na forma de ambiente construído (escolas, hospitais, praças etc.).

Se os excedentes de capital (e trabalho) encontram na mobilidade desses circuitos conexos um via de absorção temporária, isso pode levar também, no entanto, a um *sobreinvestimento* nos circuitos secundário e terciário, o que acarretará,

por exemplo, excedentes de habitação, instalações portuárias, fábricas, ociosidade de vagas no sistema educacional etc.¹⁴

Como se pode ver no esquema da Figura, toda essa movimentação só é possível pela mediação fundamental das instituições do Estado e/ou financeiras. São elas que detêm o monopólio de gerar e oferecer crédito, na forma de capital fictício (ativos em títulos ou notas promissórias desprovidos de suporte ou lastro em riqueza material, mas que podem ser usados como dinheiro). O resgate do valor desses capitais fictícios pode ser feito por pagamento direto da dívida ou, indiretamente, por meio de maior receita fiscal gerada para a compensação da dívida pública.

A teoria dos gastos (ou investimentos produtivos) feitos pelo Estado, porém, tendo em vista ampliar a arrecadação, demonstra frequentemente que o sobreinvestimento seguido do endividamento estrutural do Erário levam conseqüentemente à ruína fiscal. A crise da economia brasileira vivida em 1980 – “a década perdida” – é um exemplo trágico deste fato.

Quanto ao deslocamento *espacial*, se existem excedentes de capital e força de trabalho que não podem ser absorvidos internamente num dado sistema territorial (num Estado-nação ou numaregião), “é imperativo enviá-los a outras plagas onde possam encontrar novos terrenos para sua realização lucrativa, evitando assim que se desvalorizem”. (HARVEY, 2005a, p. 99). Isso pode ser feito sob o expediente do mercador externo, por exemplo, que procura noutros territórios

14 Só para se ficar com um dado, em Fortaleza a especulação imobiliária criou um estoque invendável de 5.000 unidades de habitação, em detrimento das necessidades da população pobre que vive nas favelas e áreas de risco e permanece com um déficit habitacional superior a 160.000 habitações (SILVA, 1999).

solvência para o excesso de capital na forma-mercadoria. O contato com economias não capitalistas (ou não monetarizadas) cria sérias dificuldades à troca, principalmente aos países importadores. Muitas vezes, a economia de origem financia o provimento dos meios de compra mediante “doações” e empréstimos que levam as economias não capitalistas ao endividamento. As transações financeiras ocorrem melhor entre economias capitalistas, porém, de desenvolvimento geográfico desigual, já que, às vantagens de exportação/importação dos produtos e matérias-primas que faltam numa ou noutra região, seguem também os excedentes de lucro, dada a diferença de produtividade entre essas economias – esse é o efeito da superexploração do trabalho e da mais-valia extra, como bem disse Ruy Mauro Marini em sua *Dialética da dependência* (1973). Numa economia cada vez mais financeirizada, é possível suporas consequências da dependência vivida pelas economias nacionais (e locais) em relação ao sistema de crédito mundial e seus fluxos especulativos.

É interessante observar, contudo, que o escoamento do capital excedente para regiões inexploradas cria as bases para a formação de economias capitalistas que vão ao longo do tempo ensejar as próprias crises de sobreacumulação, e isso é tanto mais provável quanto mais acelerado for o desenvolvimento tardio dessas economias. Tendo isso em vista, Harvey (2005a, p. 103) supõe haver dois desfechos gerais possíveis: 1) as ordenações espacio temporais abrem-se *sucessivamente*, “capitais excedentes são absorvidos [...] [e] o sistema capitalista permanece estável como um todo, embora as partes vivenciem dificuldades periódicas (como desindustrialização aqui ou desvalorizações parciais ali)”; 2) instaura-se uma “compe-

tição internacional acirrada [...] entre Estados na forma de guerras comerciais e guerras de divisas, com o risco sempre presente de confrontos militares”¹⁵.

A dialética entre a *lógica territorial do poder* e a *lógica capitalista da acumulação* estabelece onde, como e quando esses confrontos devem ocorrer.

BIBLIOGRAFIA

GRESPLAN, J. L. S. **O negativo do capital**: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Rev. Espaço e Debates**. São Paulo: Cortez, n. 6, jun./set. 1982.

_____. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Espaço da esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005a.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005b.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social** – os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Perl' ontologia dell'essere sociale**. Roma: Editori Riuniti, 1981. (V. II, Capítulo 1 – *Il lavoro* – traduzido para o Português

¹⁵ Harvey supõe e apresenta esses confrontos principalmente em escala internacional. É importante perceber que, além da guerra comercial, a guerra fiscal parece dar o tom dos conflitos entre regiões de desenvolvimento “histórico-geográfico” desigual no interior mesmo de Estados nacionais.

pelo Prof. Ivo Tonet; capítulo 2 - *Lari produzioni* - Traduzido para o Português pelo Prof. Sérgio Lessa).

MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la critica de la economia política (Grundrisse) 1857-1858**. México: Siglo Veintiuno, 1978.

_____. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Livro 4 de *O Capital*. Tradução por: Reginaldo Sant'Anna. v. 2, São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes** – a economia vulgar. Introdução de Jacob Gorender. Traduções de Edgard Malagodi [et al.]. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Volumes I, II, III, IV e V)

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____.; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SILVA, José Borzacchiolo da. A cidade partida. In: **O Povo**, Fortaleza, 10 de outubro de 1999, p. 7A.

TEIXEIRA, F. J. S. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de *O Capital*. São Paulo: Ensaio, 1995.

DISTRITOS INDUSTRIAIS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS E APLICABILIDADE NO CONTEXTO CEARENSE

Keane Barroso de Carvalho¹
Zenilde Baima Amora²

1. Introdução

Nos últimos anos, novos espaços foram apropriados e territórios criados, principalmente em países periféricos do capitalismo, inseridos em uma lógica de ampliação das condições gerais de reprodução do capital. As aglomerações industriais representadas pelos distritos industriais e/ou *clusters* fazem parte da apropriação de territórios como estratégias de acumulação capitalista. Entender esses territórios, aqui tratados como territórios *produtivos*, requer considerá-los como materialidade, bem como as formas de uso, com base na divisão do trabalho e de políticas públicas de natureza mais localizada.

Este artigo tem como principal objetivo fazer breve análise sobre o conceito de distrito industrial e sua aplicabilidade no contexto cearense. Discute-se, mais especificamente, a criação do I Distrito Industrial do Ceará, com suporte em formulações sobre os conceitos de *cluster* e distrito industrial. A segunda parte deste artigo contém breve reflexão conceitual

1 Licenciada e bacharela em Geografia. Mestranda em Geografia - UECE.

2 Doutora em Geografia e docente da Universidade Estadual do Ceará.

cuja preocupação é tratar dos fundamentos sobre o conceito de distrito industrial. Na terceira parte, apresentam-se, com base em referências bibliográficas, algumas características dos distritos industriais no Brasil. Finalmente, a quarta parte do texto, comporta o objeto concreto, o I Distrito Industrial do Ceará, sua criação e a dinâmica territorial do lugar onde está. No quinto segmento, as considerações finais.

2. Breves considerações sobre o conceito de distrito industrial

Discutir distrito industrial não é tarefa simples, pois envolve reflexões mais aprofundadas sobre as formas de organização econômica e social alicerçadas no mundo, dentro do modo de produção capitalista. Para a Geografia, as discussões sobre este conceito são importantes para se compreender a relação entre espaço e indústria, na emergência de uma nova Geografia Econômica mundial.

No caso empírico ora estudado, tem-se como desafio o seguinte: até que ponto o I Distrito Industrial do Ceará corresponde, de fato, a um distrito industrial nos moldes apresentados por Marshall ou por outros autores pós-marshallianos, considerando suas principais características desde o contexto de sua criação até os dias de hoje. Interroga-se, portanto, se as noções sobre distritos industriais, aqui apresentadas, se aplicam de alguma forma ao objeto empírico deste estudo, ou se este não segue nenhuma definição estrita.

De acordo com Benko (1998, p. 96) as “pesquisas sobre os distritos industriais foram realizadas, em princípio, na Itália por autores como Giacomo Becattini, Arnaldo Bagnasco,

Carlos Trigilia e Sebastiano Brusco que trabalharam sobre a Terceira Itália”. Benko assinala ainda que os referidos autores insistiam sobre o caráter socialmente endógeno do desenvolvimento, analisando “o tipo de organização industrial [...] no seio de um sistema de pequenas e médias empresas muito especializadas”. (BENKO, 1998, p. 96). E acrescenta que:

Le mode de régulation et le paradigme technologique de ce milieu productif ont permis de réintroduire un vieux concept: le <<district industriel>> décrit par Alfred Marshall em 1900, c'est-à-dire la coordination, par le marché et par une réciprocité fondée sur la proximité géographique, d'une division sociale du travail (désintégration verticale) entre le petites firmes se spécialisant dans un segment du processus productif. (BENKO, 1998, p. 96).

Torna-se evidente que as reflexões de Benko demandam maior aprofundamento, entretanto, destaca-se a ênfase dada a Marshall que formulou a primeira *noção* sobre distrito industrial, baseando-se nos distritos industriais ingleses, empregada pela primeira vez no século XIX. Schmitz (1997, apud HISSA, 2008), contudo, salienta que Marshall não fornece uma *definição precisa* sobre os distritos industriais. Hissa (2008, p. 2), baseando-se nos escritos de Marshall, no livro *Princípios da Economia*, de 1982, acentua que “os distritos industriais ingleses poderiam ser constituídos de grandes, médias e pequenas empresas inter-relacionadas em microrregiões geográficas produzindo bens em larga escala[...]”.

Segundo Becattini (2002, p. 10-11), Marshall, ao observar com atenção a realidade da indústria britânica, chega à conclusão de que existem, pelo menos, dois grandes modos

de produção eficientes: um baseado na grande indústria verticalizada em seu interior; o outro consistia na concentração de um grande número de pequenas fábricas especializadas em diferentes fases de um processo produtivo. O segundo modo de produção, de fato era a base preliminar sobre os distritos industriais que expressava basicamente os benefícios das aglomerações industriais, tanto para as grandes empresas como para os pequenos e médios estabelecimentos fabris.

Ainda segundo Becattini (2002, p. 16), na obra de Marshall, os distritos industriais ingleses aparecem sob dois aspectos: “como prolongação dos *centers of specialized skill* da época pré-industrial e como possível resultado da extensão organizada da atividade industrial das cidades industriais da Inglaterra no final do século XIX”. Ressaltamos ainda que, para Becattini, o segundo aspecto significa ser o embrião das políticas públicas de promoção dos distritos industriais, aspecto este que pode ser relacionado ao contexto de criação dos distritos industriais nordestinos.

As formulações de Marshall sobre distritos industriais serviram de base para muitos estudiosos, que passaram a observar outras características dos distritos industriais, tanto na Inglaterra quanto em outros países industrializados. Precisamente no final da década de 1960, alguns economistas perceberam a existência de novas formas de aglomerações industriais em outros territórios e passaram a reformular o conceito marshalliano sobre distrito industrial. Assim, “l’analyse marshallienne est de retour dans la période a prèsfor dismesous différentes formes”. (BENKO, 2004, p. 18).

Foi nesse período que alguns economistas italianos, já destacados por Benko em citação neste trabalho, passaram a

perceber algumas mudanças significativas na industrialização italiana. Estas mudanças estavam ligadas à crise das grandes empresas dos setores de capital mais denso e o surgimento de pequenas empresas manufatureiras que passavam a se localizar não em regiões com infraestrutura mais desenvolvida, mas em áreas economicamente atrasadas e em ramos produtivos considerados obsoletos, como têxtil, confecção, calçadista, móveis etc. (BECATTINI, 2002, p. 18).

Destarte, observando essa nova configuração territorial da indústria italiana, principalmente a nova reorganização das pequenas e médias empresas no norte oriental da Itália³, Becattini (1987, apud BENKO, 2004, p. 18) traduz, em termos contemporâneos, as características de um distrito industrial, como sendo:

[...] coexistence singulière de concurrence et de solidarité entre les entreprises qui réduit les coûts de transaction du marché local; pléthore d'innovations qui viennent de la base, favorisées par le “*climat industriel*” régnant dans le district; grande mobilité, tant horizontale que verticale, des postes de travail; émulation que se communiquent les membres du district, tant pour atteindre les objectifs économiques que, parfois, pour améliorer et parfaire l'environnement géographique et social du district proprement dit.

Em suma, Benko (2004, p. 18-19) afirma que “os distritos industriais aparecem como uma forma típica de organização produtiva territorializada onde as relações entre firmas

3 Região de Toscana, Úmbria, Marche, Emilia – Romagna, Vêneto, Friuli e Trentino Alto Adige.

são regidas por um conjunto de normas, implícitas ou explícitas, aliadas a regras do mercado e ao código social”.

O desenvolvimento de distritos industriais na Itália – dando origem a *Terza Italia* – instigou novas formulações conceituais acerca dos distritos industriais e de outras formas de aglomerações industriais. Desse modo, o conceito de distrito industrial é constantemente ampliado, levando os estudiosos a considerar as diferentes condições de desenvolvimento industrial observadas.

São muitos os estudiosos que se preocupam em examinar a aplicação do conceito de distrito industrial em diversas partes do mundo e como este modelo se adapta aos novos paradigmas tecnológicos já em curso na sociedade, mais especificamente, desde o final do século XX. Um exemplo está nos estudos de Sergenberger e Pyke (1993, apud HOFFMANN; MOLINA- MORALES, [s.d.], p. 4) que, ao analisarem a regeneração de economias locais, exprimem:

Os distritos industriais (DI) são grupos de pequenas e médias empresas (PME) que distribuem entre si o trabalho total por meio da especialização e terceirização, potencializando seus aspectos coletivos, através de uma estratégia de especialização.

As contribuições decorrentes de estudos de realidades concretas ensejam novas reformulações conceituais em razão do caráter diverso das formas de organização dessas aglomerações industriais. É quando vem à tona, na atualidade, o conceito de *cluster* que, de modo mais geral, compreende várias formas de concentração setorial e espacial de indústrias. O termo *cluster* passou a ser utilizado também na década de 1970,

para caracterizar todos os distritos industriais da Europa e outros que começavam a surgir em outros lugares, a exemplo do Brasil, tendo como pressuposto “uma aglomeração de tamanho considerável de firmas numa área especialmente delimitada com claro perfil de especialização e na qual o comércio e a especialização inter-firmas é substancial”. (ALTENBURG; MEYER-SATAMER, 1999 apud SUZIGAN, 2008).

A principal diferença entre esses dois conceitos – distrito industrial e *cluster* –, conforme Hissa (2008), está no fator *cooperação*⁴. Este autor, baseando-se em Schmitz (1997 apud HISSA 2008), ressalta que, partindo de uma concepção fordista de produção, os distritos industriais são territórios que obedecem a uma lógica de produção baseada na divisão do trabalho setorialmente especializado e verticalizado, o que implica maior possibilidade de cooperação entre as empresas. Já os *clusters*, mesmo apresentando uma concentração setorial e geográfica de empresas, podem ou não apresentar uma divisão do trabalho pautada no fator de cooperação.

Seguindo uma lógica mais temporal na presente análise, ressalta-se que o fenômeno da reestruturação produtiva, advinda da crise do sistema de produção nos anos 1980, trouxe outra perspectiva para os conceitos de distrito industrial e *clusters*. Assim, esses conceitos tornaram-se mais abrangentes e, de certa forma, confundidos, passando a compreender todo tipo de aglomerações de atividades geograficamente concentradas e setorialmente especializadas, “não importando o tamanho da unidade produtiva nem a natureza da atividade

4 Segundo Hissa (2008), o fator cooperação refere-se às relações interempresariais que acontecem de forma articulada, por meio da ação conjunta dos agentes econômicos e sociais que, mesmo coexistindo em um ambiente de competição entre as empresas locais, existe uma colaboração entre as empresas onde são desenvolvidas sinergias positivas, principalmente de inovação coletiva.

econômica desenvolvida, podendo ser da indústria de transformação, do setor de serviços e até da agricultura”. (GALVÃO, 2000, p. 8).

É interessante ressaltar a relação entre os conceitos de distritos industriais e os *clusters* no que tange ao aspecto aplicabilidade, ou seja, de que modo eles são vistos como instrumentos de desenvolvimento e revitalização econômica. De acordo com Galvão (2000, p. 8), os distritos industriais e os *clusters* passaram de um fenômeno observado a um conceito, e principalmente o *cluster*

passou a ser considerado como um instrumento poderoso, seja para revitalização de áreas geograficamente deprimidas com forte tradição industrial em países desenvolvidos, seja para o desenvolvimento de nações economicamente atrasadas.

Pode-se inferir que estes conceitos se apresentam como dispositivos de políticas voltadas para mitigar os efeitos das crises de acumulação capitalista e de elevação das taxas de produtividade, redução dos custos de produção e expansão dos mercados.

Os distritos industriais hoje, principalmente no Brasil, se afirmam como formas de localização industrial descentralizada, mas que obedecem a alguns fatores de concentração, com o acesso mais fácil aos mercados, terreno amplo e barato, mão-de-obra barata, entre outros fatores que só se pensava encontrar em áreas centrais. Neles é criada uma atmosfera industrial favorável a um agrupamento de estabelecimentos fabris aos moldes de um *cluster*, que concentram em determinado espaço geográfico um grande número de indústrias

setorialmente especializadas, mas que não necessariamente apresentam cooperatividade entre si.

Quanto às externalidades, além de complementarem a ideia de centralidade dos distritos industriais, foram formuladas por políticas de incentivos, seja por parte dos governos estaduais ou municipais, como se verá no exemplo analisado neste texto.

3. Algumas características dos distritos industriais no Brasil

Neste item, tratar-se-á, *grosso modo*, da criação dos distritos industriais no Brasil, tecendo algumas considerações sobre o papel do Estado no contexto industrial de criação desse tipo de aglomeração industrial.

Ressalta-se, ainda, a dificuldade de bibliografia sobre estudos de caso dos distritos industriais, bem como uma literatura mais específica tratando do histórico dessas aglomerações industriais no Brasil. Foram, porém, consultados importantes trabalhos, como os de Galvão (2000), Mattos (2006), Hissa (2008), dentre outros que, nas obras já citadas neste trabalho, apresentaram significativas contribuições sobre a aplicabilidade do conceito de distrito industrial no Brasil.

Pode-se constatar, no Brasil, a existência de alguns distritos que se configuram como concentração de empresas de um mesmo ramo produtivo e que contam com um conjunto de instituições e serviços complementares ao sistema produtivo. Galvão (2000) descreve três distritos industriais brasileiros que, de acordo com suas lógicas de localização, apresentam os aspectos retrocitados.

O primeiro deles é o distrito industrial de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo. Situado ao sul desse estado, a cidade de Cachoeiro de Itapemirim apresenta uma tradição na extração e beneficiamento mineral desde o início do século XX. O município é, hoje, um dos principais pólos produtores de rochas ornamentais de mármore e granitos do País que servem, principalmente, à construção civil.

A cidade, em meados da década de 1950, desenvolve atividades industriais voltadas à extração e beneficiamento de mármore que, em razão da abundância dessa matéria-prima, passou a atrair capital e mão-de-obra, o que proporcionou a criação de pequenas e médias empresas especializadas nesse setor. Já na década de 1970, com a descoberta de outra matéria-prima – o granito – incrementa-se essa indústria de extração mineral fortalecendo as exportações para o mercado externo (GALVÃO, 2000, p. 17-20).

Essas pequenas e médias empresas concentraram-se, portanto, próximo às matérias-primas, principal fator de localização destas. Segundo Galvão, ainda na década de 1970, as pequenas e médias empresas localizadas nessa região passaram a apresentar indícios de cooperação e solidariedade entre elas, impulsionando a demanda de serviços e proporcionando melhoras na tecnologia utilizada, o que também era uma exigência do mercado que demanda produtos de melhor qualidade. Somente com tais mudanças mais recentes foi que o Município de Cachoeiro de Itapemirim “veio a se transformar em um verdadeiro distrito industrial” desenvolvendo “um maior esforço coletivo de cooperação entre as firmas do setor [...] uma divisão de trabalho concertada (*sic*), decorrente da grande diversidade de etapas do ciclo produtivo [...]” (GALVÃO, 2000, p. 19).

O segundo e o terceiro exemplos detalhados por Galvão (2000) referem-se ao setor calçadista, que passa por um sério processo de reestruturação produtiva. O distrito industrial de Franca, em São Paulo, e o do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, são dois grandes *complexos industriais calçadistas*⁵ que se desenvolveram de forma “espacialmente concentrada e setorialmente especializada, constituindo verdadeiros ‘clusters’ [...]” (GALVÃO, 2000, p. 30), abrigando fábricas complementares ao processo produtivo calçadista, a prestação de serviços, tecnologia e transporte.

Para contextualizar o desenvolvimento desses dois distritos industriais, Galvão (2000, p. 29-38) faz breve histórico da indústria calçadista no Brasil, ressaltando que esta apresentou três fases de desenvolvimento. A primeira fase, que se inicia nos anos 1960, cujos estabelecimentos fabris eram de pequeno porte, com uma produção quase artesanal. Este período coincide com a crise fordista enfrentada por este mesmo setor nos países desenvolvidos, que afetou seus principais meios de produção, principalmente a força de trabalho. Por isso, muitas indústrias procuraram localizar-se em países cuja mão-de-obra fosse mais barata e menos sindicalizada.

A segunda fase significou o desenvolvimento desses distritos industriais em países em desenvolvimento, como o Brasil. Ela inicia-se na década de 1970 e vai até meados da década de 1980, quando as firmas calçadistas localizadas nos países em desenvolvimento se tornam de grande porte, “passando a manifestar várias características do sistema fordista

5 Galvão (2000, p. 31) refere-se às regiões de Franca (SP) e Vale dos Sinos (RS) como sendo complexos industriais calçadistas por apresentarem “significativo número de fábricas de componentes e acessórios, de fabricantes de insumos químicos, de máquinas e equipamentos, de curtimento e beneficiamento de couro, de artefatos diversos, além de expressiva presença de firmas prestadoras de serviços técnicos e assessoramento tecnológico [...] todas ligadas diretamente ao setor de calçados”.

de produção em massa e de bens padronizados”. (GALVÃO, 2000, p. 32). Com a crise desse sistema de produção no Brasil e, conseqüentemente, das indústrias que seguiam esse regime, no início dos anos 1990, em razão da procura de uma melhor qualidade do produto e da produção de bens não padronizados, passou-se a buscar uma descentralização das atividades produtivas, uma revalorização dos pequenos e médios estabelecimentos e o retorno do espírito de cooperação entre elas. (GALVÃO, 2000).

Continuando com a periodização feita por esse autor, a terceira fase de desenvolvimento da indústria calçadista no Brasil teve início em meados de 1980, quando este setor passou por uma crise decorrente da queda nas exportações e do aumento da concorrência internacional, com a entrada dos países asiáticos na produção por conta da oferta de uma mão-de-obra mais barata e da exigência de um sistema produtivo mais especializado. Assim, “o Brasil teria dois caminhos a seguir: deslocar parte de seu parque industrial – [calçadista e quase todo concentrado nas regiões Sul e Sudeste] – para regiões brasileiras onde os salários são mais baixos [...] e adotar, nas antigas regiões calçadistas (no Vale dos Sinos e em Franca) novas tecnologias”. (GALVÃO, 2000, p. 36). [Acresceu-se texto].

Nessa perspectiva, muitas indústrias calçadistas decidiram trilhar o primeiro caminho direcionando os seus estabelecimentos fabris para a região Nordeste, onde se encontrava uma mão-de-obra barata e sem qualificação. Acrescenta-se a isso o fato de essas empresas receberem grandes incentivos fiscais por parte dos governos, algo que é marcante no desenvolvimento da industrialização do Nordeste e para o estabelecimento de distritos industriais nesta região.

Antes de se examinar este novo contexto de criação dos distritos industriais no Brasil, pautados em incentivos governamentais, considera-se importante ressaltar como se configuram duas das principais características dos distritos industriais tratados há pouco. Uma delas refere-se ao fator complementaridade entre as firmas que compõem um distrito industrial. Pode-se dizer que a complementaridade entre elas é consequência de uma reorganização produtiva por que passaram algumas indústrias de certos ramos produtivos com a crise do final do século XX. Estas, para diminuir os custos da produção, antes feitos em larga escala e em um mesmo estabelecimento fabril, passaram a desmembrar-se em pequenas e médias firmas interdependentes, tornando-se especializadas, cada uma delas, em determinadas fases da produção. Essas pequenas e médias firmas, reunindo-se em distritos industriais, além de se complementarem na composição do produto final, são beneficiadas pela proximidade e por maior vantagem competitiva em relação a outras firmas não concentradas em um mesmo local.

Outra característica é a cooperação entre as firmas, conforme mencionado em item anterior deste trabalho. Hissa (2008, p. 11-12), ao falar da “replicabilidade” do modelo dos distritos industriais e *clusters* no Brasil, assevera uma “falta de cooperação interfirmas” e, no caso do Brasil, “é flagrante a inexistência tanto do fator ‘confiança’ como da cooperação interfirmas”. Este autor cita o próprio caso do distrito industrial calçadista de Franca/SP, em que, apesar de apresentar forte relacionamento entre as indústrias lá alocadas, faltam atividades cooperativas e ações conjuntas entre as empresas, estabelecendo, assim, um clima de competição entre elas.

Não se pode deixar de falar do papel do Estado na lógica de criação dos distritos industriais no Brasil, principalmente na região Nordeste. O Estado teve, historicamente, papel determinante na industrialização do País e, conseqüentemente, na criação e desenvolvimento dos distritos industriais, principalmente na década de 1960, quando teve início o discurso do planejamento como principal instrumento para o desenvolvimento de regiões que apresentavam “atraso econômico”. Na prática, as políticas governamentais pautavam-se na atração de investimentos industriais, baseadas na oferta de incentivos fiscais e outras isenções, visando a atrair, principalmente, investimentos externos.

Segundo Bursztyn (1985, p. 23), no Nordeste, no início do século XX, começaram, “ainda que timidamente, a ser articuladas medidas de caráter planejado”; no entanto, somente com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em 1959, inspirada no exemplo italiano da *Cassa Mezzogiorno*, é que o “Estado começa a agir mais sistematicamente, de forma planejada, no Nordeste”.

Assim, dava-se início, no final da década de 1950, a uma complexa atividade intervencionista do Estado no desenvolvimento brasileiro, principalmente no setor industrial, mediante o planejamento. Tal ação resultou em mudanças significativas ao longo do tempo que, para a região Nordeste, significou sua inserção na divisão internacional e nacional do trabalho.

O planejamento e a criação de áreas industriais no Nordeste foram os principais mecanismos de desenvolvimento industrial nessa região. A Bahia, por exemplo, segundo Pimentel (2002), foi o estado que mais se beneficiou dos incentivos fiscais e financeiros do Banco do Nordeste e da SUDENE. Nes-

sa unidade da federação foi criado o primeiro grande centro industrial planejado do País, o *Centro Industrial de Aratu*, na Região Metropolitana de Salvador. Ressalta-se que, em Pimentel (2002), fala-se ora em centro industrial, ora em distrito industrial. Sejam considerados os dois termos como sinônimos.

O Distrito Industrial de Aratu foi criado por decisão governamental visando à atração e instalação de muitas indústrias⁶. O município de Aratu, na Bahia, já contava com as condições favoráveis (fatores de localização) para a instalação de um distrito industrial, tais como: energia elétrica abundante da Companhia Hidroelétrica de São Francisco, um grande porto, grande área disponível, suprimento de água abundante e proximidade com as BR's 324, 116 e 101, além de linha férrea. (PIMENTEL, 2002).

Ainda consoante Pimentel (2002), o Distrito Industrial de Aratu manteve-se na posição de maior parque industrial do Nordeste nos primeiros anos de sua efetivação, tanto em número de estabelecimentos fabris, como em quantidade de investimentos e absorção de mão-de-obra.

A Bahia, hoje, abriga um dos mais importantes complexos industriais do País: o Pólo Industrial de Camaçari. Criado na década de 1970, este pólo é o maior do Nordeste, sendo o primeiro e maior complexo petroquímico da América Latina. No território baiano também foram criados outros distritos industriais, atualmente incentivados pelo Estado por meio da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia-SUDIC. Esses distritos, segundo informações desse órgão estadual⁷, baseiam-se na interação das empresas que exercem atividades complementares.

6 O Distrito Industrial de Aratu, na Bahia, foi oficializado pela lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966.

7 Informações obtidas na página da SUDIC: <www.sudic.ba.gov.br/infra_estrutura.htm>. Acesso em: 23 out. 2008.

Em países como o Brasil, teoricamente, os distritos industriais e os *clusters* seriam uma *alternativa espontânea* de desenvolvimento local, como aconteceu no caso da Itália. O surgimento dessas aglomerações industriais, porém, e a conformação de territórios produtivos no País dependem, principalmente, de iniciativas governamentais locais voltadas para o desenvolvimento de vantagens locacionais territoriais, como se pode observar nos diversos planos de governo, ao longo de décadas, e em programas de atração de investimentos de muitas instituições que, em parceria com outras internacionais, promovem ainda atração de empresas estrangeiras.

Como exemplo de política governamental voltada para os distritos industriais, está o Programa de Fortalecimento e Consolidação de Distritos Industriais, cuja entidade executora é o Serviço Brasileiro de Suporte às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, ilustrando a afirmativa contida no parágrafo anterior. Este Programa, que previa a duração de cinco anos (2002-2007), faz parte de um acordo bilateral entre Brasil e Itália, visando a implantar e desenvolver quatro pólos industriais setoriais no Brasil: Campina Grande (PB), Nova Friburgo (RJ), Paragominas (PA) e Tobias Barreto (SE) (ALMEIDA, 2002).

O Programa previa ainda a transferência de tecnologia e investimentos italianos para estas regiões onde já havia empresas instaladas, mas sem nenhuma organização coletiva. Essas empresas são, respectivamente, indústrias de artefatos de couro, *lingerie* e moda íntima, móveis e de confecção. A ideia era implantar nesses distritos o modelo de valorização da pequena e média empresa como ocorreu na economia italiana⁸. (ALMEIDA, 2002).

8 Cf. Programa completo na página da web: <<http://www.pnud.org.br/projetos/governaca/visualisa.php?id07=210>>. Ver também texto vinculado pela Agência SEBRAE de notícias sobre a divulgação do Programa: <asn.interjornal.com.br/noticia_pdf.kmf?noticia=278975>.

Contudo, para Bagnasco (1999, apud HISSA, 2008, p. 13):

[...] a realidade italiana é específica. Ela não constitui um modelo a imitar, nem um esquema de interpretação que pudesse explicar todo caso da expansão da pequena empresa. O modelo apresentado pode, em compensação, servir de comparação ou como espelho para distinguir semelhanças e diferenças.

Outra característica interessante que marca a consolidação de distritos industriais no Brasil é o fato de eles serem mercantilizados pelos governos estaduais e municipais na forma de “anúncios de aluguel”. Alguns casos observados na Região Nordeste denotam as chamadas para a atração de empresas para tais distritos. Em Pernambuco, um dos primeiros estados nordestinos a criar distritos industriais, desenvolve-se atualmente uma política de reestruturação dos distritos industriais “em sintonia com a necessidade das empresas locais, nacionais e internacionais” (ADDiper, 23 out. 2008);⁹ ou seja, o Poder Público prepara e equipa os espaços e tenta vendê-los por vários meios de propagação coletiva.

Assim, o objetivo principal de criar distritos industriais e *clusters* no Brasil e, mais especificamente no Nordeste, passa a ser o de criar uma atmosfera favorável ao desenvolvimento de atividades econômicas a fim de dar oportunidade a pólos dinâmicos de atração de novos investimentos e de inovação (pensar globalmente, agir localmente)¹⁰. Trata-se do que acontece no Ceará, mais nitidamente em relação ao I Distrito

9 Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (ADDiper). Informações contidas no site <www.addiper.pe.gov.br/distritos_industriais.php>. Acesso em: 23 out. 2008.

10 Porter (1993 apud GALVÃO, 2000, p. 9).

Industrial do Ceará e de outros distritos localizados no Município de Maracanaú, o que se verá sequencialmente. Nesses casos, o Estado, para cada vez mais se inserir numa economia mundializada, prepara territórios e os oferece às empresas multinacionais, estabelecendo, dessa forma, uma guerra entre os lugares, à medida que são oferecidos “territórios prontos” que passam a ser negociados.

4 . O caso do I Distrito Industrial do Ceará

A criação do I Distrito Industrial do Ceará inscreve-se no processo de industrialização planejada para o Nordeste iniciado nos anos 1960. Nesta mesma década, desencadeou-se no Ceará o ideário desenvolvimentista que tinha como lema mudar o perfil econômico do Estado, o qual, até então, se baseava na produção agrário-exportadora.

As ações para implementação de um distrito industrial no Ceará, começaram no primeiro governo de Virgílio Távora (1963 - 1967), quando foi implantada a Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODEC. Este órgão promoveu estudos para escolha de uma área favorável à instalação de um distrito industrial (ALBUQUERQUE, 2005). Este modelo de aglomeração industrial, como vimos, já estava sendo efetivado no Brasil e, neste mesmo período, estavam sendo criados distritos industriais na Região Nordeste, nos estados da Bahia e Pernambuco.

O I Distrito Industrial do Ceará foi inaugurado em março de 1966 em Maracanaú, então pertencente ao município de Maranguape. Os pré-requisitos apontados pela empresa consultada (Montreal S. A) para implantação de um distrito in-

dustrial naquele período foram: acesso rápido ao porto (Porto do Mucuripe); pouca atividade agropecuária nas imediações; movimentação eólica favorável, não contribuindo para que os ventos levassem a poluição das fábricas para Fortaleza. Outra condição que culminou com a escolha de Maracanaú deveu-se aos requisitos preconizados pela SUDENE, que tinha interesse na instalação de indústrias fora das principais capitais nordestinas, ou, mais especificamente, nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza.

Assim, o I Distrito Industrial do Ceará nasceu com o objeto planejado, fruto de um planejamento político, e com um aporte estrutural capaz de suportar um grande contingente industrial. Sua criação não obedeceu a fatores de localização espontânea, como no caso de Cachoeiro de Itapemirim, nem como um processo de reestruturação produtiva e descentralização da produção, como no caso do setor calçadista. O Distrito Industrial do Ceará surgiu pela oferta de incentivos fiscais e isenções e de um aporte estrutural significativo, além de ser favorecido por uma série de fatores de localização, anteriormente mencionados.

Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza, tornou-se, assim, um lugar ideal para a consolidação de um distrito industrial, porque apresentava, além das condições já citadas, distância de 15 km da capital, 22 km do Porto do Mucuripe e apenas 12 km do aeroporto Pinto Martins, além de estar no centro de convergência das principais rodovias estaduais e das BR 222 e BR 116. Em 1983, Maracanaú, que era, até então, um distrito de Maranguape, com a consolidação do Distrito Industrial, emancipa-se, exatamente dez anos após a criação da Região Metropolitana de Fortaleza. A presença do

Distrito Industrial em Maracanaú torna-o um dos municípios mais importantes do Ceará.

O Distrito Industrial, contudo, não atraiu, de imediato, um número significativo de indústrias. Durante cerca de dez anos, foram poucas as indústrias que se instalaram na área planejada, pois a maioria dos empresários que tiveram seus projetos industriais aprovados pela SUDENE, naquele momento, preferiram implantar suas unidades fabris em Fortaleza, alegando uma série de deficiências infraestruturais na área onde foi implantado o Distrito (AMORA, 1978).

Somente por volta dos anos 1980, o I Distrito Industrial passou a receber maior número de indústrias que chegavam ao Ceará. Segundo Dematteis (apud SAQUET, 2007, p. 74), no período compreendido entre o final dos anos 1970 e início da década de 1980, foi que se alterou “o modo de ver o território, ou seja, permanece a atenção às políticas públicas e às intervenções, mas aumenta a atenção às diferenças e às especificidades dos lugares”. No Ceará, essa maior atenção aos lugares constituiu, na periodização elaborada por Amora (2005), o terceiro momento pelo qual passa a industrialização cearense. É nesse momento que ocorre uma abertura política e econômica no âmbito nacional com a “redução do estado interventor e uma maior autonomia dos governos estaduais”. (BESERRA, 2007, p. 27).

No fim da década de 1980, transformações significativas ocorreram no Ceará, no que tange às políticas estaduais, com fortes repercussões na atração de indústrias para o Estado. Este momento, por sua vez, está associado às transformações, no plano nacional com a reestruturação econômica e a vinda de indústrias de outras regiões do País para o Ceará. As prin-

cipais mudanças consistiam na concessão de incentivos fiscais – o que ficou conhecido entre os estados nordestinos como “guerra fiscal” – além de investimentos em infraestrutura que, de certo modo, subsidiavam as indústrias.

Com a chegada de um maior número de indústrias ao Ceará, atraídas pelos incentivos concedidos, os distritos industriais passaram a ser os principais lugares de instalação dos estabelecimentos fabris. Contíguos ao I Distrito Industrial do Ceará, foram criados, posteriormente, novos distritos industriais: DIF-III, DI-2000, DI-Alto Alegre II e DI-Piratinga, sendo o DIF- III na década de 1990 e os demais a partir do ano 2000. Estes distritos, no entanto, possuem ainda um quadro infraestrutural incompleto, sendo um dos principais entraves para a atração de indústrias.¹¹ Mesmo com infraestrutura precária, os distritos criados posteriormente ao I Distrito conseguem se sobressair em relação a outros distritos industriais que existem na Região Metropolitana de Fortaleza, como os de Caucaia, outro importante município da RMF. Até 2004, os distritos industriais de Caucaia ainda se encontravam em implantação (TELES, 2005).

Atualmente, os três maiores distritos industriais de Maracanaú (DIF-I, DIF-III e DI-2000) reúnem mais de 100 indústrias pertencentes a médias e grandes empresas. A presença do Distrito também contribuiu para a dinamização do Município de Maracanaú, que passou a abrigar grandes con-

11 Ainda hoje, problemas na infraestrutura dos DI's, principalmente o DIF-III e DI 2000, são os principais entraves para que esses DI's se desenvolvam, o que é evidenciado pela disputa por terreno, aquisição ou locação, no DIF-I, uma vez que este apresenta uma infraestrutura já consolidada. Já no que se refere ao adensamento populacional no entorno do DIF-I, que inicialmente serviria de mão-de-obra para as empresas que lá se instalassem, cabe ressaltar que a proximidade da mão-de-obra não mais constitui fator de localização industrial uma vez que há notória mobilidade de trabalhadores na Região Metropolitana de Fortaleza.

juntos habitacionais, implantados no contexto da política de habitação nacional e que, em princípio, visavam atender a uma pretensa mão-de-obra ocupada nas indústrias¹².

A grande concentração de indústrias em Maracanaú é, portanto, uma variável importante no tocante às mudanças espaciais locais, em razão aos fluxos gerados pela atividade industrial no que se refere aos capitais, insumos e ao trabalho.

No que tange mais especificamente ao I Distrito Industrial, que em sua área conta com cerca de 80 estabelecimentos industriais (os demais distribuem-se pelos outros distritos), podemos asseverar que este forma um território produtivo essencialmente industrial, porém não existe maior complementaridade entre as indústrias ali presentes. Estas, em geral, pertencem a diversos gêneros industriais, com predominância dos ramos têxtil, alimentício, químico e metalurgia.

Convém destacar que, em 42 anos de existência, o número de indústrias instaladas e em funcionamento no I Distrito Industrial do Ceará cresceu significativamente, porém, o maior crescimento ocorreu entre os anos 1986 e 2002. A partir de então, o número de estabelecimentos industriais regrediu como demonstra a tabela a seguir.

¹² Atualmente, Maracanaú possui uma população de aproximadamente 200 mil habitantes, distribuída em sete grandes conjuntos habitacionais, também criados a partir da década de 1970, somando cerca de 15 mil unidades domiciliares e outros bairros que surgiram posteriormente à construção dos conjuntos.

TABELA – Evolução do número de estabelecimentos industriais em funcionamento no I Distrito Industrial do Ceará – 1986-2007.

ANO	Nº de estabelecimentos industriais
1986	33
1987	35
1988	51
1995	71
1997	79
1998	78
2000	88
2001	99
2002	107
2003	105
2004	105
2007	80

Fonte: Elaborada por Carvalho, 2007. (Dados da AEDI e ASDEC).¹³

Durante os 42 anos de existência do I Distrito Industrial do Ceará, muitas indústrias nacionais e também internacionais nele se instalaram, contribuindo para que o Município de Maracanaú se tornasse um dos mais importantes da Região Metropolitana,¹⁴ com a segunda maior arrecadação de ICMS do estado.

13 Relação das indústrias por Distrito Industrial/Gênero. Associação das Empresas do Distrito Industrial - AEDI; Assessoria de Desenvolvimento Econômico de Maracanaú - ASDEC.

14 Com apenas 24 anos de emancipação, Maracanaú constitui a segunda maior economia cearense, em termos de Produto Interno Bruto - PIB, ficando atrás apenas de Fortaleza. Os últimos dados oficiais mostram que o PIB do Município chegou a R\$ 1,93 bilhão (2002), ou seja, cerca de 8% do total das riquezas produzidas pelo Ceará. É também o segundo maior município exportador do Estado atingindo, em 2006, a marca de US\$199,7 milhões. O município também possui um comércio em expansão contando, até mesmo, com um moderno *shopping center* criado em 2003 e que conta uma área de 17 mil m², já está em fase de ampliação. (Fonte: ASDEC Maracanaú –2007)

O I Distrito Industrial do Ceará foi criado e consolidado no contexto de uma industrialização nordestina e cearense baseada em planos políticos de desenvolvimento, cujo objetivo era atrair indústrias nacionais e internacionais mediante isenções e incentivos fiscais e, ademais, por um aporte infraestrutural pronto para a instalação de um grande contingente de estabelecimentos industriais.

Dessa forma, o I Distrito Industrial do Ceará configura-se hoje como um aglomerado de indústrias de grande e médio porte, de diversos ramos produtivos que dificilmente interagem, seja de forma complementar, seja a modo de cooperação entre as firmas. Desse modo, o I Distrito Industrial do Ceará não apresenta as principais características apontadas pelos autores que discutem o conceito de distrito industrial, nem tampouco se harmoniza aos exemplos mais conhecidos, como o da Terceira Itália.

5. Considerações finais

O conceito de distrito industrial, assim como sua materialização no território, passou, desde suas primeiras formulações marshallianas, por inúmeras reformulações que, obviamente, demandariam maior aprofundamento e mais análises de casos empíricos. O que se procurou aqui, no entanto, foi desenvolver uma reflexão inicial acerca dos principais aspectos desse conceito e como ocorre a sua aplicabilidade no Brasil e, em particular, no caso do I Distrito Industrial do Ceará. O intuito aqui, foi muito mais de levantar questões do que encerrá-las.

Analisar os distritos industriais do Brasil, com amparo em formulações teóricas desenvolvidas em países pioneiros

na industrialização demanda cuidados, pois cada país apresenta uma realidade específica no âmbito da acumulação capitalista mundial. Partiu-se, portanto, do princípio observado por Mattos (2006, p. 139-140), quando ela acentua que “na verdade, cada distrito é único e particular, construído segundo instituições locais e alianças de atores que assumem seu próprio desenvolvimento”.

Assim, no que tange aos principais aspectos do conceito de distrito industrial brevemente suscitados neste texto, indaga-se quais deles podem ser observados no contexto da criação dos distritos industriais no Brasil, principalmente nas duas últimas décadas, quando os governos estaduais e municipais assumiram, mais de perto, a tarefa de buscar o desenvolvimento e as condições favoráveis à formação de territórios produtivos.

O I Distrito Industrial do Ceará e as razões sob as quais estão sendo criados os demais parecem obedecer apenas um preceito: são criados somente para atrair grandes e médias empresas, não importando seu gênero produtivo. Ao contrário, destacam-se pela heterogeneidade dos gêneros de produção e não apresentam a vigência de uma complementaridade entre as empresas, uma das principais características dos distritos industriais apontados aqui. Os principais fatores que prendem essas empresas ao território distrital são os incentivos e as isenções fiscais, além das vantagens locais oferecidas pela governança local. Em um mesmo distrito, coexistem alguns estabelecimentos industriais de porte médio, atendendo, sobretudo, ao mercado local e regional de bens de consumo não-duráveis, assim como grandes indústrias inseridas nos fluxos comerciais nacionais e internacionais, ocupan-

do grande parte da população ativa também responsável por uma fatia significativa da arrecadação municipal.

Portanto, as indústrias localizadas no I Distrito Industrial do Ceará, na Região Metropolitana de Fortaleza, inserem-se em um modelo de localização concentrada de indústrias, configurando um território produtivo baseado na concessão de incentivos fiscais por parte do Estado. Mesmo obedecendo a uma estratégia de desenvolvimento local – algo que se acredita não acontecer, de fato – o I Distrito Industrial do Ceará nasceu baseado num planejamento integrado às políticas de investimento e incentivo, visando à atração de indústrias, algo que se configura até hoje. O modelo de distrito industrial se expande no Município de Maracanaú, seja com aqueles que também tentam atrair indústrias dos mais variados gêneros, sejam os que foram criados na perspectiva de atrair empresas de um mesmo setor produtivo, visando à complementaridade entre elas. Esta última forma não registra sucesso, haja vista a precariedade industrial apresentada por eles, apesar das tentativas do Governo local em alavancar esses distritos.

Estudos apontam para um repensamento do conceito de distrito industrial, mediante sua aplicabilidade no contexto cearense. Esperamos que este estudo contribua, no âmbito da Ciência Geográfica, para o debate sobre a ideia de distrito industrial, uma vez que, com a intervenção do capital municipalizado, surgem outras configurações espaciais.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Nazareno (Org.). **Distrito Industrial – 40 anos**. Maracanaú (CE): Tipoprogresso, 2005.

ALMEIDA, Carlos Magno. Visita de delegação italiana consolidada acordo para a criação de pólos. **Agência Sebrae de Notícias**, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <asn.interjornal.com.br/noticia_pdf.kmf?-noticia=278975>. Acesso em: 29 ago. 2008.

AMORA, Zenilde Baima. **As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste**. 1978. 100f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

_____. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, José Borzachiello da (et. al.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

BECATTINI, Giacomo. Del Distrito Industrial Marsahalliano a <<La teoría del distrito>> contemporánea. Una breve reconstrucción crítica. **Investigaciones Regionales**. Asociación Española de Ciencia Regional. n. 1, p. 9-32, otoño, 2002.

BENKO, George. **Las science régionale**. Paris: Press Universitaires de France, 1998. p. 95-121.

_____. Murano et les verriers: um district industriel pas comme lesautres. **Terra Livre**, Goiânia, v. 2, n. 23, p. 15-34, jul-dez/2004.

BESERRA, Fábio Ricardo S. **Espaço, indústria e reestruturação do capital: a indústria de calçados na região do Cariri – CE**. 2007. 121f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**. Planejamento e clientelismo no Nordeste. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GALVÃO, O. J. A. “Clusters” e distritos industriais: estudos de casos em países selecionados e implicações de política. **Revista Planejamento e políticas públicas**, UFPE, n. 21, jun. 2000. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/parte1.pdf> Acesso em: 29 ago. 2008.

HISSA, Hélio Barbosa. **Clusterização como nova trajetória do capitalismo industrial no Brasil**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/3972/1/clusterizacao-como-nova-trajetoria-do-capitalismo-industrial-no-brasil/pagina1.html>>. Acesso em: 29 ago. 2008.

HOFFMANN, Valmir Emil; MOLINA-MORALES. **Conhecimento como recurso estratégico: uma análise em distritos industriais do Brasil e da Espanha**. Universitat Jaume I e Universidade Vale do Itajaí. [s.d.].

MATTOS, M. M. C. L. Os distritos industriais italianos (DIIs): uma abordagem institucional preliminar para dialogar com a experiência brasileira. In: SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: Sebrae, 2006.

PIMENTEL, Gladys. Centro foi marco da industrialização da Bahia. **Correio da Bahia**, Bahia, 06 out. 2002. Disponível em: <www.achanoticias.com.br/noticia_pdf.kmf?noticia=494260>. Acesso em: 23 out. 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SUZIGAN, Wilson. **Aglomerações industriais: avaliação e sugestões de políticas**. Disponível em: <http://www2.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/futIndustria_01.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2008.

TELES, Glauciana Alves. **Dinâmicas metropolitanas contemporâneas: Caucaia na Região Metropolitana de Fortaleza**. 2005. 174f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

INDÚSTRIA E REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL: A INSERÇÃO DE SOBRAL NA DIVISÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO CALÇADISTA

Diego Gadelha de Almeida¹

1. Introdução

Historicamente concentrada em dois pólos tradicionais, o Município de Franca (SP) e as cidades do Vale do Rio dos Sinos (RS), a produção calçadista brasileira passou nas últimas décadas por uma reestruturação que se consubstancia de duas maneiras: i) reorganização da produção e intensificação do controle sobre a força de trabalho, principal estratégia utilizada até o final da década de 1980 e ii) realocização das plantas industriais para *espaços de reserva*, alternativa encontrada pelos empresários do setor, na década de 1990, para tentar fugir da crise que assolava a produção calçadista nacional.

É com base nessa reestruturação produtiva e na redefinição da divisão espacial da produção calçadista, via *guerra dos lugares*, que o município de Sobral, localizado na região Noroeste do Estado do Ceará, aparece no contexto nacional como materialização do movimento de realocização das unidades fabris em direção ao Nordeste Brasileiro.

As transformações decorrentes da apropriação do Município para desempenhar uma função na complexa divisão

¹ Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e mestrando em Geografia pela mesma instituição.

espacial da produção calçadista é o motivo condutor deste artigo, que privilegiará a pesquisa a cerca da inserção de Sobral no circuito espacial da produção calçadista brasileira e a de corrente redefinição da forma-conteúdo do lugar via impacto nos indicadores econômicos, dinamização do mercado de trabalho e o seu rebatimento no espaço urbano sobralense.

2. Indústria calçadista sobralense - a nova dinâmica espacial

A produção do calçado não é um fato novo na história industrial de Sobral. Data do século XIX, a instalação, no Município, das primeiras atividades ligadas à produção calçadista com o uso do couro, exercida de modo artesanal, com capacidade de produção reduzida, assim como de pouco alcance no sistema de trocas. O que marcava as primeiras unidades produtoras de calçado era a ligação com o lugar, isto é, o capital era local, a produção tinha normas e técnicas locais, vinculadas à transformação da produção agropecuária da região. Poder-se-ia falar de uma relação direta entre a produção e a lógica do espaço regional.

A produção calçadista do Município ganha destaque com a criação da Associação dos Pequenos Fabricantes de Calçados de Sobral - ASPEFACS, fundada em 1991. Essa organização nasceu da necessidade de unir, por meio de cooperativas, os produtores que se encontravam dispersos espacialmente no Município de Sobral, com objetivo de racionalizar e expandir a produção².

2 O projeto de criação teve a parceria da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e do Núcleo de Tecnologia do Estado do Ceará - NUTEC, numa articulação da Prefeitura com o Governo do Estado, que atuavam na gestão da produção e treinamento da força de trabalho, buscando garantir uma produção em moldes racionais, com maior escala para competir no mercado.

A ASPEFACS tinha como alvo produzir calçados populares de couro, com mercado de abrangência regional. O Governo do Estado e a Prefeitura Municipal financiaram a compra de máquinas necessárias à mecanização da produção, assim como, garantiram parte da compra do produto final no Programa de Compras do Governo, contribuindo para desenvolver um pólo de produção calçadista no Município.

A produção estimada era de 400.000 pares/mês, de botas e luvas em couro, com a geração de uma média de 2.000 empregos, totalizando investimentos na ordem de 1 bilhão de dólares dos Estados Unidos, financiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Ceará – FDC³.

A ASPEFACS chegou a contar com doze associações de bairros, cada uma com um presidente, distribuídas na zona urbana de Sobral, principalmente, nos bairros da periferia da cidade como: COHAB I, Terrenos Novos, Sumaré, Alto da Brasília.

Ainda no início da década de 1990, contudo, um novo evento impôs um conjunto de transformações na produção calçadista local. Mais precisamente em 1993, o Município foi selecionado pela empresa Grendene Calçados S/A, de capital gaúcho, que no contexto da reestruturação da produção calçadista brasileira buscava novos lugares que oferecessem um conjunto de normas e variáveis lucrativas para recuperar a competitividade da empresa ante a concorrência intercapitalista da produção mundial de calçados.

Como um *ponto luminoso* no sítio urbano de Sobral, a Grendene instaurou um novo capítulo da produção calçadista do Município, sem escalas precedentes de comparação. Como se pode observar na Figura 1, são sete unidades, que ocupam,

3 Correio da Semana, março, 1993, p. 3.

aproximadamente, 154 mil metros quadrados de área construída, em cerca de 500 mil metros quadrados de terreno.

FIGURA 1 – Grendene Calçados em Sobral.



Fonte: Prefeitura Municipal de Sobral (Novembro, 2003).

A força hegemônica desse novo capital industrial não estabelece vínculos de dependência com a produção regional. É uma lógica exterior que o lugar acolhe e tem sua forma-conteúdo reestruturada para atender ao vetor de modernização, marcando uma ruptura com todas as formas de produção calçadistas desempenhadas pelo Município em tempos pretéritos.

A empresa tem capacidade de produzir 138 milhões de pares, por ano, número que situa o município como o maior produtor de calçados do Ceará, concentrando sozinho mais de 60% da produção estadual (GRENDENE, 2006).

A conformação dessa estrutura produtiva, distribuída em suas sete fábricas, não poderia ocorrer sem alterar a dinâmica da produção do espaço urbano-regional. A cada aumento da capacidade produtiva, com a instalação das novas unidades, mais trabalhadores eram recrutados, fato que incorria em maior mobilização de força de trabalho, não só no espaço urbano sobralense, mas também envolvendo os municípios vizinhos, alcançando o espaço regional. Os fluxos de troca foram também intensificados, representados pela dinâmica dos caminhões que penetram na Sede do Município via BR-222 e cruzam o espaço urbano até alcançar a planta industrial da empresa, no bairro da Expectativa.

A consolidação dessa nova dinâmica exigiu transformações do espaço urbano. No início dos anos 2000, a instalação de dois fixos marcaram essas mudanças. Primeiro, a construção de duas vias, *Avenida Pericentral* e o *Acesso às Áreas Industriais*, assim denominadas no Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano, que servem para viabilizar a dinamização dos fluxos que cruzam a cidade de Sobral em direção à fábrica de calçados (PDDU, 2000). O outro fixo instalado foi a nova linha de alta de tensão da Companhia de Energética do Ceará - COELCE, com 69.000 kw, visando a garantir o fornecimento de energia para a Grendene, de modo a atender aos constantes aumentos na capacidade produtiva da empresa.

O novo capital industrial não transforma apenas a materialidade do espaço. A participação da indústria calçadista é destacada, também, nos indicadores econômicos de Sobral. Tal afirmação pode ser comprovada na arrecadação do ICMS. Como relata o PDDU de 2000,

[...] 80% do ICMS arrecadado pelo Estado no Município de Sobral é proveniente da indústria, 14% pelo comércio e apenas 6% pela agricultura. Contudo, o município é altamente dependente de uma única empresa, pois 65% do ICMS atualmente arrecadado em Sobral é proveniente da Grendene (empresa de calçados) assim como 59% do total de postos de trabalho formais (7.100 empregos) ofertados pelo setor industrial de Sobral, conforme informações da Prefeitura Municipal. (P. 23)

A evolução da arrecadação do ICMS é um fato que também merece destaque. Os dados publicados pela Prefeitura destacam que a arrecadação de ICMS, em Sobral, no período de 1993-2001, aumentou em 491,2 % e, conseqüentemente, o repasse de imposto para o Município conheceu um incremento, no mesmo período, de 200,1%. Se a Grendene-Sobral, sozinha, participa com 65% dessa arrecadação, pode-se deduzir a importância da empresa para o Município.

Quando se trata do PIB-industrial, com base nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, no intervalo de 1985-2005, vê-se que este indicador conheceu aumento de mais de 100%, fazendo com que Sobral passasse a ocupar o terceiro lugar no *ranking* do PIB-industrial do Estado, atrás apenas de Fortaleza e de Maracanaú. Tal indicador revela a importância de Sobral no parque industrial cearense, ultrapassando até mesmo importantes aglomerações industriais da RMF como, Horizonte, Pacajus e Eusébio⁴.

4 Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, ano 2000, referentes ao montante do PIB-industrial do Estado, Fortaleza participa com 45,01%; Maracanaú, 17,12%; Sobral, 6,33%; Eusébio 4,7%, seguidos por Pacajus e Horizonte, na casa de 2,8%.

Outro fato que merece destaque é, sem dúvida, o papel que a Grendene-Sobral desempenha na exportação do seu produto final. Segundo dados da Secretaria do Comércio Exterior–SECEX, do Governo Federal, relativo ao ano de 2000, as unidades da Grendene-Sobral foram responsáveis por 50% das exportações cearenses de calçados, aparecendo no seleto *ranking* estadual de empresas com o valor de exportação acima de US\$ 50 milhões. Assim, a importância da fábrica sobralense é notória, também, na escala do Estado. É na escala do município, porém, que a participação na pauta de exportação impressiona. Como é possível observar na Tabela 1, a Grendene-Sobral foi responsável, em 2007, por 99,46% do valor das exportações do Município.

TABELA 1 – Principais Empresas Exportadoras – Sobral

Empresas	2006 (Jan./Dez.)		2007 (Jan./Dez.)		Var % 2007/2006
	US\$ F.O.B.	Part %	US\$ F.O.B.	Part %	
Total das principais empresas	77.363.600	100	91.959.751	100	18,87
1 – Grendene S. A.	70.892.640	91,64	91.462.743	99,46	29,02
2 – S2 Brazil Importação e Exportação LTDA.	0	0	352.996	0,38	0
3 – F.P. Comércio Importação e Exportação LTDA.	386.240	0,5	73.342	0,08	-81,01
4 – Francisco Evaristo Bezerra	62.408	0,08	48.588	0,05	-22,14
5 – Marcotex Mineração LTDA.	0	0	22.082	0,02	0
6 – Cimento Poty S.A.	6.022.312	7,78	0	0	0

Fonte: SECEX, 2007-2006.

Não é apenas no âmbito da exportação, no entanto, que a Grendene-Sobral dinamiza a economia urbana. Quando se analisa a importância da empresa pela variável importação, percebe-se, também, sua hegemonia, pois, em 2007, ela participou com 65,11% do valor das importações do Município. Toda essa centralidade ajuda a se entender a evolução dos indicadores relacionados à indústria em escala municipal, bem como observar a necessidade de reestruturação do espaço sobralense para fluidez e eficácia da produção.

Essa hegemonia da Grendene no local revela duas realidades: (i) a Grendene-Sobral é o principal elo de Sobral como mundo, inserindo o Município na divisão internacional do trabalho; (ii) as demais indústrias sobralenses, em sua maioria, não ultrapassam a escala regional e, apenas com exceções, alcançam a totalidade do território nacional nos seus *circuitos espaciais e círculos de cooperação* (SANTOS; SILVEIRA, 2003). Enfim, é uma força sem concorrência na escala local, ofuscando a importância das demais indústrias instaladas ao longo do processo histórico na exportação.

Percebe-se, com efeito, que o processo ora consolidado tem como importante motor da produção do espaço a nova indústria de calçados. Essa afirmação é percebida na análise dos indicadores econômicos e, sobretudo, pode ser apreendida na fala dos sobralenses, das diversas classes e atuação na divisão social do trabalho - políticos, trabalhadores, comerciantes, representantes de instituições públicas, dentre outras.

É uníssono: Sobral tem uma *'nova vida'* com a instalação da indústria de calçados. É uma fala de orgulho e aflição, pois boa parte dos depoentes reconhece a dependência econômica do Município em relação ao mercado de trabalho ensejado pela empresa e seu impacto nas contas municipais.

A instalação das unidades produtoras da Grendene em Sobral, todavia, além de influenciar as contas municipais e a economia urbana, insere a cidade no novo mapa da produção calçadista brasileira, com uma função específica dentro da hierarquia dos *circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação* (SANTOS; SILVEIRA, 2003).

3. Grendene-Sobral: reestruturação da forma-conteúdo do lugar

A atual fase de mundialização do capital, marcada pela crise do fordismo, na década de 1970, tem como uma de suas características a redução das barreiras espaciais, em decorrência da fluidez informacional e do desenvolvimento dos sistemas de transportes, que garantem uma *compressão espaço-tempo* (HARVEY, 2004), possibilitando que a mesma empresa distribua em diferentes territórios partes do processo produtivo, antes concentrado no mesmo local.

Foi nesse contexto que a Grendene fragmentou sua produção pelo Território Nacional, alcançando novos lugares, alargando seu raio de ação por meio de redes que ligam os espaços da produção.

Sobral é o nó mais denso dessa rede no Ceará, por concentrar 87% (GRENDENE, 2006) de toda a produção de calçados da empresa e pelo fato de a unidade, localizada no Município, articular-se com diversas parcelas do espaço do mundo para completar seu circuito espacial da produção.

É nessa trama que a escala de relação do lugar se alarga e afere densidade. Os fluxos de informação e produtos que chegam

e partem de Sobral conhecem uma nova dinâmica de corrente da sua inserção na divisão espacial da produção calçadista brasileira.

Ante a complexidade de articulações que a empresa desenvolve, é válido classificar *o circuito espacial* e os *circuitos de cooperação* de duas maneiras: a primeira se efetiva nas relações de troca estabelecidas entre as unidades da Grendene dispersas no Território Nacional, desde a ordem de como e o que produzir, passando pela produção em si, até para onde enviar o produto final; e a segunda, por meio das relações da unidade-Sobral com outras parcelas do espaço mundial no envio de insumos necessários à produção, assim como os lugares de destino do produto final.

No que tange ao primeiro grupo de relações, como se pode observar na Figura 2, a unidade de Sobral tem vínculos diretos com a Sede Administrativa no Município de Farroupilha e com a fábrica de matrizes em Carlos Barbosa, ambas no Rio Grande do Sul. É de lá que partem as ordens para iniciar o processo produtivo, as normas de como produzir, quanto produzir e para onde enviar o produto final, bem como os moldes que serão utilizados para fabricar o calçado, demonstrando uma separação em *concepção* e *execução* do trabalho na divisão espacial da produção da empresa.

No âmbito do Território Cearense, entretanto, existe ainda uma intensa relação entre Sobral e as duas outras filiais da Grendene instaladas no Estado, uma na cidade do Crato e outra em Fortaleza, formando uma rede de produção que liga pontos distintos do espaço numa relação de complementaridade e dependência.

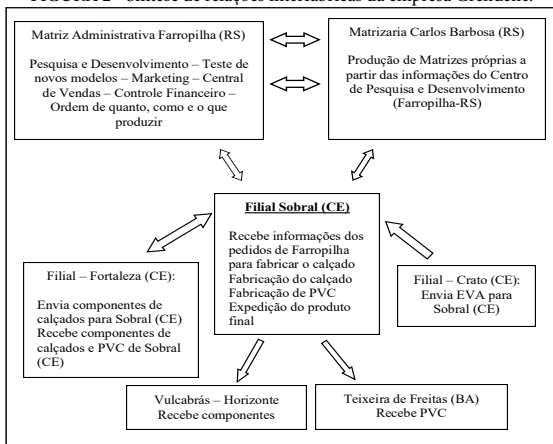
Sobral, por contar com uma unidade própria para a fabricação de PVC, principal matéria-prima do calçado, acaba por comandar a hierarquia de trocas entre Fortaleza e Crato.

Nesse último Município, a empresa dispõe da produção de componentes em EVA, outra matéria-prima para o calçado, estabelecendo relação direta com Sobral.

A circulação de insumos entre as três fábricas dispersas no Território Cearense é realizada pela transportadora MAQ Transporte e, eventualmente, pela COMETA Transportadora. Ambas se instalaram em Sobral pós-Grendene e contam com escritório funcionando dentro da fábrica.

No que diz respeito à segunda categoria de relação, o Município expande ainda mais sua escala de relação com as diversas parcelas do espaço mundial. É, sem dúvida, na aquisição de matéria-prima e envio do produto final que a Unidade-Sobral se insere no sistema mundial de trocas, dando maior densidade aos fluxos que chegam e partem para efetivar a realização da mais-valia.

FIGURA 2 - Síntese de relações interfábricas da empresa Grendene.



Fonte: Pesquisa Direta.

Segundo questionário aplicado junto à empresa no ano de 2007, o Sudeste é a região que mais se relaciona com Sobral para efetivar o circuito espacial da produção, seja pela aquisição de matérias-primas ou pelo consumo do produto final. Cerca de 60% dos insumos utilizados na fabricação de calçados em Sobral provêm dessa região. O Sul do país é responsável por 10%, o Nordeste por 8%, enquanto o Centro-Oeste e o Norte nada contribuem nessa etapa do circuito espacial. Já o mercado externo é responsável por 14% das matérias-primas utilizadas, que procedem, principalmente, da China e EUA. Sobral merece destaque em separado, uma vez que 8% dos insumos são adquiridos no Município, fato explicado pela presença de uma empresa de embalagens e outra de pigmentos que ali se instalaram, acompanhando a força dinamizadora da Grendene, estabelecendo desta forma, laços diretos com a empresa no espaço sobralense.

É no envio do produto final, porém, que o lugar alarga sua relação com as diversas parcelas do espaço mundial. Todas as regiões do Brasil recebem calçados produzidos em Sobral. Cerca de 85% da produção da unidade destina-se ao mercado nacional. Do total destinado ao mercado interno, a região Sudeste é responsável por consumir 55% da produção, a Nordeste 20%, Sul 15% e Norte e Centro-Oeste, cada qual, com 5%. O mercado externo é responsável por apenas 15% do consumo, sendo principais importadores Estados Unidos, Uruguai, México, alcançando ainda um raio de cerca de 85 países espalhados pelos principais continentes, ainda segundo dados extraídos do questionário retrocitado.

No Território Nacional, segundo pesquisa direta à empresa, o produto é escoado 100% via transporte rodoviário,

por uma empresa transportadora, que também se instalou em Sobral, pós-Grendene, funcionando dentro da planta industrial. Quanto ao envio do produto ao mercado externo, o transporte rodoviário fica com apenas 5%, notadamente para países da América do Sul. O transporte aéreo perfaz 20% do total, utilizando o Aeroporto Internacional Pinto Martins, localizado em Fortaleza, e o transporte marítimo é responsável por 75%, com maior participação do Porto do Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante, na Região Metropolitana de Fortaleza, e o Porto do Mucuripe, na Capital cearense.

De fato, a Grendene-Sobral impõe maior densidade às relações que o Município passa a desempenhar com as demais parcelas do espaço mundial. Os *circuitos espaciais* e os *círculos de cooperação* necessários à produção de calçados insere Sobral na rede mundial de trocas, redefinindo o conteúdo do lugar.

Não obstante, a consolidação da produção calçadista no Município de Sobral não alterou apenas as contas municipais ou a densidade de relações do lugar com os diversos subespaços do globo, mas também produziu a proletarização da força de trabalho. Este processo, que se iniciou em Sobral pós-instalação da fábrica da Grendene, é um evento que merece destaque na leitura da reestruturação socioespacial pela qual transita o Município nos últimos anos.

Com a instalação da Grendene, os números do mercado de trabalho passaram a gravitar ao redor de uma nova ordem. De acordo com dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, no intervalo de 1990-2000, o emprego industrial do município saltou, em apenas 10 anos, de 2.640 para 10.948. Tal crescimento tem como principal motor o grande número de força de trabalho consumida

pela Grendene-Sobral. Só a empresa recrutou, no ano de 2000, 8.596 trabalhadores, restando para os demais estabelecimentos industriais a participação em apenas 2.352 postos de trabalho, ainda de acordo com dados do RAIS.

O que marca a força de trabalho consumida pela Grendene-Sobral é sua falta de tradição no trabalho industrial. Uma parte dos operários jamais havia ocupado um posto na indústria e uma boa parte sequer exercia alguma atividade produtiva ou, se exercia, não era formal. Assim, a proletarianização inseriu um grande número de trabalhadores num cotidiano vigiado, repetitivo e intensivo do trabalho fabril.

O processo produtivo é caracterizado por múltiplas estratégias de organização da produção, como é possível observar em pesquisa de campo. A esteira fordista ainda é intensamente usada, entretanto, mesclada a formas de organização em células de produção e mini-fábricas, posicionadas racionalmente no espaço interno da fábrica para atender a produção diversificada dos vários modelos de calçados.

A hierarquia no espaço da produção e a divisão do trabalho são expressas nas fardas dos trabalhadores, chamada entre eles de bata. Cada função no processo produtivo tem uma tonalidade diferente de bata. A *azul clara* representa os trabalhadores do chão de fábrica, a grande maioria; a *azul escura* é usada pelos funcionários responsáveis pela manutenção das máquinas; a *cinza* representa os auxiliares de setor e analistas técnicos de produção; a *bege* marca o olhar atento do supervisor técnico, este responsável por controlar o ritmo da produção, fiscalizar o trabalho, ‘incentivar’ ganhos de produtividade, muitas vezes por pressão. Já a bata *azul clara com gola vermelha* é usada pelos trabalhadores de controle da produção e qualidade do produto; a *azul clara com gola azul*

escura representa os trabalhadores do setor de engenharia de processos, responsáveis pela constante reorganização do *layout* da fábrica e, por fim, os trabalhadores com “bata” azul clara com gola amarela são os líderes de seção, responsáveis diretos pela pontualidade e qualidade dos pedidos.

Tal hierarquia traz como viva a mesma hierarquia da divisão taylorista/fordista do trabalho. O símbolo da bata reflete, também, o nível de formação de cada trabalhador, seu tempo de serviço na empresa, pois representam ascensão funcional e, o mais importante, a diferença no valor do salário que cada um recebe em troca do uso de sua força de trabalho.

Tal uso é intenso. Em entrevistas com os trabalhadores, estes revelam que, ao se aproximar o final do ano, o ritmo de produção aumenta de velocidade e se intensifica a pressão no espaço da produção para dar conta dos pedidos no prazo e com qualidade.

O Município conta com um sindicato dos trabalhadores calçadistas, fundado no ano de 1995. Em 2007, o sindicato acumulou 6.214 sindicalizados, quase metade do número total de trabalhadores da empresa, que, em julho de 2007, chegou a 13.607, com base nos dados do próprio sindicato⁵.

Como já se poderia esperar, a política sindical combativa está ausente da organização dos trabalhadores de calçados de Sobral, acompanhando a tendência nacional de desmontagem dos sindicatos, que, assim como a classe trabalhadora, agoniza em sua mais profunda crise, com um processo de esvaziamento da luta política e das reivindicações por melhores condições de trabalho e salários, em nome da submissão ao sindicalismo de empresa (ANTUNES, 2003).

⁵ Apesar de Sobral contar com pequenas fábricas de calçado, apenas os trabalhadores da Grendene são sindicalizados na referida entidade.

Todos esses fatores fizeram com que a Grendene-Sobral se instalasse num profícuo espaço para efetivar com eficácia seus interesses. Gozando de incentivos públicos, a empresa encontrou, ainda, um “reservatório” de força de trabalho sem muitas opções, a não ser se subjugar ao imperativo da disciplina do trabalho industrial e a sua intensa jornada de trabalho. Ao mesmo tempo, não encontrou nenhuma organização combativa dos trabalhadores para fiscalizar e controlar os usos e abusos no consumo da força de trabalho local.

O resultado dessa trama favorável foi um crescimento no lucro da empresa de 10 vezes, no intervalo de 1994-2005. Além do aumento da rentabilidade, a empresa alcançou no passar dos anos um papel significativo no montante da produção calçadista nacional, fechando o ano de 2006 com 19,1% de participação no mercado brasileiro de calçados e 17,5% das exportações nacionais, reiterando que suas operações fora da fronteira do Rio Grande do Sul não só representaram uma estratégia de sobrevivência da empresa, como também garantiram um crescimento exponencial de seu capital (GRENDENE, 2006).

Como o Município de Sobral não se apropria do lucro, restou à cidade um conjunto de transformações no seu espaço urbano, desencadeadas pela migração de trabalhadores em busca de emprego de carteira assinada oferecido pela empresa calçadista; pela expansão da periferia, principal destino dos migrantes; e formação de um mercado de aluguéis, principalmente no entorno da planta industrial, entre outras.

Os bairros Alto da Brasília, Parque Silvana I e Alto da Expectativa conheceram com maior intensidade esse processo, principalmente por ser nesse limite territorial que a empresa instalou as sete unidades produtivas. É justamente nesse

entorno que se nota a instalação desse fixo trazendo consigo rebatimentos também na escala do espaço urbano.

Tal destaque é evidenciado por dois processos: primeiro, os dois bairros passaram por mudanças profundas desde a incorporação de um conjunto de fixos, principalmente ruas e avenidas, para escoar a produção e facilitar o acesso à empresa, redefinindo a circulação de pessoas e meios de transportes em sua direção; segundo, por uma transformação da dinâmica do lugar, que ganhou novos elementos, tais como: moto taxistas, caminhões, ônibus e um grande deslocamento de trabalhadores da empresa por bicicleta, a pé e moto, marcando os novos elementos da dinâmica local.

É na troca de turnos dos trabalhadores, porém, que tais elementos ganham velocidade, formando uma paisagem particular no espaço urbano de Sobral. Nos dois portões de acesso à fábrica, a movimentação é intensa, onde familiares esperam pelos trabalhadores de moto ou bicicleta, moto taxistas e, ainda, há uma concentração de trabalhadores informais, que aproveitam a ocasião para vender produtos diversos, como se verifica na Figura 3.

No horário pré-estabelecido da troca de turnos, os portões se abrem e uma grande leva de batas azuis deixa a fábrica. Os ambulantes se animam, divulgam seus produtos e os trabalhadores seguem cada um seu caminho. Muitos se infiltram a pé nas ruas dos dois bairros. Alguns, favorecidos pela proximidade do local de trabalho da sua moradia, terão mais tempo para reproduzir sua força de trabalho, enquanto outros cruzam o espaço urbano até chegar aos bairros da periferia sobralense - Terrenos Novos, Sinhá Sabóia, Pedrinhas, Dom Expedito, ou ainda, aos municípios do entorno, principalmente, Massapê, Forquilha, Meruoca, Santana do Acaraú e Groaíras.

FIGURA 3 – Comércio ambulante em frente à Fábrica.



Fonte: Foto do Autor (Fevereiro, 2008).

As moradias que ficam próximas aos portões de acesso aproveitam o fluxo diário de trabalhadores. Algumas foram transformadas em comércio, principalmente, de 'lanche rápido'. O que mais chama a atenção, no entanto, é a estratégia de alguns moradores de adaptarem suas moradias em bicicletários. Embora a empresa disponibilize um local específico para estacionamento das bicicletas e motos dos trabalhadores, estes revelam que na hora da troca de turno acontecem trocas de veículos e, principalmente, perdiam muito tempo esperando na fila para pegar seu transporte e deixar a fábrica.

Sabendo disso, como demonstram as Figuras 4 e 5, alguns moradores que habitam próximo aos portões, passaram a cobrar de 3 a 5 reais por mês para disponibilizar um local na sua casa que oferece uma acomodação segura e prática aos meios de transporte dos trabalhadores, sendo uma estratégia de reforço da renda familiar.

Ainda como marca das transformações do entorno, houve considerável valorização da área nos últimos anos. Por se encontrar próximo à empresa, os preços do terreno e do aluguel aumentaram significativamente. Grande parte dos trabalhadores que habitam os bairros Alto da Brasília, Parque Silvana I e Alto da Expectativa paga alugueis. A coabitação também é comum. Algumas casas funcionam como verdadeiras repúblicas de trabalhadores, sobretudo para aqueles que migraram para Sobral.

FIGURA 4 – Bicletário residencial I.



Fonte: Foto do Autor (Fevereiro, 2008).

FIGURA 5 – Bicletário residencial II.



Fonte: Foto do Autor (Fevereiro, 2008).

Assim, o intenso deslocamento de trabalhadores alterou o cotidiano dos dois bairros há pouco citados e formou uma paisagem urbana particular, que pode ser observada na tipologia das casas, no arruamento, na infraestrutura e nos equipamentos de consumo coletivo.

Nota-se, com efeito, que a incorporação do Município à divisão espacial da produção calçadista não ocorreu sem uma intensa reestruturação socioespacial que se materializa via: (1) proletarização da força de trabalho local, inserida na lógica vigiada e repetitiva da esteira fordista no espaço da produção; (2) migração de um grande contingente de força de trabalho na busca de emprego com carteira assinada, resultando na expansão da periferização; (3) pressão no mercado imobiliário local em decorrência dessa migração, aumentando o preço do solo e aluguéis, notadamente no entorno das fábricas de calça-

do; (4) redefinição da articulação do lugar com outras parcelas do espaço mundial por intermédio da compra de insumos e envio do produto final; e (5) comando da indústria ante os outros setores da economia no que diz respeito à arrecadação de impostos e geração de empregos.

4. Considerações finais

Não há como questionar o grande dinamismo que o Município conheceu pós-instalação da Grendene Calçados, mas, também, não se há de esconder a contradição que se instala no lugar fruto desse processo. O *uso e abuso* da força de trabalho local e todas as transformações urbanas de correntes da inserção dos novos lugares na divisão espacial da produção calçadista são faces encobertas nas propagandas governamentais que difundem o sucesso dos modelos de atração e desenvolvimento da atividade industrial, alardeando como um *modelo de desenvolvimento econômico sustentável*.

Até quando? A pergunta deve ser feita, pois, como se alcança, o que marca o setor calçadista é uma grande instabilidade de dupla origem: (1) do mercado interno, principal comprador do produto final das empresas calçadistas nacionais; (2) e dos concorrentes internacionais, que ganham cada vez mais espaço no mercado nacional e ainda disputam diretamente com os calçados brasileiros no plano mundial. A China é o principal exemplo dessa concorrência intercapitalista. Por isso, a preocupação com as contas do setor não é exclusiva do empresário calçadista, mas agora, também, da Prefeitura de Sobral e da população sobralense que buscam assegurar a permanência desse capital na sua fronteira.

No atual período, porém, a preocupação da sociedade sobralense não se refere somente à “saúde” do setor, mas também a outra concorrência, ou seria, como acentua Santos (2004) uma *guerra*? Sim, uma *guerra dos lugares*, que disputam entre si a atração de investimentos e novas tramas produtivas, oferecendo um conjunto de *virtualidades*: isenções fiscais, terrenos, financiamentos, contratos de uso exclusivo da força de trabalho local etc. Um verdadeiro leilão. Ganha quem oferecer a maior rentabilidade aos interesses privatistas, impondo uma profunda rendição do lugar, que passa a depender e defender o capital privado, sendo que este *usa e abusa* da produtividade local até que outro subespaço do globo ofereça uma proposta mais lucrativa.

Essa instabilidade é uma preocupação frequente da população sobralense, legitimando a dependência do lugar frente a nova dinâmica econômica gerada pela proletarianização da força de trabalho local, que dinamiza todas as esferas da economia urbana. Afinal, só a Grendene-Sobral é responsável por mais de 80% dos empregos formais do setor industrial local. Até quando, Sobral, ostentará toda essa nova opulência que circula ao redor do emprego calçadista?

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS – 1990-2000**. Disponível em: CD- ROOM. Acesso em: 13 set. 2008.

CORREIO DA SEMANA. **Pólo calçadista auxilia no desenvolvimento do município sobralense**. Sobral, Março, 1993, p. 3.

GADELHA, Diego; PEREIRA JÚNIOR, Edílson. O novo espaço da produção calçadista no Ceará: o caso do município de Russas. In. ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

GRENDENE. **Relatório Anual 2006** – online. Disponível em: <<http://www.grendene.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

IPEA. **Ipeadata**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1455490576&Tick=1224508679781&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%28127%29&Mod=R>. Acesso em: 13 set. 2008.

IPECE. **Anuário Estatístico do Ceará - 2002/2003**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario_2003/anuario_2002_2003/f1f2f3.htm>. Acesso em: 13 set. 2008.

NAVARRO, Vera Lúcia. **Trabalho e trabalhadores do calçado: a indústria calçadista de Franca (SP) – das origens artesanais à reestruturação produtiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SECEX. **Indicadores e Estatísticas de Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/depPlasDesComExterior/indEstatisticas/balComercial/balUniFederacao.php>>. Acesso em: 13 set. 2008.

SOBRAL. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral-2000**. Disponível em: <<http://www.sobral.ce.gov.br/sec/splam/pddu.php>>. Acesso em: 13 set. 2008.

_____. **Evolução das Receitas de 1996 a 2007**. Disponível em: <<http://www.sobral.ce.gov.br/gestao/index.php>>. Acesso em: 13 set. 2008.

O LAZER E A BEIRA-MAR DE FORTALEZA: TEMPORALIDADES E TERRITORIALIDADES

Luiz Antonio Araújo Gonçalves¹
Zenilde Baima Amora²

*Sobraram da construção
A estátua de Iracema
Tem o sol como cinema
E eu não tenho ilusão*

*O mar vai o mar vem
De quem será o mar
O mar vai o mar vem
Ninguém pode ter o mar.*

Hotel à Beira-Mar, Raimundo Fagner/ Zeca Baleiro

1. Introdução

Este artigo compreende um esboço sucinto, fruto de reflexões sobre a Beira-Mar de Fortaleza enquanto espaço de lazer e sociabilidade. A faixa litorânea de Fortaleza, integrada à sua morfologia urbana mediante a implantação de uma avenida litorânea (avenida Beira-Mar), ou seja, o trecho que vai da praia do Meireles até a praia do Mucuripe, constitui o recorte desta análise.

Fortaleza se destaca na contemporaneidade pelas diversas opções de lazer e diversão que oferece, disseminadas por toda a Cidade e expressas em um número significativo de

1 Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE e mestrando em Geografia pela mesma instituição.

2 Doutora em Geografia e docente da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

shoppings centers, clubes, boates, casas de show, bares e restaurantes, que podem ser encontrados tanto nas áreas centrais, próximas à orla marítima, quanto em lugares mais periféricos da Cidade. O que se intenta mostrar neste trabalho é como, em determinado período histórico, a Cidade transferiu para a avenida Beira-Mar o papel de *locus* do lazer, antes ocupado pelo Centro, mais especificamente, pela Praça do Ferreira e adjacências. Posteriormente, este espaço litorâneo também é direcionado para a atividade turística, no entanto, a relação entre o turismo e a Beira-Mar não constitui o objeto central desse artigo.

No que concerne ao interesse geográfico pelo recorte do litoral, cabe ressaltar que a produção do espaço litorâneo de Fortaleza ocorreu mediada pela relação contraditória entre o acesso à praia como lugar comum e a sua apropriação como espaço do lazer, moradia e turismo, promovida pelo Poder Público em detrimento de outras áreas.

Ao se entender as transformações urbanas ocorridas na zona litorânea de Fortaleza, busca-se mostrar como a produção desse espaço reflete a organização social que articula e determina os seus usos. Não se pode compreender, todavia, a materialização das relações sociais sem a devida associação entre tempo e espaço. (CARLOS, 2004, p. 79).

Desse modo, consideram-se as diferentes temporalidades da constituição do lugar que compreende a Beira-Mar, porém inseridas nas transformações urbanas de Fortaleza e integradas à sua morfologia.

Transpondo as formas para além da materialização das relações sociais, vislumbra-se destacar as territorialidades construídas mediante os usos e novos sentidos concedidos ao

espaço litorâneo da cidade. Estes impõem rotinas, horários e novas representações desses lugares da vida (CARLOS, 2004, p. 79-80). Para tanto, aborda-se a escala que inter-relaciona o espaço urbano ao uso, sobretudo, daqueles que se fazem presentes no movimento cotidiano do calçadão da orla.

O lazer aparece neste trabalho como componente da história de incorporação das zonas de praia, não restrito às experiências vivenciadas pelas novas práticas marítimas, mas levando-se em conta um contexto maior de “[...] esfera permitida e controlada da vida social [...]” (MARCELLINO, 1996, p. 9). Em diferentes momentos, o lazer atuou na produção do espaço litorâneo de Fortaleza, seja como elemento de distinção social, vetor de valorização fundiária ou simplesmente para mascarar e diluir as contradições sociais.

O entendimento desse componente, todavia, que se relaciona com outras esferas da vida social, conforme Marcellino (1996, p. 8), deve levar em conta os seguintes aspectos fundamentais: tempo e atitude, ou seja, as atividades realizadas no tempo disponível das obrigações profissionais e o tipo de relação entre a ação do sujeito e a satisfação proporcionada por esse ato.

O artigo foi organizado em cinco partes: na segunda, trata-se das transformações referentes ao lazer na cidade de Fortaleza, mostrando o papel da praça do Ferreira como *locus* do lazer. Na terceira parte, faz-se breve discussão conceitual sobre orla marítima e Beira-Mar para, em seguida, se mostrar a inserção da Beira-Mar como novo espaço do lazer e da sociabilidade em Fortaleza, ou seja, a partir dos anos 1970. Na quarta parte, destacam-se as dinâmicas territoriais ali presentes, ao que se segue o remate do ensaio, com as considerações finais.

2. O lazer na lógica da cidade

Conforme se mostrará adiante, a constituição da Beira-Mar, no entre cruzamento de tempos diferenciados e sua inserção na produção do espaço urbano de Fortaleza, ocorreu a partir do final dos anos 1960, com o declínio das atividades de lazer no centro da Cidade, principalmente, na praça do Ferreira e a ascensão dos espaços litorâneos.

Nas décadas de 1940/50, a área correspondente à atual Avenida Beira-Mar não se caracterizava como densamente urbanizada, sendo até mesmo distante do perímetro urbano de então. Desse modo, constituía área pouco habitada, com ocupação rarefeita, caracterizada pela presença de casas de veraneio, moradias rústicas de pescadores e uma densa vegetação de cajueiros. (FREITAS, 2005, p. 190).

Era, portanto, na praça do Ferreira e suas adjacências onde se agregavam as principais funções de lazer, até mais ou menos a década de 1970, quando ocorreu a descentralização funcional do Centro com a saída de alguns órgãos da Administração Pública, da hotelaria e com o surgimento, em outros locais, de outros equipamentos, como os *shoppings centers*, que vão congregam, além do comércio, atividades de lazer.

A praça do Ferreira exercia uma centralidade indiscutível, constituída ao longo de várias décadas ou até mesmo de mais de um século³, concentrando em seus limites e entorno as mais diversas funções. A propósito, Gustavo Barroso em *A margem da história do Ceará*⁴, evidencia que ao redor da Praça, podiam ser observados cafés, restaurantes, bares, cinemas,

3 A praça, até a primeira metade do século XIX, não passava de um “[...] areal ensombrado de cajueiros, enquadrado por edificações térreas de bica e beira [...]” (BARROSO, 2004, p. 276).

4 Trata-se de uma obra póstuma publicada em 1962, pela Imprensa Universitária UFC, que reúne, porém, artigos escritos até o ano da morte (1959) do referido autor.

lojas de modas, farmácias, alfaiatarias, livrarias e prédios públicos. A praça do Ferreira e seu entorno, além de concentrar o comércio e outras funções urbanas, constituía o principal espaço do lazer e, portanto, de sociabilidade dos fortalezenses.

Em épocas mais remotas, a praça reunia clubes como o Iracema (1884), cafés como Java, Elegante, Iracema e o do Comércio, além do famoso cine-teatro *Majestic* (1917) (PONTE, 2001). Na década de 1950, mais precisamente em 1958, é inaugurado, na Praça do Ferreira, o Cine São Luis⁵, um ícone das salas de cinema de todo o Brasil, em razão do seu aspecto majestático. Estes cinemas exerceram grande importância no lazer e na vida cultural citadina em diferentes épocas. Era também no Centro onde estava concentrada a hotelaria⁶, destacando-se o *Excelsior Hotel*⁷, da década de 1930, e o *Savanah Hotel*, da década de 1960.

Outro espaço de lazer de Fortaleza bastante emblemático foi o Passeio Público, construído em 1880, concebido pelas elites locais influenciadas pelos jardins aristocráticos europeus, fruto da distinção social que primou pela separação dos espaços de lazer da cidade por classes sociais⁸. Este espaço

5 Essa importante sala de cinema foi fechada em 2005, resultado do declínio do Centro e da concorrência promovida pelas salas de projeção agora estabelecidas nos *shoppings centers*. Dada a importância histórica e o tombamento da edificação, houve a mobilização de setores importantes da sociedade de Fortaleza no sentido de sua manutenção como equipamento de lazer e cultura. Assim, de modo a recuperar suas atividades, a sala de exibição deu lugar ao Centro Cultural SESC Luiz Severiano Ribeiro, administrado pela Federação do Comércio do Estado do Ceará–Fecomércio/Serviço Social do Comércio–SESC Ceará, tornando-se um espaço multifuncional e passando a funcionar, além de sala de exposições de festivais de cinema como o Cine Ceará, *shows*, festivais de música, palestras, debates, entre outras atividades. (O POVO, 26/03/2008).

6 Outra área do Centro que também concentrou a hotelaria foi a Praça José de Alencar, a exemplo do *Lord Hotel* (1956), situado próximo do Teatro José de Alencar e de grande relevância para o centro da cidade. (O POVO, 12/12/2007).

7 Este hotel destacava-se por hospedar figuras ilustres como Amélia Earhart, uma das pioneiras da aviação dos EEUU que sobrevoou a cidade em 1937.

8 Jucá (2000, p. 204) relata o comentário do jornal conservador *O Nordeste*, marcado pelo discurso de divisão social: “ali se reunia a fina flor da nossa alta sociedade, sem ficar esquecida também a parte baixa, que dispunha... [de espaço] para divertimento, sem que se verificasse qualquer mistura.”.

contrapõe-se à praça⁹, marcada pelo caráter popular, como lugar do público, de encontro da população e que desde o início foi a expressão moderna da ordem pública em Fortaleza. Conforme Ponte (2001, p. 176), a praça do Ferreira torna-se o “coração da cidade”, o lugar urbano de expressão popular por onde passavam todos os segmentos sociais. Nesse sentido, Gustavo Barroso assinala que o Passeio Público morreu e a praça do Ferreira continuou cada vez mais viva.

A praça do Ferreira vai se firmando como uma centralidade passando por transformações ao longo de várias décadas, ajustando-se à dinâmica da Cidade. A Praça, por muito tempo, permaneceu como lugar das manifestações, comemorações, reivindicações e como lugar do passeio, do encontro, do comércio, das novidades advindas com as modernizações ligadas ao lazer e ao consumo, e, por estas razões, continuava sendo chamada de “coração da cidade”.

Na visão de Liberal de Castro¹⁰, a construção da avenida da Beira-Mar veio a ser determinante no declínio e perda da hegemonia urbana da praça do Ferreira no campo do lazer. A Praça e adjacências começam a declinar com a perda das funções administrativas, isto é, com a saída de órgãos públicos¹¹

9 Conforme Carvalho, 1998, p. 182 (apud SEGAWA, 1996, p. 15), “[...] a praça e suas modalidades desde a Europa medieval, [...] como espaço popular, permeado pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distintada cultura religiosa ou aristocrática, contrapõe-se ao jardim público, recinto derivado dos grandes jardins privados aristocráticos, de natureza distinta e oposta da praça pública pelas peculiares formas de sociabilidade [...] o jardim público, portanto, emerge como antítese da praça.”

10 Ver: CASTRO, José Liberal de. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Fortaleza: a administração Lúcio Alcântara março/1979 – maio/1982. Fortaleza, 1982.

11 No início dos anos 1970, a sede do Governo Estadual foi transferida do Palácio da Luz, situado nas adjacências da praça do Ferreira, para o Palácio da Abolição na avenida Barão de Studart, no bairro Meireles, próxima à Beira-Mar. Segundo comunicação eletrônica da Assessoria de imprensa da Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR, o Palácio da Abolição funcionou como sede do Governo Estadual por 05 governos (Plácido Castelo, César Cals, Aduino Bezerra, Virgílio Távora e Gonzaga Mota) até o ano de 1986, quando tomou posse

do entorno da praça, com o declínio da estrutura de hospedagem que se deu com o fechamento do *Excelsior* Hotel e do *Savannah* Hotel, além do fechamento das salas de cinemas, sendo a do Cine São Luis a última a resistir.

O Centro tradicional que já sediara clubes elegantes, praças ajardinadas com bancos e quiosques, salas de cinema, equipamentos destinados ao lazer e a sociabilidade, foi perdendo o poder de fixação desses e com o estabelecimento do comércio popular de rua, prestação de serviços e como nó para onde convergiram as linhas de transporte coletivo converteu-se no *centro da periferia* passando a atender, em sua maioria, à população residente em bairros mais distantes na periferia e até mesmo na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. (SILVA, 1992, p. 46).

Na contemporaneidade, em meio ao dinamismo que expande a cidade em várias direções, para Silva (2001, p. 30-31), “o Centro ficou alijado desse processo, acusando, ao contrário, desvantagens locacionais de grande porte e acentuado desmonte.”

Ainda para esse autor, o que ocorreu com o Centro foi a migração dos investimentos para novos espaços da cidade que passou a consumir outras paisagens inclusive as litorâneas.

Tasso Jereissati, que transferiu a sede do Governo para o Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, no bairro Cambé. Posteriormente, no governo de Lúcio Alcântara (2002-2006), a sede do governo é novamente transferida, desta vez para o Palácio Iracema, no bairro Edson Queiroz; contudo, o atual governador do estado, Cid Gomes, determinou a reformado Palácio da Abolição para que este retorne a ser a sede do Executivo Estadual.

3. A Beira-Mar de Fortaleza: lazer e sociabilidade

3.1 Algumas considerações conceituais sobre os espaços litorâneos

Antes, porém, de se adentrar mais especificamente à discussão sobre o espaço litorâneo que constitui a Beira-Mar de Fortaleza, julga-se pertinente fazer breve explanação sobre as dicções orla marítima e beira-mar. O intuito é se compreender melhor estas noções que, via de regra, são mencionadas em alguns trabalhos científicos, porém, muitas vezes, não aparecem de forma precisa, carecendo de uma formulação mais clara, ou seja, que conceitue essa faixa de terra contígua ao mar.

Com base na bibliografia consultada, destacamos uma definição de orla marítima que a considera como uma “[...] unidade geográfica inclusa na zona costeira, delimitada pela faixa de interface entre a terra firme e o mar [...]”. Seu espaço possui “[...] uma porção aquática, uma porção em terra e uma faixa de contato e sobreposição entre estes meios (variável no tempo e no espaço, basicamente em função das marés)”, tendo, ainda, os seus limites estabelecidos, no caso da porção aquática, à isóbata de 10 metros. No que tange a zona terrestre, são estabelecidos, a partir da linha de preamar, 50 metros para as áreas urbanizadas e 200 metros para as áreas não urbanizadas. (BRASIL, 2002, p. 27-28). Essa conceituação¹² atende a um planejamento voltado às atividades humanas no litoral

12 O conceito, ainda, identifica os aspectos relativos à morfo dinâmica costeira, de modo a abranger várias formações, desde costas rochosas até praias arenosas e integra a estrutura conceitual que fundamenta o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – PROJETO ORLA, implementado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, por meio da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos – SQA e pelo Ministério do Planejamento – MP, via Secretaria do Patrimônio da União – SPU, tendo como objetivo o disciplinamento do uso e ocupação, em escala nacional, dos espaços costeiros.

brasileiro e insere-se no Plano de Gestão da Zona Costeira - PGZC. Para o senso comum, entretanto, parece muitas vezes que falar em orla marítima remete diretamente à faixa de praia que bordeja o mar.

Nesta perspectiva, a expressão beira-mar parece ser uma noção mais geral de entendimento comum que foi sendo formada pela relação que parte do prático-sensível, da descrição da paisagem, do reconhecimento visual, ou seja, estar à beira do mar. Assim, em face de uma dimensão escalonar, essa noção parece ter uma extensão que não ultrapassa a faixa de praia¹³ como espaço dedicado ao lazer, aos banhos de mar, à prática de esportes, de modo que tende a se enquadrar em dimensões semelhantes à orla marítima. A expressão, contudo, é utilizada pelo senso comum, tanto no que se refere às áreas com vista para o mar, quanto àquelas que se distanciam um pouco mais deste. Assim, nem sempre a referência a beira-mar está associada à faixa de praia.

Conceituar e delimitar a zona costeira nos levaria, ainda, a discussões maiores. Conforme Moraes (2007, p. 29), “a precisa delimitação do que seria a ‘zona costeira’ de um país é tema que suscita discussões internacionais.” Para efeito do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC II (1997), a zona costeira é definida pela faixa marítima que considera “[...] o mar territorial como inserido na zona costeira, sendo o limite deste determinado pela Convenção das

13 A Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Fortaleza – Lei Nº 7.987, de 23 de dezembro de 1996, ainda em vigor, no seu artigo 109, define a área da faixa de praia como parte integrante da orla marítima do Município constituindo a “[...] área coberta e descoberta periodicamente pelas águas marítimas, acrescidas da faixa de material detrítico, tais como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicia a vegetação natural ou outro ecossistema, ou até o primeiro logradouro público e de acordo com o disposto nesta Lei.” (Redação dada pelo Art. 1º da Lei nº 7.812, de 30 de outubro de 1995.)

Nações Unidas sobre o direito ao mar nas 12 milhas náuticas contadas da linha de base da costa [...]” e pela faixa terrestre, ou seja, os limites político-administrativos dos municípios tidos como costeiros. (BRASIL, 2002, p. 23). Desse modo, a orla marítima é concebida hierarquicamente e do ponto de vista de uma distinção escalar, enquanto um detalhamento da zona costeira, ou seja, “[...] a área de contato imediato terra/mar e de interface de processos terrestres e aquáticos, sendo, portanto a borda marítima ou lagunar da zona costeira [...]”. (MORAES; ZAMBONI, 2007, p. 8).

Outro conceito que remete a uma discussão sobre os espaços litorâneos é o de litoralização. Segundo Dantas (2006, p. 269), este termo foi empregado pela primeira vez no Ceará, em 1990, nas atividades do XI Encontro Cearense de Geógrafos, “[...] para designar o fenômeno de transformação intensiva da região litorânea”. Tal conceito implica a

[...] produção de novas formas espaciais ligadas, de um lado, à sociedade do lazer e, de outro lado, aos movimentos de resistência, resultantes do estabelecimento do modo de vida urbana no litoral.

Para efeito deste artigo, considera-se o entendimento de orla marítima, já mencionado, levando-se em conta a diversidade de nomenclaturas atribuídas aos espaços litorâneos que guardam proporções extensas para a proposição desse trabalho. Cabe ressaltar que esta discussão se pauta na análise de um espaço litorâneo específico, a Beira-Mar de Fortaleza, inserida na orla marítima, porém na perspectiva do lazer, conforme já se mencionou.

Essa discussão é, por demais, instigante, sobretudo por despertar diferentes percepções e pontos de vista sobre o litoral. Não é a intenção aqui, porém, aprofundá-la, haja vista ser outro o foco deste experimento textual e dada a insuficiência de linhas para desenvolvê-la a contento, porém, uma aproximação desses termos contribuiria, sobremaneira, para o entendimento do uso e ocupação das zonas de praia.

3.2 A Avenida Beira-Mar e a sua incorporação à cidade na óptica do lazer

Segundo Moraes (2007, p. 21), referindo-se a obra de Alain Corbin¹⁴, a incorporação do espaço litorâneo sob a óptica do lazer e da recreação é um processo moderno, fruto de “[...] uma apropriação cultural que o identifica como um espaço de lazer [...]”. No caso de Fortaleza, a constituição do litoral como espaço do lazer e sociabilidade é ainda bem mais recente comparativamente a outros locais do Brasil e, principalmente, da Europa, cabendo ressaltar que a sua conformação aconteceu em períodos distintos.

Sobre esse aspecto, Dantas (2002, p. 46-47) destaca que houve dois momentos de valorização das zonas de praia de Fortaleza, o primeiro dos quais pautado na abertura dos espaços litorâneos como lugares do lazer e do veraneio, após os anos 1920-1930, resultado das transformações de ordem cultural, portanto, como reflexo da ocidentalização das elites locais que adotaram práticas vinculadas à sociedade do lazer (banhos de mar, veraneio). A outra ocasião tem início nos

¹⁴ Ver: CORBIN, Alain. Territórios do vazio. A praia no imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

anos 1970, mais ampla, quando às novas práticas marítimas, já absorvidas pela urbanização, agrega-se o turismo como novo vetor de valorização das zonas de praia. Esses dois momentos históricos marcam distintamente os espaços da praia de Iracema e, posteriormente, a área referente à praia do Meireles onde a avenida Beira-Mar foi construída.

A Ponte Metálica¹⁵ (antigo entre posto de carga e descarga) foi a primeira obra que integrou a cidade de Fortaleza ao mar, atraindo a malha urbana para o seu entorno com estabelecimentos portuários como a alfândega, armazéns, casas de importação e exportação. Posteriormente, a construção do porto do Mucuripe¹⁶ alterou a linha de costa e, consequentemente, os usos e apropriações da faixa de praia pelo lazer e moradia. Ao longo de mais ou menos um século, novos usos e atores surgiram alterando a paisagem da beira-mar, que também foi sendo redefinida pelo mar em suas idas e vindas.

Os primeiros indícios de incorporação das zonas marítimas como áreas de lazer já se evidenciavam, de certo modo, na instalação dos clubes sociais na orla, mais distantes da praça do Ferreira. Os clubes saíram do Centro e de outras áreas e se estabeleceram na orla marítima. Em sua obra *A cidade*

15 A Ponte Metálica, segundo Liberal de Castro, cujo nome oficial era Viaduto Moreira da Rocha, constituía o projeto portuário contratado pelo governo Epitácio Pessoa juntamente com os ingleses da *Norton Griffiths Co.*, daí cogita-se sua outra denominação de Ponte dos Ingleses. Na verdade, eram duas pontes de concreto estendidas perpendicularmente sobre a linha de costa à altura da praia de Iracema, que serviram de instalação portuária para a cidade até a década de 1930-40. Para o referido autor, com o aumento do comércio marítimo e da tonelagem, o uso das pontes tornou-se inviável, fazendo com que os navios não mais se aproximassem da costa e permanecessem ancorados distantes da praia. O transporte de passageiros e mercadorias era realizado por embarcações menores até a ponte; todavia para os grupos dominantes que enriqueceram do comércio marítimo de importação e exportação, a construção de um novo porto era uma necessidade premente.

16 Jucá (2000, p.193) relata que a praia de Iracema foi destruída pelo avanço do mar, ocasionado pelas obras do porto do Mucuripe, diminuindo a extensão daquela praia. A construção do porto teve forte impacto sobre os banhos de mar como opção de lazer, levando à valorização de outros pontos da beira-mar, como a praia do Meireles.

dos clubes, Pontes (2005, p. 127-128) relata que os primeiros clubes de Fortaleza situavam-se na área central da cidade e tinham o claro caráter de distinção social de suas atividades ligadas às festas de salão, jogos, sessões literárias, bailes de carnaval, concertos, recitais, atividades estas pouco relacionadas com o mar ou a *maritimidade*, na expressão de Dantas (2002).

A beira-mar não tinha seu uso atribuído ao lazer e os banhos de mar não eram frequentes, porém, alguns clubes sociais, conforme já destacado, em décadas pretéritas haviam se instalado naquela área caracterizando-a de certo modo como área propícia ao lazer.

O primeiro clube de Fortaleza a ter relação com mar foi o Náutico Atlético Cearense – NAC, fundado em 1929, que de início era uma pequena instalação¹⁷ localizada na praia do Peixe, hoje, Praia de Iracema. Outro clube que veio a se instalar na praia, no mesmo período, foi o Ideal Clube, que tinha sede em outra área da cidade (bairro Damas). Em função dos banhos de mar e passeios à beira-mar, costume já vigente nesse período, o clube Ideal instalou uma filial na praia, no local que, posteriormente, veio a se tornar a sua sede atual. Também na praia de Iracema foram instalados o Comercial Clube e o Centro Massapeense, tornando-se essa área *locus* do lazer privado. (PONTES, 2005, p. 135).

Reforçando a assertiva de Pontes, cabe ressaltar que a localização dos clubes na orla marítima evidencia a importância que o espaço litorâneo vai assumir como espaço de sociabilidade de Fortaleza, em um momento em que os clubes

17 Segundo Pontes (*op. cit.*, p. 187), as primeiras instalações do Náutico Atlético Cearense correspondiam a duas guaritas de madeira que serviam para que homens e mulheres, trocassem de roupa, visto que, àquela época era inconcebível avistar pessoas andando a rua em trajes de banho.

exerciam, ainda, grande papel na vida social dos fortalezenses de classes mais abastadas.

Na década de 1950, o Náutico constrói uma majestosa sede na atual avenida Abolição, com parte de suas instalações voltadas para a praia que viria a se constituir na avenida Beira-Mar, sendo este, atualmente, o único clube que permanece naquela área. Outros clubes, como a Associação Atlética Banco do Brasil – AABB/Fortaleza e o Clube dos Diários, que ali também se instalaram, venderam, mais recentemente, seus espaços dando lugar a edifícios residenciais de luxo, o que caracteriza o atual processo de ocupação da avenida Beira-Mar pela moradia.

A partir da década de 1960, as zonas de praia de Fortaleza, especificamente, sua costa leste, passaram a fazer parte dos planos urbanísticos para a cidade. Foi quando teve início a construção, na orla marítima, da avenida Beira-Mar. Em princípio, esse equipamento viria adequar a praia, enquanto espaço de circulação da população, principalmente a abastada, ao automóvel, símbolo de *status* àquela época. Em seguida, torna-se um espaço de lazer inserido como avenida-parque na proposta do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza – PLANDIRF.

O calçadão da Beira-Mar¹⁸ foi concebido em 1962, na gestão de Cordeiro Neto (1959/1963), na área referente ao bairro Meireles, em faixa de praia perpendicular à avenida Desembargador Moreira, constituindo assim o primeiro trecho a ser construído. No governo Murilo Borges (1963/1967),

18 Verificou-se na bibliografia consultada, uma falta de consenso quanto ao período e em qual gestão, precisamente, foi construído o calçadão da orla; no entanto, mereceu destaque a publicação da Prefeitura de Fortaleza referente à administração de Lúcio Alcântara (1979/1982) por explicitar dados referentes à construção do calçadão. Para detalhes ver: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Fortaleza: a administração Lucio Alcântara março/1979 – maio/1982. Fortaleza, 1982.

deu-se o prosseguimento da obra e, na administração de Lúcio Alcântara (1979/1982), foram implantadas a 2º e 3º etapas, correspondendo ao trecho entre a Volta da Jurema e o mercado dos peixes, no Mucuripe (PMF, 1982, p. 209).

Para Linhares (1992, p. 204) a difusão sociodemográfica e urbanística de ocupação das faixas costeiras, com surgimento de negócios relacionados ao turismo e lazer, já se fazia presente em cidades como o Rio de Janeiro, Acapulco, no México, e Punta del Este, no Uruguai. No caso de Fortaleza, isso só veio acontecer na década de 1960, com a construção da avenida Beira-Mar, seguindo tardiamente o impulso delineado pelas demais cidades costeiras brasileiras de ocupação da orla marítima.

As zonas de praia, até a década de 1960, eram despercebidas pela elite local como um espaço de bons negócios e de potencial turístico. Esta situação foi revertida após o chamado “milagre econômico brasileiro”, com o desenvolvimento de uma economia que passou a incorporar os imóveis à beira-mar e a propagação de hotéis, restaurantes, além do comércio de artesanato (LINHARES, 1992). Foi quando a beira-mar foi valorizada como espaço de moradia, de forma que as antigas residências deram lugar às primeiras edificações e condomínios. Paralelamente a esse processo de valorização pela moradia, aparecem os primeiros hotéis¹⁹.

A tendência de movimento dos hotéis em direção a orla concretizou-se nos anos 1970, com a inauguração do Hotel Beira-Mar, em 1972 e do Imperial *Othon Palace* Hotel, em 1977, já na avenida Beira-Mar, processo esse que se intensificou nas décadas seguintes com a instalação de grandes hotéis de redes internacionais em decorrência da inserção de Fortaleza no turismo mundializado.

19 Ainda nos anos 1950, surgiu o Iracema Plaza Hotel, primeiro hotel instalado na área próxima a orla da praia de Iracema. Este hotel caracterizava-se como um balneário, um marco que manifestava a tendência de movimento dos hotéis em direção a orla.

A valorização da beira-mar, fruto do fenômeno de incorporação das zonas de praia como lugar do lazer, residencial e do turismo, fez com que o mercado imobiliário, no sentido de se apropriar dessa nova raridade, pressionasse o Poder Público por ações infraestruturais. Para Pontes (2005, p. 22), com relação à paisagem material da cidade, as “[...] estruturas tendem a ceder o seu lugar a outros espaços, que segundo a lógica capitalista, vão sendo recriados, num constante processo de destruição e construção.”

FIGURA 1 – Projeto do Parque Beira Mar com a ampliação do calçadão (2ª e 3ª etapas em tons mais escuros).



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982.

Neste sentido, é pensado o Parque Beira-Mar (Figura 1) na década de 1970, no processo de incorporação da orla, no contexto da política municipal de implantação de parques urbanos e praças que tinham por objetivo assegurar o uso dos espaços livres de domínio público para o lazer.

Dessa forma, associado ao ordenamento da orla, esse equipamento foi estendido até a praia do Mucuripe com a instalação, além do passeio, de barracas padronizadas na faixa de praia, pista de skate, quadras de esporte e também um teatro de arena à beira-mar.

A construção de parques urbanos em Fortaleza foi marcada, de certo modo, por um forte apelo conservacionista, no sentido de evitar a degradação das áreas naturais (áreas verdes e terrenos marginais aos rios) entendendo-as como equipamentos urbanos que visavam o acesso aos espaços livres de domínio público da cidade para o lazer. (PMF, 1982, p. 212).

Processo semelhante, de incorporação dos espaços de domínio público, é apresentado por Serpa (2007, p. 21) ao mostrar como a “[...] implantação de novos parques públicos, em Paris e Salvador, a partir dos anos 1990, estão sempre subordinados a diretrizes políticas e ideológicas”. O parque público é “[...] um meio de controle social, sobretudo das classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas.”

Marcellino (1996, p. 25) exprime que “o espaço para o lazer é o espaço urbano”, no entanto, ao analisar a relação lazer/espaço urbano ele constata o descompasso na distribuição dos equipamentos de lazer nas cidades, “[...] gerando desníveis na ocupação do solo e diferenciando marcadamente, de um lado as áreas centrais, concentradoras de benefícios, e de outro a periferia, verdadeiro depósito de habitações”.

O Parque Beira-Mar teve um importante papel na valorização fundiária dessa área da cidade, em especial, do bairro Meireles²⁰, vindo de encontro aos anseios do estilo de vida de uma classe média/alta que se deslocou para aquela área no início da década de 1970. O bairro passou por um intenso processo destrutivo-constructivo, com a substituição de residências da

20 O bairro Meireles constitui extensão entre a praia de Iracema, ao Oeste, o oceano Atlântico, ao Norte. Faz limites com o Mucuripe, ao Leste, bairro onde se situa o cais portuário de Fortaleza, e ao Sul com o bairro Aldeota. No Censo de 1991, o Meireles possuía uma população residente de 23.992 habitantes, passando para 30.397, no Censo de 2000.

classe média/alta por prédios de condomínios residenciais²¹ (Figura 2) que foram se estabelecendo na área próxima ao litoral.

FIGURA 2 – Vista do Bairro Meireles no sentido continente/litoral.



Fonte: Amora, 2008.

O bairro passou por uma *seletividade espacial*²², não somente quanto ao padrão residencial, mas também no que concerne à oferta de comércio e serviços. Essa área passou a concentrar a maioria absoluta dos meios de hospedagem, que no passado estavam situadas na área do centro da Cidade, conforme já se fez referência. A maioria absoluta dos hotéis se fixou, principalmente, nas avenidas Beira-Mar e Abolição (SETUR 2003), bem como os equipamentos de apoio à atividade turística como postos bancários, agência dos correios, redes de *fast-foods*, restaurantes, agências de viagens, locadoras de veículos, casas de câmbio, farmácias, supermercados, lavanderias, entre outros. Um indicador

21 De acordo com trabalho de reconhecimento visual, identificou-se o fato de que mais de 60% dos prédios construídos na avenida Beira-Mar são de condomínios residenciais.

22 A respeito desse conceito, ver: SANTOS, Milton. Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. Myrna T. Rego Viana. 2. ed. 1 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008.

dessa expansão pode ser verificado pelo número de estabelecimentos nos setores do comércio e serviços no bairro²³.

Desse modo, o bairro Meireles agregou uma infraestrutura que o diferenciou de outros bairros litorâneos²⁴, fruto, ainda, de um caráter de distinção social, valorização do espaço do morar de uma classe cujos investimentos ocorreram em detrimento de outras áreas da Cidade.

Tal acirramento pela “Beira-Mar” gerou uma verticalização que se estendeu pela orla adentrando as ruas contíguas com a construção de edifícios cada vez mais altos. Essa área tornou-se uma das mais valorizadas de Fortaleza, atraindo novos residentes que buscam usufruir das boas condições de infraestrutura e da localização próxima a corredores de comércio e serviços, de modo que já se verifica a escassez de terrenos disponíveis no bairro Meireles, aumentando ainda mais o valor dos imóveis, principalmente, na Avenida Beira-Mar²⁵.

23 De acordo com o Relatório Anual de Informação Social – RAIS, no ano de 2005, o bairro Meireles contava 2.000 estabelecimentos no subsetor serviços, e 789 no setor do comércio (PMF, 2007).

24 Na cidade de Fortaleza, fazem limite com o mar, os seguintes bairros: Barra do Ceará, Cristo Redentor, Pirambu, Jacarecanga, Moura Brasil, Centro, Praia de Iracema, Meireles, Mucuripe, Cais do Porto, Vicente Pinzón, Praia do Futuro I, Praia do Futuro II, Sabiaguaba. No ano 2000, a população nesses bairros somava 278.651 residentes (13%) da população da cidade que era de 2.141.402 habitantes. (FIBGE, 2000).

25 Atualmente, o valor do metro quadrado do terreno na avenida Beira-Mar chega a ultrapassar R\$ 8 mil, com o metro quadrado construído em torno de R\$ 5,5 mil. Já para os imóveis localizados fora da linha de costa, os preços caem para a cotação entre R\$ 2 mil e R\$ 3,5 mil (DN, 24/04/2008).

4. Territorialidades na Avenida Beira-Mar

A orla marítima de Fortaleza passou de espaço natural, lugar comum que propiciava determinados usos, a um lugar artificializado, com a construção da Beira-Mar. Este equipamento público que promoveu transformações no lugar evidenciando-se novas territorialidades com base nos usos do calçadão. Tudo isso em meio a uma lógica de transformação e homogeneização do litoral em áreas dotadas de infraestrutura urbana.

Os usos do calçadão revelam as diversas formas de manifestação e resistência que os diferentes agentes produzem naquele espaço normatizado. Novos ritmos são impostos muitas vezes restritos ao traçado da avenida litorânea e ao fluxo de pedestres (turistas ou residentes), de modo que, em muitos momentos, o calçadão vai negar a faixa de praia e o mar, com a transformação do uso da praia de espaço balnear, passando a predominar como novo valor a prática de esporte (caminhada, corrida, ciclismo, dentre outros) influenciando, enfaticamente, o comportamento dos seus passantes, bem como o uso dos equipamentos instalados (quadras de vôlei/basquete, pista de *skate*). Mesmo assim, nos finais de semana podemos verificar certo número de banhistas espaçados na faixa de praia, porém não tantos quanto aqueles que seguem pelo calçadão caminhando ou correndo nos finais de tarde.

Silva (2001, p. 49) já identificava as diferentes territorialidades que marcavam determinados trechos da orla em função da variação diária, semanal, sazonal (alguns fixos, outros móveis) em meio a ressignificação do território da praia pela turistificação daquele lugar.

As territorialidades, que para Raffestin (1993, p. 158) adquirem “[...] um valor bem particular, pois reflete a multidi-

mensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade [...]”, são construídas, mediadas pela prática de exercícios físicos, pelo lazer e o trabalho em meio ao calçadão por pessoas de várias áreas da cidade, próximas e distantes. As territorialidades na Beira-Mar se manifestam durante o dia mediante a prática da caminhada, da corrida pelo calçadão e da pausa na praça dos estressados²⁶. O estilo de vida, de uma classe média/alta, mediado por uma racionalidade que se vincula ao emprego produtivo do tempo e/ou o rígido controle deste impõe novos ritmos e condições ao tempo da vida que acaba por invadir a esfera privada de modo a suscitar um novo tempo e, conseqüentemente, atingindo as relações cotidianas. (CARLOS, 2004, p. 80).

Assim, o tempo da caminhada no calçadão se estabelece nas primeiras horas do dia, antes da ida ao trabalho, ou então à noite, após um dia de labuta. Quanto aos residentes na Beira-Mar, importa dispor dessa acessibilidade simbólica, ou seja, poder ter acesso ao calçadão, à paisagem litorânea da orla marítima a qualquer momento do dia.

Os usos da praia também vão ser redefinidos pela mudança dos valores e dos comportamentos mediante a mudança de sentido da praia, como bem natural apropriado pelo lazer, bem como pela alteração de sentido do espaço público do calçadão quanto à possibilidade de ensejar lucros, transformando-o em espaço da mercadoria.

Nessa perspectiva, merecem destaque as territorialidades demarcadas pelos trabalhadores da Beira-Mar. O calça-

²⁶ Convencionou-se denominar de praça dos Estressados o ponto de encontro no calçadão dos praticantes do *cooper* e da caminhada. Ao lado, os caminhantes encontram quiosques onde podem consumir a água de coco, o energético, a “vitamina” de pó de guaraná ou simplesmente para a pausa de descanso ou encontro com os amigos entre um exercício e outro no calçadão.

dão tornou-se também um local para o comércio ambulante e onde se fixou a feira de artesanato, conhecida como “Feirinha da Beira-Mar”. Esta se formou em função do estabelecimento dos hotéis na orla e, conseqüentemente, pelo grande fluxo de turistas no calçadão, atraindo também um grande número de vendedores ambulantes que utilizam aquele espaço público como local de trabalho.

Na orla dos ambulantes, tudo é flexível, é desmontável, é passível de mobilidade. Assim, também ocorre com a feira de artesanato que tem em comum, o caráter temporal e a concessão de um “território parcial”. Adaptam-se os equipamentos, as barracas, os carrinhos que carregam as mercadorias de modo que para percorrer todo o calçadão, andar sobre rodas é imperativo.

A condição pública das zonas de praia leva a um uso que ultrapassa as atividades litorâneas, corroborando as observações de Carvalho (1998, p. 182) quanto ao surgimento de novos espaços em substituição à praça para a realização de grandes eventos. Quanto à avenida Beira-Mar e seu calçadão, a utilização destes espaços extrapola os usos da praia e dá lugar a eventos diversos, como maratonas, passeios ciclísticos, parada pela diversidade sexual, atividades esportivas, manifestações populares, parada cívico-militar de 07 de Setembro²⁷, dentre outros. Não obstante, novos espaços surgem, como o aterro da Praia de Iracema,²⁸ servindo também a eventos de

27 A parada militar de 07 de setembro antes era realizava na avenida Desembargador Moreira, nas imediações do Hospital Geral Militar de Fortaleza; no entanto, apartir dos anos 2000, esse evento passou a ser realizado na avenida Beira-Mar. No calçadão, ainda, foi posto um mastro com o pavilhão nacional.

28 A princípio, uma obra que primou pela recuperação da faixa de praia perdida com a construção do porto do Mucuripe, porém, além de ter valorizado o solo urbano naquela área, proporcionou, com a formação de uma grande área de praia, a aglomeração popular em *shows* abertos ao grande público.

massa, como *shows* de artistas nacionais, festas de *reveillon*, apresentações artísticas e encontros religiosos, atraindo um grande público à orla marítima.

Como observam Costa e Almeida (1998, p. 274),

O espaço litorâneo urbaniza-se, moderniza-se, transforma-se, adquire nova configuração. Esfacela-se e multiplica-se em diferentes territórios. Novos atores disputam ou convivem neste espaço, demarcando seus territórios. O velho e o novo, o tradicional e o moderno imbricam-se no espaço da Beira Mar. São muitos os atores envolvidos nesta nova representação desse espaço, cada um defendendo seus interesses e imagens.

A necessidade de expandir a circulação na orla impõe ainda uma materialidade ao calçadão “espremido” entre a faixa de praia e a avenida, sobrepondo-se à utilidade deste como espaço de domínio público para a circulação de pedestres. Atualmente, é comum vermos pedestres, ambulantes, turistas, *coopistas* que disputam o espaço do calçadão, enquanto que, na avenida presenciam-se pessoas que se arriscam num tráfego intenso de bicicletas, motocicletas, automóveis e ônibus de turismo²⁹.

De outro modo, a imobilização da feira de artesanato e a repressão ao comércio ambulante revelam-se como uma forma de controle da mobilidade de uns para garantir a de outros. As territorialidades elaboradas por esses trabalhadores se formam na contradição de classes e do caráter segregador que

29 A matéria do *O Povo* (jan/2007) é taxativa ao relatar a falta de espaço para turistas, usuários e ambulantes que disputam o calçadão da Beira-Mar. Desse modo, muitos corredores preferem praticar sua corrida na via pública em meio a bicicletas, motos, automóveis e ônibus expondo-se a riscos.

marca o calçadão, para onde muitos vão para fazer exercícios, caminhadas, enquanto outros vão buscar o seu sustento e o da família. O uso do calçadão por esses trabalhadores muda a relação com o espaço público, passando a ser este território que, em meio às relações de poder, é reafirmado todos os dias com a presença desses trabalhadores no calçadão.

Corroboramos o que afirmam Costa e Almeida (1998, p. 275), “[...] a beira-mar representa as mutações urbanas ocorridas na cidade de Fortaleza nas [...] últimas décadas.” Este espaço, no entanto, além das mutações urbanas, expressa as contradições inerentes à produção e reprodução do espaço social, a exemplo das diferenças de classe, do turismo globalizado, da precarização do trabalho e do lazer mercantilizado visíveis na Beira-Mar.

De espaço construído para o lazer, a Beira-Mar passou a agregar nas últimas décadas, outras atividades e interesses que, embora distintos, se entrecruzam no calçadão sem que o lazer perca seu destaque. Este espaço reafirma e expressa as contradições inerentes ao processo de produção do espaço urbano de Fortaleza.

5. Considerações finais

Procurou-se formular nesse trabalho algumas considerações sobre a Beira-Mar como espaço de lazer e sociabilidade inserida na produção do espaço urbano de Fortaleza.

Tornam-se evidentes a grande amplitude que esta abordagem encerra e as várias perspectivas de análise que suscita; no entanto, elegeu-se como enfoque o lazer, haja vista as diferentes temporalidades da constituição dos espaços de lazer na Beira-Mar e as transformações urbanas que tiveram nesse

aspecto a prerrogativa para a construção de uma avenida na orla marítima.

A Beira-Mar se insere num âmbito mais amplo de valorização dos espaços litorâneos que, como nos lembra Dantas (2006, p. 275), é “[...] um fenômeno mundial e contemporâneo, indicando a mudança de relação da cidade com estas zonas: do lugar do medo e do vazio até a sua transformação em ponto de atração de atividades turística e de lazer”.

Essa valorização do litoral, inicialmente para o lazer e, posteriormente, para o turismo, ocorre num momento cuja característica principal de valorização dos espaços litorâneos acontece pela incorporação dessas áreas tornadas espaços raros, diferenciados em função da paisagem e da valorização da natureza. Portanto, na orla marítima de Fortaleza podem ser notadas diferentes temporalidades no uso e ocupação do espaço litorâneo. Isso não significa dizer, necessariamente, que ocorre uma linearidade do tempo, uma vez que é possível se perceber as transformações, bem como as permanências impressas na paisagem, a exemplo do espaço constituído pela atividade pesqueira presente na Beira-Mar no trecho que compreende a praia do Mucuripe.

A expansão da Beira-Mar como *locus* do lazer ocorre simultaneamente à perda de centralidade do centro de Fortaleza, no que tange mais especificamente às atividades de lazer e hospedagem. A partir dos anos 1970, a cidade transferiu para a avenida Beira-Mar o papel de *locus* do lazer, posto antes ocupado pelo Centro, nomeadamente, pela praça do Ferreira e adjacências. Posteriormente, este espaço litorâneo também foi sendo direcionado para o turismo, incentivado por políticas públicas que, nas últimas décadas, levaram ao desenvolvimento da atividade turística na avenida Beira-Mar.

A incorporação do litoral, no entanto, como espaço de lazer propriamente dito, tem como marco a construção da avenida Beira-Mar, não obstante, já na década de 1930, a praia já tivesse sido descoberta pela elite local, como enfatiza Dantas (2006). Ilustra essa asserção o uso da praia de Iracema, nas primeiras décadas do século XX, como espaço de veraneio e a construção de residências, também com esse fim, na praia do Meireles. A construção da Beira-Mar, porém, insere-se em outro momento, ou seja, a partir dos anos 1960, com as mudanças no padrão ocupacional da área litorânea, a valorização econômica da faixa de praia, processo este já ocorrido em várias partes do mundo e que, em Fortaleza, se insere em uma racionalidade técnica validada por ações planejadas expressa no Plano Diretor de Fortaleza de 1962.

O referido Plano Diretor reforçou o processo de ocupação do litoral com a construção da avenida Beira-Mar, modificando de forma significativa o padrão ocupacional da área litorânea. Assim, esta área que anteriormente era ocupada pelas residências de veraneio e chácaras e ainda pela presença de pescadores, se firma como o lugar da classe média/alta, que a utiliza para morar e se divertir, com a instalação dos clubes sociais que evidenciam o espaço litorâneo como do lazer e da sociabilidade.

Atualmente, apenas o Náutico Atlético Cearense e o Ideal Clube resistem à especulação imobiliária e às razões do capital voltadas para o mercado imobiliário e turístico. Logicamente, estes clubes atendem a uma finalidade e a um público específico que ainda tem ali o lugar do esporte, do lazer, dos grandes shows e festas dançantes. Nessa mesma lógica construtiva-destrutiva-construtiva, o Clube dos Diários, que ocupava um quarteirão inteiro em plena avenida Beira-Mar, não resistiu e, substituindo-o, foram construídos dois grandes

edifícios de condomínios residenciais. A sede da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB/Fortaleza) também saiu da Beira-Mar e, em seu lugar, provavelmente, serão erguidas outras construções para abrigar as atuais funções que caracterizam a ocupação da Avenida em questão, ou seja, condomínios de luxo e hotéis. Desse modo, o Parque Beira-Mar teve um importante papel, não somente como equipamento polarizador do lazer nesta zona de praia, mas, sobretudo, na valorização fundiária da orla marítima.

Por sua vez, as formas de uso do calçadão não se restringem mais ao lazer, já que sua apropriação também ocorre por meio do trabalho dos vendedores ambulantes, dos feirantes, dos desenhistas, dos guias de turismo com seus carros estacionados ali. “A Beira-Mar transforma-se em espaço múltiplo, em espaço de visibilidade. Aumenta assim, gradativamente, a demanda por seu uso. Ali, novos sujeitos sociais demarcam seu pedaço, lutam pelo espaço [...]” (SILVA, 2001, p. 50). As diversas apropriações são marcadas por territorialidades construídas e reafirmadas diariamente pela presença desses agentes no calçadão. Este passou a atrair pessoas de vários bairros próximos e distantes e com objetivos distintos. A Beira-Mar destaca-se como local escolhido para a prática de esportes, como caminhadas e corridas, além de passeios, sendo este espaço, no contexto atual, dividido com o turismo, novo viabilizador de atividades de lazer na orla marítima de Fortaleza.

Para finalizar estas considerações, vale ressaltar o fato de que, embora todos possam usufruir das zonas de praia com o espaço de lazer gratuito, novas racionalidades se estabelecem com os usos diferenciados em função das distinções sociais que fazem com que a Beira-Mar não tenha o mesmo significado para todos. Serpa (2007, p. 9), ao tratar dos espaços públicos,

ênfatiza: mesmo que um espaço seja público, poucos se beneficiam dele, ainda que “[...] teoricamente comum a todos”. Esta afirmação remete a uma discussão na perspectiva do entendimento do espaço público e privado. Deixar-se-á, no entanto, esse estudo para um trabalho futuro que se pretende efetivar.

BIBLIOGRAFIA

AMELIA Earhart e seu passeio aéreo em Fortaleza, 1937. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=610813>>. Acesso em: 07 out. 2008.

ANIVERSÁRIO sem ameaças. **O Povo**. Vida e Arte, 26 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/vidaarte/775709.html>>. Acesso em: 31 out. 2008.

BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. 2 ed. Rio - São Paulo - Fortaleza: FUNCET, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Projeto Orla**: fundamentos para gestão integrada. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002.

CAMPOS, Fábio. Governo do Ceará planeja comprar hotel Excelsior. **O Povo**. Política, 04 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/colunas/politica/749610.html>>. Acesso em: 07 out. 2008.

CARLOS, Ana Fani A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. A natureza como patrimônio cultural em áreas urbanas: por uma convergência dos paradigmas do desenvolvimento e do turismo. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (Org.). **Turismo com ética**. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 1998.

CASTRO, José Liberal. In PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Fortaleza**: a administração Lúcio Alcântara março/1979 – maio/1982. Fortaleza, 1982.

CEARÁ. SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ. **Cadastro da rede hoteleira de Fortaleza**. Jan. 2003. Disponível em: <<http://d.scribd.com/docs/1ri6d7q6bn2r2c4q7.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2008.

CHAVES, Raquel. Um lorde abandonado. **O Povo**. Fortaleza, 12 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/751655.html>>. Acesso em: 07 out. 2008.

CORBIN, Alain. **Territórios do vazio**. A praia no imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, M. Clélia L.; ALMEIDA, Maria Geralda de. Trabalho e turismo: território e cultura em mutação na Beira Mar em Fortaleza. In: CORIOLANO, Luzia N. M. T. (Org.). **Turismo com ética**. 2. ed. Fortaleza: UECE, 1998.

DANTAS, Eustógio W. C. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2002. (Coleção outras histórias, 12)

_____. “Litoralização” do Ceará: Fortaleza, da “Capital do Sertão” à “Cidade do Sol”. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio W. C.; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeovah de A. (Orgs.). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. (Coleção Estudos Geográficos, 1)

DANTAS JÚNIOR, Anchieta. Preço de imóveis sobe na Capital. **Diário do Nordeste**. Negócios, 24 abr. 2008. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=531836>>. Acesso em: 07 out. 2008.

FALTA espaço, sobra confusão no calçadão da Beira Mar. **O Povo**, Fortaleza, p. 6, jan. 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/defaulttab_munic.shtm>. Acesso em: 07 out. 2008.

GOVERNO apresenta projeto de reforma do Palácio da Abolição. Disponível em: <http://intsrv023.ceara.gov.br/pls/portal/PORTAL.www_media.show?p_id=650283&p_settingssetid=465656&p_set>

tingssiteid=213&p_siteid=213&p_type=basetext&p_textid=650284>. Acesso em: 27 out. 2008.

JUCÁ, Gisafran Nazareno M. Fortaleza: cultura e lazer (1945 - 1960). In: SOUSA, Simone de. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal**: por uma antropologia do litoral Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

MARCELLINO, Nelson C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas/SP: Autores Associados, 1996. (Coleção educação física e esportes)

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

_____ ; ZAMBONI, Ademilson. Construindo o conceito de orla marítima. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Projeto orla**: subsídios para um projeto de gestão. 1ª reimpr. Brasília: MMA/MPO, 2007.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). 3 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PONTES, Albertina Mirtes de F. **A cidade dos clubes**: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-1970. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Emprego**: Fortaleza e o emprego formal. Fortaleza, 2007.

_____. **Fortaleza**: a administração Lucio Alcântara março/1979 maio/1982. Fortaleza, 1982.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza** – PLANDIRE, 1972(?).

PREFEITURA de Fortaleza pode adquirir a sede do Cine São Luiz. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <<http://www.verdesmares.com.br/v3/canais/noticias.asp?codigo=123901& modulo=469>>. Acesso em: 07 out. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA/ INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO. Lei de uso e ocupação do solo - **Lei Nº 7.987**, de 23 de dezembro de 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. (Série temas, 29)

SANTOS, Milton. **Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. Myrna T. Rego Viana. 2. ed. 1 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, José Borzacchiello da. **Nas trilhas da cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001. (Coleção outras Histórias, 3)

_____. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

EXPRESSÃO DA MODERNIDADE - UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO TURISMO DE RESORTS

Camila Freire Sampaio¹
Luzia Neide M. T. Coriolano²

1. Introdução

É indubitável a magnitude que a atividade turística adquire com o passar dos tempos e o seu papel no consumo e produção dos espaços, reestruturando paisagens e criando territórios. Diante de tal realidade, este trabalho objetiva analisar o turismo de *resorts*, partindo do princípio de que este modelo de desenvolvimento da atividade possui grande expressividade, ocasionando fortes impactos onde se instala.

Para tanto, fez-se necessário uma breve discussão teórica acerca das origens do turismo e, conseqüentemente, de suas relações com a Modernidade, debatendo as particularidades que caracterizam esse período da história da humanidade.

O tópico seguinte traz a materialização da interação turismo e Modernidade, representada pela multiplicação de mega empreendimentos turísticos do tipo *resort*, como resultado da busca da sociedade de consumo pelo lazer-mercadoria. Neste tópico, além de definições acerca dessa modalidade de turismo e o cenário em que se desenvolve, caracterizam-se

1 Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE e mestranda em Geografia pela mesma instituição.

2 Doutora em Geografia e docente da Universidade Estadual do Ceará - UECE.

esses equipamentos e mostram-se dados de *resorts* no Brasil, citando alguns exemplos.

As considerações finais consistem em breve análise dos impactos socioespaciais do turismo de *resorts*. Por meio de uma abordagem científica do turismo, realizada neste caso à luz da Ciência Geográfica, pretende-se desenvolver uma análise criticado modelo de turismo que predomina em grande parte do Planeta, atentando para o fato de que a atividade turística pode ser fonte de emprego e renda para a população, como divulgado pelos discursos oficiais, bastando que haja planejamento e execução quanto a isso.

2. Breve contextualização do turismo na Modernidade

A massificação do turismo está diretamente relacionada à formação e à sedimentação da sociedade de consumo de massa, que se desenvolveu desde a Revolução Industrial. Assim, é uma atividade típica do período moderno, intrinsecamente vinculada ao modo de produção capitalista.

Berman (1986) divide a história da Modernidade em fases distintas: uma que teve início no século XVI e terminou no fim do século XVIII, quando as pessoas apenas começam a experimentar a vida moderna; outra marcada pela onda revolucionária de 1789, compreendendo todo o século XIX, período em que as pessoas ainda se lembravam do que é o moderno, e o século XX, quando o processo de modernização se acirrou, tomando o mundo com a globalização. Ouriques (2001, p. 169) assim caracteriza a Modernidade:

[...] a modernidade tem como significado histórico fundamental a transformação radical nas relações sociais entre os homens; o advento do racionalismo em detrimento das explicações religiosas para os fenômenos naturais e sociais; o desenvolvimento consequente da técnica, indutora das mudanças no modo de vida das pessoas; a introdução do aleatório em todos os domínios sociais; o sentido de transitoriedade do presente e insegurança quanto ao futuro e, finalmente, sua tendência civilizatória e globalizante.

Esse período caracteriza-se pela queda de tradições, costumes e crenças, alavancando, conseqüentemente, profundas mudanças socioculturais. Uma delas é a produção da “necessidade” de lazer vinculada à supervalorização do trabalho. Nesse contexto, as atividades recreativas e turísticas adquirem importância cada vez maior, nacional e internacionalmente, surgindo o turismo como atividade que mais cresce em todo o Mundo.

Lefebvre (2001, p. 3), estudando a sociedade industrial e o processo de urbanização, alerta para a necessária relação entre o urbano, a cidade e o lazer, afirmando que:

Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é o indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazers.

Confirmando a relação entre trabalho, lazer e turismo, Santos Filho (2006, p. 4) chama atenção para a importância do

estudo do turismo sob um olhar crítico, histórico e dialético para que se possa entender a articulação das ações no mundo moderno:

A categoria trabalho se configura então, em uma ação desempenhada por homens em sua existência, movimentando a dinâmica da história no contexto da luta de classes e por sua qualidade modificante e modificadora, transforma os indivíduos e a realidade. Esse processo histórico-dialético constante de transformação alimenta o conhecer científico, buscando explicação para os fenômenos sociais em especial o turismo em uma dimensão crítica que suplante as leituras positivistas existentes.

É no contexto do culto ao trabalho que surge a necessidade de reposição das energias pelo lazer e, posteriormente, com o turismo. Ao longo da história da humanidade, trabalho e lazer estiveram lado a lado. Com a sociedade industrial, o trabalho passou a ser supervalorizado, permitindo produção e acumulação de riqueza, embora as mãos de poucos. A vida moderna provoca a sensação de que o trabalho é estressante, reforçando a necessidade da fuga do cotidiano e dos controles sociais, que a liberdade para o lazer promete satisfazer. O tempo livre, assim como o tempo de trabalho, passam então a ser manipulados pelo capitalismo, como mostra Padilha (2000, p. 105).

[...] pode-se afirmar que a ampliação do tempo livre dos trabalhadores dispensados da produção e dos serviços não consegue se transformar em ampliação de liberdade, de criatividade, de realização, de vida cheia de sentido e de felicidade. Isso, enquanto

o capitalismo conseguir aumentar o tempo livre e manipulá-lo segundo sua lógica, seja transformando-o em desemprego, seja preenchendo o tempo liberado com consumo de mercadorias e de entretenimentos.

Esse momento da história da humanidade reduz a condição humana ao fator econômico baseado nos valores da sociedade da mercadoria. As pessoas não percebem que suas vidas, dia após dia, estão sendo programadas e dirigidas por tecnologias, como mídia, *marketing*, propaganda, que avançam cada vez mais no período histórico, para satisfazer os desejos do modo de consumir, e o turismo é uma das maneiras mais modernas desse consumo: transformou-se em fábrica de sonhos, desejos e fantasias que levam muitas pessoas ao delírio.

[...] a sociedade coloca à nossa disposição a indústria do lazer que, de certa forma, faz o papel de amiga e conselheira. Ela apoderou-se de nosso tempo livre e nos oferece não apenas satisfações, como também cria as expectativas e os desejos correspondentes. Sob a forma de um programa de contrastes em relação ao mundo industrial, o tempo livre e as férias tornaram-se também uma indústria. (KRIPPENDORF, 2000, p. 15).

O caráter moderno e capitalista da mercantilização do tempo livre e da atividade turística exige visão crítica para ir além das aparências e entendê-lo como elemento do modo de produzir e do viver moderno. Coriolano e Silva (2005, p. 60) explicam a relação entre o turismo e o capitalismo ao contextualizarem a atividade turística e mostrarem a lógica burguesa e contraditória do turismo:

Por se tratar de capitalismo, no entanto, inerente à sua essência, existe uma contradição típica desse modo de produzir que, enquanto oferece lazer para uns, explora o trabalho de muitos [...] Se o capitalismo luta pela maximização dos lucros, o tempo livre é um desperdício, afinal para ele tempo é dinheiro. Assim, transforma o tempo livre em oportunidade de ganhos, tanto no turismo como no lazer local. Transmuda o lazer em consumo, em lucro, em negócio (negação do ócio) e dos mais oportunos e rentáveis na atualidade.

É necessário analisar criticamente o turismo e compreender seus impactos como forma de reprodução do capital. Nieves (2005, p. 18), um crítico do turismo, afirma que:

Como fenômeno social, é de compreensão complexa, já que engloba muitas disciplinas para seu estudo. É mais que uma simples atividade econômica, mais que esse conjunto de empresas dedicadas a prestação de serviços relacionados com as viagens e as facilidades que se oferecem ao visitante. É indiscutível que a “indústria sem chaminés” (como de maneira metafórica também tem sido chamado, assumindo a posição economicista e utópica de uma atividade “limpa, que não contamina”), tem contribuído para a geração de empregos e para a captação de divisas nos lugares onde se desenvolve, mas também é verdade que, segundo provam numerosos estudos, inevitavelmente, tem ocasionado desequilíbrios socioeconômicos, culturais e ambientais, sobretudo marginalização, perda dos costumes e tradições, inflação, contaminação, entre outros problemas.

O desenvolvimento progressivo da atividade turística, as diferentes paisagens e culturas embutidas no espaço geográfico exercendo papel de atrativos, fazendo parte da oferta turística, exigem que se pensem as determinações do modo de produzir que atuam nessa atividade. O espaço geográfico é parte do turismo porque, transformado em mercadoria, chega ao visitante com apelos ao imaginário do viajante que procura também satisfazer a ânsia de consumo. O lugar apresenta-se como destino turístico ou mercadoria, como se fosse possível comprar lugares, cidades e paisagens.

Assim, na década de 1990, o crescimento do turismo, com papel de destaque nas políticas públicas brasileiras, revela a moderna realidade que se multiplica em porções do Território Nacional, de maneira mais expressiva na zona costeira nordestina, ou seja, com a presença marcante de megapreendimentos turísticos do tipo *resort*.

3. O Turismo de *resorts*

O desenvolvimento do turismo no Brasil revela-se uma atividade sempre fortemente vinculada às políticas públicas visando à inserção do País no mercado mundial e à consolidação de políticas neoliberais, cuja motivação é a necessidade de circulação do capital global para reprodução com megaprojetos turísticos. As políticas públicas de turismo oferecem condições necessárias para os investimentos de grandes grupos transnacionais ou nacionais.

Hotéis de lazer sempre existiram, mas o que surge de novo é a estrutura física e de serviços desse novo modelo de hotel – os *resorts*, que exigem apropriação de terras em lito-

rais, serras ou espaços privilegiados pela beleza cênica, clima, facilidade de acesso e infraestrutura urbana. Espaços que oferecem o máximo de conforto e variedade de serviços no mesmo local. Os *resorts* representam o que há de mais moderno no cenário da hotelaria mundial.

É importante frisar que esse modelo de turismo ocorre na fase moderna da globalização, com grande parte dos meios de hospedagem pertencendo a cadeias hoteleiras internacionais, o que torna o turismo globalizado ainda mais impactante nas comunidades e espaços onde se instalam. Essa característica comprova o caráter moderno da atividade, como afirma Giddens (1991, p. 28): “as organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de forma que seriam impensáveis em sociedades tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas”.

A construção de *resorts* no Brasil intensificou-se nos anos 1990 com as mudanças sociais no mundo, como o aumento de aposentados, amadurecimento das nações e o crescente consumismo pela maior facilidade, maior tempo livre, crescimento do ócio e o aumento da procura por lazer. A era dos *resorts* articula o local como global, pois os investimentos internacionais e a vinda do capital externo, aliado ao capital nacional, tornam-se fato.

De acordo com a Associação Brasileira de Resorts (2008), este tipo de equipamento turístico pode ser definido como empreendimento hoteleiro de alto padrão em instalações e serviços, fortemente voltado para o lazer em área de amplo convívio com a natureza, em que o hóspede não precisa se afastar para atender as necessidades de conforto, alimentação, lazer e entretenimento.

Resort em inglês significa estância de férias e tem como características principais: arquitetura horizontal, amplos espaços aquáticos, área de recreação, clube de saúde ou SPA e completa estrutura de serviços. Sobre as características desse tipo de empreendimento, Silveira (2002, p. 41) diz que

Os *resorts* são talvez a forma organizacional turística mais moderna que centraliza um conjunto de serviços. Tratar-se-ia da produção de um sistema de objetos com um particular sistema organizacional, caracterizados pela rigidez dos condomínios fechados e dos calendários. Essa forma combina hotel e casa de férias e demanda grandes investimentos em publicidade. Oferecendo uma paisagem única e uma infraestrutura globalizada para disputar consumidores com outros lugares[...]

São equipamentos voltados para o mercado internacional, desenvolvendo um turismo que em pouco beneficia a comunidade local, por oferecer grande variedade de serviços, que, de certa forma, impedem a saída dos turistas das dependências do hotel, ou seja, o turista tem o dia todo ocupado pela sua programação. A Associação Brasileira de Resorts (2008), na definição do que é estar em um *resort*, reforça a ideia de que é “desnecessário” o deslocamento do hóspede para a comunidade:

Estar em um resort é muito mais do que estar em um destino. É viver uma experiência única, num local onde tudo e todos trabalham a favor da total satisfação do hóspede. A estrutura de lazer de um Resort é a mais completa que existe. Há opções para

crianças, jovens e adultos, 24 horas por dia, chuva ou faça sol. Num Resort, há, também, a oportunidade única e exclusiva de um contato mais próximo com a natureza, de forma sempre agradável, seja na praia, no campo ou na montanha. Existe um clima no ar de alegria, de romance, de total tranquilidade e liberdade. Tudo é muito especial: a gastronomia, as acomodações, os serviços, enfim, cada detalhe. Não é à toa que o Resort é considerado a melhor opção em hospedagem, lazer e diversão para o turista aqui no Brasil e no mundo.

Assim, no *resort* há tudo de que o hóspede precisa: lojas, farmácia, salão de beleza e até mesmo praia privada. Dessa forma, os turistas não têm nenhum contato com moradores, o que é vantajoso para o empresário proprietário do *resort*, pois os gastos do turista fazem-se nas dependências do empreendimento, ou seja, sem nenhum benefício, principalmente econômico, para a comunidade. O fato torna-se ainda mais grave quando o empreendimento faz parte de cadeia hoteleira internacional, porque os lucros vão para fora do País, não ficando realmente nada para investimento local, em benefício dos moradores.

Os empresários utilizam estratégias para manutenção do hóspede, com entretenimento 24 horas por dia e isolamento espacial. O hóspede isola-se do mundo real e mergulha em um ambiente no qual todos estão empenhados em garantir completa satisfação para toda a família. Com isso, os locais são fortemente impactados e as comunidades nativas, muitas vezes, expropriadas, o que configura mais uma característica da Modernidade, segundo Giddens (1991, p. 27):

Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a forma visível do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza.

O efeito esperado pelos administradores de resort é exatamente o isolamento do turista da realidade e seu embarque rumo ao local que pensava só existir em sonho, ou seja, o *resort* é feito para realizar os sonhos de lazer e serviços, em cenário de bela paisagem (Figura 1).

FIGURA 1 – Complexo Turístico Costa do Sauípe.



Disponível em: <www.mirantebahia.com.br>. Acesso em: 21/09/2008

O Costa do Sauípe é um dos complexos turísticos mais expressivos do País, a aproximadamente 110 quilômetros de Salvador, no Litoral Norte da Bahia, no Município de Mata de

São João. Planejado na melhor tradução da diversidade baiana, ou seja, lá está representada, artificialmente, a Bahia, com sua cultura, culinária e arte. A Costa do Sauípe é um destino turístico formado pelos hotéis Costa do Sauípe *Conventions*, Costa do Sauípe Suítes, Costa do Sauípe Golf & Spa, Pestana Sauípe, Costa do Sauípe *All Inclusive* e *SuperClubs Breezes*. Em razão do tamanho, há ônibus que percorrem hotéis, Vila Nova da Praia e Centros Esportivos em intervalos fixos. Além disso, é possível alugar carrinhos elétricos e bicicletas no interior do empreendimento.

Na Figura 2, tem-se o Complexo Turístico Beach Park, no município de Aquiraz, no Estado do Ceará, em área de 170 mil m², por onde circulam todo ano cerca de 700 mil pessoas. Contraditoriamente, os *resorts* passam por crises, e mesmo assim, se expandem, com construções de empreendimentos de alto padrão de luxo e conforto. O Beach Park, além de possuir um dos maiores parques aquáticos da América Latina, é um *hotel-resort* à beira-mar, com 189 apartamentos e completa infraestrutura de serviços e lazer e restaurantes sofisticados.

FIGURA 2 – Complexo Turístico Beach Park.



Fonte: <www.beachpark.com.br>. Acesso em: 18/04/2004.

Uma das características mais marcantes desse tipo de empreendimento, conforme a própria definição da Associação Brasileira de Resorts, é que eles mantêm forte ligação com a natureza, utilizando a beleza natural do lugar onde se instalam. Apesar dos equipamentos seguirem certo padrão nos serviços e na estrutura, esse tipo de hotel se “aperfeiçoa” e inova, na tentativa de atrair cada vez mais clientes.

No Estado do Amazonas (Figura 3), o Ariaú Amazon Towers Resort traz o *slogan*: “O hotel na copa das árvores”, por ser exatamente assim construído, para o turista estar em contato com a floresta. Construído sobre palafitas ao nível das copas das árvores, no rio Negro, além das torres (oito) e ambientes de hospedagens, possui 8 km de passarelas embutidas na selva e sobre o rio, entre copas para de leite dos hóspedes.

FIGURA 3 – Ariaú Amazon Towers.



Fonte: <www.ariauamazontowers.com.br>. Acesso em: 23/09/2008.

Também “fugindo do padrão” dos *resorts*, no tocante à localização e à estrutura, a Figura 4 traz o Navio-Resort que faz cruzeiro pelos rios Negro, Solimões e Amazonas, com escalas em portos fluviais, além de realizar excursões em pequenos barcos.

FIGURA 4 – Iberostar Gran Amazon.



Disponível em: <www.resortsonline.com.br>. Acesso em: 22/09/2008

Apesar das características exóticas, ambos aliam a essa excentricidade o luxo e o conforto que caracterizam os *resorts*, com áreas de lazer convencional, piscinas, academia, quadras de esportes, ou seja, muitas vezes o apelo ecológico é mera estratégia de *marketing*.

Em *resorts* de grandes cidades, como os serviços são altamente sofisticados, pode parecer que há uma atmosfera pouco formal para um ambiente de praia, no entanto, o turista é assistido por serviços sorridentes e prontos para atender aos pedidos, tratando de maneira respeitosa e gentil os hóspedes. O atendimento é necessário, sobretudo, devido ao fato de receberem hóspedes exigentes que se encontram em férias,

ou em convenções empresariais. Os *resorts* utilizam o setor de eventos em período de baixa estação turística.

Outra característica dos *resorts* é a segurança. Para os brasileiros estressados pelo clima violento das grandes cidades, a sensação de férias com segurança já é um atrativo em si mesmo. Na busca de segurança, *resorts* são empreendimentos da mesma natureza dos condomínios urbanos fechados.

Atualmente, o Brasil possui aproximadamente 119 (cento e dezenove) *resorts*, distribuídos da seguinte forma:

Quadro 01 – Distribuição dos *resorts* existentes no Brasil

REGIÃO	ESTADO	TOTAL
Norte	Amazonas	3
	Pará	1
Nordeste	Alagoas	6
	Bahia	32
	Ceará	9
	Maranhão	1
	Paraíba	1
	Pernambuco	9
	Rio Grande do Norte	8
	Sergipe	1
Centro-Oeste	Goiás	1
	Distrito Federal	1
	Mato Grosso do Sul	2
Sudeste	Rio de Janeiro	11
	Minas Gerais	3
	São Paulo	13
Sul	Santa Catarina	4
	Paraná	10
	Rio Grande do Sul	2
TOTAL		119

Elaboração: SAMPAIO, Camila F.

Dessa forma, para a instalação de *resorts*, leva-se em conta a biodiversidade local, como peça do jogo de atração de clientes, e a reestruturação espacial, provocada pela alocação de grandes empreendimentos turísticos e infraestruturas de apoio à atividade turística, sendo estas incentivadas pelos governos e financiadas pelo capital privado sedento de lucros. Sobre isso, Santos (2001, p. 68) remete à guerra dos lugares em que se encaixam a dinâmica de realização do turismo, os discursos e impactos nas comunidades:

Um pequeno número de grandes empresas que se instala acarreta para a sociedade como um todo um pesado processo de desequilíbrio. Todavia, mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de conhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da presente guerra entre os lugares e, em muitos casos, de sua atitude de chantagem frente ao poder público, ameaçando ir embora quando não atendidas em seus reclamos. Assim, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado.

Os mega complexos turísticos podem ser vistos também como aglomerado de objetos técnicos marcados pela artificialidade, um imperativo do período moderno. É necessário avaliar, no entanto, os profundos impactos locais e a formação de territórios.

Sobre a implantação de megaempreendimentos, representantes do turismo global em áreas naturais a fim de acumulação de capital, Lima (1998) diz que é fundamental que a

ação do planejamento dos territórios para o turismo seja realizado, voltando-se para os valores humanos, para a plenitude de sua existência no lugar.

4. Considerações finais

Em face da competitividade internacional, os governos, mediante políticas públicas, disponibilizam recursos e incentivos para investimentos privados no setor, com favorecimento de grandes grupos hoteleiros, em detrimento dos meios de hospedagens de empresas familiares. Dessa forma, o Poder Público torna-se grande parceiro dos mega empreendimentos turísticos.

Os projetos de hotelaria caracterizam-se pela pouca articulação com espaços circunvizinhos, na medida em que são planejados para ser autosustentáveis. Para atrair o turista, configuram-se como verdadeiros enclaves, pois não mantêm vínculos com o entorno. Apesar de necessitar de qualidades naturais, sendo o diferencial uma das ferramentas mais importantes no *marketing* dos destinos turísticos, contraditoriamente, não demonstram preocupações com a preservação do meio ambiente local, descaracterizam a paisagem e desterritorializam comunidades nativas.

Os *resorts*, muitas vezes, privatizam a faixa de praia, infringindo a Lei nº 7.661/78 conforme instituiu Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro–PNGC– o qual estabelece que “as praias são bens de uso comum do povo, assegurado-lhe livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da Seguran-

ça Nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica”.

Para Cruz (2003), a privatização ocorre de forma clara e explícita, facilmente identificada por meio de cercas e muros; e mais sutil, igualmente arbitrária, camuflada por aparente ausência de limites precisos entre o “bem de uso comum” e a “propriedade privada”. Nesse caso, o isolamento se dá por meio de barreiras imaginárias impostas pela predominância, no local isolado, de comportamento social hegemônico.

Assim, cabe questionar o porquê do não-cumprimento da lei, investigando os verdadeiros interesses das políticas públicas e a quem beneficiam. O discurso de geração de emprego também deve ser questionado, pois o não-aproveitamento da mão-de-obra local também ganha importância no cenário, na medida em que os nativos não são capacitados para trabalhar nesses empreendimentos, traduzindo-se, muitas vezes, emprego em subempregos temporários.

Esses equipamentos trazem consigo a artificialização da paisagem, representada por uma natureza e cultura destituídas de sua autenticidade, que, com suporte em intervenções planejadas, tornam-se mercadorias de consumo turístico de luxo. Essas paisagens criadas, por não ter vínculos simbólicos com o lugar, acabam tornando-se verdadeiros enclaves, ilhas da fantasia, não-lugares como muitos autores denominam.

Intensificando o caráter elitista e segregador, estudos também revelam que a apropriação territorial pelos *resorts* desterritorializa comunidades tradicionais, vinculando-se à política imobiliária, que passa a supervalorizar as terras próximas a esses empreendimentos, com a construção de loteamentos e equipamentos turísticos. A questão fundiária torna-

-se forte problema advindo da política de mega projetos e dela derivam inúmeras disfunções sociais. Assim, diante da forma desigual e segregadora do turismo vinculado aos *resorts*, é necessária a intervenção da sociedade civil e de ONGs, visando às dimensões sociais, culturais e ambientais das populações.

A política de incentivo a mega projetos hoteleiros, nos últimos anos, tem caráter contraditório: ao mesmo tempo em que diz promover a modernização dos espaços com infraestrutura complementar, promove divisão territorial entre o que vai ser explorado pelo turismo, geralmente nas faixas litorâneas, e áreas reservadas às comunidades locais, cada vez mais reclusas no interior, deixando à margem do processo as pessoas do lugar para beneficiar grandes grupos donos do capital.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RESORTS. **Resorts Brasil**. [online]. Disponível em: <<http://www.resortsbrasil.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2008.

ARIAÚ AMAZON TOWERS. Disponível em: <www.ariauamazontowers.com.br>. Acesso em: 23 Set. 2008.

BEACH PARK. Disponível em: <www.beachpark.com.br>. Acesso em: 18 Abr. 2004.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das letras, 1986.

CORIOLOANO, Luzia Neide; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello. **Turismo e Geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: Ed. UECE, 2005.

CRUZ, Rita de Cássia. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. p. 11-58.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Luiz Cruz. As novas territorialidades no uso turístico no Ceará. In: LIMA, Luiz Cruz. **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998. p. 276-287.

NIEVES, Salvador Gómez. **El desarrollo turístico imaginado**: ensayos sobre un destino mexicano de litoral. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2005.

OURIQUES, H. R. A dialética da modernidade. **Formação**, Presidente Prudente, São Paulo, n. 8, p. 165-171, 2001.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo e Espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed Hucitec, 1996. 308p.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS FILHO, João dos. Mitos e ladainhas no fazer turístico: apologia ao fetiche. In: **Dialogando no turismo**. v. 1, n. 1, p. 1- 14, jun. 2006.

SILVEIRA, Maria Laura. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo In: RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo, Modernidade, Globalização**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

A CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE FORTALEZA - A ZONA COSTEIRA E AS PLANTAS DE SILVA PAULET E SIMÕES DE FARIAS

Fábio de Oliveira Matos¹
Fábio Perdigão Vasconcelos²

1. Introdução

Ao estudar os registros cartográficos, é importante destacar o fato de que eles possuem expressões e lógicas próprias. De forma literal, pode-se definir a Cartografia como um veículo de informação sobre os elementos de uma determinada área, assim como de localização, orientação e avaliação de distâncias. Caracteriza-se como mensagem de interpretação e comunicação em torno de aspectos qualitativos, quantitativos e dinâmicos do espaço.

Pode-se considerar a Cartografia uma linguagem com semântica e sintaxe próprias, produtora de enunciados cartográficos. Possuindo essa linguagem que lhe é pessoal, “os documentos cartográficos são muito mais eloqüentes do que o senso comum supõe, revelando não só a geografia de um lugar ou região, mas também um determinado tempo, que ficou aprisionado na base material em que foram desenhados ou impressos” (MORAES, 2006, p. 166); tempo em que os luga-

1 Licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Ceará -UFC. Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE.

2 Doutor em Oceanografia Ambiental Costeira e docente da Universidade Estadual do Ceará - UECE.

res que se conhecem tinham outros nomes, quando nem tudo era conhecido, fazendo com que extensas áreas em branco falassem de sertões a desbravar, e que o medo de monstros que povoavam os mares e as florestas revelasse o medo pelo desconhecido.

Os mapas eram considerados marcos significativos da evolução da humanidade; por consequência, aqueles que não indicassem algum progresso rumo à objetividade deixavam de ser seriamente estudados. Mesmo alguns dos primeiros mapas produzidos pela cultura europeia, como os grandes planisférios da Idade Média Cristã, eram considerados indignos de atenção científica. Os mapas das culturas não Europeias eram considerados ainda mais estranhos ao epicentro da Cartografia. Estes mapas só recebiam certa atenção da parte dos historiadores ocidentais quando apresentavam alguma semelhança com os mapas europeus (EDWARDS, 1996).

Nessa história comparada da Cartografia, dava-se muita atenção aos aspectos matemáticos do traçado dos mapas, à codificação dos princípios metodológicos cartográficos e ao surgimento de inovações técnicas, como planos quadriculados, escalas regulares, signos abstratos convencionais e até curvas de nível (CEUB/ICPD, 2000).

Ao utilizar a Cartografia como fonte documental, é fundamental destacar que se trata de um tipo de representação cuja produção não está alheia às percepções, valores e concepções de mundo daqueles que a produziram, bem como das sociedades em que viveram. Tucci (1984) garante que os mapas não podem ser tomados como uma materialização de conhecimentos geográficos, nem reduzidos a uma técnica, ou a um conjunto de metodologias adotadas na superação de proble-

mas de representação estritamente geométricos, “porque assumem significações e atendem a propósitos os mais variados em razão do contexto em que foram produzidos”. (p. 54).

Assim, concordamos com Knauss (1997, p. 97) quando assinala que é preciso definir a Cartografia Histórica como a “forma de expressão” e a sua carta como o “suporte material da imagem do espaço”. A Cartografia Histórica pode ser delineada como representação do espaço, conceitualmente demarcada e condicionada historicamente. Pertence, assim, ao campo da ciência social que versa acerca das representações do espaço.

É preciso, portanto, ter cuidado ao analisar a Cartografia Histórica, pois como afirma Bueno (2004, p. 193-194), as armadilhas são inúmeras. O autor assegura que “embora anseiem pela máxima exatidão possível, apresentam recortes da realidade, sob uma determinada ótica e limites impostos pela época”. Longe de serem uma reprodução fidedigna do real, são projetos, nem sempre realizados.

Pautando-se por essas questões, neste texto, procura-se discutir o uso da Cartografia para o entendimento dos processos de ocupação do litoral de Fortaleza no século XIX. Partindo da ideia de Moraes (2006, p. 165), para quem a Cartografia é um “fio condutor de informações”, podemos dizer que ela grava e transmite um conjunto de conhecimentos de um determinado momento histórico para as gerações presentes e futuras. Para a realização desta pesquisa, foram usadas as seguintes plantas: a) *Planta do Porto e Villa de Fortaleza*, de 1813 e *Planta da Vila de Fortaleza*, de 1818, ambas de Silva Paulet; b) *Planta da Cidade de Fortaleza*, de 1850, e a *Ampliação da Planta de 1850*, ambas de Simões Ferreira de Farias.

2. Antônio José da Silva Paulet

O urbanismo no princípio do século XIX emerge nos discursos das cidades como disciplina, diretriz e estratégia, tanto na forma de delineamento ou desenho de cidades, como no ato de construir. Mais do que um instrumento de planejamento, as aglomerações urbanas constituem, em si mesmas, entidade de grande importância nas políticas do período em foco.

Os centros urbanos, sejam eles novos ou transformados em função das finalidades almejadas, passam a proferir um discurso com significado próprio. Eles tentam afirmar o poder do Estado, constituindo-se de certa maneira na sua materialização. Tais aglomerados no início do século XIX vêm proliferar a representação de um ideal da sociedade fundado no pensamento iluminista francês que por aqui chegava.

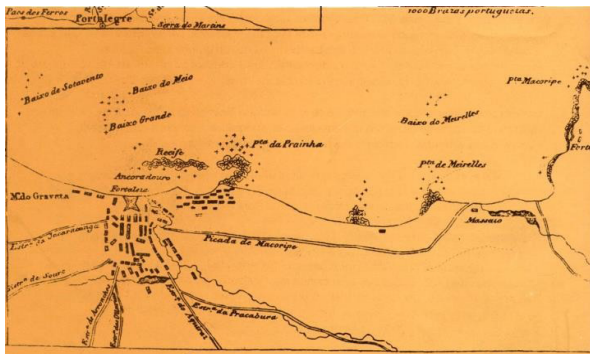
O discurso se expressa, em termos formais, pela regularidade do traçado urbano. Os urbanistas do século XIX em geral, como já havia ocorrido desde o Plano de Wren (MORAES, 2006), recorriam ao traçado reticular com inclusão de diagonais. O traçado xadrez³, que resulta da divisão racional do solo e que remonta aos assentamentos urbanos mais antigos, tornou-se o esquema básico da maioria das cidades, prometendo não apenas ordem e clareza, mas igualdade na distribuição da propriedade. As diagonais tinham como refe-

3 Sobre o plano em xadrez, nos descreve José Liberal de Castro: “O plano em xadrez está intimamente ligado a objetivos colonizadores ou de expansão urbana. Era o traçado helenístico por excelência, empregado por Alexandre, o Grande, nas cidades recém-criadas em seu vasto império. Era o traçado de colonização romana, introduzida algumas peculiaridades. Fora o escolhido por ingleses e espanhóis nas Américas, por influência renascentista, para o qual elegiam previamente terreno plano, que permitisse a expansão ilimitada. Já as próprias cidades de incipiente caráter comercial levantadas no último período da Idade Média, as chamadas “bastidores” ou “vilas novas”, com fundação aprovada pelo poder monárquico que procurava ajudar a burguesia nascente, com objetivo de combater a nobreza feudal, apresentam todas traçado intramuros em xadrez, sucedendo nelas apenas já ter a praça do mercado a mesma importância urbana que a da catedral.” (CASTRO, 1977, p. 30). Essa observação é importante ao se verificar que todos os planos urbanos para a cidade de Fortaleza, desde os dos projetos de Silva Paulet, passam a se basear no ideal em xadrez.

Dessa forma, é solicitada outra planta que destacasse a estrutura urbana de Fortaleza. Assim, Paulet elabora em 1818 a *Planta da Vila de Fortaleza* (Figura 2). Nesse plano, o urbanista apresenta uma proposta urbanística para a Vila, no qual ele proporciona a ideia de um plano em xadrez mais elaborado. Constam nessa proposição as primeiras ruas em linha reta, servindo de baliza para os futuros arruamentos para que se desdobrassem de norte a sul, indo do mar para o sertão, modelo adotado até hoje. Na planta são estabelecidos caminhos demandando para o interior e litoral: caminhos de Arronches, de Aquiraz, de Soure, de Jacarecanga, de Messejana, Picada do Macuripe e da Precabura. Observa-se que essa planta urbanística também registra a área edificada em torno do forte Schoonenborch e os inícios de uma aglomeração de edificações a leste do Rio Pajeú, nas imediações da atual Avenida Pessoa Anta.

Esse plano contraria a ideia que era dada sobre urbanismo em Fortaleza até então, quando os arruamentos eram realizados fazendo contornos de acordo com as curvaturas de estruturas naturais como rios, serras, depressões etc. Em Fortaleza, a zona mais antiga, nas primeiras décadas do século XIX, era muito pequena e se estendeu acomodada às curvas do riacho Pajeú. Paulet, respeitando o traçado original que encontrou, a ela justapôs uma nova, em “xadrez, ajustável ao terreno quase plano, levemente ondulado, do sítio onde se desenvolveu o aglomerado urbano”. (CASTRO, 1977, p. 13). Para Linhares (1992), a proposta do plano xadrez vem traduzir a imposição de “uma autoridade central (a cabeça do poder e a estrutura social que ele erige e impõe capaz de forçar a regularidade do esquema e a sua coerência)”. (P. 180).

FIGURA 2 – Planta da Vila de Fortaleza, de Silva Paulet (1818).



Fonte: Castro, 2006, p. 16.

Sobre a estrutura da vila, o viajante inglês Henry Koster, em visita a Fortaleza nos primórdios do século XIX, relatou em seus diários de bordo a ainda precária estrutura da vila. Nos seus escritos, dizia ele que Fortaleza se encontrava:

[...] edificada em chão de areias e formando quadro, tendo quatro ruas que partem de uma praça e mais outra rua extensa, que se alonga paralela ao lado septentrional da praça. As casas constam somente de andar térreo. Calçamento não há e apenas calçadas de tijolos na frente de algumas casas. Contém a cidade três igrejas, o Palácio do Governo, a casa da Câmara, a Cadeia, a Alfândega e a Thesouraria. O numero de habitantes, tanto quanto posso julgar, é de mil a mil duzentos. A fortaleza de que a cidade tira o duplo nome está levantada sobre um monte de areia, perto da cidade e consiste numa muralha da banda do mar e um forte palanque do lado da terra (KOSTER; CASCUDO, 2002, p. 53).

Outras dificuldades apresentadas por Koster na sua passagem pela cidade foram a constatação da ausência de transporte, as precariedades portuárias e o cotidiano enfrentado com as constantes secas. Na área litorânea, dá-se desta que para a fortaleza e uma vila de pescadores nos arredores da Prainha, além do porto. (KOSTER; CASCUDO, 2002, p. 41).

Há também as visitas do missionário metodista americano Daniel Kidder, que vem à localidade por duas vezes. Acerca da primeira visita, diz Jucá (2000) sobre as impressões do Missionário a respeito da vila de Fortaleza:

Sobre sua visita em 1842, existe o registro no livro *South Atlantic Ocean*, de Alexander G. Findlay:

O Sr. Kidder dizem 1842 que no momento de nossa chegada, percebemos a inércia que nossa brigada inglesa sofreu no porto. O desembarque não é bom em nenhuma parte, em conta as pesadas ondas que continuamente afrontam nossa vertente. Passado este primeiro momento eu e meu comandante recebemos uma forte retranca para impedir nosso atracamento. Mesmo não de bom grado, entramos em contato com a terra [...]. Os passageiros são desembarcados numa paviola, uma espécie de cadeira levantada em postes, e transportado por quatro homens do mesmo modo como um *Bier*. (FINDLAY, 1867, p. 272).

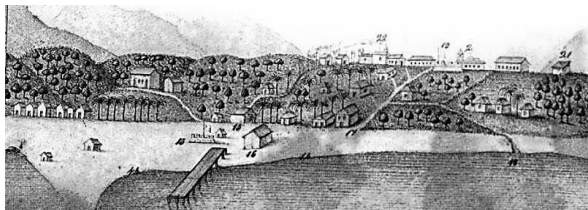
Os ventos, que dificultavam a ocupação costeira, passam a contribuir para um maior interesse lusitano pela vila. Tal fato decorre de que todas as embarcações que partissem do norte brasileiro para as principais cidades da época (Salvador, Recife e Rio de Janeiro) necessitavam de um ancoradouro para aguardar

a diminuição dos ventos quando passassem pela costa cearense. Assim nasceria o interesse de se manter a povoação fortificada na costa fortalezense “para prever apoio logístico, como se diz hoje, onde as naus pudessem fazer eventuais paradas ou, em caso extremo, descer-se a terra e continuar viagem” (CASTRO, 1977, p. 24).

Um marco desse crescente interesse pelo litoral da vila como ponto de atracação é, em março de 1803, a chegada do primeiro navio direto da Europa, a escuna *Flor do Mar*, em dezembro, a polaca *Felicidade*, em 1805, 1806 e 1807, a galera *Dous Amigos*, fazendo seguidamente essa nova linha direta com Lisboa (D'ALGE, 1979).

A vila, no entanto, não crescia no mesmo ritmo que o interesse estrangeiro desejava. Para melhor visualização da Fortaleza do início do século XIX, observe-se o *Perspecto da Villa de Fortaleza* de 1811 (Figura 3), onde se pode percebê-la ainda na gênese. É possível observar principalmente a precariedade do porto, além da longa distância de atracação dos navios até a zona portuária. Nota-se, também, o maior adensamento residencial distante da zona costeira, resultando num litoral quase desabitado, com exceção da pequena vila de pescadores, localizada na margem esquerda da imagem.

FIGURA 3 – Detalhe do Perspecto da Villa de Fortaleza de 1811.



Fonte: Castro, 2006, p.12

3. Simões Ferreira de Farias

O século XIX foi o período da inserção da economia cearense aos ditames e interesses do capitalismo internacional que então se consolidava, na sua fase monopolista-financeira. Particular desempenho teve o Ceará na década de 1860, em decorrência da Guerra da Secessão (1861-1864), nos Estados Unidos, com a produção e comércio do algodão que era cultivado no interior da província e exportado através do Porto de Fortaleza.

A criação das linhas de vapores em cabotagem⁴ incentivou o comércio e o transporte de mercadorias das várias cidades do interior com destino à Capital, estabelecendo assim as relações econômicas e sociais do sertão com Fortaleza. Com destaque tem-se a implantação da Companhia Cearense de Via Férrea de Baturité, iniciada em 1873 e concluída no mesmo ano (ORÍÁ; JUCÁ, 1994, p. 35). Outro ponto a favor desta ligação foi a construção do porto nas proximidades da Prainha, hoje denominada Praia de Iracema. Nesse sentido, Fortaleza toma um novo rumo, com o porto passando a marcar um ponto de encontro entre dois sistemas de transporte, como destaca Lisboa (1926):

O conjunto porto-ferrovia assume então dupla determinação no espaço urbano da metrópole litorânea. Marca de um lado, o local que se tornaria o centro da cidade e, de outro, o eixo, ou os eixos ao longo dos quais foram implantados as primeiras indústrias e armazéns (LISBOA, 1926, p. 131).

4 A navegação de cabotagem no Brasil foi reservada às companhias nacionais até 1856. A partir de então, foi autorizada a participação estrangeira nessa atividade, até que o advento da República renacionalizou a navegação costeira. Podemos, assim, considerar que o final da primeira metade do século XIX foi marcado pela presença de companhias de navegação estrangeira no movimento comercial interprovincial do Brasil. (TAKEYA, 2003).

Como consequência, surgem estabelecimentos com caráter produtivo de manufatura, associados ao beneficiamento do algodão. Ao longo destes eixos de circulação da atividade primário-exportadora, se desenvolvem núcleos urbanos distintos, criando uma dinâmica entre o “espaço de produção (sertão) e o espaço de distribuição e consumo (mar), materializando um cenário no qual a capital assume o papel hegemônico, constituindo a gênese da rede urbana cearense”. (LEMENHE, 1983, p. 21).

Na segunda metade do século XIX, Fortaleza retira de Aracati, responsável até então pela exportação dos produtos cearenses, o comando das relações comerciais de boa parte do Vale do Jaguaribe e do Sertão Central, em razão do estabelecimento das linhas de vapores diretamente para a Capital (SOUZA, 1995).

Sobre isso, falam Oriá e Jucá (1994, p. 21-22): “A partir de 1866, aglutinando em seu favor a vantagem de possuir uma adequada bacia portuária, Fortaleza ultrapassou Aracati em importância comercial e assumiu hegemonia político-econômica em relação aos demais centros do interior”.

Para Lemenhe (1983), essa disputa pelo controle da comercialização do algodão acontecia que, para os comerciantes de Fortaleza, “o controle sobre a comercialização ensejaria o início de uma acumulação, até aquela época praticamente impossível, e, para os de Aracati e Icó, a possibilidade de recuperarem-se da retração pecuária” (p. 49). Muitas vilas se desenvolvem com a instalação das vias férreas, como exemplo tem-se as cidades de Cedro, Acopiara, Reriutaba, Nova Russas, Cariré, Baixio, Capistrano, entre outras. (SOUZA, 1995).

O crescimento de Fortaleza decorre, então, do progresso do cultivo do algodão no sertão e serras próximas. No período de 1880 a 1926, Fortaleza intensifica mais a ação sobre o interior, com a expansão da rede ferroviária, que vai atingindo as mais distantes localidades do interior do Estado, como Baturité, Quixadá, Crato, Sobral e Crateús (SILVA, 1992). Mesmo com a queda na procura do produto brasileiro (ver grifos na Tabela 1), em razão do retorno dos Estados Unidos no comércio do algodão, o produto cearense ainda permanece no mercado internacional.

TABELA 1 - Porcentagem dos principais produtos na exportação Brasileira.

1821 – 1830 (%)	1831 – 1840 (%)	1841 – 1850 (%)
Açúcar30,1	Café43,8	Café41,4
Algodão20,6	Açúcar24,0	Açúcar26,7
Café18,4	Algodão10,8	Couro e Peles8,7
Couro e Peles13,6	Couro e Peles7,9	Algodão7,5

Fonte: Lisboa, 1926, p. 77.

Com o término da Guerra da Secessão, no entanto, o número de exportações da produção algodoeira declinava rapidamente. Dessa forma, é dada a instalação de indústrias têxteis em Fortaleza para consumir o excedente dessa produção, circunstância favorecida ainda pela abertura dos portos em 1808, permitindo o comércio direto com Londres, e pelo surgimento do barco a vapor, diminuindo o tempo das viagens e assim o custo com os transportes, aumentando o volume de comercialização.

A centralização do poder político e administrativo iniciado no Primeiro Reinado favoreceu o crescimento econômico e a hegemonia centro-urbana de Fortaleza no contexto cearense, contribuindo também para a ocorrência da maior parte de investimentos governamentais em edificações, infraestrutura e serviços na capital (COSTA, 2005).

A respeito da evolução de Fortaleza, Linhares (1992) destaca a economia pastoril, a economia agrícola e a hegemonia econômica e político-administrativa da Cidade como sendo os momentos mais importantes na análise de sua consolidação como centro hegemônico, e que determinou, a partir da segunda metade do século XIX, os traços fundamentais de sua urbanização.

Na tomada de crescimento da Cidade, é iniciada uma série de edificações pelo perímetro urbano fortalezense: é inaugurado em 1844 o *Theatro Concórdia*, primeira casa teatral de Fortaleza, localizada na parte oriental do antigo *Lyceu do Ceará*, além do Santo Cruzeiro (1846) e a Igreja Matriz (1854)⁵. (OLIVEIRA, 1888).

Num pensamento global, o fenômeno de urbanização moderna surgiu em seus traços atuais a partir da segunda metade do século XIX, coincidindo com a chamada *Revolução Industrial*, constituindo um dos traços mais marcantes desta era. Em pouco mais de um século, o fenômeno urbano mudou de natureza e de dimensões. Não concerne mais à minoria de uma população, mas a uma maioria, apesar de segregada. Não é mais um fenômeno localizado pontualmente no espaço geográfico, mas um fato areolar, recobrando vastas superfícies.

5 Oliveira (1888) nos lembra que o referido templo, apesar de inaugurado, ainda não se encontrava completamente construído, levando ainda 30 anos para a total conclusão de suas obras.

Não representa mais um dos aspectos fragmentários da vida de um Estado; encontra-se no centro de todos os aspectos e de quase todos os problemas do mundo moderno. (MÜLLER, 1969).

Nesse novo contexto, foi em meados do século XIX que passou a ser mais efetiva a participação da Administração Pública Municipal com o planejamento da cidade de Fortaleza, com o seu embelezamento, com a construção de praças e até arborização.

Sob essa conjuntura, é solicitada a fabricação de várias plantas da Cidade, que tinham como objetivo nortear a expansão urbana pela qual passava Fortaleza. Dentre elas, pode-se mencionar a *Planta da Cidade de Fortaleza*, elaborada pelo Padre Manuel do Rego Medeiros, em 1856; e a *Planta Exactada Capital do Ceará de 1859*, de autoria de Adolfo Herbster. Simões Ferreira propõe também, noutra planta, até pouco tempo desconhecida da comunidade geográfica, a retratação da estrutura urbana vigente na Cidade, além de um projeto de expansão.

A *Planta da Cidade de Fortaleza* de 1850 (Figura 4), organizada por Antônio Simões Ferreira de Farias e há muito perdida, reencontrada nos dias atuais pelo arquiteto José Liberal de Castro, reforça a expansão da Cidade para longe do litoral. A área costeira era retratada na planta por uma ocupação irregular, quase espontânea, “fato que teria motivado a contratação de Farias para organizar uma outra planta unicamente referida aquela parte da cidade”. (CASTRO, 2005, p. 110).

Nota-se que o riacho Pajeú continuava a constituir uma barreira física à expansão para o Leste, embora já estivesse aberta a Rua do Norte (atual Governador Sampaio), delineada

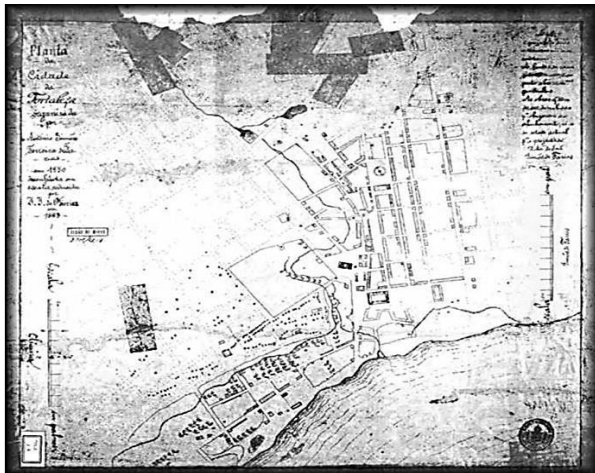
por Paulet no começo do século. Pode-se notar nos pontilhados a proposição urbanística de Simões de Farias, indicando o traçado de ampliação oriental da Cidade. A planta de 1850 reflete, assim, um clima de expectativa de progresso, subjacente no imaginário da população.

Sobre a expansão prevista para o Leste da cidade, Castro (2005) diz que:

A fim de tentar executar a expansão prevista para o leste da cidade, Farias tomou, como eixo de montagem da nova malha a rua do Norte (rua Governador Sampaio). Nada se sabe, aliás, sobre o que teria levado Paulet no começo do século à abertura da rua do Norte, implantada isoladamente em sítio alheio à malha continua por ele próprio formulada. Também não se explica porque a rua do Norte, denominação conferida a logradouro situado na parte oriental da cidade! Talvez porque apontasse para o Norte, todavia, de modo aproximado, de resto, como as demais “ruas” da trama ortogonal (p. 151).

A rua Governador Sampaio passava a servir naquela época como eixo direto de um futuro crescimento de Fortaleza para o Leste. Vemos também que a expansão da cidade proposta por Simões de Farias para o Leste não é correspondida com a expansão do litoral para a mesma direção, passando a zona costeira por precário projeto de ampliação, onde se percebem apenas escassas proposições de arruamentos.

FIGURA 4 – Planta da Cidade de Fortaleza, de Simões Ferreira de Farias.



Fonte: Castro, 2005.

Observando a planta de Simões, nota-se também um caminho cruzando o riacho próximo à foz. Essa estrada que liga o litoral Oeste do riacho Pajeú ao litoral ao Leste do córrego é a estrada do Meireles. Tal estrada, um simples caminho arenoso, atuais ruas Rufino de Alencar e Monsenhor Tabosa, encontrava-se margeando a ela apenas uma capela (Conceição da Prainha), cujas obras, iniciadas uma década antes, ainda estavam por completar. Desse ponto, a estrada continuava para o Leste, atingindo o Meireles, de onde prosseguiu até o Mucuripe, desviando-se das dunas. (CASTRO, 2005, p. 107).

Em virtude da falta de detalhamento na primeira planta de Simões de Farias sobre a parte a Nordeste da Cidade, foi encomendada uma planta mais particularizada sobre aque-

le espaço. Nesse detalhamento da planta de 1850 (Figura 5) é destacada a área do entorno da Prainha, se pode notar a predominância da paisagem natural, composta por dunas e lagoas interdunares, tendo como sinais de ocupação daquela parte do litoral a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, o quartel da Fortaleza, a Tesouraria Provincial e a Alfândega (Capitania dos Portos).

FIGURA 5 – Ampliação da Planta de 1850⁶.



Fonte: Castro, 2005.

6 Na *Ampliação da Planta de 1850*, notamos em pontilhado o plano em xadrez novamente proposto para a cidade. Percebemos também as poucas edificações presentes nessa parte do litoral, caracterizadas pelas numerações inscritas por Liberal de Castro, que também superpôs à malha urbana de Farias o atual cruzamento ortogonal das avenidas Santos Dumont e Dom Manuel. Este cruzamento, aplicado por Herbster, deu origem ao sistema de vetores que orientaram o desenvolvimento do bairro da Aldeota.

O fato de a cidade localizar-se próximo ao litoral permanecia sem contar muito na formação social dos seus habitantes. A cultura interiorana continuava a legitimar-se por toda Fortaleza, “até mesmo aqueles imóveis localizados à beira-mar, faziam referência a presença do homem do sertão e de seus utensílios”. (BARROSO, 1912, p. 31).

As zonas de praia em Fortaleza caracterizam-se nesse período principalmente por duas funções que contribuíam para sua desvalorização, que eram o escoamento dos esgotos e as atividades da zona portuária. Destaca-se o fato de que na planta de Simões de Farias consta uma projeção para o futuro porto de Fortaleza, localizado na Praia de Iracema. Tal interesse acerca da questão portuária ganha destaque na década de 1850 com a tomada de novos contratos do porto de Fortaleza com Estados vizinhos, como a surgida entre Ceará e Maranhão, consoante busca João Baptista Perdigão de Oliveira:

A navegação entre o Maranhão e o Ceará começa em 1858, em virtude de contracto celebrado nesse anno entre o Ministro do Império, Márquez de Olinda, e a Comp.^a de navegação do Maranhão. Esse contracto é approved pelo Governador Imperial por Decreto n.º 2197 de 26 de Junho de 1858. Por elle tinha a Comp.^a o privilegio exclusivo da navegação por espaço de dez annos, e o de 20 annos de duração da subvenção, de 6 contos nos dez primeiros annos e 4 contos nos dez outros (1888, p. 32).

O porto também ganha destaque com as exportações para a Europa. Pela tabela 2, comprova-se que, entre os anos de 1850 e 1870, os valores referentes ao comércio de Fortaleza

com portos estrangeiros foram permanentemente superiores àqueles relativos aos portos nacionais. Lemenhe (1983) assevera que essa relação se manteria inalterada até o final do século XIX, quando aumentariam as trocas interprovinciais/estaduais, impulsionadas pelo processo de industrialização e o crescimento do mercado interno dele decorrente.

De modo geral, o movimento do porto em Fortaleza teve um crescimento bastante significativo: em dados percentuais entre os anos de 1848 e 1853 cresceu 65% e de 1853 a 1858 o aumento atinge os 75% (GIRÃO, 1997).

A esse interesse dado à atividade portuária, inicia-se em Fortaleza a chegada de uma série de técnicos para estudar os portos do litoral da Capital cearense. Espínola (2007, p. 77) lembra que, além do trapiche próximo à Prainha, havia também outro, concluído em 21 de junho de 1857, tendo como construtor Fernando Hitzshky, medindo cento e cinquenta metros de comprimento por dezessete metros e sessenta centímetros de largura. Pouco, no entanto, se encontrou sobre a importância desta proposta portuária, bem como seu destino.

TABELA 2 – Porto de Fortaleza – valor oficial das importações/exportações para portos estrangeiros/portos nacionais, em contos de réis, entre 1850-1870, comparativamente.

Exercícios	Importação		Exportação	
	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais
1865-70	13173	4359	21651	585
1850-55	2216	894	1533	340
1855-60	4804	2620	5281	1168
1860-65	6021	3094	10752	1679

Fonte: Takeya, 2003, p. 114.

Com as carências da estrutura portuária percebidas, apesar da aplicação das projeções de Paulet e Farias, em 14 de novembro de 1859 é dado início aos trabalhos de melhoramento e conservação do porto de Fortaleza. Com o projeto do Engenheiro P. F. Berthot, é erguida no Meirelles a barlavento do porto, uma muralha de “alvenaria de 204 braças de comprimento, 14 palmos de altura e 1 ½ de espessura; e plantando-se árvores apropriadas para revestir as dunas ou comoros de areias formadas pelos ventos do Mucuripe” (OLIVEIRA, 1888, p. 69), afim de desviar a direção das areias impelidas ao longo da praia, objetivando imobilizá-las nas ditas dunas.

Nesse mesmo ano chega à cidade o corpo de Engenheiros do Império, comandado pelo Engenheiro Ricardo José Gomes Jardim, incubido pelo Ministro da Marinha de examinar o porto de Fortaleza (OLIVEIRA, 1888).

4. Considerações finais

Após essas discussões e reflexões, é possível compreender um pouco melhor o campo que a Cartografia Histórica pôde proporcionar na análise da expansão urbana da cidade de Fortaleza. Com arrimo nas ações urbanísticas, registradas nas imagens cartográficas, vê-se como as plantas projetadas orientavam a instalação de condições favoráveis ao desenvolvimento citadino, desprivilegiando a sua posição litorânea.

As proposições urbanísticas de Silva Paulet e Simões de Farias mostram a preferência do direcionamento da ocupação urbana, propondo a expansão da Cidade para o Sul e para o Leste, reforçando o desinteresse de fixação de moradias nas áreas de costa.

Em fins do século XIX, havia uma cidade no decurso de construção de uma identidade, de uma cultura oficial e erudita: foi o início do disciplinamento do espaço urbano, controlando o comportamento moral e social na rispidez da Geometria cartesiana.

A ocupação da zona costeira fortalezense só tomou novo rumo com suporte nos fluxos populacionais migratórios do sertão cearense para a fixação de moradia nas áreas de marinha da Capital. Esse fenômeno se intensificou com os repetidos períodos de estiagem no Ceará, mais frequentes desde a segunda metade do século XIX.

É ampla a possibilidade do aprofundamento nos estudos acerca da ocupação urbana de Fortaleza com a utilização dos registros cartográficos. Ao se planejar o futuro mais remoto da Cidade, é necessário perceber as implicações das propostas pretéritas na organização do seu espaço urbano.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Gustavo. **Terra do sol**: Natureza e costumes do Norte. Rio de Janeiro: Benjamim Aguilã, 1912.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Museu Paulista, v. 12, p. 193-234, 2004.

CASTRO, José Liberal de. **Fatores de localização e de expansão da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977.

_____. Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo CXIX, Ano CXIX, v. 119. Fortaleza, 2005.

_____. Recomendações do 13 de abril. In: CHAVES, Gylmar; VELOSO, Patrícia; CAPELO, Peregrina. **Ah, Fortaleza!** Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2006.

CEUB/ICPD. **Curso de GPS e cartografia básica**. São Paulo: Instituto Ceub de Pesquisa e Desenvolvimento, 2000.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, José Borzacchiello da. Et al. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

D'ALGE, Carlos. A conquista do mar brasileiro. In: **Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História**. v. 44, n. 1, p. 5- 17, 1979.

EDWARDS, Elizabeth. Antropologia e Fotografia. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem: Volume 2 – A Cidade em Imagens**. Rio de Janeiro: NAI/UERJ, 1996.

ESPÍNOLA, Rodolfo. **Caravelas, jangadas e navios: uma história portuária**. Fortaleza: OMNI, 2007.

FINDLAY, Alexander. **South Atlantic Ocean**. Londres: Harvard College Library, 1867.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 1997.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Editora Annablume, 2000.

KNAUSS, Paulo. Imagem do espaço, imagem da história: a representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo**, Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, p. 135-148, 1997.

KOSTER, Henry; CASCUDO, Luis da Câmara. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2002.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Expansão e Hegemonia Urbana: o caso de Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 1983.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal: Por uma antropologia do litoral Nordeste sem cana e sem açúcar**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

LISBOA, Alfredo. **Portos do Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1926.

MORAES, Fernanda Borges. Essas miniaturas do mundo: a cartografia histórica e o processo de ocupação do território na América Portuguesa. In: **Vivência**. Rio de Janeiro: [s.n.], p. 163- 187, 2006.

MÜLLER, Nice Lecocq. **Correlações entre a História e a Geografia: o exemplo do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo**. São Paulo: IG/ USP, 1969.

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. O Resumo chronológico para a história do Ceará. In: **Revista do Instituto do Ceará**. v. 2, p. 25-79, 1888.

ORIÁ, Ricardo; JUCÁ, Gisafran. De Fortaleza à Vila e Cidade (1603-1889). In: **Fortaleza, a Gestão da Cidade: uma história político-administrativa**. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1994.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SOUZA, Maria Salette. O crescimento das cidades no Ceará e sua evolução. In: **IV Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Fortaleza: NUTEC, p. 105-111, 1995.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**. São Paulo: HUCITEC, 2003.

TUCCI, Ugo. Atlas. In: LE GOFF, J. et al. **Memória histórica**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984.

PARTE II

ENFOQUES



OS REFLEXOS DA DINÂMICA SOCIAL NA PAISAGEM DAS PRAIAS DE PORTO DAS DUNAS E PRAINHA- AQUIRAZ-CE

*Marisa Ribeiro Moura¹
Jáder Onofre de Moraes²*

1. Introdução

Em todo o mundo, o litoral tende a apresentar índices de densidade demográfica mais elevados do que os espaços interiores, tendência reforçada em países de formação colonial – como o Brasil – onde a ocupação do território ocorreu no sentido da costa para o interior. Moraes (2007) recorda que, de todos os 18 núcleos pioneiros fundados pelos portugueses no século XVI, apenas São Paulo não se encontrava à beira-mar. Na verdade, o território colonial brasileiro era constituído de uma sucessão de sistemas de ocupação, estruturados conforme o desenho da “bacia de drenagem” ao longo da costa.

Os impactos desse aumento demográfico nas zonas costeiras são largamente discutidos na literatura, como por exemplo, por Woodroffe (2002), Bird (1985), Moraes (1980), Pinheiro (2000), Dias (1990) e Martins (2004). Estimativas recentes mostram que 1,2 bilhão de pessoas vivem nos primeiros 100 km de distância da linha de costa e nas altitudes inferiores a 100 m, onde a densidade populacional é cerca de três vezes maior do que a média global. No Brasil, por exemplo, 70% da população total (180 milhões de habitantes) vive ao longo da sua

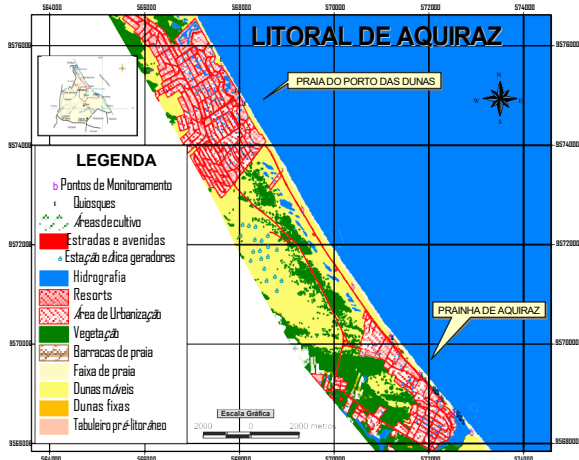
1 Bacharela e Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE e mestranda em Geografia – MAG/UECE.

2 Doutor em Geologia e docente da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

costa. O crescimento populacional foi seguido da urbanização nos espaços costeiros de forma desordenada. (MUEHE, 2001).

No Ceará não foi diferente. Desde 1970, o Município de Aquiraz, especificamente as praias de Porto das Dunas e Prainha (Figura 1), objeto deste trabalho, que localizadas na porção nordeste do Estado do Ceará, possui aproximadamente 60.574 habitantes e ocupa uma área de 480,97 km², distante cerca de 27 km (Sede) da cidade de Fortaleza, registra intenso processo de urbanização em consequência das transformações ocorridas nos espaços litorâneos e também sob influência da sua inserção na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF. A valorização das terras próximas à Metrópole deu-se, inicialmente, pela implantação de sítios, chácaras e das casas de veraneio, chamadas de segunda-residência, cujos proprietários são famílias de classe média e alta oriundos de Fortaleza.

FIGURA 1 – Mapa de localização do município de Aquiraz.



Fonte: Produção cartográfica: Moura, 2008.

Além disso, o desenvolvimento de atividades extrativistas, como no caso de Aquiraz, a retirada de areia para a construção civil, a exploração turística de forma desordenada de lagoas costeiras e rios, a ocupação na faixa de praia e campo de dunas representam o comprometimento e a destruição de importantes ecossistemas que interagem de forma significativa na dinâmica costeira e na biodiversidade local, resultando, segundo Souza (2000), na degradação ambiental.

Abordam-se neste artigo, as inter-relações ambientais, sociais e econômicas advindas da evolução natural e das atividades turísticas e de veraneio (urbanização e especulação imobiliária) nas praias de Porto das Dunas e Prainha, no município de Aquiraz, ao longo do século XX até os dias atuais, com enfoque nos impactos decorrentes dessas atividades.

2. O processo de uso e ocupação do litoral do município de Aquiraz

O topônimo Aquiraz é uma palavra indígena que possui várias interpretações. Na língua tupi, significa “água logo adiante”, em face de sua localização, próxima ao rio Pacoti. É importante ressaltar a existência de estudos arqueológicos comprovando a presença de tribos indígenas em Aquiraz, antes dos portugueses colonizarem o litoral do Ceará. Portanto, observa-se que a história do Município é bastante antiga (CAVALCANTE; SOUSA; ALBINO, 2005).

A história de Aquiraz, desde a colonização do Brasil, é descrita por conflitos entre índios e colonos, além de aldeamentos. Dá-se início em 13 de fevereiro de 1699, em obe-

diência a uma carta Régia, que o Rei de Portugal, visando-a “pôr termo às insolências e aos desmandos que aqui eram perpetrados pelos capitães-mores, senhores absolutos”, criou a primeira vila do Ceará, a ser instalada no povoado do sítio do Aquiraz, fundado pelo primeiro donatário, Estevão Velho de Moura. (CAVALCANTE; SOUSA; ALBINO, 2005, p. 60).

O governador de Pernambuco, porém, ordenou a instalação da vila em 1700, o que ocorreu, de fato, no povoado de Fortaleza. Até 1713, quando, por fim, foi transferida definitivamente para Aquiraz, a Sede municipal alternou-se entre o povoado de Fortaleza e da Barra do Ceará. (IBGE, 1959).

Deve-se lembrar que, nesta época, a cidade de Fortaleza não possuía nenhum poder político ou econômico sobre as outras vilas existentes no Ceará. Esta era uma vila onde a classe abastada passava seus momentos de “descanso”. Em 1726, chegam os Jesuítas com a missão de levantar um hospício para a residência de dez padres da congregação e catequizar os nativos encontrados no local. Neste período, Aquiraz era de suma importância para a Capitania do Ceará, pois possuía o Porto do Iguape como local de circulação de mercadorias. (CAVALCANTE; SOUSA; ALBINO, 2005).

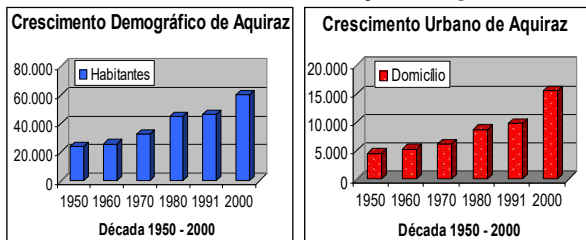
A ocupação do território definido pelos limites do Município de Aquiraz deu-se pelo desenvolvimento da agricultura, especialmente durante o século XIX. Até então, o Ceará se desenvolvia nos sertões distantes, nas bacias do Jaguaribe e do Acaraú, vias de povoamento, em cujas ribeiras prosperavam as fazendas de criação. A presença do Mercado da Carne, no entanto, é um indício de que a atividade pecuária dava-se em consórcio com a agricultura. Vestígios daque-

les tempos, como alguns engenhos de rapadura e casas de farinha, ilustram a importância da cultura canavieira e do beneficiamento da mandioca para a região, atividades ainda significativas para o Município, a exemplo das indústrias de cachaça lá instaladas (IBGE, 1959).

Até meados do século XIX, quando Fortaleza consolidou sua hegemonia sobre os demais núcleos urbanos cearenses, a vila de Aquiraz concentrou as atividades de vasto território. Absorvida no contexto de influência da cidade de Fortaleza, a vila passou por certa estagnação. Mesmo tendo sido a vila do Aquiraz elevada à categoria de cidade, com a Lei estadual de nº. 1258, em 1915, o Município chegou a ser incorporado ao município de Cascavel em 1931, na condição de simples povoado. (IBGE, 1959, p. 39).

Inserido no raio de influência de Fortaleza, o Município de Aquiraz passou a integrar a Região Metropolitana de Fortaleza em 1973, tendo tradicionalmente cumprido a função de produtor de alimentos desta região. Tal quadro só veio ser objeto de mudanças mais significativas a partir da segunda metade do século XX, quando ocorreu a ocupação de seu território, com maior intensidade para parcelamento do solo, especialmente nas zonas de praia, fortemente vinculado à demanda por lazer da população fortalezense e consolidado através da construção de casas de veraneio. (DANTAS, 2002).

GRÁFICOS 1 e 2 – Crescimento urbano e demográfico de Aquiraz.



Fonte: Censo IBGE, 1950-2000.

De acordo com Dantas (2002, p. 77), os veranistas, insatisfeitos com a condição das praias em Fortaleza “poluídas e/ou ocupadas por atores indesejáveis”, construíram residências secundárias nas zonas de praia de outros municípios cearenses, a princípio nas praias dos municípios vizinhos de Fortaleza, como Iparana, Pacheco e Icaraiá, no município de Caucaia, e Porto das Dunas e Prainha, no município de Aquiraz.

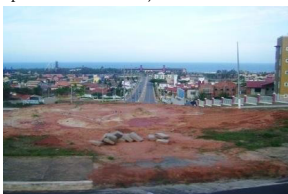
Tal processo, acentuado a partir da década de 1970 e mais intensificado nas décadas de 1980 e 90, (Gráficos 1 e 2), anuncia a tendência de possível conurbação entre Fortaleza, Eusébio e Aquiraz e a transformação de antigas residências de veraneio dos moradores advindos de Fortaleza em residências permanentes. (CAVALCANTE; SOUSA; ALBINO, 2005).

Após essas transformações, em virtude do desenvolvimento acelerado das atividades, inicialmente impulsionadas pela pesca e pelo desenvolvimento urbano, o turismo passou a ser a principal atividade econômica no Município, com vários complexos hoteleiros e de entretenimento que se instalaram na região. Esses empreendimentos têm o apoio do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste do Brasil no Ceará

- PRODETUR-CE, da Prefeitura Municipal e investimentos de empresas ou grupos estrangeiros, principalmente da Europa (PEREIRA, 2006).

A zona costeira do Município de Aquiraz passou de pequeno conjunto de vilas de pescadores – algumas destas existentes até hoje – a uma cidade turística com barracas à beira-mar, *resorts*, parques aquáticos, hotéis e pousadas de luxo, estes, no entanto, de uso basicamente da classe rica local e de turistas estrangeiros, caracterizando as mudanças ocorridas na paisagem e os consequentes impactos socioambientais na área. (Figuras 2 e 3).

FIGURA 2 – Praia do Porto das Dunas em processo de urbanização.



Fonte: Moura, 2007.

FIGURA 3 – Na Prainha, parques aquáticos na zona de berma e pós-praia.



Fonte: Campos, 2003.

A análise da evolução histórica das estruturas urbanas relacionadas à ocupação da zona costeira cearense revela que um dos fatores impactantes, em termos de extensão territorial, na sua história recente, é justamente a explosão imobiliária. Esta é provocada pela valorização e mercantilização dos ambientes costeiros, advindas de fenômenos relacionados às novas práticas litorâneas, materializadas nas residências de veraneio e, mais recentemente, nos equipamentos de lazer e turismo de massa (MONTENEGRO JR., 2004).

3. Paisagem e valorização do espaço

A preservação da paisagem litorânea é de suma importância não somente pela beleza cênica, mas também pela relação desta com o homem, pois as comunidades que vivem bem próximas ao mar sobrevivem dos recursos naturais deste ambiente. Ab'Sáber (2003) já afirmava que a ideia de paisagem, em todos os sentidos da palavra, é sempre de herança, seja esta de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos, seja de heranças de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente.

Para Bertrand (1972, p. 141),

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns com os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em perpétua evolução.

Já de acordo com Claval (1967 apud BERTRAND 1972, p. 144), as delimitações geográficas da paisagem são arbitrárias e “[...] é impossível achar um sistema geral do espaço que respeite os limites individuais de cada fenômeno.” Deve-se, contudo, ter noção de que a paisagem não há de ser vista somente na sua forma natural, mas sim como sendo uma paisagem total que integra todas implicações da ação humana. Por exemplo: quando se estuda o litoral e sua dinâmica social, devem ser levadas em conta as formas com que o homem se utiliza do espaço, já que essa dinâmica natural muda conforme as atividades humanas são executadas na paisagem.

Pode-se, com efeito, assinalar que o geossistema é certamente um sistema natural, no entanto, o homem jamais pode ser apenas um figurante em sua análise. Este é parte integrante da natureza, de sua evolução e transformação, de modo que, se existir uma atividade humana a afetar essa natureza, esta poderá fazer parte do geossistema, principalmente se considerando que, mesmo modificado pelo homem, o sistema continua a possuir componentes naturais.

Antes de passar a tratar a respeito das atividades humanas, ou seja, da valorização do espaço, se há de, primeiramente, definir o espaço focalizado, que, de acordo com Santos (1999), é entendido como o resultado de relações históricas que não dissociam o meio natural e o artificial (produto das ações do social) ou o meio natural e o político (o território e suas normas). Ler o espaço é, pois, tentar apreender suas feições naturais modificadas pelas ações humanas, seus objetos construídos e os fluxos de relações que se estabelecem entre as suas mais variadas forças atuantes.

A produção do espaço é feita com base nas transformações da sociedade que se harmoniza à natureza para as suas necessidades, organizando-se e estabelecendo relações sociopolíticas. Segundo Moraes (1996), o espaço produzido resulta da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, relações sociais que lhe deram origem.

O espaço estudado neste texto compreende-se como “zona costeira”, que pode ser definida, do ponto de vista espacial, como sendo a estreita faixa de transição entre o continente e o oceano. Já do ponto de vista da gestão, é o palco onde se acentuam conflitos de uso, aceleram-se as perdas de recursos e se verificam os maiores impactos ambientais, em razão, basicamente, da grande concentração demográfica e

aos crescentes interesses econômicos e pressões das atividades humanas (CAMPOS *et al*, 2003).

Verificando-se a valorização do litoral de Aquiraz desde o ano de 1970, observa-se que este passa por acelerada e desregrada ocupação, materializada de forma inicial, principalmente, na intervenção de veranistas e de empresas imobiliárias e, mais recentemente, na implantação de equipamentos turísticos de grande e médio porte, sendo a instalação destes últimos incentivados pelos Governos municipal, estadual e federal, bem como a iniciativa privada e instituições financeiras internacionais. Esse decurso desregrado de urbanização, das formas de uso e ocupação e a valorização da zona costeira do Estado do Ceará é amplamente discutido na literatura por Dantas (2002), Silva (2005), Pereira (2006), Montenegro Jr. (2004), Moraes (1980), dentre outros autores.

O aumento das atividades socioeconômicas na faixa costeira de Aquiraz ocorreu com a valorização do espaço em foco, que passou a ser definido como um lugar possuidor de ambientes de beleza cênica e recursos naturais ainda preservados, visando ao local para um possível espaço mercantilizado, reunindo valor com suporte no potencial natural que passa a ser visto como reserva de valor do capital.

Para Moraes (2007), esse lugar pode ser um ecossistema, uma unidade geoambiental, um município etc, mas ele é, antes de tudo, um espaço de produção e reprodução de um grupo humano, um local que representa riqueza natural, que se define como vocação e vantagens disponíveis desde suas condições locais. A valorização é, portanto, a transformação dos recursos naturais em produtos que passam a ser materializados, passando, assim, a possuir um valor para sua compra ou seu uso.

Desse modo, a prática do veranismo, a valorização da residência à beira-mar e a incorporação dos espaços à dinâmica turística de maior expressão, inicialmente, ocorreu em Fortaleza e, posteriormente, levaram à incorporação de vários lugares da zona costeira cearense, começando com algumas localidades praianas em municípios vizinhos (Caucaia, Eusébio e Aquiraz) e, em seguida, expandindo-se para localidades em municípios mais distantes (São Gonçalo do Amarante e Cascavel), (CAMPOS et al, 2003).

4. As praias de Porto das Dunas e Prainha - os reflexos da dinâmica social

As praias são conhecidas como locais de recreação e turismo, bem como ambientes instáveis formados por sedimentos inconsolidados, que mudam em resposta às condições variáveis de sazonalidade (DUARTE, 1997). A brusca intensificação do uso das zonas costeiras, no entanto, que acontecem em simultâneo com o desenvolvimento de várias intervenções no litoral, causa inúmeras formas de impacto e consequentes devastações de ecossistemas nas praias em análise.

Sousa (2007) define planície litorânea como ambiente de acumulação de origem recente na escala geológica, dominado pela morfogênese, onde o clima, a hidrologia, o relevo, a hidrografia, a vegetação, ou seja, os componentes geoambientais são elementos deliberativos na configuração espacial desse geossistema. Logo, a atuação conjunta desses elementos culmina em um sistema com alto grau de instabilidade e bastante frágil à ocupação, o que torna os fatores das atividades humanas forças catalisadoras de impactos ambientais na paisagem em causa.

Afonso (1999, p. 133), de acordo com a Resolução do CONAMA n° 001, de 23 de janeiro de 1986, afirma que impacto ambiental é:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: a saúde, a segurança, e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.

Avaliando a forma de uso e ocupação ocorrente de forma desordenada no litoral em análise, identificam-se, com amparo nos trabalhos de monitoramento realizados na área, impactos negativos de ordem natural, cultural e socioeconômica, dentre os quais foram inventariados:

- desmatamento de dunas causado pela especulação imobiliária que passou a fazer loteamentos e estradas asfaltadas (Figura 4), ocasionando a degradação de ecossistemas e a impermeabilização do solo;
- contaminação da água e do solo em virtude da disposição inadequada dos efluentes sanitários e resíduos sólidos (lixo urbano) despejados nos Rios Catu e Pacoti;
- alteração dos costumes e dos recursos histórico-culturais das comunidades locais, pois, de acordo com Silva (2005), a segregação social e residencial

passou a excluir os moradores antigos do convívio com os novos habitantes, em razão da distância social, cultural e econômica que os separa;

- o aumento das construções no espaço litorâneo da Prainha, com presença de barracas e pousadas na faixa de praia, hotéis de dois a seis andares construídos em ambientes de planície fluviolacustre, dunas e paleodunas, estando estas quase que totalmente sem vegetação;
- instalação de loteamentos na faixa litorânea, caracterizando uma paisagem devastada pela ação do homem, onde, na década de 1950, era possível encontrar restos de troncos de árvores, indicando que anteriormente ali estava localizada uma floresta bastante densa. Somente as dunas mais afastadas ainda possuem uma cobertura vegetal;
- o aterramento de lagoas costeiras e a impermeabilização de dunas para a construção de *resorts* e condomínios de luxo em zonas de pós-praia e berma na praia de Porto das Dunas (Figura 5), tendo estes entre dois e seis andares, causando alterações no balanço sedimentar da área e dificultando o acesso à praia, além do início da verticalização, já presente na área do Porto das Dunas, que pode passar a interferir nas condições climáticas locais a médio e longo prazo;
- o extrativismo de areia das dunas para a construção civil, o que diminui o aporte sedimentar do litoral e acarreta nas alterações da dinâmica natural da área;

FIGURA 4 – Estradas asfaltadas causam a impermeabilização do solo.



Fonte: Moura, 2007.

FIGURA 5 – Construção de *resorts* e condomínios de luxo em zona de pós-praia.



Fonte: Moura, 2007.

- a pesca indiscriminada e em locais proibidos causam a escassez dos recursos. Há, também, a implantação de fazendas de camarão no perímetro da APA, na margem esquerda do rio Pacoti (SILVA, 2005) e na planície fluviolacustre da lagoa do Catu, sendo desnecessário relatar os terríveis impactos que essa atividade causará ao ecossistema e às comunidades humanas que dele dependem para sobreviver;
- risco de erosão costeira, que é um fenômeno natural, mas que é acelerado pela ação do homem, principalmente por meio da destruição da vegetação original e da construção de casas e hotéis na zona de praia, dentre outros.

Na perspectiva de Pereira (2006), na Prainha registrou-se muitas aquisições e a construção de casas de veraneio por estrangeiros, principalmente italianos e portugueses, pois estes, em suas temporadas de férias, deixaram de ir para hotéis e/ou pousadas e passaram a ficar no local em residências de sua propriedade. Deve-se dar ênfase ao fato de estas construções estarem se dando em ambientes de faixa praiar, pós-praia, às margens do rio Catu e campo de dunas.

Outra obra que acarreta impactos e alterações na área é a da barragem no rio Catu pela Prefeitura de Aquiraz que, de acordo com Gomes (2003), a construiu na busca de manter o nível da lagoa mais elevado, afim de garantir o abastecimento de água da sede do Município que passava por dificuldades em razão do intenso período de estiagem, mas que causou, no período chuvoso do ano de 1994, inundação de plantações e casas que se localizavam ao seu redor.

Já na Praia do Porto das Dunas, estudos de Montenegro Jr. (2004) indicam que, no local, o fenômeno da transformação da segunda residência em residência principal passou a classificar a praia de Porto das Dunas como um “dormitório de luxo”, demarcado pelo desejo por lazer, descanso e privacidade. Isto evidencia o fato de que morar nesse litoral é fazer parte de uma classe mais abastada da sociedade, símbolo de *status*.

Em se tratando das formas de ocupação encontradas no litoral sob exame, Freitas (2006) assevera que a Lei de Gerenciamento Costeiro, no art. 10, § 1º, proíbe tal prática dispondo que “não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado no caput deste artigo”. Também a Lei nº 9.636, de 18/05/1998, garante, no § 1º, art. 4º, o livre acesso à praia: “[...]na elaboração e execução dos projetos de que se trata este artigo, serão sempre respeitados a preservação e o livre acesso às praias marítimas, fluviais e lacustres e às outras áreas de uso comum do povo”.

5. Considerações finais

A intensa ocupação humana, por meio da especulação imobiliária, concentração de investimentos e infraestrutura urbana na zona litorânea de Aquiraz ocasiona consequências que se reproduzem numa pressão enorme sobre os ecossistemas costeiros e os recursos naturais e ambientais, acarretando na ocorrência de conflitos socioespaciais, principalmente entre os especuladores e comunidades litorâneas, as mais afetadas pela disputa instalada para a apropriação e ocupação das terras. Foi após o crescimento urbano de Fortaleza que o

Município de Aquiraz passou de um espaço de veraneio e turismo para um locus urbanizado e de moradias fixas, ou seja, houve crescimento populacional e urbano em Aquiraz. Esse crescimento ocorreu sem um planejamento correto, pois o aumento de construções localizadas à beira-mar e em área de dunas ocasionou diversos impactos associados.

Com relação à paisagem litorânea das praias de Porto das Dunas e Prainha, esta é alvo da ação de atividades impactantes, na medida em que ocorrem desmatamentos, aterramento de corpos hídricos ou, como é o caso do litoral em causa, a ocupação de campos de dunas por loteamentos residenciais e empreendimentos imobiliários como condomínios de luxo e *resorts*.

Com a crescente valorização do litoral de Aquiraz pelos especuladores e com a falta de um planejamento racional do território, a previsão é de que o aumento de impactos sociais e ambientais agravará o quadro de consequência negativas e degradação pelo qual passa toda a região litorânea do Município examinado. Vale ressaltar que isto é traduzido por um processo histórico de ocupação imprópria, intensificado a cada ano, necessitando de medidas de gestão integrada que orientem a adoção de políticas de exploração destes espaços, conforme os princípios do desenvolvimento sustentável.

As construções de equipamentos urbanos em faixa de praia devem ser realizadas em consonância com os interesses socioambientais, pois, segundo dados do IPCC (2007), a elevação do nível do mar, em razão às mudanças climáticas que estão ocorrendo em todo o mundo, é um fator concreto. Portanto, a proteção desse ambiente exige programações específicas para o seu manejo e reordenamento territorial, de

maneira a contribuir para a elevação da qualidade de vida da população, proteção do seu patrimônio natural, econômico, histórico e cultural, além de permitir uma utilização mais racional dos recursos naturais, evitando que a sociedade se vulnerabilize diante de futuros danos ambientais.

BIBLIOGRAFIA

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil**: Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AFONSO, C. M. **Uso e ocupação do solo na zona costeira do Estado de São Paulo**: uma análise ambiental. São Paulo: Annablume, FAPESP, 1999.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global. Esboço Metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n. 13, 1972.

BIRD, E. C. F. **Coastline changes**: A global review. University of Melbourne and United Nations University, John Wiley e Sons, 1985.

CAMPOS, A. A. *et al.*, Uso e ocupação da zona costeira e seus impactos. In: _____. (Coord.) **A Zona Costeira do Ceará**: Diagnóstico para Gestão Integrada. Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos-AQUASIS, Fortaleza, 2003.

CAVALCANTE, A. W. L.; SOUSA, M. A. de; ALBINO, M. J. A. **Descobrimo e Construindo Aquiraz**: Conhecimentos de Geografia e História. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

DANTAS, E. W. C. **Mar à Vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. 1. ed., Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, v. 1, 2002.

DIAS, J. M. A. A. Evolução Actual do Litoral Português. **Geonovas**, 11:15-28, Lisboa, republicado em Protecção Civil, III(10):2-15, Lisboa, 1990.

DUARTE, R. X. **Caracterização do ambiente praias**: Morfologia, Aspectos Hidrodinâmicos e Sedimentologia. 1997. 71p., Qualificação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

FREITAS, M. A. P. de. **Zona Costeira e Meio Ambiente**: aspectos jurídicos. 1. ed. (2005), 2. tir. Curitiba: Juruá, 2006.

GOMES, M. L. **Aspectos hidrológicos, sedimentológicos e impactos ambientais na Lagoa Costeira do Rio Catu, Aquiraz, Ceará**. 2003. 138p., Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. 16, Rio de Janeiro, 1959.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Estado do Ceará 1960**, v. 1, tomo 4, Rio de Janeiro, 1960.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Estado do Ceará 1970**, v. 1, tomo 7, Rio de Janeiro, 1970.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Estado do Ceará 1980**, v. 1, tomo 3, Rio de Janeiro, 1982.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Estado do Ceará 1991**, n. 11, Rio de Janeiro, 1991.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências Demográficas**: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000, n. 6, Rio de Janeiro, 2001.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. **Novos cenários climáticos**. Relatório do IPCC/ONU, Paris, 2007.

MARTINS, L. R.; TABAJARA, L. L.; FERREIRA, E. R. Linha de Costa: problemas e estudos. **Revista Eletrônica Gravel**, Porto Alegre, n. 2, p. 40-56, 2004.

MONTENEGRO JR., I. R. P. **Turismo e Urbanização**: Gestão de Impactos no Litoral de Aquiraz-Ceará. 2004. 259p., Dissertação (Progra-

ma de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. 2. ed. ampliada. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAIS, J. O. de. Aspectos do Transporte de Sedimentos no Litoral do Município de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil. **Arq. Ciên. Mar**, 20 (1/2): 71-100, Fortaleza-CE, 1980.

MOURA, M. R.; MORAIS, J. O. de. Processos de uso e ocupação da zona costeira do município de Aquiraz, Ceará, Brasil. In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE: ESPACIALIDADES CONTEMPORÂNEAS, O BRASIL, A AMÉRICA LATINA E O MUNDO, 2007, Niterói-RJ. **Anais do VII Encontro Nacional da ANPEGE**, Niterói-RJ, 2007.

MUEHE, D. Critérios Morfodinâmicos para o Estabelecimento de Limites da Orla Costeira para fins de Gerenciamento. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 35-44, 2001.

PEREIRA, A. Q. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará**: Fortaleza em Aquiraz. 2006. 157p., Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente-PRODEMA) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

PINHEIRO, L. de S. **Compatibilização dos Processos Morfodinâmicos e Hidrodinâmicos com o uso e ocupação da praia da Caponga-Cascavel-CE**. 2000. 162p., Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, N. M. da. **Nos meandros do Pacoti: os impactos socioambientais da atividade imobiliária nas comunidades do entorno da planície flúvio-marinha do Rio Pacoti - Ceará**. 2005. 129p., Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente-PRODEMA) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

SOUSA, P. H. G. de O. **Atuação dos Processos Costeiros e Vulnerabilidade à Erosão na Praia de Paracuru - Ceará.** 2007. 104p., Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia-MAG) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

SOUZA, M. J. N. de. **O litoral leste do Estado do Ceará:** potencialidades e limitações de uso dos recursos naturais das unidades geoambientais. In: AMORA, Z. B. (Org.). **O Ceará:** Enfoques Geográficos. Fortaleza: EDUECE, 2000.

WOODROFFE, C. D. **Coasts:** form, processan devolution. School of Geociences, University of Wollongong, NSW 2522, Australia, Cambridge University Press, 2002.

DOS CURRAIS DE GADO À AGRICULTURA MECANIZADA: DESCORTINANDO A PAISAGEM DO BAIXO JAGUARIBE (CEARÁ)

Cleuton Almeida da Costa¹
Lidriana de Souza Pinheiro²

1. Introdução

Ao longo da história da humanidade, os ambientes fluviais forneceram condições para a fixação do homem por apresentarem dois requisitos essenciais à sobrevivência humana: solo e água. Esses dois elementos tornaram-se a base para o surgimento de grandes civilizações ao longo dos séculos, e, a título de exemplo, é notório mencionar a importância do rio Nilo para o Egito, pois, mesmo situado em áreas desérticas, durante as inundações sazonais, depositava nutrientes fundamentais à exploração agrícola.

No território que corresponde ao atual Estado do Ceará, apesar da irregularidade hídrica fluvial, foi nos ambientes fluviais que se iniciou a colonização de suas terras. Através dos leitos dos rios secos, pouco a pouco os rebanhos foram avançando pelo sertão, surgindo as pequenas fazendas que deram origem com o tempo às Vilas. “[...] As primeiras vilas localizavam-se nas proximidades das margens dos rios, facilitando as-

1 Licenciado em Geografia - FAFIDAM/UECE. Mestrando em Geografia/UECE.

2 Doutora em Oceanografia e docente da Universidade Estadual do Ceará - UECE.

sim a obtenção de água e o aproveitamento dos solos mais férteis para a agricultura de subsistência.” (SOUSA, 2005, p. 18).

Seguindo os cursos fluviais do Jaguaribe e do Acaraú, o colonizador conseguiu adentrar as terras cearenses. Os rios, durante a maior parte do ano, apresentam-se como verdadeiras estradas de areias, o que desafia a permanência do europeu colonizador, que, além da deficiência hídrica, tinha que se adaptar ao clima semiárido.

A própria vegetação de caatinga, com seus galhos espinhentos, era um verdadeiro escudo a ser vencido na conquista dos sertões. Neste sentido, Ab’ Sáber (2003) acentua que o uso de animais de montaria foi o principal sistema de transporte dos sertões nordestinos, “[...] facilitando os deslocamentos de pessoas e mercadorias pelo leito seco dos rios, pelas veredas situadas à margem de pequenas e estreitas matas ciliares ou pelos primeiros caminhos rasgados nos dorsos das colinas sertanejas.” (P. 96).

É nas áreas mais rebaixadas, formadas pelas planícies fluviais, detentora de melhores condições hídricas, porém, que a Geografia do Ceará começa a ser redesenhada, palco sangrento das disputas territoriais entre os nativos e os “invasores”.

2. Baixo Jaguaribe: ação colonizadora

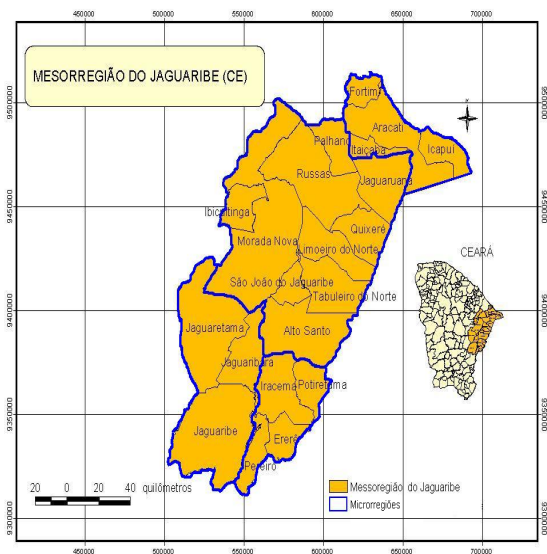
A colonização da capitania do Siará-Grande tem sua gênese na interiorização da criação de gado. Buscando aumentar a produção de açúcar para abastecer o mercado europeu, a Coroa portuguesa determinou o afastamento dos rebanhos das áreas de plantio de cana-de-açúcar, Zona da Mata nordestina, obrigando os criadores adentrar o sertão.

Aos poucos, a paisagem sertaneja começa a ser pontilhada por fazendas, que têm na criação de bovinos sua maior atividade. Em torno das fazendas, aglutinava-se uma grande quantidade de trabalhadores, sobrevivendo das relações paternalistas, prática muito comum naquele período.

O marco da ação colonizadora no território, atualmente denominado de mesorregião do Jaguaribe (classificação do IBGE), teve início com a doação da primeira sesmaria do Jaguaribe, em 1681, a Manuel Abreu Soares e seus treze companheiros, que teriam combatido os nativos da região durante a denominada “guerra dos bárbaros” (GIRÃO. R., 1948).

Conforme mostra a Figura 1, essa mesorregião subdivide-se em quatro microrregiões: Serra do Pereiro (Erêre, Iracema, Pereiro e Potiretama); Médio Jaguaribe (Jaguaribe, Jaguaribara e Jaguaretama); Baixo Jaguaribe (Alto Santo, Ibicuitinga, Itaiçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte); e Litoral de Aracati (Aracati, Fortim e Icapuí).

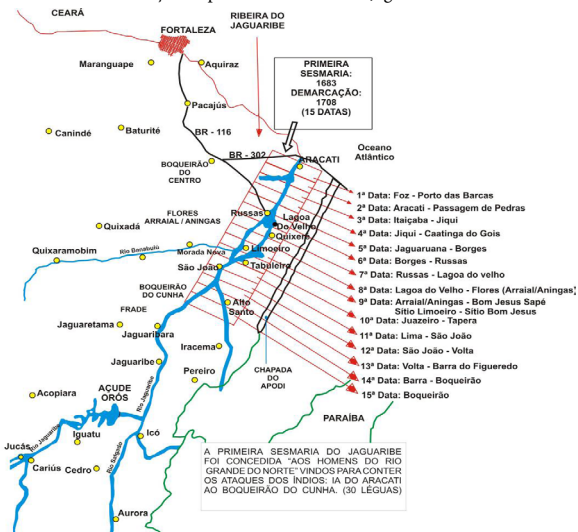
FIGURA 1 – Localização da Microrregião do Baixo Jaguaribe.



Fonte: Adaptado do IBGE.

O canal fluvial do rio Jaguaribe serviu como a principal referência para a demarcação dessa sesmaria, pois, além das potencialidades naturais, era mais fácil a comunicação com o litoral. Estendendo-se da foz do rio Jaguaribe (atual município de Fortim) ao Boqueirão do Cunha (Município de Alto Santo), ao longo do curso fluvial, agregava os melhores terrenos próximos ao leito do rio ou das áreas de inundação sazonal (Figura 2).

FIGURA 2 – Demarcação da primeira sesmaria do Jaguaribe em 1708.



Fonte: Adaptada de Lima, 1997.

De acordo com Lima (1997), a sesmaria foi dividida em quinze datas, cada uma com uma légua (6 km) de largura de cada lado do canal fluvial, perfazendo um total de duas léguas (12 km) de largura, com duas léguas ao longo do rio, formando aproximadamente um quadrilátero de quatro léguas (144 km²).

As datas seccionavam o canal do rio perpendicularmente, possibilitando a utilização das áreas de vazantes quando o fluxo hídrico gerado durante a estação das chuvas desaparecesse. Além do canal principal do rio Jaguaribe, os seus afluentes, a exemplo dos rios Banabuiú e Figueiredo, configuravam como partes requeridas pelos sesmeiros à Coroa portuguesa.

Durante o século XVIII, avança a ocupação do Baixo Jaguaribe pelas duas principais vias de penetração: a que seguia o rio São Francisco e descia para o Ceará pelo rio Salgado (afluente do Jaguaribe) e a que subia pela foz do Jaguaribe nas proximidades da Vila de Aracati. “[...] Chegavam, também, vaqueiros, com seus rebanhos de gado pelo Olho D’água da Bica, (chapada do Apodi), saindo pertinho de Limoeiro e Tabuleiro do Norte [...]” (LIMA, 1997, p. 32).

Primordialmente, a criação de gado tornou-se a principal atividade desenvolvida nessa região, todavia, consorciada com esta, praticava-se uma agricultura de subsistência nas áreas de vazantes, durante os longos períodos de estiagens. Os rebanhos eram criados de forma extensiva, ultrapassando as áreas delimitadas oficialmente para os sesmeiros. Quando a água proveniente das chuvas começava a se exaurir, o gado refugiava-se próximo ao rio, que, mesmo não escoando em superfície, garantia o abastecimento de água das fazendas por meio da exploração do lençol freático.

Na instalação dos currais, no século XVII, os espaços de várzeas eram considerados os mais “férteis”, os mais promissores para o desenvolvimento da pecuária, tanto devido à facilidade de água para os animais, como para a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade para a população ribeirinha [...]. (SOARES, 2000, p. 5).

De acordo com Girão. V. (1996), a criação de gado na região jaguaribana excedia a capacidade de consumo interno, pois, das rezes abatidas, muitas vezes era aproveitado apenas o couro para a fabricação de vestes e utensílios indispensáveis à

vida sertaneja. A alternativa encontrada pelos criadores foi a de exportar o gado para o Nordeste canavieiro, que necessitava de alimentos para abastecer a população que se concentrava nas proximidades dos engenhos.

A necessidade de transportar o gado para outras áreas propiciou o surgimento de vias, merecendo destaque a Estrada Geral do Jaguaribe, cuja trajetória ia de Aracati, seguindo o curso do rio Jaguaribe, até as proximidades da nascente do Rio Salgado. Nesse período, o Baixo Jaguaribe passa a ser dominado pela presença de currais de gado, além de servir como entreposto comercial, pois nesse espaço ocorria o encontro de algumas vias que recortava o território cearense (GIRÃO, 1948).

A lucratividade com a venda do gado restringia-se a criadores situados nas áreas sertanejas da capitania, em razão de maior proximidade com Pernambuco. A participação das fazendas próximas ao litoral, no entanto, tornava-se inviável, em razão dos elevados custos requeridos no deslocamento das boiadas. A alternativa para este problema foi o transporte do animal abatido, surgindo assim as famosas charqueadas, em que a carne era salgada e secada ao sol, sendo posteriormente transportada pelo porto de Aracati (GIRÃO. V. C., 1996). “[...] Para a salga dispunham das salinas naturais do Aracati, da foz do Jaguaribe, enquanto os bois vinham do litoral e do baixo e médio curso deste rio [...]” (ANDRADE, 1964, p. 183).

O deslocamento das boiadas em direção a Pernambuco e à Bahia propiciou a abertura de estradas, onde em cada confluência surgiam povoações que logo adquiriam notoriedade. A Vila de Icó resulta desse processo, pois era o ponto de repouso dos boiadeiros e donos de “comboios” que transportavam mercadorias pela capitania (LIMA, 1997).

Com o incremento das charqueadas, as boiadas confluem em direção à Aracati, sendo que, antes de serem abatidas, eram engordadas em pastos nas proximidades do atual município de Limoeiro do Norte (LIMA, 1997). “Aracati, como porto de mar acessível, relativamente próximo do Recife e de Salvador, tornou-se, mesmo antes de ser elevada a Vila, o Pulmão da economia colonial da Capitania [...]” (GIRÃO. V. C., 1996, p. 74).

Em fins do século XVIII, o Ceará foi acometido por vários anos de estiagens (1777-1778; 1790-1793), dizimando boa parte dos rebanhos cearenses, o que contribuiu para o declínio das charqueadas. Fatores associados ao impacto provocado pelas estiagens, todavia, à concorrência com a carne provida do Rio Grande do Sul e ao surgimento do algodão como possibilidade econômica, contribuíram para a decadência deste ciclo econômico (GIRÃO. V. C., 1996).

A cultura algodoeira é impulsionada no interior cearense, adquirindo seu período áureo durante a Guerra Civil Americana (Guerra da Secessão) que perdurou de 1861 a 1865, pois, os Estados Unidos era um grande fornecedor do algodão ao mercado inglês.

Nesse período, o Ceará passou a exportar sua produção de algodão à Inglaterra. A cultura algodoeira aponta como principal produto da Capitania do Ceará, espalhando-se por suas melhores terras, onde, consorciada com a criação de gado redefine os usos das áreas sertanejas.

Corroborar-se a afirmação de Soares (2000), quando acentua que a cultura algodoeira permitiu maior exploração das terras do sertão cearense. O seu cultivo não se restringiu apenas aos espaços úmidos das planícies fluviais, mas se es-

palhou pela depressão sertaneja, unidade ambiental de maior expressão no Estado do Ceará.

Com a implantação do cultivo do algodão enquanto uma atividade comercial, no final do século XVIII no Ceará, os espaços além várzeas são incorporados ao processo produtivo em função da formidável adaptação da cultura às condições naturais do semi-árido. [...]. (SOARES, 2000, p. 5).

A implantação do sistema ferroviário e rodoviário, ligando os centros de produção de algodão a Fortaleza, possibilita, pela primeira vez, a ascensão desta como cidade mais importante do Estado, suplantando Aracati (SOUSA, 2005). As vantagens do algodão para o Ceará foram primeiramente, sua capacidade de adaptação ao clima semiárido, bem como a possibilidade de seu cultivo em pequenas propriedades.

Após o término da Guerra Civil Americana, o algodão produzido no sul desse País voltou a ter a preferência do mercado inglês. A falta de competitividade do algodão cearense, em relação à produção americana sob o viés de Modernidade, contribui para desestruturar a economia desta província baliçada no “ouro branco” (SOUSA, 2005).

O binômio boi-algodão, no entanto, contribuiu para o crescimento econômico do Baixo Jaguaribe durante o século XIX e início do século XX. “No decorrer das primeiras décadas do século, a principal cultura agrícola do Ceará continuaria sendo a do algodão. Na década de 1920, sua importância era tão grande que correspondia 70 a 80% das exportações do Estado.” (FERREIRA NETO, 2003, p. 446).

3. Ciclo da cera de carnaúba

Em meados do século XX, o Baixo Jaguaribe tem sua economia dinamizada pelo extrativismo vegetal, tornando-se a extração da cera de carnaúba a principal atividade desenvolvida nessa região. Embora a utilização da cera tenha sido descoberta por Manuel Antônio Macedo ainda no século XVII, seu uso ficava restrito à fabricação de velas para o consumo da população local. A descoberta de sua utilização industrial (graxas de sapato, cera de lustrar assoalhos, indústria do disco etc.), possibilitou o enriquecimento dos proprietários de terras que possuíam uma grande quantidade de carnaubais (LIMA, 1997).

Nesse período, a Companhia dos EEUU Johnson & Johnson instala-se no Ceará e inicia suas pesquisas objetivando o aumento da produção e da qualidade da cera. Além de sua vasta aplicabilidade como matéria-prima para as indústrias, esta era requisito indispensável à indústria bélica durante os anos de guerra, conforme aponta Oliveira Filho (2003).

Durante esta fase histórica, grandes áreas rurais foram ocupadas por plantações de carnaubeiras, visando atender às necessidades do mercado internacional – principalmente ao norte-americano – que descobriu neste vegetal, ser possível extrair o ácido pícrico, de extrema utilidade na fabricação de explosivos. Isto, coincidentemente, associa a época de ouro da carnaúba, com a Segunda Grande Guerra Mundial. (P. 31).

Por um período de aproximadamente quatro décadas (1930 a 1960), o “Ciclo da Cera de Carnaúba” contribuiu para

o enriquecimento dos proprietários que possuíam terras cobertas por carnaubais. Nem todos, no entanto, puderam ser beneficiados por esse processo, pois era necessário uma grande quantidade dessa planta para ensejar lucros satisfatórios. De acordo com Soares (2002), para atingir valores significativos na produção de cera, era necessário possuir, no mínimo, entre 43 e 72 hectares de terras cobertas por carnaúbas.

Aos pequenos proprietários, restava apenas a venda dos seus carnaubais, já que não detinham condições financeiras para o pagamento das tarefas requeridas na extração da cera. Alguns, porém consorciavam as áreas de extrativismo com a agricultura de subsistência.

O comércio foi impulsionado, surgindo, assim, estabelecimentos comerciais em boa parte das cidades e vilas jaguaribanas. Esta nova classe passaria a dominar o controle político e econômico da região, elegendo os seus representantes que ainda hoje são referenciados na historiografia local (LIMA, 1997).

A carnaúba (*Copernícia prunifera*) sempre fez parte do cotidiano do jaguaribano, onde sua utilização era diversificada, desde servir de estruturas para a construção das residências sertanejas até utensílios domésticos como vassouras e urupemas.

Durante esse período áureo, as várzeas do Jaguaribe recobertas por vastos carnaubais eram protegidas de ações que possibilitassem o extermínio desta planta. Isto, contudo, não advinha de preocupações ecológicas, e sim econômicas, pois, quanto mais unidades de carnaúbas existissem em determinada propriedade, mais aumentava o potentado dos “barões da cera” (SOARES, 2002).

Apesar da alta valorização da cera de carnaúba, ainda havia áreas descobertas por essa vegetação nas várzeas do Jaguaribe, sendo resquício de usos desenvolvidos no passado, principalmente quando essa planta não tinha notoriedade econômica. Nas estiagens, as carnaúbas mais novas eram derrubadas para a alimentação dos rebanhos.

[...] Inúmeras palmeiras foram derrubadas para ceder terras à lavoura, sobretudo de algodão, nos períodos em que este produto alcançava preços elevados. Também nas épocas de seca, quando escasseava o alimento para o gado, costumava-se derrubar os “quandus” - carnaubeiras novas – para alimentar os rebanhos [...]. (ANDRADE, 1964, p. 209-210).

Alguns proprietários preenchiam os espaços vazios com novas espécies ou cultivavam outras áreas, a exemplo dos Tabuleiros Interiores, no Município de Russas. “Na década de 1940, o Ministério da Agricultura iniciou um programa para incentivar o plantio de carnaúba, que tinha por objetivo servir como fonte de renda além de reflorestar áreas sujeita a erosão.” (BNB, 1972).

Estudos realizados pelo BNB (1972) assinalam que, até o ano de 1939, os Municípios de Alto Santo, Limoeiro do Norte, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte tinham cerca de 894.000 carnaúbas adultas, resultado do plantio de mais de três milhões de sementes (Figura 3).

FIGURA 3 – Testemunho do plantio de carnaúbas em São João do Jaguaribe-Ce.



Fonte: Costa, 2008.

Apesar da importância desta ação, os resultados positivos restringiram-se ao período de valorização da cera, pois, posteriormente, assistiu-se a uma verdadeira destruição dessa espécie vegetal na região jaguaribana. Aos poucos, nas áreas de solo exposto, foram sendo desenvolvidos cultivos de frutas irrigadas com a utilização de cata-ventos, permitindo o uso da água subterrânea, abundante na planície fluvial (BNB, 1972).

De acordo com Soares (2000), o crescimento de cidades como Fortaleza, Mossoró, Natal e Recife contribuía enormemente para a expansão dos pomares jaguaribanos, já que tinham se tornado o principal mercado consumidor de sua produção.

O “Ciclo da Cera de Carnaúba” impulsionou a economia da região até meados do século XX. Com a substituição gradativa de produtos naturais por sintéticos derivados do petróleo,

porém, essa atividade entrou em declínio em virtude da sua desvalorização no mercado internacional. É notório que existem alternâncias de ciclos econômicos, em que muitas vezes um se sobrepõe a outro sem eliminá-lo. É claro que, mesmo com a “cera de carnaúba”, o “binômio boi-algodão” não deixou de ter importância para a economia local. Novas dinâmicas, todavia, surgem oferecendo uma nova roupagem à paisagem local.

4. Modernização agrícola no baixo Jaguaribe

Após a decadência do “Ciclo da Cera de Carnaúba”, a agricultura irrigada começou a ganhar lugar na economia local. Os espaços banhados pelas águas dos rios Jaguaribe, Banabuiú e Figueiredo começaram a ser utilizados mais intensamente com o aprimoramento das técnicas de irrigação.

A irrigação utilizada nas várzeas do Jaguaribe antes das intervenções governamentais era feita de forma rudimentar. O instrumento usado para captar água do lençol freático para a irrigação, o cata-vento, dependia de forças naturais, podendo, vez por outra, gerar prejuízos, principalmente se, porventura, em determinados momentos do processo produtivo, esse fenômeno não ocorresse.

A existência de um crescente mercado para as frutas produzidas nos pomares jaguaribanos estimulava a busca de novas opções que possibilitassem a expansão dos cultivos. Nessa perspectiva, os produtores com melhor poder aquisitivo começavam a substituir os velhos cata-ventos por motores a óleo diesel ou a gasogênio³ (SOARES, 2002).

3 Gás obtido com a queima de carvão vegetal.

A intensificação da irrigação no baixo Jaguaribe ocorreu após a construção de obras hidráulicas que objetivavam perenizar as áreas drenadas pelo rio Jaguaribe e seus principais afluentes. A construção de infraestruturas para o combate à seca no Estado do Ceará remonta ao período imperial com o início, em 1876, da construção do açude Cedro, em Quixadá, inaugurado somente em 1906, já no período republicano. “Naquele momento, a principal forma de intervenção centrava-se na política de obras contra as secas, baseada em ações isoladas, especialmente com a construção de barragens e açudes [...]” (ELIAS, 2002, p. 293-294).

Assistiu-se, no final da década de 1960 a um processo de reorganização do setor agrícola da região jaguaribana, com a criação em 1968 do Grupo Executivo para Irrigação e Desenvolvimento Agrícola - GEIDA, com o intuito de definir políticas de irrigação para o Nordeste. De acordo com Soares (2002), o GEIDA foi sendo absorvido em etapas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PNDs), cuja política de irrigação para o Nordeste regida pelo I PND foi assimilada pelo Programa de Integração Nacional (PIN), ficando sua execução sob a responsabilidade do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), enquanto sua coordenação ficaria a cargo da SUDENE.

Objetivando a regularização da drenagem do Baixo Jaguaribe, o DNOCS concluiu o açude Orós (1,94 bilhão de m³) em 1961, e o açude Arrojado Lisboa (Banabuiú) com 1,7 bilhão de m³ em 1966, perenizando essa área que se torna atrativa para investimentos na área de irrigação (SOARES, 2002).

Paralelo à construção dessas grandes obras, em 1961, a SUDENE, com a cooperação do DNOCS e do Governo fran-

cês, criou o Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe (GEVJ). “Esse estudo objetivava estabelecer uma metodologia a ser aplicada nas demais Bacias Hidrográficas da zona semi-árida do Nordeste, e permitir o rápido aproveitamento das águas represadas no Jaguaribe”. (SOARES, 2002, p. 92)

A construção do açude Orós possibilitou a existência de uma vazão regular para o médio e baixo curso do rio Jaguaribe, promovendo uma reorganização desses espaços, advinda de um uso mais intenso no que tange à irrigação. Consoante Elias (2002, p. 294), “com a perenização dos rios, possibilitava-se a realização da agricultura irrigada de pequena dimensão técnica e econômica, voltada quase que exclusivamente para a subsistência”.

A inserção do baixo Jaguaribe no mercado nacional durante a década de 1970 e 1980 com a rizicultura irrigada e, atualmente, com a agricultura empresarial, que com a fruticultura atinge mercados internacionais, redefine a organização espacial da região. Baseado nas orientações contidas no relatório Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, a política modernizadora, inicialmente, privilegiou a instalação de perímetros públicos de irrigação (SOARES, 2002).

Nesse período, o baixo Jaguaribe foi privilegiado com dois projetos: o Perímetro Irrigado de Morada Nova - PIMN, com 12.500 hectares, inserido nos Municípios de Morada Nova (60%) e o de Limoeiro do Norte (40%), na planície fluvial do Banabuiú no ano de 1969; e o Perímetro de Jaguaruana em 1979, com pouco mais de 200 hectares (SOARES, 2002).

De 1980 em diante, no entanto, a orientação para expandir a irrigação no baixo Jaguaribe passou a receber uma

nova roupagem, pois se priorizava a irrigação privada, cuja criação do Programa de Valorização Rural do Baixo e Médio Jaguaribe (PROMOVALE) foi um reflexo desta política (SOARES, 2002).

O Promovale era um programa projetado para ser implantado em propriedade particular, não exigindo, assim, desapropriações, evitando por isso, segundo os seus formuladores, os onerosos e demorados processos administrativos de seleção, transferência e adaptação de parceiros, conforme exigido nos processos de colonização. (P. 96)

Na perspectiva de Elias (2002, p. 297), “A instalação dos perímetros públicos no Baixo Jaguaribe constituem-se em verdadeiros vetores de crescimento econômico para a região [...] e expansão do meio técnico-científico-informacional [...]”. Na atualidade, entretanto, os espaços além várzeas são alvos da agricultura empresarial, pois as novas tecnologias permitem captar água a quilômetros de distância ou efetuar a sua extração de lençóis subterrâneos, como ocorre na chapada do Apodi.

Apesar do desenvolvimento de projetos de irrigação em outros espaços, as áreas de planície continuam sendo exploradas, onde sua paisagem se torna cada vez mais artificial, resultado da intensidade dos usos realizados nos últimos decênios do século XX, que se agrava na atualidade.

A intensificação dos usos nas várzeas do Jaguaribe, sem técnicas de manejo ambientalmente corretas, proporciona alterações na paisagem local. Lentamente as ribeiras do rio

vão perdendo suas características naturais. Se no passado era possível contemplar os vastos carnaubais que recobria toda a planície fluvial, agora isso se torna raro, pois suas margens foram dominadas pela irrigação de legumes, frutas e pastagens.

Elias (2002, p. 299) expressa que “esta região se destaca como uma das áreas que mais metamorfoseou a produção e o espaço geográfico”. Tais transformações, contudo, não se materializaram em uma melhor qualidade de vida de seus habitantes, uma vez que a modernização em curso no baixo Jaguaribe é seletiva do ponto de vista espacial e excludente na perspectiva social.

5. Alteração paisagística na Planície Fluvial do Jaguaribe

Apesar de sua importância regional, o rio Jaguaribe apresenta uma paisagem bastante modificada, advinda da intensificação dos usos que este recebe principalmente no que tange à agricultura irrigada. Apesar da apropriação de outros espaços pela agricultura empresarial, esta unidade ambiental ainda é aproveitada, principalmente no que concerne ao cultivo em pequena escala. A utilização de técnicas degradantes, todavia, submete a risco este ambiente.

O desflorestamento da mata ciliar na maior parte do curso fluvial serve de indício para se entender a intensidade dos processos que transfiguraram esta paisagem. Além deste, a própria morfologia reflete as alterações impostas pela tipologia de uso/ocupação ao longo do processo histórico.

Apesar da predominância da grande propriedade nas áreas sertanejas, a estrutura fundiária nas áreas fluviais é totalmente diferenciada. Se na primeira predomina a figura do

latifúndio improdutivo, na segunda prevalecem os minifúndios. A sucessão hereditária que proporcionou uma fragmentação do tamanho das propriedades ocasiona uma ampliação do desmatamento, haja vista que o produtor precisa utilizar a terra de forma intensiva para produzir satisfatoriamente.

O estabelecimento da agricultura irrigada nas margens dos rios provoca alterações na dinâmica natural destes ambientes. A erosão laminar incitada pela ação das chuvas é intensificada pela retirada da cobertura vegetal, proporcionando o desequilíbrio hidrológico na bacia, alterando a relação entre os componentes do balanço hídrico.

Conforme Silva, Schulz e Camargo (2003), além do desmatamento, outros tipos de manejos podem alterar algumas propriedades físicas, e/ou químicas, do solo, tendo por consequência a perda da fertilidade e da resistência à erosão. Esse desequilíbrio promove uma aceleração do processo de transporte dos solos erodidos, consequentemente, observam-se o alargamento da calha do rio e a redução dos níveis de profundidade e declividade, como é observado no trecho do Rio nas proximidades da sede do município de São João do Jaguaribe.

O avanço das áreas irrigadas é diretamente proporcional ao extermínio da mata ciliar, que na região se caracteriza principalmente pela carnaúba. Após a sua decadência econômica, ela é retirada para ampliar as áreas de plantio, incidindo diretamente nos canais de drenagens, onde os diques marginais ficam descaracterizados pela incidência dos processos erosivos (Figura 4).

FIGURA 4 – Plantação de feijão nas margens do Rio Jaguaribe (observar carnaúbas).



Fonte: Costa, 2008.

FIGURA 5 – Inundação de casas na cidade de São João do Jaguaribe (maio/2008).



Fonte: Costa, 2008.

A evolução das antigas fazendas do período colonial para pequenos núcleos urbanos provocou mudanças profundas na configuração espacial destas áreas, pois boa parte das cidades, a exemplo de Limoeiro do Norte e São João do Jaguaribe, cresceu às margens dos canais fluviais. Quando da ocorrência de cheias, as casas são alagadas, trazendo sérios prejuízos aos municípios (Figura 5).

Costa e Cavalcante (2007) assinalam que a rizicultura irrigada realizada nas margens do rio Jaguaribe, nas imediações de Limoeiro do Norte, alterou o nível de base deste rio, elevando as taxas deposicionais em detrimento das erosivas. Esse processo contribuiu para acelerar a migração de canal na direção da chapada do Apodi, onde o rio Quixeré, braço do Jaguaribe, agora é o principal responsável pelo escoamento fluvial.

Apesar de fundamentais na história da civilização terrestre, os rios são alvo de forte degradação pela maneira como são utilizados. São margens desprotegidas, poluições domésticas, industriais, agrícolas, além da exploração mineral e outras atividades que paulatinamente alteram a dinâmica desses ambientes. De acordo com Tundisi (2003), além do desenvolvimento econômico, as transformações culturais contribuem para a diversificação dos múltiplos usos dos recursos hídricos, incorporando outras necessidades que resultam em impactos de maior proporção.

A configuração atual do baixo Jaguaribe resulta do longo processo de uso/ocupação de seu território, perpassando as impressões deixadas em sua paisagem com sua exploração econômica. Primeiro com a pecuária, em que as vias de circulação começaram a ser desenhadas, tendo nas charqueadas o seu ápice econômico. Posteriormente, o binômio boi-algodão permitiu a penetração mais intensa do sertão, haja vista a adaptação do algodão à aridez climática. Aos poucos, as vilas

foram surgindo e o “rio das Onças” passou a ser explorado em sua completude, pois morar em suas proximidades era uma garantia de ter menos problemas com a escassez.

Em meados do século XX, o “Ciclo da Cera de Carnaúba” trouxe riqueza ao Jaguaribe, possibilitando o crescimento do comércio e o aumento da urbanização. A influência desse ciclo foi tão significativa que as vilas de Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Alto Santo adquiriram *status* de município no final da década de 1950, desmembrando-se de Limoeiro do Norte.

Na atualidade, a paisagem jaguaribana se artificializa, pois, nesse espaço, o Estado intervém no sentido de ligar determinadas áreas ao mercado global. A agricultura irrigada porta a bandeira dessa nova dinâmica pautada na racionalidade técnica e na expropriação dos trabalhadores. Neste sentido, torna-se urgente o desenvolvimento de estratégias a fim de atenuar os efeitos provocados pela degradação aos ambientes fluviais no baixo Jaguaribe, considerando que a própria história da região se confunde com a história do rio.

BIBLIOGRAFIA

AB’SÁBER, A. N. Caatingas: O Domínio dos Sertões Secos. In: _____. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, cap. 6, p. 83-100.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB. **A Carnaúba e seu papel como uma planta econômica.** Fortaleza: BNB, Departamento de Estudos do Nordeste (ETENE), 1972.

COSTA, C. A.; CAVALCANTE, A. A. Impactos socioambientais na Planície Fluvial do Banabuiú nas adjacências do Município de Morada Nova – CE. In: IV SEMINÁRIO DO DIA DO GEÓGRAFO: FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DO GEÓGRAFO NA SOCIEDADE, 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Ed. UECE, 2007, p.1-11

ELIAS, D. A modernização da produção agropecuária In: ELIAS, D. (Org.). **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe** -CE. Fortaleza: FUNECE, 2002. p. 282-355.

FERREIRA NETO, C. **Estudos de História Jaguaribana: documentos, notas e ensaios diversos para a história do Baixo e Médio Jaguaribe**. Fortaleza: Premium, 2003.

GIRÃO, R. Bandeirismo baiano e povoamento do Ceará. **Rev. do Instituto do Ceará**. Fortaleza-CE. v. 62. 1948, p. 5-20

GIRÃO, V. C. As Charqueadas. **Rev. do Instituto do Ceará**. Fortaleza-CE. v. 110. 1996, p. 71-91.

LIMA, L. O. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

OLIVEIRA FILHO, S. F. **Identificação de áreas degradadas no município de Tabuleiro do Norte com ênfase às formações de florestas dicótilo/palmácea**. 2003. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA, M. S.; SCHULZ, H. E.; CAMARGO, P. B. **Erosão e Hidrossedimentologia em Bacias Hidrográficas**. São Carlos: RiMa, 2003.

SOARES, H. S. Elementos para uma Geografia Histórica do Baixo Jaguaribe. **Rev. Propostas Alternativas**. Fortaleza – CE: IMOPEC, 2000.

_____. Agricultura e Modernização sócioespacial em Limoeiro do Norte. In: ELIAS, D. ; SAMPAIO, J. L. F. (Orgs). **Modernização Excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 83-108.

SOUSA, M. S. Ceará: Bases de Fixação do Povoamento e Crescimento das Cidades. In: SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs). **Ceará: Um Novo Olhar Geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005, v. único, p. 13-31.

TUNDISI, J. G. **Água no século XXI: Enfrentando a escassez**. São Carlos: RiMa, 2003.

CENÁRIOS SERTANEJOS: O CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE/CE

*Maria Daniely Freire Guerra¹
Marcos José Nogueira de Souza²
Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa³*

1. Introdução

Este trabalho propõe-se a uma reflexão sobre a configuração dos cenários semiáridos nordestinos, tendo como foco a problemática da desertificação no Município de Jaguaribe – Ceará. Elege-se o tempo como variável fundamental para a tessitura desses cenários em duas dimensões: o tempo geológico e o tempo histórico.

Essas dimensões temporais são assumidas pelo fato de enorme complexidade na configuração dos ambientes. Neste caso, em especial, os sertões do Nordeste brasileiro representam um reflexo desta configuração, sobretudo pelo fato desta região ter participado do processo inicial de ocupação e produção territorial do semiárido. Atualmente, porém, exprime graves sequelas representadas pela desertificação. É neste contexto que se insere o Município de Jaguaribe – Ceará.

Assim, para melhor entendimento, dividiu-se o trabalho em cinco itens, após esta introdução: no item dois, alude-se à si-

1 Licenciada em Geografia pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE. Mestranda em Geografia pelo Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG/UECE.

2 Doutor em Geografia Física e docente da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

3 Doutora em Geologia Regional e docente da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, campus Cajazeiras – PB.

tuação do semiárido nordestino enfocando-se os elementos sertões, secas e desertificação, como pilares para o entendimento da situação do Município em estudo. Nos itens três, quatro e cinco, discute-se o cenário do Município de Jaguaribe, nos contextos natural e econômico, evidenciando a degradação instalada como desertificação. Por fim, nas considerações finais (item seis), faz-se uma breve reflexão sobre o tempo na tessitura dos cenários no compasso e descompasso dos processos naturais e sociais.

2. O Nordeste brasileiro: sertões, secas e desertificação

Abordar o Nordeste é antes de tudo tratar da relação sociedade-natureza, de uma sociedade que se formou da miscigenação entre nativos, africanos e europeus; sociedade que se estruturou em uma lógica política e econômica, e que deu início ao estabelecimento do Território brasileiro, arquitetado, sobretudo, pelas elites que aqui se fixaram com a ordem da Coroa portuguesa, tendo como incentivo a exuberante natureza. Foi esta natureza usada, *a priori*, como potencialidade para a eclosão das atividades econômicas, e, *a posteriori*, como limitação. Mais tarde, com a “descoberta” de mais terras, passou-se a discutir a natureza como problema, tendo em vista o clima como fator limitante. Hoje, no entanto, como incremento da ciência e da tecnologia, esse discurso do clima como fator limitante está, como nunca, sendo criticado.

Souza Neto (2000, p. 12), explica que “[...] a própria história da nação foi tomada, simultaneamente, como um destino manifestante grandioso pela própria natureza e o domínio dos espaços dessa natureza e de suas gentes como o grande feito histórico da nação” (sic).

Foi a natureza material e não simbólica utilizada para enriquecimento da coroa e dos latifundiários, por meio de cultivos que viabilizaram a expansão pelos vales e encostas férteis de forma avassaladora. Como bem narra Euclides da Cunha (1901, p. 10),

A terra atrai irreversivelmente o homem, arrebata-o na própria correnteza dos rios que [...] traçando originalíssima rede hidrográfica, corre da costa para os sertões, como se nascessem nos mares e canalizassem as suas energias eternas para os recessos das matas opulentas. Rasgam facilmente aqueles estratos em traçados uniformes, sem talvegues deprimidos, e dão ao conjunto dos terrenos [...] a feição de largos plainos ondulados, desmedidos.

Este discurso alude à enigmática origem dos sertões e às bizarras formas cristalizadas ao longo do tempo geológico, mas, também, é possível entender aquilo que Sousa Neto (2000) chamou de marcha para o Oeste. A marcha representada pelas rotas migratórias que tiveram sentido litoral-sertão – no contexto nordestino –, ou seja, de Leste para Oeste, seguindo as correntezas dos rios, onde vão sendo canalizadas novas estratégias de mercado para terras vindouras, partindo das terras planas do litoral para as grandes depressões onduladas e desmedidas dos sertões.

Nesse sentido, evidencia-se a representatividade que a natureza teve para o desenvolvimento da sociedade colonial, como potencialidade. Mais tarde, no entanto, com o adensamento populacional, a “descoberta de novas terras” e a histórica submissão do homem pelo homem, surge o discurso de fragi-

lidades e limitações das terras nordestinas, tendo o clima como vilão, muito bem relatado por Luetzelburg (1922-1923, p. 105),

O sertanejo vive em constante luta com a natureza que o circunda; suporta longos periodos de escassez d'agua para a subsistência de sua familia e de seu gado; supporta com resignação as chuvas calamitosas que importam em enchentes duradoras, e durante este espaço de tempo, os seus escassos mantimentos mofam ou desaparecem e as suas plantações se extinguem. Estes contratempos continuos o tornaram tenaz, resistente e de índole aspera. Trabalha debaixo dos raios solares causticantes, revolvendo o sólo duro e aspero, mal nutrido, preparando a sua problematica colheita futura, que commumente as seccas prematuras ou as aguas inesperadas destroem. Esse labor sobre base incerta e instavel sem probabilidade de exito seguro e promissor, pouco a pouco o tornou indolente, desconfiado e apathico. Esta instabilidade de seus haveres, dependendo das circumstancias imprevistas da natureza, fez com que elle consumisse tudo aquillo que vem produzindo, não conhece a economia. Para elle tudo abrange um raio diminuto; faltam-lhes conhecimentos e illustrações que o facultem romper o meio acanhado em que vive. Embora a intelligencia não lhe seja extranha, porque bem desenvolvida se acha a sua memoria de preferencia para numeros e factos, notável também se tornou o seu dom de observação. A sua phantasia acha-se desenvolvida em alto gráo, geralmente contaminada em excesso pela supertição.

Neste caso, no Nordeste brasileiro, evidencia-se a intrínseca relação sociedade-natureza, pautada sob forma de apropriação, dominação, expropriação e submissão, sendo resultante da configuração territorial dos espaços nordestinos, que consistiu na tessitura dos cenários de hoje. Tais cenários exibem características bem peculiares em determinadas faixas de terra, que foram apropriadas por costumes também peculiares. *Grosso modo*, é possível dividir estas faixas em: Zona da Mata, Agreste, Sertões e Meio-norte (ANDRADE, 1986). Não é o objetivo deste capítulo, discutir tais questões, porém se debate, brevemente, a faixa sertaneja.

2.1 Os sertões

Os sertões são as áreas mais representativas do Nordeste brasileiro. Segundo Ab'Sáber (1974, p. 28), “[...] são espaços das planícies de erosão dos fins do Terciário e início do Quaternário”. São áreas de ambientes recentes de litologias muito antigas, geralmente pré-Cambrianas.

O contexto geológico-geomorfológico no domínio dos sertões é caracterizado pela presença quase que total de escudos cristalinos que compõem mosaicos que se justapõem, superpõem e recompõem formando extensas depressões colinosas. Prevalece o desenvolvimento de solos rasos, oriundos, principalmente, dos processos de intemperismo físico e apresentando tendência à pedregosidade. Muitos solos são, contudo, possuidores de boa fertilidade natural.

As extensas porções do embasamento cristalino, consolidadas em tempo geológico remoto, foram sendo esculpidas por alterações superficiais, resultando em vastas superfícies

pediplanadas, originadas de trabalhos seletivos dos processos morfogênicos.

Após a composição deste mosaico, extensas redes hidrográficas entalharam as superfícies rígidas de litologias cristalinas, formando verdadeiros *oásis* em meio aos sertões semiáridos. Como acentua Ab'Sáber (1956-1957, p. 460),

É fato absolutamente fora de dúvida que os rios nordestinos entalharam os grandes boqueirões do interior através uma super imposição hidrográfica de tipo clássico e à custa de um volume d'água e um poderio de erosão muito maiores do que os atuais, assim como, sob um regime hidrológico inteiramente diverso.

Esses *oásis* (planícies fluviais) foram os atributos principais para o processo de formação territorial dos sertões. Em virtude do declínio da Zona Açucareira, brotaram correntes migratórias para os sertões, seguindo as pastagens naturais e o caminho das águas, pois eram os elementos essenciais para o desenvolvimento da pecuária, que foi naquele período (por volta do século XVIII), no curso da ocupação inicial e formação do território, a principal atividade econômica dos sertões do Nordeste (ANDRADE, 1986).

Sobre os imensos palcos sertanejos, impera a rusticidade do clima semiárido, munido de extrema variabilidade e imprevisibilidade, justificadas pela atuação dos sistemas atmosféricos, denotando uma característica azonal de semiaridez com expressão regional (SOUZA et al., 1996).

Os principais sistemas atmosféricos que atuam no Nordeste brasileiro são impulsionados, fundamentalmente, pelas oscilações da Zona de Convergência Intertropical – ZCIT;

pelas condições termodinâmicas dos oceanos Atlântico e Pacífico tropicais; por invasões das frentes polares, além das influências dos alísios e dos anticiclones do Atlântico Sul (sistemas de alta pressão) (SOUZA, 2003).

Além do mais, o fator topográfico também interfere no deslocamento das massas de ar, funcionando como verdadeiras barreiras orográficas e diversificando micro e mesoclimas. Este fato, agrava em especial, as áreas sertanejas situadas a sotavento dos níveis serranos. As precipitações, além de irregulares e mal distribuídas no tempo, ficam também subordinadas à má distribuição espacial, ocasionando o ressecamento sazonal das fontes hídricas, dos solos e condicionando o xeromorfismo às espécies das caatingas.

Segundo Maia (2004), o cenário das caatingas – principal conjunto vegetacional do Nordeste semiárido –, entra em declínio acentuado em face de um histórico de pouco mais de três séculos de uso e de exploração da terra. Revela-se, deste modo, a disseminação de uma vegetação secundária de baixo porte e aberta.

O Domínio Morfoclimático das Caatingas tem, em particular, suas limitações derivadas das condições climáticas, amplamente expressas nas alterações superficiais em que a pedogênese química se mostra incipiente ante o intemperismo físico predominante. Disso, resulta a ocorrência de solos pouco espessos e em muitos casos pedregosos.

Aliado a isso, somam-se os episódios de ordem social, desencadeado concomitantemente aos períodos de escassez hídrica, tendo em vista que os períodos de seca no Nordeste brasileiro até meados do século XX consistiam em verdadeiros flagelos.

2.2 As secas

As secas são fenômenos que envolvem facetas meteorológicas e sociais. A política é salientada como um dos principais fatores sociais desse fenômeno, que, no caso nordestino, se associou às vicissitudes climáticas e resultou, ao longo dos séculos, em situações calamitosas de drama e morte de parcelas significativas da população sertaneja.

Segundo Nimer (1986, p. 33), todavia, “[...] dentre as regiões de clima semi-árido esta é uma das que mais chove e onde o regime de chuvas não é tão irregular quanto aquelas situadas nas periferias dos grandes desertos”.

Durante os anos de seca na China, por exemplo, ninguém morreu por falta de comida, ou sequer pediu ajuda externa para alimentar milhões de habitantes. Até a década de 1980, tinham sido registradas 1.621 enchentes e 1.392 secas, algumas vezes chegando a se registrar alguma dessas catástrofes mais de uma vez ao ano (NIMER, 1986).

No caso do Nordeste do Brasil, afirma-se que do século XV ao XX foram registradas 76 grandes secas, sendo o século XVIII o mais atingido pelas eventualidades. Tais fenômenos somam-se à situação política que geralmente foi instituída no sentido de impossibilidades de soluções permanentes contra os efeitos da seca (NASCIMENTO, 2006).

Sem políticas eficazes de combate aos efeitos da seca, os sertanejos passaram e passam de forma dolorosa a buscar meios de sobrevivência em outras regiões, como bem ilustraram os poetas e cancionistas de outrora, muito embora existam movimentos que indiquem a migração de retorno.

Em um caminhão
Ele joga a família
Chegô o triste dia
Já vai viajá
A seca terríve
Qui tudo devora
Lhe bota pra fora
Da terra natá
(PATATIVA DO ASSARÉ apud OLIVEIRA, 1991, p. 249).⁴

Seguidamente, surgem as primeiras tentativas de mitigação dos efeitos das secas, elaboradas, paulatinamente, com a ocorrência das vicissitudes climáticas, como anota Andrade (1971, p. 10),

As secas são um reator e, têm revelado e dado a conhecer a Região com uma tela de fundo geográfico em que vislumbram o desafio resposta, as tentativas de salvação e desenvolvimento. Assim, de 1877, sêca que durou três anos (1877, 1878 e 1879) os primeiros alvitres de Comissões no sentido de defesa contra as sêcas, seguindo-se-lhe uma fase de reconhecimento. Abriu-se então a frente de ocupação da Amazônia. As secas posteriores ensejaram a conquista do Acre pelo braço branco cearense. A de 1900 e seguintes deram-nos a criação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas. A de 1932, com José Américo no M.V.O.P., sucessor de Epiácio Pessoa à frente da problemática regional, deixou-nos implantados os sistemas dos grandes açudes e linhas de tronco de viação rodoviária, instituiu as obras de cooperação com os particulares,

4 Trecho da poesia de Patativa do Assaré *A Triste Partida*, transformada em canção por Luiz Gonzaga.

os postos agrícolas, a piscicultura, abrindo a porta para a solução agrônômica. A seca de 1942 expandiu o sistema. A de 1951 trouxe-nos o Banco do Nordeste e a de 1958 a SUDENE e o Orós, arrombado pelos aguaceiros e reconstruído, numa demonstração de energia e dinamismo governamental. Vieram depois a eletrificação, constituindo essa infra-estrutura mais um desafio que pede a irrigação sistemática, a eletrificação dos campos irrigados, a organização humanista da vida rural.

É importante enfatizar também as políticas de governo voltadas para a açudagem, que surgiram impulsionadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e que ainda na atualidade resiste como alternativa de redenção de parcelas significativas dos sertões.

Seguindo as concepções de Andrade (1988) e Sampaio (2002), contudo, pode-se apontar que se trata de um processo de mistificação da seca, como uma subversão política e econômica das sociedades sertanejas, frente à Nação brasileira. Em outras palavras: estratégias de ações públicas e privadas.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que “o grande drama do Nordeste não é assim representado pelas secas mas pela política de combate às secas, desenvolvidas pelos grupos econômico dominantes e com o apoio do próprio Estado” (ANDRADE, 1988, p. 73).

Vale salientar que as tão calamitosas secas do Nordeste brasileiro estiveram associadas à política e à economia, como citado anteriormente, e levaram os nordestinos à busca de sobrevivência em outras regiões, que configuraram a região como repulsora de seu contingente demográfico.

No tocante à mobilização, Rachel de Queiroz (1954, p. 272) exprime que,

De qualquer modo a emigração de nordestinos e especialmente de cearenses era fenômeno a que no Brasil já estávamos todos habituados e nunca foi tida como motivo de alarme e inquietação. Pelo contrário, parecia até que representava um elemento de equilíbrio nos nossos altos e baixos populacionais, o excesso de gente partindo do nordeste em busca de zonas de pouca densidade demográfica, como, por exemplo, o Amazonas. Não fôsse o retirante cearense, a Amazônia provavelmente ainda estaria toda em poder dos índios, e o Acre ainda seria boliviano.

É importante enfatizar o fato de que, mesmo nesses períodos catastróficos de seca no Nordeste, não houve interrupção da produção econômica para exportação, especialmente do algodão, que do século XIX ao século XX esteve em ascensão. O fato de a produção algodoeira ter permanecido até mesmo nos períodos de estiagem, acarretou, substancialmente, na diminuição ou perda da biodiversidade local.

A diminuição e/ou degradação da biomassa agravava-se, provocando flagelo social, porque as áreas de lavouras estavam ocupadas com os algodoads e não sobrava espaço para a subsistência, conduzindo uma forte pressão sobre o ambiente e, concomitantemente, levando aos dramas sociais dos sertanejos retirantes.

Diante desse quadro, ocorria a superexploração dos recursos naturais, colaborando para a proeminência de cenários de degradação ambiental, haja vista que a exploração condu-

zia o ambiente para a instabilidade. Além da exploração dos recursos naturais, o estado de escassez hídrica já tornava o ambiente potencialmente frágil, visto que a escassez de chuvas ocasiona também a falta de água no solo, contribuindo para o empobrecimento dos seus nutrientes.

De acordo com Medina (1972, p. 45), a água

[...] é obrigatória em tôdas as reações de metabolismo, além de especificamente funcionar como meio de transporte dos elementos nutritivos e dos componentes que se formam durante o metabolismo na planta e entre a planta e o solo.

Assim, somam-se atributos que dão margem à culminância de degradação ambiental, exibindo evidências particulares de desertificação. Tais evidências estendem-se por quase todos os estados da região nordestina, de maneira tal que, à medida que a desertificação avança sobre as terras, as sociedades vão sendo desmembradas. Sem terra e sem políticas públicas que atendam às necessidades dos grupos humanos espoliados, não há meios de sobrevivência.

2.3 A Desertificação

A desertificação tem ocorrências muito antigas, como exemplos clássicos na Mesopotâmia, onde aconteceram processos de salinização, sodificação/sodicidade e esgotamento dos solos, fatos oriundos do desenvolvimento do uso da irrigação nas planícies dos rios Tigre e Eufrates (NASCIMENTO, 2006).

Por volta do ano 2.600 a.C. no Mediterrâneo Oriental, os fenícios fizeram a retirada da vegetação lenhosa em prol da agricultura e utilizaram madeira na construção civil e naval, como forma de combustível na fusão do ferro e também para o abastecimento madeireiro do mercado egípcio, configurando mais uma região afetada pela desertificação (NASCIMENTO, 2006).

A problemática da desertificação tornou-se tema mundial desde o registro do *dust bowl* (nuvens de poeira) nos Estados Unidos, na década de 1930. Seguidamente, mereceu destaque a realização da primeira reunião para se discutir o problema, sendo organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em Nairobi (Quênia), no ano de 1977.

Entre os anos de 1934 e 1936, foi assinalada a evolução da degradação das terras norte-americanas, em cerca de 380.000 km² nos Estados Unidos, na porção que compreende os Estados de Oklahoma, Kansas, Novo México e Colorado; período marcado por grandes secas e degradação dos recursos naturais, desencadeando o fenômeno denominado de “nuvens de poeira” (*dust bowl*) (NASCIMENTO, 2006).

Ressalta-se, ainda, o caso da Região do Sahel africano, onde ocorreram secas catastróficas entre 1967 e 1973, culminando na superexploração dos recursos naturais pela população local. Desencadearam-se processos de degradação dos solos e desertificação, que evoluem a cada estiagem (NASCIMENTO, 2006).

Na década de 1980, ocorreu novamente grande evento de estiagem insofismável nesta região do Sahel, e cujas consequências contribuíram, significativamente, para o desenvolvimento do panorama da desertificação (NASCIMENTO, 2006).

Segundo Vasconcelos Sobrinho (1978, p. 3), a desertificação “[...] é devida à fragilidade dos ecossistemas das terras secas em geral, que em decorrência da pressão excessiva exercida pelas populações humanas ou às vezes pela fauna autóctone, perdendo sua produtividade e a capacidade de recuperar-se”.

Vale salientar, contudo, que a ocorrência da desertificação não sucede de forma aleatória, haja vista somente o exposto anteriormente. A desertificação é de fato um tipo de degradação, porém não é todo tipo de degradação que é considerado como desertificação. A ocorrência deste processo dá-se em uma área razoavelmente bem definida. “É aquela na qual a razão entre precipitação e evapotranspiração potencial anuais fica abaixo de 0,65” (SAMPAIO; ARAÚJO, 2006, p. 3). A esta razão entre precipitação e evapotranspiração potencial é denominada de Índice de Aridez. Por meio deste índice, qualificam-se as zonas climáticas do globo terrestre.

De acordo com o conceito oficial da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, é entendida como, “degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e subúmidas secas, resultante de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas” (BRASIL, 2004, p. 15).

A degradação dessas terras mencionadas acima consiste na

[...] redução ou perda, da produtividade biológica ou econômica e da complexidade das terras agrícolas de sequeiro, das terras agrícolas irrigadas, das pastagens naturais, das pastagens de sementeiras, das florestas e das matas nativas devido aos sistemas de utilização da terra ou a um

processo ou combinação de processos, incluindo os que resultam das atividades do homem e das suas formas de ocupação do território, tais como: erosão do solo causada pelo vento e/ou pela água; a deterioração das propriedades físicas, químicas e biológicas ou econômicas do solo; e, a destruição da vegetação por períodos prolongados (BRASIL, 2004, p. 24).

Deve-se enfatizar, contudo, o papel do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação - PAN-BRASIL, que foi lançado em agosto de 2004 em comemoração aos dez anos da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. O Pan-Brasil tem como objetivo estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e execução de políticas públicas e investimentos privados no semiárido brasileiro, no contexto da política de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca e de promoção do desenvolvimento sustentável.

No caso brasileiro, as áreas susceptíveis à desertificação correspondem a extensas áreas do Nordeste e norte de Minas Gerais, sendo áreas semiáridas, subúmidas secas e áreas de entorno. A Tabela a seguir apresenta a ocorrência das áreas susceptíveis à desertificação por estados da Federação, de acordo com os dados do PAN-BRASIL (2004).

TABELA 1 – Distribuição de Áreas Susceptíveis à Desertificação no Brasil

DOMÍNIO CLIMÁTICO	ESTADOS	Nº DE MUNICÍPIOS
Semiárido	Sergipe	06
	Minas Gerais	22
	Alagoas	33
	Pernambuco	90
	Piauí	96
	Ceará	105
	Rio Grande do Norte	143
	Paraíba	150
	Bahia	159
TOTAL	09 ESTADOS	804 MUNICÍPIOS
Subúmido seco	Maranhão	01
	Rio Grande do Norte	12
	Alagoas	13
	Sergipe	28
	Pernambuco	39
	Ceará	41
	Paraíba	47
	Piauí	48
	Minas Gerais	61
Bahia	107	
TOTAL	10 ESTADOS	397 MUNICÍPIOS

Fonte: Adaptado de BRASIL/MMA (2004).

Desta feita, ratifica-se que existe um pré-estabelecimento para o desenvolvimento do processo de desertificação, sobretudo em decorrência do cálculo do Índice de Aridez, fato que justifica o não enquadramento de todos os municípios do Nordeste brasileiro como susceptíveis a desertificação.

Nesse viés, pode-se destacar que há maior predisposição de áreas semiáridas à desertificação. Os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba abrigam as áreas mais susceptíveis, visto que esses estados apresentam um maior número de municípios averiguados na Tabela 1, excetuando o estado da Bahia, que mostra um número de municípios pouco expressivos, em virtude de sua vasta dimensão político-administrativa.

No domínio subúmido seco, pode-se assim chamar a atenção para o estado da Bahia, mas, sobretudo, para Minas Gerais, já que engloba apenas a região Norte do Estado. Merecem destaque também os estados do Piauí, Paraíba, Ceará e Pernambuco, com presença frequente de municípios emoldurados nesta situação.

Nessa situação brasileira, registram-se áreas como núcleos de desertificação que são: Irauçuba, no Ceará; Seridó, no Rio Grande do Norte; Gilbués, no Piauí; e Cabrobó, em Pernambuco. Todas elas inserem-se nas áreas de domínio semiárido, exceto Gilbués, que é subúmido seco.

Apesar da fragilidade ambiental do Nordeste brasileiro, de acordo com Rodriguez e Silva (2002, p. 110), pode-se apontar que o grande problema do Nordeste semiárido não é de ordem física, mas sim de cunho social. No tocante à desertificação, os citados autores apontam que os fatores sociais que influenciam neste processo são:

- sistema da propriedade da terra;
- acesso e apropriação dos recursos;
- intensa pressão humana sobre os sistemas naturais;
- tecnologia inadequada prevalecente;
- carência de infraestrutura ambiental e social; e
- insuficiente integração regional.

Os sertões nordestinos têm pouco mais de três séculos de uso e ocupação, no entanto, as atividades socioeconômicas sobre os ambientes sertanejos obedecem a uma lógica de mercado que não coaduna com as condições físico-ambientais, dando origem a fácies de degradação impressa sob forma de ulcerações dos tecidos vegetacionais e desertificação.

Esta última é, portanto, resultante da ação combinada dos componentes naturais e das tensões das sociedades sobre aqueles componentes. Considerando o tempo geológico, especialmente em relação à morfogênese, ocorreram eventos que condicionaram indistintamente os ambientes sertanejos às condições limitantes atuais. Desta feita, o semiárido nordestino resultou em extensas áreas aplainadas, embutidas entre maciços e planaltos sedimentares, obedecendo intensamente ao controle estrutural, uma vez que a base geológica aliada ao clima limita as condições ambientais, resultando em processos pedogenéticos modestos.

Assim, tem-se no semiárido uma pedogênese incipiente que não dá suporte ao desenvolvimento de estratos arbóreos. Em contrapartida, esses estratos não oferecem proteção aos solos, pois a cobertura vegetal não os resguarda das agressões climáticas. Deste modo, prevalece o intemperismo físico, deixando-os sujeitos às ações pluviais de alto potencial de erosividade.

No conjunto, têm-se ambientes naturalmente susceptíveis à desertificação, em que os componentes ambientais condicionam a instabilidade e potencializam a área ao processo de desertificação. A sociedade, porém, tem fortes responsabilidades, sobretudo no desencadeamento dos processos de desertificação.

3. O Município de Jaguaribe: aspectos naturais

O Município de Jaguaribe é um reflexo desta problemática ambiental que atinge a natureza e assola a sociedade. O Município localiza-se na microrregião do Médio Jaguaribe, distando cerca de 300 km de Fortaleza, encontrando-se entre as coordenadas de 5°44'49" / 06°12'46" de latitude Sul e 38°58'39" / 38°26'49" de longitude Oeste. Limita-se ao Norte com Jaguaribara e Jaguaretama; ao Sul com Orós, Icó e Pereiro; a Leste com Pereiro e a Oeste com Jaguaretama, Solonópole, Quixelô e Orós.

A unidade de análise (Município de Jaguaribe) situa-se no maior domínio morfo-estrutural do Estado do Ceará – o domínio dos escudos e maciços antigos –, que compreende uma área equivalente a 2/3 da porção estadual (SOUZA, 1988).

Geomorfologicamente, o Município de Jaguaribe é dotado de feições homogêneas, fato que é devido às extensas áreas pediplanadas, que correspondem ao chamado Pd2 (Pediaplano 2), uma superfície bastante dissecada em forma de colinas rasas. Estas superfícies com níveis altimétricos inferiores a 400 metros, possuem caimento topográfico em direção aos fundos de vale, encontrando-se embutidas entre maciços e cristas residuais situados nas adjacências do Município.

O mosaico de solos é bem diversificado. De acordo com Souza (2000, p. 46-47), essas classes de solos são caracterizadas conforme se apresenta no Quadro a seguir.

QUADRO 1 – Classes de solos presentes no Município de Jaguaribe e características predominantes.

CLASSES DE SOLOS	CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES
Luvissolos	Solos moderadamente profundos, textura média ou argilosa, moderadamente drenados e fertilidade natural alta;
Neossolos Litólicos	Solos rasos, textura argilosa, fertilidade natural média, bastante susceptíveis à erosão, com fases pedregosas;
Planossolos	Solos rasos a moderadamente profundos, mal drenados, textura indiscriminada, fertilidade natural média a baixa com problemas de sais;
Neossolos Flúvicos	Solos profundos, mal drenados, textura indiscriminada e fertilidade natural muito baixa;
Argissolos Vermelhos-Amarelo	Solos rasos e profundos, textura média ou argilosa, moderadamente ou imperfeitamente drenados, fertilidade natural média a alta.
Afloramentos de rocha	Rochas expostas ou muito pouco alteradas.

Fonte: Adaptado de Souza (2000).

A localização dessas classes de solos varia de acordo com o grau de dissecação das colinas sertanejas, que se exibem com característica geomorfológica típica da área de estudo.

O Município de Jaguaribe comporta um dos espaços mais característicos no domínio da depressão sertaneja. Segundo pesquisa direta realizada na Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME⁵, o Município de Jaguaribe apresenta temperaturas médias variando entre 24 e 29°C ao longo do ano, com médias pluviométricas de 742,1 mm/ano, salvo em anos de excepcionalidade, quer seja de seca ou de chuvas excessivas, distribuindo-se entre os

⁵ Coleta de dados realizados na Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME em 2008, cedidas em informações armazenadas nos bancos de dados da instituição.

meses de fevereiro a maio, sendo que o pico das precipitações é concentrado nos meses de março e abril.

A enorme variabilidade no decorrer dos anos, no entanto, condiciona o aparecimento de impactos nefastos, visto que em anos com precipitações extraordinárias, reativa-se o potencial de erodibilidade dos solos, aliado ao potencial de erosividade das chuvas. Este fato consiste na retirada das camadas superficiais da massa de solo, condicionando o aparecimento de caos de blocos.

Contraditoriamente, em anos de déficit hídrico, ocorre o ressecamento dos solos, tendo em vista a rigidez da formação geológica, visto que a infiltração é quase nula, aliada à espessura dos horizontes pedológicos. Por outro lado, há uma constante elevação das taxas de evaporação e evapotranspiração. Como ressalta Souza (2003, p. 145), “[...] a evaporação atinge 2.000 mm, para 2.800 horas de insolação e médias de 50% de umidade relativa do ar”. No caso específico do Município de Jaguaribe, a média é de 1947.2 mm/ano.

No conjunto, verifica-se a configuração de um ambiente naturalmente vulnerável aos processos degradacionais, visto que a localização da área em epígrafe exprime a configuração de um ambiente frágil, do ponto de vista da capacidade de suporte e do potencial de resiliência.

Nesse sentido, Souza (2000, p. 89) assevera que as condições e ecodinâmicas correspondem a “[...] ambientes de transição com tendência à instabilidade em função da degradação indisciplinada dos recursos naturais renováveis e com vulnerabilidade de moderada a alta”.

Nascimento (2006), aponta que a região do médio Jaguaribe é onde se constata a maior mancha de incidência de desertificação no Estado do Ceará, visto que os fatores de ex-

ploração biológica, solo, vegetação e fauna são os mais dilapidados.

Para Ab’Sáber (1977, p. 2),

[...] três séculos de atividades agrárias rústicas, centradas no pastoreio extensivo, terminaram por acrescentar feições de degradação pontuais e ulcerações dos tecidos ecológicos, culminando na ocorrência de desertificação antrópica.

Desta feita, evidencia-se o descompasso do tempo da natureza em relação ao tempo imposto pela sociedade no percurso da realização das atividades econômicas.

4. Formação do território e economia jaguaribana: breves considerações

A formação do território jaguaribano foi sendo originada concomitantemente à tecelagem dos cenários econômicos, configurando uma organização social complexa. Um cenário sobrepondo-se ao outro, como ocorria com os antigos palimpsestos dos hieróglifos egípcios.

Inicialmente, foram os indígenas, posteriormente exterminados pelos “colonizadores”; depois vieram os sesmeiros e os “escravos livres”; em seguida vieram os verdadeiros filhos da terra, os sertanejos do Ceará – e de Jaguaribe –, bravos, telúricos e cheios de esperança, mas de quando em quando tendo de migrar para outras regiões.

O Município de Jaguaribe constitui um exemplo do processo de formação territorial do interior do Nordeste, sob o ponto de vista econômico, cultural e natural, uma vez que os aspectos evidenciados nesses ambientes tipificam o semiárido regional.

Emanaram-se as rotas de gado pelos cursos dos rios, que paulatinamente foram se fixando, sobretudo quando veio a ordem da Coroa portuguesa da distribuição das sesmarias, com a obrigatoriedade de logo ocupar e produzir nessas terras. O gado surge como atividade recorrente para o uso das terras “virgens”. Vale ressaltar que essas terras foram distribuídas ao longo dos rios, traçando perfis transversais, buscando o melhor aproveitamento das águas e dos solos (ANDRADE, 1971).

Destarte, deu-se a configuração inicial da formação do território jaguaribano. Nesse âmbito, Jaguaribe formou-se com origem em um campo de instalação de latifúndios, inicialmente quando a atividade econômica era a pecuária e mais tarde sendo consorciada à cotonicultura, obedecendo à lógica do capital mercantil.

O Município sob exame foi criado em virtude de tais atividades econômicas, pois a ocupação aumentava paulatinamente com a pecuária. A SUDENE-ASMIC⁶ (1967, p. 26) explica que

O gado multiplicava-se espontaneamente nas caatingas abertas e fartamente tapetadas de excedentes ervas forrageiras e leguminosas; o clima particularmente propício facilitava o trabalho do vaqueiro, a vegetação arborescente pouco espessa propiciava a revista e pega do gado.

6 Parceria que deu origem ao Grupo de Estudo do Vale do Jaguaribe (GEVJ) – refere-se ao estudo geral de base do Vale do Jaguaribe, realizado em parceria entre a SUDENE e a Cooperação Técnica Francesa (1962-64). Trata-se de levantamentos de recursos naturais e de aspectos socioculturais, com intuito de promover o desenvolvimento regional do Vale do Jaguaribe.

Neste passo, Andrade (1984) expressa que a pecuária oferecia suporte à expansão do povoamento. Assim, à medida que este crescia, emergia também a agricultura e a pecuária, e esta passava de extensiva para semi-extensiva, uma dando suporte à outra, visto que o resto da colheita servia de ração para o gado.

Posteriormente, aflorou a etapa de cultivo do algodão. Em virtude de seus percalços no mercado mundial, impulsionados pela Guerra da Secessão nos EEUU, eclodiu essa atividade no Ceará, configurando-se como a primeira marca de prosperidade, datando dos fins do século XVIII e início do século XIX (ELIAS, 2002).

Destarte, evidencia-se um forte vínculo da sociedade com a natureza. Culturalmente, as sociedades fixadas no vale do Jaguaribe possuem uma relação muito forte com a terra e também com a religiosidade. Embora não seja objetivo desta discussão, é importante destacar tais fatos, pois são bastante significativos no cotidiano dos jaguaribanos. O telurismo e a fé em seres sobrenaturais são indissociáveis, pois ambos são fonte de vida para eles (sertanejos/jaguaribanos).

A terra é vida porque produz a sobrevivência da família. E a fé está relacionada à divindade, pois é graças a esta que existe a terra, o ar, a água e os outros elementos da natureza que os tornam seres vivos (pessoas/sociedade).

Atualmente, os pilares da economia do Município de Jaguaribe estão vinculados à agropecuária e ao comércio. A agropecuária quer seja pelo retorno financeiro dado pelas atividades (agricultura, carcinicultura e pecuária), quer seja pelo retorno ao mercado pela venda de insumos. No que se refere ao comércio, que se restringe, especialmente, à sede, ali são mesclados estabelecimentos de pequeno, médio e grande por-

tes, bem como atividades que vão desde produtos veterinários a grifes nacionais de roupas e sapatos.

O comércio é quase sinônimo de urbano. É na sede onde se encontra o centro comercial do Município. Na verdade, as cidades sertanejas tiveram suas origens voltadas para o comércio, sobretudo como entrepostos comerciais na época do algodão.

No campo, outrora considerado arcaico, hoje incorpora tecnologias que o torna modernizado, dado o apoio institucional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, por meio de cursos de capacitação, como também pelo apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE, voltado para a implantação de técnicas de plantio, configurando uma nova dinâmica no campo, oposta às práticas e manejos de outrora.

Em resumo, seguindo as concepções de SUDENE-ASMIC (1967) e Andrade (1986), contextualiza-se o panorama da formação territorial envolvendo o Município de Jaguaribe, que se originou da criação das Capitânicas Hereditárias, nas quais se materializou a divisão de terras em sesmarias, doadas a pessoas influentes e ligadas aos governadores-gerais. Desta feita, semearam-se as atividades econômicas que originaram os cenários econômicos e a fixação das sociedades sertanejas, atualmente distribuídas conforme a malha municipal hodierna.

E, assim, afirma-se a formação territorial dos sertões nordestinos, impulsionada por fatores econômicos (o binômio gado-algodão), dando à luz os primeiros núcleos (rurais/urbanos) e deixando graves sequelas, tanto no cerne das comunidades indígenas (exterminadas), quanto na servidão dos “escravos livres”, bem como no depauperamento dos recursos naturais, sobretudo solos e vegetação.

5. O cenário da degradação ambiental/desertificação em Jaguaribe

O naturalista itinerante George Gardner, entre os anos de 1836 e 1841, com sua passagem pelo vale do rio Jaguaribe, chegou a registrar no trecho entre a depressão subsequente ao Oeste do maciço de Pereiro e a cidade de Icó – porção que engloba atualmente o Município de Jaguaribe –, “numerosas matas decíduas” (GARDNER, 1942, p. 138). Isto significa que outrora existiam grandes extensões de áreas vegetadas, mesmo que estas fossem caducifólias. O Naturalista faz menção também à existência de muitas aves, inclusive aquáticas e até avestruzes, fatos que denotam a configuração de um ambiente amplamente divergente da situação atual.

SUDENE-ASMIC (1967, p. 119) enfatiza que a devastação dos recursos naturais no vale do Jaguaribe foi se instalando sem preocupações demasiadas.

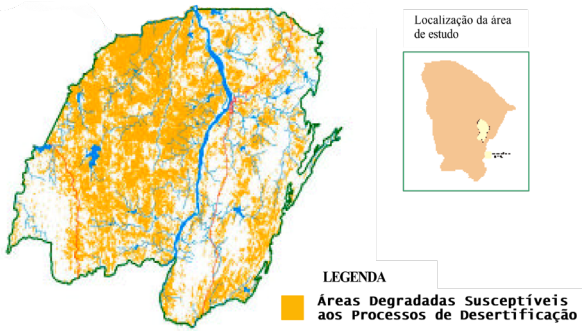
[...] os pequenos núcleos de população que iam se formando, com uma economia ainda predatório, iam derrubando seus carnaubais, suas aroeiras, seus gonçalos-alves e outras árvores, utilizando-as para os paus-a-pique dos seus currais, para a construção das suas casas rústicas, para lenha e fabrico de carvão, abrindo campo de primitiva cultura de algodão ou de cereais ou mesmo para o plantio de pasto, e isto foi de tal maneira feito que muitas dessas espécies começaram a rarear e até a desaparecer, com exceção da carnaúba que, apenas em algumas sub-áreas, se tornou mais escassa. A erosão decorrente do desflorestamento não tardou a fazer sentir suas conseqüências. E na várzea do grande

rio, por léguas e léguas, apenas rastros de antiga vegetação, entremeadas de longos espaços de erva rasteira[...].

Atualmente, o município de Jaguaribe constitui uma das áreas mais degradadas do Estado do Ceará, dentre outras, como: Irauçuba, sertões do Médio Jaguaribe (onde se localiza o próprio município de Jaguaribe), Inhamuns, vale do Acaraú e vale do Curu. Estas, segundo Souza (2006), apresentam cenários de degradação ambiental/desertificação.

O Município de Jaguaribe com 44.167 ha da área degradada, dos seus 187,649 ha, correspondendo a 23,54% da área municipal, é, portanto, um dos mais atingidos pelo processo de degradação/desertificação. É, deste modo, um dos municípios mais degradados da sub-bacia do Médio Jaguaribe, conforme expresso na Figura 1 (CEARÁ, 2005).

FIGURA 1 – Representação do cenário de degradação/desertificação no município de Jaguaribe.



Fonte: CEARÁ/FUNCEME, 2005.

As áreas classificadas na Figura 1 como susceptíveis à desertificação, correspondem aos locais com solos expostos e/ou com pouca densidade vegetacional. Para tanto, constatam-se substituição de estratos arbóreos por estratos arbustivos, bem como grande devastação destes estratos e potencialização de processos erosivos.

Em suma, são evidências de desertificação, resultantes tanto da combinação dos fatores de estruturação do ambiente (potencial ecológico e exploração biológica), como das tensões sociais sobre estes, representadas, sobretudo, pelo consórcio gado-algodão ao longo da história do vale do Jaguaribe.

Desse modo, conforme Bertrand e Bertrand (2007), o potencial ecológico é representado pelos fatores relevo, hidrologia e clima, e a exploração biológica pelos fatores vegetação, solos e fauna. No conjunto, constituem as bases naturais dos ambientes e os predisõem a estados tendenciais.

Isso significa que existe um comprometimento natural, que torna os ambientes susceptíveis à desertificação, sobretudo pela expressão do contexto pedobioclimático. O desencadeamento do processo de desertificação, contudo, está atrelado às atividades dos agentes sociais, pautadas em formas de apropriação e exploração das potencialidades naturais.

No Município de Jaguaribe, portanto, tem-se a configuração de um ambiente susceptível à desertificação, haja vista a grande extensão dos terrenos cristalinos que limitam a infiltração e percolação das águas, colaborando para o forte escoamento superficial e a remoção das camadas de solos, além da forte expressão do clima semiárido, anteriormente contextualizado. Estas são, portanto, condições que originam ambientes susceptíveis ao processo de desertificação. Não

obstante, é, sobretudo, em decorrência do histórico de produção do território jaguaribano, que se originaram as evidências da desertificação, marcadamente presentes hoje no Município de Jaguaribe.

De acordo com Sampaio (1994), a pecuária é o principal fator responsável pelas alterações ambientais no Nordeste. Em Jaguaribe, esta atividade ainda resiste como predominante, embora incorporada às atividades contemporâneas, como a agricultura irrigada e a carcinicultura. Estas atividades, todavia, conduzem à salinização dos solos, tornando-os estéreis em virtude da demanda hídrica em solos pouco espessos e/ou mal drenados, dispostos em um ambiente sujeito a elevados índices de evapotranspiração potencial, culminando com a expansão de áreas desertificadas.

O Município de Jaguaribe abriga uma realidade que se tornou comum em extensas áreas do semiárido regional, configurada pela tecelagem dos cenários, tanto em escalas de tempo geológica, quanto histórica. A desertificação é, portanto, um tipo de degradação ambiental resultante dessa interface – tempo geológico e tempo histórico – e que tende a se expandir por extensas áreas semiáridas do Nordeste brasileiro e até mesmo do planeta Terra, visto que pouco ou nada tem sido feito para compensar o descompasso das escalas de tempo retrocitadas.

6. Considerações finais

Em decorrência das reflexões aqui realizadas, pode-se depreender que os cenários sertanejos foram marcados por processos de evolução geológica e histórica, ora com evidências estruturais (tectônicas) ao longo do tempo geológico; ora

em tempos geologicamente recentes, quando essas massas foram esculpidas, impulsionadas por sistemas morfogênicos e morfodinâmicos gerados por flutuações climáticas, dando origem às silhuetas que hoje pontilham os horizontes; ora em tempos históricos, de produção do território.

Para Bertrand e Bertrand (2007, p. 267) “[...] em razão da mobilidade dos homens e das máquinas, os horizontes se transformam todo o tempo”. E, completam acentuando que “o escoamento do ‘tempo natural’, quer dizer, aquele dos funcionamentos físico-químicos e biológicos, é perturbado em suas velocidades, suas durações, seus ritmos, pelo conjunto das atividades humanas”.

Vive-se mesmo em um novo período da história, período este da simultaneidade, do tempo veloz, da tessitura dos cenários de degradação ambiental.

Com efeito, o Nordeste brasileiro, inseriu-se nesta lógica, desde o processo de fixação das sociedades, responsáveis pela formação territorial nordestina, cujas relações foram pautadas sob forma de apropriação, dominação, expropriação e submissão, buscando “colonizar” os espaços de grandes potencialidades naturais dentro do contexto semiárido regional, condicionando-os às razões da simultaneidade e à inserção ao tempo veloz, tempo da produção econômica, das relações de poder.

Esses ambientes, naturalmente potenciais, exibem, atualmente, fortes cenários de degradação ambiental/desertificação o que é um reflexo de grandes áreas dos sertões, particularmente, como foi apresentado neste texto, no Município de Jaguaribe, Sertão Central do Ceará.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz Nacib. **Significado Geomofológico da Rêde Hidrográfica do Nordeste Oriental Brasileiro**. Anuário de 1956- 1957 da Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae". São Paulo: Universidade Católica de São Paulo.

_____. O Domínio Morfoclimático Semi-Árido das Caatingas Brasileiras. **Geomorfologia** (43). São Paulo: IGEOG/USP, 1974.

_____. Problemática da Desertificação e da Savanização no Brasil Intertropical. **Geomorfologia** (53). São Paulo: IGEOG/USP, 1977.

ANDRADE, Francisco Alves de. A Organização Agrária do Vale do Jaguaribe numa Concepção Humanística. **Série Problemas Brasileiros**. v. 1, n. 1. Aula Inaugural da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. Limoeiro do Norte, 1971.

ANDRADE, Manuel Corrêa. **Geografia Econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1984. p. 98-115.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. **Nordeste: alternativas da agricultura**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1988, p. 9-34.

BERTRAND, Georges; BERTRAND, Claude. **Uma Geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Massoni, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAN-BRASIL**. Edição Comemorativa dos 10 anos da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – CCD. Brasília: MMA, 2004.

CEARÁ. Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME). **Degradação ambiental e susceptibilidade aos processos de desertificação na microrregião do Médio Jaguaribe e parte das microrregiões do Baixo Jaguaribe e Serra do Pereiro**. Fortaleza: FUNCEME, 2005.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro – São Paulo: Record/Altaya, 1901. p. 9-66. (Coleção Mestres da Literatura Brasileira e Portuguesa).

ELIAS, Denise. Integração Competitiva do Semi-árido. In: SAMPAIO, José Levi Furtado (Orgs.). **Modernização Excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Paradigmas da Agricultura Excludente).

FERREIRA NETO, Cicinato. **A Tragédia dos Mil Dias: a Seca de 1877-79 no Ceará**. Fortaleza: Premius, 2006. p. 37-68.

GARDNER, George M. D. F. L. S. **Viagens no Brasil**: principalmente no Norte dos Distritos de Ouro Preto e Diamantina durante os anos de 1836-1841. Tradução: Albertino Pinheiro. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942, p.121-209.

GEVJ. **Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe** – Aspectos sócio-culturais. v. 9. SUDENE-ASMIC, 1967.

LUETZELBURG, Philipp Von. **Estudo Botânico do Nordeste** – v. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas/Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, 1922-1923. p.100-105.

MAIA, Gerda Nickel. **Caatinga – árvores e arbustos e suas utilidades**. São Paulo: D&Z Computação Gráfica e Editora, 2004. p. 19-46.

MEDINA, H. Penna. Água no Solo. In: MONIZ, Antônio C. **Elementos de Pedologia**. São Paulo: Editora Polígono; Editora da Universidade de São Paulo, 1972, p. 45-57.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. Desertificação e Desertos: conceitos, mitos e realidade. In: **Degradação Ambiental e Desertificação no Nordeste Brasileiro**: o contexto da Bacia Hidrográfica do rio Acaraú – CE. 2006. 325f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 56-117.

NIMER, Edmond. Desertificação: Realidade ou Mito. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: 1986.

OLIVEIRA, Gildson. **Luiz Gonzaga**: o matuto que conquistou o mundo. Recife: COMUNICARTE, 1991, p. 249.

QUEIROZ, Raquel. O Ceará se Despovoa. **Revista do Instituto do Ceará** – Notas e Transcrições. Fortaleza, 1954, p. 272-274.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. A classificação das paisagens a partir de uma visão geossistêmica. **Mercator**. Revista de Geografia da UFC, v. 1, n. 1, p. 95-112, 2002.

SAMPAIO, Everardo V. S. B. et al. Caatingas e Cerrados do Nordeste: biodiversidade e ação antrópica. In: **Conferência Nacional e Seminário Latino-americano da Desertificação**. Fortaleza, 1994.

_____; ARAÚJO, Maria S. B. Propensão à desertificação no semi-árido brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ZOO-TECNIA, 8, **Anais [...]** Recife: UFPE, 2006.

SAMPAIO, José Levi Furtado. Novas Estratégias de Combate à Seca e à Fome no Ceará: a construção de um poder. **Mercator**. Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v, 1, n. 2, p. 27-39, 2002.

SOUSA NETO, Manuel Fernandes de. A Ciência Geográfica e a Construção do Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 9-20, 2000.

SOUZA, Marcos José Nogueira de. Contribuições ao Estudo das Unidades Morfo-estruturais do Estado do Ceará. **Revista de Geologia**, v. 1, p. 73-91, jun., 1988.

_____. et al. Condições Geo-Ambientais do Semi-Árido Brasileiro. **Notas e Comunicações em Geografia**, série B, Textos Didáticos, n. 15. Recife, 1996.

_____. Bases geoambientais e esboço do Zoneamento ecológico-econômico do Estado do Ceará. In: _____; LIMA, Luiz. Cruz; MORAIS, Jáder Onofre (Orgs.). **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000. p. 6-105.

_____. Limitações Geoambientais ao Desenvolvimento Sustentável no Semi-árido brasileiro. In: LUZÓN, J. L.; STADEL, C.; BORGES, C. (Orgs.). **Transformaciones Regionales y Urbanas en Europa y América Latina**. Barcelona: Publications Universitat de Barcelona, 2003. p. 143-152.

_____. O Contexto Geoambiental do Semi-Árido do Ceará: Problemas e Perspectivas. In: FALCÃO SOBRINHO, José; FALCÃO, Cleire L. da C.(Orgs.). **Semi-Árido: Diversidades, Fragilidades e Potencialidades**. Sobral: Sobral Gráfica, 2006, p. 14- 33.

VASCONCELOS SOBRINHO, João de. **Metodologia para Identificação de Processos de Desertificação** – Manual de Indicadores. Recife: SUDENE – DDL, 1978.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NOS SERTÕES DE CANINDÉ-CE, DE 2004 A 2008

*Paulo Valdenor Silva de Queiroz¹
Flávio Rodrigues do Nascimento²*

1. Introdução

Este trabalho tem a perspectiva de debater alguns elementos que compõem as políticas territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no período de 2004 a 2008, atuantes nos Sertões de Canindé. Isto com a finalidade de melhor se compreender quais os rumos tomados para o desenvolvimento no meio rural e as influências de tais perspectivas na vida do agricultor/camponês ali residente.

Essa é uma tarefa difícil, já que discutir o desenvolvimento é uma questão problemática e, cada vez mais, monopolizada pelos discursos de técnicos, economistas, administradores, dentre outros. Sob tal aspecto, é possível dizer que ainda predomina uma visão tecnicista de desenvolvimento, que privilegia os níveis de renda, os padrões de consumo, de produção e a difusão tecnológica como indicadores qualitativos das melhorias de determinados espaços, sejam rurais, sejam urbanos.

1 Licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC e mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE.

2 Doutor em Geografia e docente da Universidade Federal Fluminense - UFF.

Ademais, é preciso considerar que o processo dialético de ocupação e produção do espaço pelos mais variados grupos sociais tem engendrado importantes diferenciações internas (econômicas, políticas, ambientais, culturais) nos seus territórios, capazes de alterar sua organização e influenciar seu desenvolvimento.

Nada obstante, os territórios devem ser compreendidos como espaços geográficos que se constituem, na realidade, pela apropriação do espaço de forma diferenciada e interligada por importantes fluxos demográficos, econômicos e de poder. “Este espaço deve ser pensado a partir de seu conteúdo material e social, ou seja, como a materialidade do processo histórico” (CASTRO, 1992, p. 29).

Essa ideia deve ser condensada com outra logo acima. É preciso também ressaltar que as reflexões aqui expostas tratam de uma política acolhida no *Plano plurianual do Brasil – 2004- 2007*. Assim, busca-se traçar grande parte de nossas discussões analisando as propostas apontadas pelo MDA para o meio nos Sertões de Canindé, interior cearense.

Para isso, foram tomadas como ponto de partida algumas importantes considerações:

- a primeira é a compreensão do desenvolvimento capitalista como desigual e contraditório, significando que ele se desenvolve de forma não-linear. É preciso encarar o capitalismo como uma relação social dialeticamente contraditória, que, concomitantemente, liberta e aprisiona;
- em segundo lugar, deve-se perceber que o desenvolvimento do capitalismo no campo não é diferente das demais relações capitalistas (com seu

cunho ideológico e exploratório da produção da mais-valia). A ampliação das relações capitalistas no meio rural nada mais é do que a apropriação de outros setores de produção, desapropriando o trabalhador camponês de seus instrumentos e recursos. O capital cria o trabalhador *livre* para utilizá-lo em sua reprodução. Os trabalhadores rurais é que entram na lógica do Estado capitalista, do capital internacional; e

- por fim, é preciso considerar que o Nordeste é uma região geoeconômica e ambiental diversificada e complexa. A semiaridez é responsável por uma irregularidade pluviométrica ao longo dos anos, provocando longos períodos de carência hídrica.

É sobre as ações de planejamento para o desenvolvimento desse espaço que se refletirá um pouco.

2. Alguns aspectos conjunturais do meio rural brasileiro

O Brasil possui um dos mais altos índices mundiais de concentração de terras. A imediata consequência de tal centralização é uma intensa desigualdade no acesso ao trabalho e à renda. É possível assegurar, segundo os dados do Censo Demográfico (2000), que o meio rural possui os mais altos índices de mortalidade infantil, incidência de endemias, insalubridade e analfabetismo. Certamente, tais resultados têm uma estreita relação com a concentração de terras. Eis os dados:

QUADRO 1 – Estrutura fundiária brasileira em 2003.

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	Nº DE IMÓVEIS	%	ÁREA TOTAL (ha)	%
MENOS DE 10	1.409.752	32,90	6.638.598,60	1,60
10 A MENOS DE 25	1.109.841	25,90	18.034.512,20	4,30
25 A MENOS DE 100	1.179.173	27,50	57.747.897,80	13,80
100 A MENOS DE 1.000	523.335	12,20	140.362.235,80	33,50
1.000 A MAIS	68.381	1,60	195.673.396,40	46,80
TOTAL	4.290.482	100,00	418.456.640,80	100,00

Fonte: MELO, 2006.

O Quadro 1 revela dados assustadores e paradoxais quanto à justiça social no campo brasileiro. Para mensurar o que se intenta dizer, analisemos duas partes desse quadro: a primeira diz respeito aos imóveis rurais com dimensão inferior a 10 ha (portanto, a menor parcela); a segunda refere-se aos imóveis com área superior a 1.000 ha (a maior unidade).

É preciso que se perceba, nessas duas parcelas, a intensa desproporção entre o número de imóveis e sua área de ocupação. Os imóveis com menos de 10 ha representam a maior parte dos estabelecimentos rurais – logo, atendem uma população também maior –, compreendendo um total de 32,90% do total de imóveis, mas ocupam apenas uma área estimada em pouco mais de 6,6 milhões de hectares. Já as propriedades com área superior a 1.000 ha, por sua vez, representam a menor quantidade de imóveis (apenas 1,60% deles), contudo ocupam uma área que chega a quase 200 milhões de hecta-

res, ou seja, perto de 400% a mais do que o índice anterior de imóveis.

Os números se invertem quando o referencial é a porcentagem de terras do Território Nacional. O resultado é que os imóveis com área inferior a 10 ha ocupam 1,60% das terras, enquanto os imóveis com área superior a 1.000 ha ocupam 46,80% das terras nacionais. Muitos têm pouco e poucos têm muito, é o que diz o velho ditado popular, que corrobora a asserção de Martins (2004) ao assinalar que:

Na melhor das hipóteses, o capitalismo globalizado trouxe enormes benefícios às elites, à classe média e à elite da classe trabalhadora. Mas, abandonou na beira da estrada do progresso multidões de deserdados e sem destino, mergulhados em formas perversas de sobrevivência. São os indevidamente chamados de excluídos, porque incluídos foram nas funções residuais e subalternas da cloaca de um sistema econômico que não parece ter como funcionar e sobreviver sem iniquidade e injustiças. (P. 16).

A análise e constatação das argumentações há pouco expendidas são reforçadas pelos dados do seguinte quadro:

QUADRO 2 – Distribuição dos imóveis rurais por categoria³ em 2003.

CATEGORIA DE IMÓVEL	Nº DE IMÓVEIS	%	ÁREA TOTAL (ha)	%
MINIFÚNDIO	2.736.056	63,80	38.973.371,3	9,30
PEQUENA PROPRIEDADE	1.142.937	26,60	74.195.134,2	17,70
MÉDIA PROPRIEDADE	297.220	6,90	88.100.413,9	21,10
GRANDE PROPRIEDADE	112.463	2,60	214.843.865,4	51,30
NÃO CLASSIFICADA	1.810	0,00	2.343.856	0,60
TOTAL	4.290.482	100,00	418.456.640,80	100,00

Fonte: MELO, 2006.

Repetindo os mesmos passos da análise anterior para verificação deste quadro (isolando a menor unidade e a maior: o minifúndio e a grande propriedade), é possível observar que os dados do quadro anterior são confirmados. Os minifúndios representam 63,8% (com 2.736.056 de estabelecimentos) do total de imóveis, mas ocupam apenas uma área de 9,3% do total. A grande propriedade, por sua vez, representa somente 2,6% (com 112.463 estabelecimentos) do total de imóveis, porém ocupam uma área que compreende 51,3% do Território Nacional.

3 Considera-se *minifúndio* o imóvel rural cuja área total é insuficiente para a subsistência de uma família. De acordo com o art. 4 da Lei nº 8.629, de fevereiro de 1993, *pequena propriedade* é o imóvel rural de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais; *média propriedade* é o imóvel rural de área superior a 4 módulos e inferior a 15 módulos fiscais; *grande propriedade* é o imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais.

Dentre outros aspectos, dessas desigualdades é que surgem os conflitos. Assim, dessas concentrações do meio social de produção brota a revolta. As tensões tornam-se ainda mais graves quando se percebe que, em grande parte, esses latifúndios são improdutivos (dados do INCRA informam que 51,4% dos imóveis classificados como grandes propriedades são improdutivos), ou seja, estão com suas terras ociosas e não cumprem sua função social. É preciso, ainda, como destaca Martins (1991), levar em conta o fato de que, provavelmente, muitos dos grandes proprietários têm o domínio de mais de uma propriedade. Em decorrência disso, estar-se diante de uma concentração muito maior.

Sabe-se que o avanço da industrialização e o crescimento urbano, desde meados da década de 1950, permitiram à agricultura passar por intensa transformação em sua estrutura produtiva – principalmente quanto à tecnologia e às relações de produção –, favorecendo as técnicas de cultivo e ampliando as áreas agricultáveis.

Assim, no intuito de acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, foram criadas, após o golpe militar de 1964, as condições necessárias para o desenvolvimento de uma política agrária nacional, privilegiando as grandes empresas agropecuárias. Nesse período, as quantidades crescentes de crédito agrícola financiaram a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura, “de forma que esta passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos” (FERNANDES, 1999, p. 43). Tal processo consolidou a industrialização da agricultura, promovendo modificações nas relações de trabalho no campo, principalmente no trabalho assalariado, que praticamente não existia.

Sobre isso, Porto-Gonçalves (2006, p. 228) argumenta que, entre os anos de 1950 e 2000, a produção de grãos no mundo aumentou (de forma desigual), saltando de 631 milhões de toneladas em 1950 para 1.835 milhões de toneladas em 2000, portanto, um aumento de 2,9 vezes. No mesmo período, foi registrado que o consumo de fertilizantes saltou dos 14 milhões de toneladas para 141 milhões de toneladas em 2000; um aumento, portanto, de 10,1 vezes. Isso serve para mostrar como foi rápido e intenso (ainda que amplamente desigual) o processo de mecanização da agricultura.

Para Bernardo Mançano Fernandes (1999, p. 30),

Desenvolve-se uma relação social, em que, de um lado, o capitalismo compra a força de trabalho [do camponês], fundamental para a reprodução ampliada do capital, e, do outro, o trabalhador vende a força de trabalho, pois isto é fundamental para sua sobrevivência. Cria-se assim a propriedade capitalista e o trabalhador assalariado [fundamentais para a consolidação do sistema].

As novas técnicas modernas de produção e consumo foram incorporadas em muitas das terras brasileiras e, nesse contexto, o semiárido nordestino, de certa forma, também acompanhou tais aspectos da produção, tornando-se um atrativo para o agronegócio (principalmente as manchas de cerrado com as novas possibilidades de correção do solo).

É possível afirmar, no entanto, que o clima seco subúmido, preponderante na região, associado, nas últimas décadas, à falta de políticas públicas e técnicas adequadas para a utilização dos solos e da água, comprometeu, sobremaneira, os recursos naturais do Nordeste.

Tomando como referência Nascimento (2006, p. 133), acredita-se que:

[...] o ambiente no Nordeste foi constituído ao longo da história, conforme a quantidade e qualidade dos recursos naturais nos sistemas ecológicos; nos sistemas socioeconômicos, pela estrutura de relação homem-homem ao lume da produção; e nos meios tecnológicos, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas usadas e suas modalidades, de sorte que a interação destes elementos complexos marca várias fases de desenvolvimento, desde os modos de uso dos recursos naturais, passando pelos modos de uso do espaço (rural e urbano), respectivamente, ligados à racionalidade econômica e à política no uso dos recursos e, como reflexo das relações produtivas, que, inter-relacionados, no tempo e no espaço, forjaram as diversas formas de modificações ambientais e condições de qualidade de vida nos diversos geoambientes nordestinos, conforme sua complexidade ambiental.

Dessa forma – enfatiza-se – para se pensar o desenvolvimento do Nordeste e do sertão semiárido, é preciso levar em consideração que os problemas que afligem a região nordestina (e o Ceará) não são apenas resultados isolados de exclusivas alterações de um quadro natural ou social, mas sim do movimento dialético de interação entre natureza e sociedade. A natureza é socialmente alterada e o espaço naturalmente produzido. Segundo Elias (2005, p. 433), os problemas que afligem o Ceará:

[...] associam-se muito claramente às relações sociais de produção e de organização do espaço, em especial às condições sociais e técnicas da estrutura agrária, que se caracterizam, principalmente, por uma estrutura fundiária concentrada e uma base técnica ainda na sua maioria rudimentar, determinantes para as relações de trabalho e os regimes de exploração do solo predominante, além, naturalmente, de uma estrutura de poder extremamente oligárquica e reacionária.

Tais argumentos permitem asseverar-se que a estrutura fundiária cearense, caracterizada pelo predomínio dos latifúndios, torna diminutas as possibilidades de emprego da terra para a maioria dos habitantes da zona rural. Dessa forma, o uso de áreas impróprias, com dificuldades de acesso à água, com solos rasos e vulneráveis à erosão, concorrendo para agravar os problemas de degradação ambiental e desertificação, é o que resta de possibilidade para a população mais pobre (NASCIMENTO, 2006).

Para Alencar (2005, p. 422) é preciso ao descrever o Ceará como:

[...] um estado cuja estrutura fundiária é bastante concentrada. Possui baixo grau de utilização da terra, produção agropecuária pequena, relações sociais de produção atrasadas, conservadoras e de expropriação/espoliação do homem. Este conjunto de elementos, somados à seca, requerem, exigem um programa de reestruturação do campo.

Diante de tais argumentações, assinala-se que a modernização da agricultura (a exemplo do próprio sistema que lhe dá vida) não se realiza de modo uniforme. Na realidade, ela ocorre de maneira fragmentada e altamente seletiva. O significado concreto é que os pontos escolhidos receberam investimentos e se transformaram em pólos da modernização produtiva. O restante fica à margem desse processo (mas não alheio). “Reforçam-se, dessa forma, os vários ‘Nordestes’, os vários semiáridos, os vários ‘Cearás.’” (ELIAS, 2005, p. 455).

Assim, é necessário considerar que as políticas de desenvolvimento passam pelo crescimento econômico, porém essa dimensão faz parte de um todo maior que é o social. Logo, as políticas só têm sentido quando situadas no contexto de aplicabilidade de propostas sociais, e que faria parte as políticas econômica e social, que, naturalmente, devem considerar todos os custos ambientais.

3. As políticas territoriais como estratégia de desenvolvimento

No ano de 2003, o Governo Federal brasileiro adotou um foco territorial questionável em sua concepção como elemento articulador de suas análises, criando a estratégia do *desenvolvimento territorial sustentável*, para dinamizar a reforma agrária na perspectiva da sustentabilidade.

Na visão do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o enfoque territorial é um elemento integrador dos espaços, dos atores sociais (produtores e consumidores desse espaço), dos mercados e das políticas locais. Assim, o objetivo do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais é

[...]estimular e favorecer a coesão social e territorial das regiões e dos países onde ela é empregada como elemento harmonizador dos processos de ordenamento (regulação descendente), e de desenvolvimento (reação ascendente), das sociedades nacionais. (MDA/SDT, 2003, p. 26).

Tais proposições estão expressas em alguns documentos, tais como:

- *Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil* (de março de 2005);
- *Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais* (de maio de 2005);
- *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: guia para o planejamento* – documento de apoio nº 2 (de novembro de 2005);
- *Referências para a gestão social de territórios rurais* – documento institucional nº 3 (de novembro de 2005);
- *Referências para a gestão social dos territórios rurais: guia para o controle social* – documento de apoio nº 4 (de maio de 2006).

Por ter como base um conceito de território, tal programa se tornou conhecido como *Política territorial*, no qual a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), sob a orientação do MDA, tornou-se o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento em todo o campo brasileiro.

Crê-se, todavia, que o *desenvolvimento territorial rural*, utilizado nestas propostas de políticas públicas de acesso à terra do Governo, apesar de sua suposta originalidade, representa a continuidade de um tipo de política de desenvolvimento que tomou conta do meio rural brasileiro, em meados da década de 1990, que se caracteriza, basicamente, por uma integração dos pequenos proprietários e sem-terra no mercado-reforma agrária de mercado, por compra e venda de terras.

Dessa forma, o que há é uma substituição da *questão agrária* por uma questão de *desenvolvimento* (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006), ou tão-somente de crescimento. Simplifica-se a problemática da *questão agrária* e dos conflitos no campo como um simples problema de desenvolvimento (*déficit* econômico) e falta de estrutura (produtiva), como se a construção de mais escolas, hospitais, creches, créditos e serviços resolvesse o problema. Infelizmente, não é tão fácil. Se assim fosse, alguém, por certo, já teria feito.

Ademais, é preciso ressaltar que o planejamento não pode realizar a superação total das contradições do sistema de produção capitalista, que se instalam no coração da própria *mercadoria*: a antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não-pago.

Acredita-se que essa concepção de *desenvolvimento territorial*, criada pelo MDA, apesar de se apresentar como uma alternativa sustentável de desenvolvimento no meio rural corrobora os ideais de ampliação de desenvolvimento rural capitalista, regulando a expansão do modo de produção vigente e fortalecendo uma agropecuária de mercado.

Além disso, como mencionado, a questão agrária, como leitura dos entraves existentes do meio rural, em termos de conflito, é marginalizada e substituída pelo Estado, por uma *questão de desenvolvimento*. Propõe-se, pois, um consenso dos movimentos sociais rurais, a fim de promover um desenvolvimento baseado no aprofundamento das relações mercantis (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

A demanda pela reforma agrária deve, todavia, ser compreendida como uma política bem mais ampla que a demanda por terras e/ou créditos. Isso porque deve-se enxergar na reforma agrária uma política pública complexa, que envolve uma enorme parcela da população campesina (desde as novas famílias a serem assentadas até os pequenos proprietários), que não possui acesso ao crédito e à assistência técnica, entre outros serviços. É uma tarefa bastante complexa, que deve ser feita com muita responsabilidade social e ambiental.

De acordo com o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA):

[...] os pobres do campo são pobres porque não têm acesso a terra suficiente e políticas agrícolas adequadas para gerar uma produção apta a satisfazer as necessidades próprias e de sua família. Falta título de propriedade ou posse de terras, ou estas são muito pequenas, pouco férteis, mal situadas em relação aos mercados e insuficientemente dotadas de infra-estrutura produtiva. (BRASIL, 2003, p. 12).

Garantir o acesso à terra e aos serviços públicos essenciais a esses grupos de agricultores e a seus familiares é, também, criar condições para que estes usufruam das políticas imple-

mentadas no País, bem como possibilitar transformações que reduzam as assimetrias sociais e regionais existentes, minimizando ou extirpando, assim (ainda que a longo prazo), a pobreza que, hoje, está tão arraigada na sociedade (e no Estado).

Assim, compreende-se que as discussões para a promoção da reforma agrária devem ocorrer, *a priori*, como medida estratégica de expansão e fortalecimento da agricultura familiar (a base do campesinato); não obstante, para tanto, dependendo de uma política de teor agrário abrangente que permita a (re)distribuição da terra. É uma tarefa nada fácil, dentro de um sistema capitalista concentrador do poder e dos recursos, pois, como nos assevera Rodrigues (1991, p. 16), “a terra, como a água, o ar são indispensáveis à vida. São partes da natureza, que foram ‘transformados’ em mercadorias”. Fato este endossado por Raffestin (1993).

4. As políticas territoriais do MDA no Ceará: o território dos Sertões de Canindé

Dados do *Atlas dos territórios rurais*, publicado em 2004 pelo MDA, informam que, no Nordeste brasileiro, foram criados no ano de 2003, inicialmente, 41 territórios rurais, que englobavam um total de 1.787 municípios.

Neste contexto, no Estado do Ceará foram criados, entre os anos de 2003 e 2004, cinco territórios rurais do MDA. A saber: os Sertões de Inhamuns-Crateús, os Sertões de Itapipoca, o Sertão Central, os Sertões de Canindé e os Sertões de Sobral. Dentre esses, os Sertões de Canindé, região criada em 2004, foi o último território formado pelo MDA no Ceará, surgindo

de cisão do território do Sertão Central. O Quadro 3, a seguir, mostra que municípios compõem cada um dos cinco territórios cearenses. Já a Figura 1 a seguir localiza esses territórios no Estado.

QUADRO 3 – Composição dos territórios rurais no Ceará.

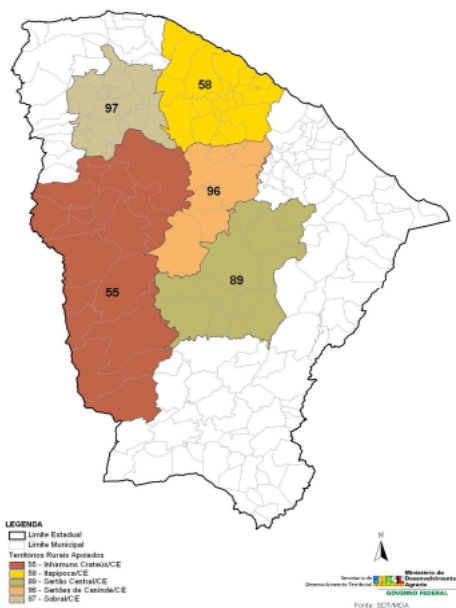
TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS
Sertões de Canindé	Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena, Paramoti
Sertão Central	Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Solonópole
Inhamuns-Crateús	Aiuaba, Ararendá, Arneiroz, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Iraporanga, Ipu, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Parambu, Pires Ferreira, Poranga, Quiterianópolis, Santa Quitéria, Tamboril, Tauá
Sobral	Alcântaras, Cariré, Coreau, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groairas, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral, Varjota
Itapipoca	Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Miraima, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama

Fonte: MDA/2005.

Para delimitação desses territórios, o Ministério do Desenvolvimento Agrário contou com reuniões organizadas junto ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Esse colegiado possui representantes do governo e da sociedade civil, além da participação de organizações não-governamentais (ONGs) e dos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

FIGURA 1 – Localização dos territórios rurais no Ceará.

TERRITÓRIOS RURAIS APOIADOS PELA SDT/MDA NO ESTADO DO CEARÁ



Fonte: SDT/MDA.

Sobre o território dos Sertões de Canindé é possível dizer que

Este apresenta uma extensão de 8.999,20 km², conta com uma população total de 176.992 habitantes, de acordo com dados do IBGE (2000). Na zona urbana, encontram-se alocados cerca de 84.438 pessoas, enquanto na zona rural residem 92.448 pessoas, perfazendo um total de 52,27% da população do Território, apresentando uma densidade demográfica média de 19,25 hab/km², sendo que os maiores índices populacionais encontram-se nos municípios de Canindé (39,34%) e Boa Viagem (28,43%); enquanto os menores índices concentram-se nos municípios de Caridade (8,82%), Itatira (8,78%), Madalena (8,40%) e Paramoti (6,20%) (LEAT – RELATÓRIO DO ACESSO A TERRA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 2006, p. 24).

Segundo o *Estudo propositivo para dinamização econômica do território dos Sertões de Canindé com foco no desenvolvimento rural – 1º ciclo* (MDA/SDT, 2005),

[...] a formação desse Território para a implementação da estratégia de Desenvolvimento Territorial da SDT tomou como base alguns critérios, se não vejamos: a existência de um número bastante significativo de agricultores familiares, uma vez que existem 13.732 empreendimentos classificados pelo MDA como de agricultura familiar; o número de áreas de assentamentos da reforma agrária (existem 73 áreas) e o capital social desenvolvido,

em razão das diversas iniciativas de organização social: fórum dos assentados, fórum do semiárido, inúmeras associações comunitárias, os conselhos municipais de desenvolvimento sustentáveis e movimentos sociais como o MST que tem nessa região uma forte atuação. “A regional da FETRAECE também é uma das mais atuantes; enfim são muitas as iniciativas de organização social do território” (MDA/SDT, 2005, p. 19).

Assim, a região dos Sertões de Canindé constitui território resultante de uma discussão efetivada na área do Sertão Central, pois os seis municípios que o compõem, segundo Brasil (2005), até o ano de 2004, faziam parte deste último. Tal desmembramento proporciona o surgimento de questionamentos relativos à eficácia e seguridade dos aspectos sociopolíticos e culturais que agregam esses territórios.

5. Considerações finais

Mediante o que foi até aqui exposto, pretende-se deixar claro que a concepção territorial considerada mais consistente é a de que o território deve atender aos princípios norteadores de uma política favorável à agricultura familiar camponesa, ou seja, aqueles que são discutidos pelos movimentos sociais no campo. Para esses movimentos, o território representa o exercício e a expressão material (e simbólica) capazes de avaliar a apropriação e a permanência em um dado espaço territorial demarcado pela atuação dos diversos grupos sociais que o compõe.

Vale o fato de que, mesmo considerando a categoria território como objeto fundamental deste estudo, é possível garantir que esta não se constitui como único paradigma da questão agrária. Para que se elabore um plano consistente de políticas de desenvolvimento territorial, há muitos outros pensamentos a serem tomados como pontos essenciais de análise para que se alcancem objetivos mais amplos, entre eles focalizar as relações sociais na produção social da humanidade.

Assim, é preciso atentar para o fato de que os problemas existentes nos Sertões de Canindé não são estritamente de ordem econômica, mas também estão inseridos em uma série de outras questões que, de forma cruel, têm castigado a vida do pequeno agricultor/camponês.

Um exemplo claro pode ser percebido ao se verificar que os Sertões de Canindé são apenados pela seca e pelo difícil acesso à água. O abastecimento de uma grande parte da população ainda não é feito por canalização. Na maioria dos assentamentos rurais, a população recorre aos açudes, poços e cacimbas e, na quase totalidade, a água utilizada não é tratada.

No tocante aos aspectos relativos à renda, é perceptível que a maioria das famílias dos assentamentos possui como principal fonte de renda a aposentadoria proveniente do FUNRURAL e/ou de outros programas assistencialistas, como o Bolsa Família do Governo Federal, dentre muitos outros. A pequena produção é voltada unicamente à subsistência, sendo que, nos poucos momentos que se produz algum excedente (períodos chuvosos), os moradores conseguem vender essa produção a um preço ínfimo, perdendo os lucros para os atravessadores.

O que se vê, no entanto, é a implementação de uma política que estimula a elevação da produção e sua comercializa-

ção, desconsiderando todos os problemas expostos há pouco, esquecendo-se de que a característica da agricultura familiar se encontra justamente na peculiaridade do trabalho familiar para a produção de subsistência.

É possível destacar, porém, um lado positivo dessa política. Alguns dos projetos conseguidos para os territórios surgiram como resultado de negociações junto ao Fórum Territorial. Assim, quando se pensa na constituição de equipamentos de utilidade pública (e se escolhe para sua implantação um determinado município), a definição do local é responsabilidade do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social (CMDS). É dessa forma, portanto, que ocorrem as relações entre o Fórum Municipal e o Fórum Territorial. Nessa interação, o primeiro representa o espaço para discussão, negociação; o segundo é o lugar onde as questões são juridicamente discutidas.

Diante disso, medidas são tomadas para garantir a conquista e aprovação de projetos, desde sua elaboração até o momento em que são discutidos e encaminhados (com registro em ata) no Conselho Municipal.

Percebe-se, todavia, que os assentados desconhecem esse processo, parecendo mostrar que uma parcela significativa da comunidade não está participando ativamente das ações promovidas pelo Fórum de Desenvolvimento Territorial, apesar de esses sujeitos sociais se constituírem no alvo das discussões. Logo, se esse segmento não está presente, consequentemente, não possui representação e seus interesses são subjugados.

Apura-se, também, que os Sertões de Canindé não correspondem à proposta lançada pelo MDA, que vislumbra uma articulação entre o núcleo técnico, a sociedade civil e seus ar-

ticuladores, além da implementação e execução de programas com vistas ao desenvolvimento territorial, dentre outros objetivos. Esse fato foi notado durante as pesquisas *in loco* empreendidas no território, visto que,

[...] participar de políticas de desenvolvimento é experiência recente no nosso País. Até a década de 1980, o Estado, com o aval do capital, determinava as políticas de desenvolvimento. Com o avanço do neoliberalismo e conseqüente enfraquecimento político do Estado, o capital passou a determinar, financiar e obter financiamento público para as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2005, p. 4).

Acredita-se que o desenvolvimento territorial só poderá ser atingido com a participação dos atores sociais envolvidos, principalmente com a atuação dos moradores dos territórios instituídos. Evidentemente, essa política terá muitos desafios pela frente, pois “a reforma agrária é a política pública essencial para o desenvolvimento territorial” (FERNANDES, 2005, p. 5).

É preciso ter clareza, porém, de que, antes de serem criados “territórios”, é necessário que seja permitido o acesso à terra, sendo importante que este seja visto como direito inalienável do camponês, na medida em que esse ingresso se constitui como importante à sua reprodução social, econômica e cultural que se realizaria por meio de sua (re)habilitação produtiva, dignidade cidadã e identitária. É preciso perceber que a negação desse direito é manter nítidos os traços da sociedade oriunda do sistema latifundiário, senhorial e conservador, com raiz escravocrata.

Os articuladores da SDT e do MDA destacam diversos problemas no território dos Sertões de Canindé, entre eles está a falta de articulação. Essa falta de articulação se deve, além da falta de experiência do Estado, ao fato das relações sócio-territoriais e socioeconômicas se processarem desarticuladamente, não se constituindo em redes, não dando forma ao território, nem instituindo singularidades, bem como as estruturas não contribuírem para uma organicidade territorial (LEAT – RELATÓRIO DO ACESSO A TERRA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 2006, p. 26).

Essa “falta de articulação” no território ocorre mediada pela exclusão, pois a maioria da população desse espaço se vê, muitas vezes, eliminada do processo de organização territorial. Para comprovar, vejamos o trecho de uma entrevista realizada pelo Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEAT) da Universidade Federal do Ceará, no ano de 2006:

Quando perguntávamos nos assentamentos se os moradores participavam das reuniões da SDT/MDA, eles colocavam que: ‘é a gente tem conhecimento, mas quando a gente recebeu o convite já foi em cima da hora, e não deu pra gente ir’ (Nonato, Assentamento Vitória, 11/09/2005), ou ainda, ‘[...] logo no início participei de diversas reuniões desses territórios em Canindé, [...], eu nem sei mais como é que tá essas reuniões, porque nós não recebemos mais convite informando os dias, as datas, porque eu acho que teve mudança, não sei..., só sei dizer que nós não fomos mais comunicados’ (Antonieta, Assentamento Tiracanga, 09/09/2005). (P. 27)

Percebe-se que, durante a instituição dos territórios, houve, por parte do MDA/SDT, um trabalho de propagação junto à população residente. Essa articulação, entretanto, é cada vez menos expressiva, justificando a razão pela qual muitos dos assentados não comparecem mais às reuniões, ou mesmo, em alguns casos, não sabem o que é realizado no âmbito das políticas territoriais.

Para os autores, essas desarticulações são indicativos de falhas no processo de organização, gestão e concepção do território. Dever-se-ia indicar aos assentados informações sobre reuniões e encontros promovidos, a fim de garantir o maior número de participantes, já que esses camponeses são os mais apontados para expor as necessidades dos assentamentos e, assim, poder reivindicar a elaboração de projetos que lhes beneficiem, evitando, dessa forma, a elaboração e a aprovação de um projeto que não condiz com a realidade do assentamento.

Com efeito, não se busca apenas criticar a política do MDA, pois se reconhece que ocorreram algumas melhorias no meio rural. O que se procura, na realidade, é mostrar a amplitude, reflexos e limitações de tais políticas para o contexto dos Sertões de Canindé.

Ademais, há de se enxergar na reforma agrária o caminho potencial e legítimo de políticas de correção das desigualdades sociais no campo. Logo, o êxito de tais políticas não pode, nem deve, ser medido pela quantidade de famílias assentadas, mas pelas condições de vida dos grupos familiares.

É preciso, também, considerar que a divisão territorial, que deu origem aos Sertões de Canindé, citada anteriormente, mostra que os critérios levados em consideração para a demarcar os territórios não foram suficientes para definir territórios com melhorias ou ganhos sociais efetivos.

Tem-se a crença de que tal fato ocorre porque os elementos utilizados para demarcar os territórios eliminam as rugosidades presentes no interior desses espaços de poder, delimitando apenas uma base física, sem relações que as justifiquem. Além do mais, esse desmembramento reafirma os questionamentos e as preocupações relativas à identidade, ao sentido de pertença, aos aspectos sociopolíticos e culturais da gente que faz parte desse território.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. (Re) descobrindo o Rural no Ceará. In: SILVA, José Borzacchiello et al. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: NEAD, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Estudo propositivo para a dinamização econômica do território dos sertões de Canindé- CE com foco no desenvolvimento rural – 1º ciclo**. Fortaleza, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Atlas dos Territórios Rurais**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NFAD, 2004.

_____. Ouvidoria Agrária Nacional. **Secretaria CPMI da terra**. Brasília, 2003.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, José Borzacchiello et al. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Desenvolvimento Territorial: Conflitualidade e Sustentabilidade**. Brasília: CONDRAF, 2005.

_____. **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra: Formação e Territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS-LEAT. **Acesso à terra e desenvolvimento territorial: discutindo a definição de território conforme o MDA – três assentamentos em foco nos Sertões de Canindé**. Fortaleza: LEAT/UFC, 2006.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2004.

MELO, João Alfredo Telles (org.). **Reforma Agrária Quando? CPI-mostra as causas da luta pela terra no Brasil**. Brasília, 2006.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 438f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. **Degradação Ambiental e Desertificação no Nordeste Brasileiro: o contexto da bacia hidrográfica do rio Acaraú – Ceará**. 2006. 340f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Riode Janeiro, Niterói: UFF, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Globalização da Natureza e Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Arlete M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1991.

COMPREENSÃO DO MUNDO VIVIDO DO ASSENTAMENTO TIRACANGA LOGRADOURO NO MUNICÍPIO DE CANINDÉ-CE

*Maria Elizabeth de Castro¹
Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro²*

1. Introdução

Neste texto, discute-se o mundo vivido do assentamento Tiracanga Logradouro, localizado no Município de Canindé, Ceará, Brasil. O objetivo é examinar, compreender e interpretar a relação do vivido com a experiência de pertença à terra conquistada com luta e sofrimento.

A pesquisa se desenvolve com base no seguinte questionamento: existe relação de pertença e identificação com a terra dos assentados do Tiracanga Logradouro?

O método acosta-se à fenomenologia (BACHELARD, 1983; CORETH, 1985) e ao existencialismo (SARTRE, 1987). O espaço é pensado como manifestação do seu sentido (TUAN, 1983; NASCIMENTO, 2003; CLAVAL, 2007) e, além disso, como estrutura que reúne existência e significação, homem e mundo.

De acordo com Matias e Duarte (2005), já a partir da década de 1950, os estudos humanísticos ganharam fôlego. Ade-

1 Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Mestranda em Geografia – MAG/UECE.

2 Doutor em Sociologia e docente da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

mais, a proporção de teóricos de referência ampliou as pesquisas e frutificou a relação da Fenomenologia com a Geografia.

A Geografia Humanística trabalha com subjetividade, simbolismo e sentimento humano. Envolve o homem e o seu ecúmeno, ou seja, o conjunto de ideias que esse homem formula em função do contato com a realidade, fruto da relação entre o homem e o meio geográfico (CORRÊA, 1995). Ela investiga a dinâmica das relações espaciais no cotidiano, no seu movimento com base no mundo vivido. Portanto, o lugar é a experiência fundante.

Para os fins deste trabalho, é feita, no segundo segmento, uma breve caracterização de Tiracanga Logradouro, com destaque para a organização espacial.

No terceiro, aborda-se o mundo vivido: a organização e as práticas culturais nesse assentamento, quando se discute a pertença ao lugar, tendo como fonte a fala dos assentados. Finaliza-se apresentando breve conclusão sobre como é experienciada a cultura, de uma forma geral, pelas famílias do assentamento.

2. Caracterização de Tiracanga Logradouro

No Município de Canindé, encontra-se o assentamento Tiracanga Logradouro, área de desapropriação por interesse social adquirida por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no dia 27 de dezembro de 1989. Esse assentamento possui área de 3.756 ha e conta com 53 famílias. Dista 18 km da sede do município e 120 km de Fortaleza. Possui como principal via de acesso a BR-020.

Sobre as condições de infraestrutura, no que se refere ao tipo de moradia, água e energia no assentamento, vale dizer

que a maioria das casas foi construída com alvenaria. Ainda se identifica, porém, existência de casas de taipa, porém em menor número, e, ainda, outras de alvenaria sem piso de cimento, sem reboco e pintura.

Quanto ao abastecimento de água, constatou-se a inexistência de canalização. As famílias utilizam água de poços profundos, cacimbas e açudes³ para consumo doméstico. Na maioria dos casos, essa água não passa por nenhuma etapa de tratamento. Consequentemente, isso causa graves danos à saúde dessas famílias.

No que diz respeito à instalação de energia elétrica, o assentamento conta com a ação do projeto Luz no Campo/Lumiar, lançado em dezembro de 1999 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, dando continuidade ao Programa de Eletrificação Rural com recursos do projeto São José. Atualmente, o Tiracanga Logradouro conta com o Programa Luz para Todos, do governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Em relação às condições de sobrevivência das famílias do assentamento, ou seja, no tocante aos aspectos de produção, renda e créditos dessa comunidade, constatou-se que a pecuária é a atividade produtiva predominante. Repetindo o que ocorre no contexto regional, apresenta inexpressividade econômica, já que sua produção visa à subsistência. E, embora não seja praticada com a intenção de obter renda mediante comercialização, muitas famílias desenvolvem essa atividade.

A agricultura restringe-se, basicamente, ao plantio de feijão, milho e algumas hortaliças e plantas medicinais, como: cheiro-verde, pimentão, tomate, malva, capim-santo etc. A produção é destinada, quase em sua totalidade, à subsistên-

3 Tiracanga Logradouro possui três açudes.

cia, e, apenas nos períodos chuvosos, as famílias conseguem produzir algum excedente, sendo este comercializado na Sede de Canindé.

Os programas de créditos para assentados não se apresentam suficientes para atender às demandas e às carências das famílias camponesas. Dentre outras reclamações, destaca-se a que aponta o volume de recursos como insuficiente para manter a produção do assentamento, em virtude de esta apresentar-se em fraco estágio de desenvolvimento em função de precárias condições de infraestrutura produtiva e insuficiente apoio técnico.

Sobre a origem da renda dos assentados, verificou-se que sua principal fonte encontra-se nos programas assistencialistas governamentais (Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Vale-Gás) e nas aposentadorias, em sua maioria provenientes do FUNRURAL.

3. Mundo vivido: organização e práticas culturais no assentamento Tiracanga Logradouro

Em relação à realidade do mundo vivido no assentamento Tiracanga Logradouro e às suas estratégias de organização, vale dizer que essa comunidade possui como principais estratégias dois grupos de jovens, dois grupos de mulheres e duas associações rurais.

Quanto às estratégias desenvolvidas para organizar o assentamento, foi possível verificar alguns problemas, como, por exemplo, a fixação dos jovens devido à falta de perspectivas e condições necessárias para que permanecessem no assentamento.

Os grupos de jovens formados no assentamento expressam o interesse desse segmento em transformar a situação existente, denominada por eles de abandono. As atividades promovidas pelos grupos (reuniões, apresentações de danças e músicas, manifestações religiosas, como a coroação de Nossa Senhora, dentre outras), porém, não ultrapassam um ano de formação.

Os grupos de jovens – por não terem conseguido apoio de ONGs e de outras entidades mais capacitadas para orientar as ações e, assim, poderem fortalecer as formas de organização – tiveram que finalizar as atividades – pelo menos foi o que nos informaram os assentados.

A falta de incentivo à organização dos jovens nos assentamentos rurais contribui para que se sintam desestimulados a dar continuidade aos trabalhos de mobilização, repercutindo, negativamente, no conjunto de relações que esse segmento estabelece no cotidiano do assentamento. Na medida em que lhes são negadas as condições para atuarem ativamente e na vida da comunidade, desempenhando, eles próprios, funções específicas e importantes para a melhoria da qualidade de vida do assentamento, podem acabar se recusando a participar de outras formas de organização, a exemplo da Associação Comunitária, cuja participação, em sua maioria, é de homens das associações Tiracanga Logradouro I e Tiracanga Logradouro II e de um reduzido número de mulheres.

Acredita-se, com efeito, que a organização dos jovens deveria ser amplamente estimulada por setores de dentro e de fora do assentamento, o que contribuiria para a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas como um todo. A presença de jovens organizados, comprometidos com a luta

diária, constitui condição imprescindível para a conquista de melhorias no assentamento. Desse modo, ter-se-á maior probabilidade de alcançar o desenvolvimento local.

Sobre a ideia de sustentabilidade, vale ressaltar que seria importante esse tema fazer parte das questões tratadas pelo assentamento, já que, no futuro, serão esses jovens que representarão o assentamento e lutarão pelo sucesso dessa comunidade. A seriedade e o compromisso assumidos por eles dependerão da qualidade da formação que receberam de suas famílias, da escola e/ou de outras instituições enquanto forem crianças e adolescentes.

A participação nas atividades gerais do assentamento também pode ser utilizada como outro indicador do nível de participação desses assentados na organização do assentamento.

Acreditando também na importância do sentimento de pertença e valor por esse novo espaço social, Alencar (2000, p. 74) considera que: “Há uma forte relação entre a história de vida de cada comunidade e sua organização. Uma se reflete na outra. Somente deste modo pode-se compreender e perceber a real organização na sua essência, no seu concreto”. É nesse momento que se torna imprescindível o trabalho a ser desenvolvido no assentamento pelas associações, uma vez que, de acordo com Bergamasco e Norder (1996, p. 59-60):

As associações facilitam o contato entre os assentados e as instituições públicas e privadas relacionadas à produção agropecuária, como: bancos, agroindústrias, agências governamentais, centros consumidores, fornecedores de equipamentos e insumos etc.

O tratamento da atuação das associações rurais traz para esta pesquisa a necessidade de se discutir o conceito de poder. Nessa perspectiva, quem primeiro ajuda a compreender esse conceito é Foucault, em cujos estudos esclarece que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Para o autor, os poderes funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, na qual não existe exterior possível, limites ou fronteiras e é uma “[...] coisa ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte [...]” (1992, p. 75).

Em sua obra intitulada *Microfísica do poder* (1992), Foucault expressa a ideia de que o poder não existe. O que existem são práticas ou relações de poder. Isso implica asseverar que o poder se constitui em algo que se exerce, se efetiva e funciona.

Para definir o conceito de poder, buscou-se, também, a contribuição de Palhares Moreira Reis (1978), que confere importância significativa ao estudo do poder. Em seus trabalhos, o autor enfatiza, inicialmente, que existe um sistema de controle em todas as formas de agrupamento social. Há uma variação, segundo ele, de grupo para grupo, sendo utilizado como elemento para distinção entre eles.

Remetendo novamente ao conceito de poder, encontra-se em Reis (1978) sua definição primeira, como sendo a capacidade de impor a vontade própria, numa relação social. Reis (1978 apud MACIVER, s/d) define a noção de controle: “[...] por controle social, referimo-nos à capacidade de controlar a conduta dos outros, seja diretamente dos outros, seja diretamente por decreto ou indiretamente pela manipulação dos meios existentes”.

Desse modo, segundo o mesmo autor, o poder também pode ser compreendido como uma forma de controle social,

sendo capaz de orientar a conduta do grupo ou de cada um de seus membros. Nessa determinação, expressa um caráter de força.

Nesse caso, o governante, detendo o poder, adquire a possibilidade de impor uma determinada orientação, expressando sua vontade ou a vontade do grupo que ele representa. Para a concretização das determinações do governante, ou seja, para conseguir convencer outros indivíduos a obedecer à vontade do detentor de poder, existirá um elemento fundamental. Esse elemento refere-se à sanção, entendida como processo pelo qual a sociedade aplica determinadas recompensas ao acatamento, pelo indivíduo, ou por grupos menores, das normas determinadoras da conduta dentro do grupo social.

Em sentido lato, sanção pode significar, por um lado: recompensa; prêmio; contraprestação com sentido positivo. De outra parte, em sentido restrito, significa punição imposta àqueles que violam as determinações do chefe, fundamentais num sistema de normas de conduta.

Nesse contexto, ao se tentar operacionalizar o conceito em discussão, foi possível estabelecer uma relação entre ele e o fenômeno em estudo, na medida em que se revelou a existência de disputas por poder entre as duas associações rurais do assentamento: Tiracanga Logradouro I e Tiracanga Logradouro II.

Com base em relatos dos presidentes das associações rurais acerca do desenvolvimento das atividades de ambas, percebe-se também a associação com que havíamos pontuado sobre o mecanismo de sanção, haja vista que os dirigentes das associações, ao convidarem os assentados para participar das reuniões, imprimem certo caráter de obrigatoriedade ao convite, embora não deixem isso demasiadamente explícito.

Assim, visando a um maior número de participantes nas reuniões, esses dirigentes também estabelecem um tipo de sanção para aqueles que não obedecerem ao convite. Por exemplo, se o assentamento é informado de que virá um determinado projeto e/ou recurso para a comunidade por intermédio de alguma política pública, ele apenas será favorecido por esse benefício se estiver cumprindo suas obrigações perante a associação a que estiver ligado – pagamento de taxa de R\$ 1,00 por mês à Associação e participação em todas as reuniões marcadas.

No depoimento do presidente da associação Tiracanga Logradouro I, podem-se perceber o comentário acerca da participação dos assentados nas reuniões promovidas pela associação e o mecanismo utilizado por ela para que essa participação seja ampliada.

A participação nas reuniões é sempre bem acompanhada e já em tipo de uma mensalidade, assim fica mais, nem todo mundo paga em dia e é tanto que a gente teve uma reunião agora e foi decidido até outubro quem não tiver em dia vai pegar uma pena [...] A pena é, se vinher algum recurso, eles não tem direito de participar do recurso, porque é que tão chegando mais, tão se importando e tão contribuindo [...] (MIGUEL, presidente da associação Tiracanga Logradouro I).

Nessa trajetória, entende-se que surjam experiências relativas à nova vida como assentados e assentadas, cobrando destes uma participação, que se traduz em um comportamento gerador de transformações nas suas relações, nos seus papéis e na condição de homem e mulher.

Martins (1994) corrobora esse pensamento ao salientar que

Nesse processo de discussão vai se configurando a necessidade da associação (enquanto direção única que planeja e orienta as diversas atividades com vistas a objetivos comuns) e das comissões de trabalho (enquanto coordenação que divide tarefas, controla o serviço de modo a aproveitar a capacidade de todos e de cada um. (MARTINS, 1994, p. 35).

Ressalta-se que as associações deveriam desempenhar papel fundamental, pois deveriam estimular os assentados a criar uma organização, compreendida como um processo que se efetiva com apoio no aprendizado obtido mediante o olhar crítico do cotidiano do assentamento e de sua prática. Por isso, concorda-se com Feitosa (2002), quando este alerta para o fato de que

A organização no assentamento caminha, quase sempre ao sabor das necessidades surgidas, que muitas vezes exigem soluções urgentes, não sendo fruto de reflexões coletivas a partir da identificação dos problemas e das potencialidades que, se solucionados ou aproveitados, possibilitariam modificações estruturadoras da vida no assentamento. (FEITOSA, 2002, p. 106).

Na concepção deste, a organização no assentamento deveria ser constante e não apenas se manifestar desde o desencadeamento de um problema.

Compreende-se que a desestruturação do trabalho das associações em decorrência da inexistência de um consenso quanto à realização de suas atividades, as divergências políticas, o método de condução do trabalho pelos técnicos e os conflitos internos resultariam, segundo Martins (1994, p. 57), em um

[...] vazio de poder e decisão com relação às atividades do assentamento, o que propicia o surgimento de uma liderança modernizadora, vinculada à estrutura de poder local que busca inviabilizar qualquer esforço de organização.

Encontra-se em Amâncio (1991, p. 28), a complementação para o debate desse tema, pois, para evitar esse fato, seria importante que as associações se desenvolvessem juntamente com os assentados, por meio de “[...] uma metodologia que proporcione aos indivíduos envolvidos o desenvolvimento de formas de organização que melhor se adaptem à realidade vivida por eles”. Portanto, torna-se necessário refletir e saber de todos se realmente se sentem sócios da associação, por que estão querendo ser sócios e o que é ser sócio. “Este entendimento os leva a compreender por que há ainda dificuldades nesta organização coletiva e participação das famílias” (FEITOSA, 2002, p. 175).

Matos (2003, p. 86) nos alerta para o risco de que

[...] na prática, os segmentos sociais mesmo quando têm acesso aos benefícios decorrentes das ações comandadas por lideranças hegemônicas, tendem a se manter numa relação de dependência semelhante a que tinham na relação com as classes dominantes.

O mesmo autor realizou estudos em assentamentos de reforma agrária e verificou que essa questão aparece com mais clareza quando se constata a fragilidade da organização social dos assentados que dependem de suas lideranças para ter acesso às mínimas informações sobre as políticas públicas –

inclusive, a consciência dos compromissos de débitos e outras obrigações com bancos e outras instituições públicas.

O Sr. Miguel, presidente de uma das associações rurais do assentamento analisado, externa não entender o porquê de tanta burocracia ao buscar o financiamento de créditos. Admite não possuir informações suficientes de como terá que agir para obter esses créditos do banco.

Agora ninguém sabe aonde é que esbarra, se é falta de um técnico agrícola ou dos técnicos que trabalha dando assistência às comunidades... Faz o projeto a gente faz ele bem certinho, né? Quando na hora de receber que chega no banco, tem uma coisa que esbarra o projeto e num sai e a gente sabendo das linhas de crédito, a gente pega a cartilha no banco, tem as linhas de crédito tudim, tem esse dinheiro e quando a gente chega lá é barrado e ninguém sabe por onde desenganchar e saber aonde tá enganchando o projeto, onde é a falta se é também do banco... A gente vai ter que achar também umas pessoas que tem que ir junto com a gente descobrir onde tá esse problema (MIGUEL, presidente da associação Tiracanga Logradouro I).

Assim, compreende-se que a organização deverá efetivar-se por meio de um processo permanente. Daí a importância de os assentados estarem sempre atentos a tudo o que acontece dentro e fora do assentamento, pois, na maioria das vezes, os problemas que surgem neste decorrem de decisões externas. Destarte, a espacialização das consequências dessas decisões no espaço social em questão será reflexo do nível de organização interna da comunidade.

Nessa perspectiva, pode-se destacar, como exemplo de iniciativa de mobilização, o caso das famílias do assentamento Tiracanga Logradouro, que se organizaram a fim de conseguir para a comunidade a promoção do ensino médio.

[...] Aí nós formar uma equipe, quem é que vai e agora quem é que vai vamos ver quem é os pais que vai conosco na secretaria de educação e falar pra senhora lá que tá comandando. Aí nós fizemos por escrito, fizemos primeiro a reunião, né?, tudo por escrito e levemos pra entregar a ela, era até a Derizébio [...] (ANTONIETA, membro da associação Tiracanga Logradouro II)

4. Considerações finais

Sobre as considerações finais que podemos apresentar neste trabalho acerca do mundo vivido do assentamento Tiracanga Logradouro, assim como de suas manifestações culturais, vale ressaltar inicialmente que existem muitas relações que a cultura forma nas instituições. A cultura pode atuar como um fator de coesão social, influenciando positivamente a organização social, ou vice-versa, dependendo do grau de eficiência da manifestação da cultura.

A manutenção de certa ordem nas redes de relações que compõem a sociedade será imprescindível para garantir a eficiência da comunicação entre os membros de uma sociedade. Por conseguinte, torna-se importante a institucionalização dos laços regulares como condição de prevenção de conflitos e, assim, assegurar o bom funcionamento da sociedade.

Com frequência, encontram-se as hierarquias simples na vida familiar, pois são facilmente adaptáveis. Desse modo, a forma cultural pela qual determinada família se expressa é

identificada com base nas condições criadas para possibilitar a constituição do conjunto de relações sociais que simbolizam a manifestação cultural da família e de uma comunidade. Como uma das condições necessárias, o espaço, local onde se manifestarão essas relações sociais, aparece como primeira condição. Esse espaço, sendo apropriado por uma família e/ou comunidade, posteriormente se transformará em um território defendido por essas famílias. Nesse território, são criados níveis de afetividade com o local que os possibilita interpretá-lo e identificá-lo como o seu lugar.

Nesse momento, pode-se exprimir que, ao selecionar determinado território como um ambiente de vivência, está se estabelecendo um lugar que possuirá, além de aspectos ligados à subsistência, relações que dizem respeito à afetividade, ao amor, criando-se, pois, um ambiente com características particulares. Esse lugar será palco de inúmeras relações de afetividade no parentesco ou não, bem como de relações de amizade e reciprocidade. Enfim, a existência desse lugar será imprescindível para garantir a continuidade da manutenção de sua cultura.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: UFC, 2000.

_____. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. 2005. 297f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

AMÂNCIO, Robson. **Participação de trabalhadores rurais em assentamentos de reforma agrária: o caso da fazenda Vereda Grande (MG)**. Lavras: Escola Superior de Agricultura de Lavras, 1991.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 135 p.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BEZERRA, Nizomar Falcão. **Fragmentando o território**: bases para o desenvolvimento do semi-árido do Ceará. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; SOUZA, Marcelo José Lopes de (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 2007. 453 p.

COLTRO, Alex. A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 11, 1º trim. 2000.

CORETH, Emerich. **Questões fundamentais de hermenêutica**. Tradução de Carlos Lopes de Matos. São Paulo: EPU; USP, 1973.

COUTINHO, Elane Maria Castro; CAMPOS, Robério Telmo. **Reforma agrária, sustentabilidade e território**: há territorialidade no assentamento Grossos no Ceará?. 2004. 95f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, UFC, Fortaleza, 2004.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1986.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do Semi-Árido. In: _____; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense).

FEITOSA, Maria das Dores Ayres. **Participação**: ainda uma trilha na reforma agrária do Ceará – estudo de caso no assentamento Santa Bárbara. 2002. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Arquivos%20disciplinas/>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Trad. Roberdo Machado. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. (Coletânea de textos de Foucault organizados e traduzidos por Roberto Machado).

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, DF; São Paulo: IICA; Nead; USP, 2004.

MARTINS, Mônica Dias. **Os desafios da cooperação nos assentamentos da reforma agrária do Ceará.** Fortaleza: BNB, 1994.

MATIAS, Vandeir Robson da Silva; DUARTE, Matusalém de Brito. **Reflexões sobre o espaço geográfico a partir da fenomenologia.** 2005. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/volume16/artigo17vol16.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MATOS, Aécio Gomes da. **Organização social de base:** reflexões sobre significados e métodos. Brasília: ABARÉ, 2003.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional:** o prazer de conhecer. Fortaleza: Demócrito Rocha; UECE, 2001.

MDA/ NRI/CETRA/ UFC/ LEAT/ PRODEMA. **Acesso a terra e desenvolvimento territorial:** MDA/SDT assentamentos em foco nos Sertões de Canindé. Fortaleza: MDA, 2006.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de.; LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas:** espaço, cultura e política no Brasil. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 156 p.

NASCIMENTO, M. A. G. “**Nem parece o tempo em que vocês jogavam biriba na calçada.**” **A construção do lugar em Nova Jaguaribara.** 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

REIS, Palhares Moreira. **O poder político e seus elementos**. ed. UFPE, Pernambuco, 1975.

SANTOS, Milton. **Por um modelo brasileiro de modernidade**. Disponível em: <<http://www.fsc.ufsc.br/~marilena/milton.html>>. Acesso em: 03 fev. 2008.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**: a imaginação – questão de método. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores).

SCHNEIDER, Sérgio.; TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01-02, p. 99-116, 2004. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/~raizes/volumes.php?Rg=1>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

SERRA, Carlos Alberto Teixeira. **Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no Brasil**. Disponível em: <<http://publiclique.rdc.pucRio.br/revistaalceu/media/alceu-n7-Serra.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território**: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Maria Antonia de. **A cooperação agrícola em assentamentos rurais e os desafios na compreensão da cultura política dos assentados**. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/souza.rtf>>. Acesso em: 01 fev. 2008.

TEÓFILO, Edson; SANTOS, Manoel José dos; NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL -NEAD. **A necessidade de uma reforma agrária ampla e participativa para o Brasil**. [Brasília, DF]: NEAD; Abaré, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

CONDIÇÕES MORFOESTRUTURAIS DAS MICROBACIAS CEARENSES DE MUQUÊM, RIACHO DAS PEDRAS E NEBLINA¹

Rosilene Aires²

Flávio Rodrigues do Nascimento³

1. INTRODUÇÃO

A caracterização do quadro morfoestrutural de microbacias hidrográficas, constitui-se o alvo das discussões engendradas neste trabalho. Tratar dessas condições nos ambientes fluviais requer uma discussão das características do seu terreno, dos principais lito-tipos e da respectiva origem e distribuição. Sendo, necessário justificar tais aspectos, através da identificação e delineamento das feições geomorfológicas existentes, segundo a morfologia e sua distribuição.

A escolha de microbacia hidrográfica se deve ao fato de ser a menor unidade capaz de refletir o comportamento de variáveis ambientais de forma integrada, uma vez que estas expressam a interação dos diferentes fatores que a compõe.

1 O reconhecimento em campo das microbacias hidrográficas foi subsidiado pelo projeto Gestão de Fontes Hídricas em Microbacias Hidrográficas Voltadas para melhoria da Qualidade de vida de comunidades rurais da região do Rio Jaguaribe-CE (Vigilantes Globais da Água) vinculado a EMBRAPA- Agroindústria Tropical.

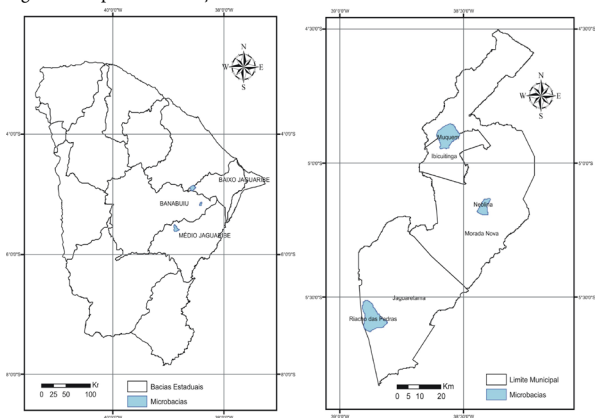
2 Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará-UECE.

3 Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense-UFF.

A microbacia ocupa uma dada porção complexa e heterogênea, circunscrita em determinado espaço geográfico por onde escorrem o seu curso d'água principal, e os seus afluentes. Estes possuem dinâmica peculiar aos terrenos drenados e interferem no seu arranjo natural. A sua pequena dimensão e a sua maior escala cartográfica permitem estudos verticalizados acerca da dinâmica da água e dos solos frente aos seus usos e manejos.

O enfoque foi dado ao contexto nas microbacias de Muquém (município de Ibicuitinga e Morada Nova), de Neblina (município de Morada Nova) e a do Riacho das Pedras (município de Jaguaretama), as quais são de caráter endorréico por despejarem suas águas em outras bacias hidrográficas (nível de base regional). Pertencem respectivamente, a Sub-bacia do Baixo Jaguaribe, a Sub-bacia do Banabuiú e a Sub-bacia do Médio Jaguaribe (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização das microbacias



Fonte: Programa Vigilantes Globais da Água no Ceará.

Neblina situa-se entre as coordenadas geográficas 38° 23'0" e 38° 26'30" de longitude Oeste e 5° 8'; 5° 11'30" de latitude Sul. Ocupa a porção Centro-Sul do município de Morada Nova situando-se a uma distância de 8 km da sede municipal. Possui extensão longitudinal de 6 km, drenando cerca de 21 km², com dois eixos principais de drenagem sem denominação, que confluem para uma planície flúvio-lacustre.

A microbacia de Muquém tem extensão longitudinal de 9,5 km, drenando cerca de 60 km². Insere-se na porção Norte do município de Ibicuitinga e na porção Noroeste de Morada Nova. Esta unidade situa-se entre as coordenadas geográficas 38° 31' e 38° 36' de longitude Oeste e 4° 51' e 4° 57' de latitude Sul. Pertence ao rio Palhano em seu alto curso, o qual compõe a bacia do Baixo Jaguaribe.

No que se refere ao Riacho das Pedras, este se situa-se entre as coordenadas geográficas 38°48' e 38°55' de longitude Oeste e 5°31' e 5°37' de latitude Sul. Ocupa a porção Sudoeste do município de Jaguaretama e abrange uma extensão longitudinal de 12,6 km, drenando cerca de 73 km², despejando suas águas para o Riacho do Sangue, principal contribuinte do rio Jaguaribe em sua margem esquerda.

2. As Condições Geológicas

Na área de estudo, foram identificados o predomínio dos terrenos Pré-Cambrianos do Embasamento Cristalino, seguidos do domínio dos Depósitos de Acumulação Cenozóicos, com base em levantamentos de Souza *et. al.* (2000, 2002 e 2005) e trabalhos de campo.

O primeiro Domínio é formado pelos escudos antigos do Complexo Cristalino, que são um conjunto de rochas ígneas originárias do período Pré-Cambriano, encontrados na Depressão Sertaneja e nos Maciços Antigos. O segundo Domínio é o dos depósitos Cenozóicos, o qual é composto por sedimentos depositados ao longo do tempo geológico. Suas principais unidades são os Tabuleiros interiores da Formação Faceiras; as áreas de acumulações recentes das planícies fluviais e flúvio-lacustres, e as áreas de inundação sazonal.

O quadro geológico das microbacias apresenta estrutura variável diante de uma evolução morfogenética, com feições geomorfológicas de morfoestruturas distintas, dinâmicas e representativas, relacionadas aos escudos cristalinos as que serão discutidas posteriormente.

3. Domínios Geomorfológicos e a Subcompartimentação Regional do Relevo

A espacialização geomorfológica da área em causa, apresenta as seguintes unidades do modelado: depressões e maciço, planícies e tabuleiros interiores. As feições geomorfológicas que compõem os domínios estruturais identificados, refletem um contexto regional, e delimitados segundo suas características e áreas de abrangência em cada microbacia. Foram elencados 02 (dois) Domínios Geomorfológicos que compreendem, essencialmente, 06 (seis) unidades de relevo visualizadas na Tabela 1, que e serão destacadas a seguir.

TABELA 1 – DOMÍNIOS E FEIÇÕES GEOMORFOLÓGICAS EXISTENTES NAS MICROBACIAS

MICRO-BACIA	DOMÍNIOS GEOMORFOLÓGICOS	FEIÇÕES GEOMORFOLÓGICAS	ÁREA (KM ²)
Neblina	Depressão Sertaneja	Sertões Rebaixados com formas erosivas	5,4
	Planícies de Acumulação	Planície Fluvial	1,2
		Planície Flúvio-Lacustre	0,3
	Glaci de Acumulação Interiores	Tabuleiros Interiores	12,5
	Domínio transicionais entre Glacis de deposição interiores e depressão sertaneja	Tabuleiros interiores e Sertões rebaixados	1,8
Área total das feições do relevo de Neblina			21,2
Muquém	Maçiços Residuais	Maçiços e Serras Baixas	19,8
	Planície de Acumulação	Planície Fluvial	4,3
	Depressão Sertaneja	Sertões Rebaixados com formas erosivas	4,7
		Sertões Pés-de-Serra com formas dissecadas	7,9
		Sertões Suave-Ondulados com formas erosivas	15,5
	Glacis de Acumulação Interiores	Tabuleiros Interiores	5,6
Domínios transicionais entre Glacis de deposição interiores e depressão sertaneja	Tabuleiros interiores, sertões rebaixados, sertões pés-de-serra, e sertões suave-ondulados	2,3	
Área total das feições do relevo de Muquém			60,1
Riacho das Pedras	Planície de Acumulação	Planície Fluvial	1,9
	Depressão Sertaneja	Sertões Rebaixados com formas erosivas	21,9
		Sertões Ondulados com formas erosivas	2,2
		Sertões Suave-Ondulados com formas erosivas	47,8
Área total das feições do relevo de Riacho das Pedras			73,8

Fonte: Mapeamentos do Programa Vigilantes da Água 2007.

Nota: As áreas foram calculadas via ferramentas de geoprocessamento.

3.1 Domínios dos depósitos de acumulação cenozóicos: glaciais de deposição e as planícies de acumulação

3.1.1 Glaciais de depósitos interiores

Nas referidas áreas de estudo destaca-se a Formação Fa-
ceiras que é um Domínio Geológico que encerra certa com-
plexidade de fácies de acumulação. Distribui-se de maneira
descontínua, paralelamente à margem esquerda do rio Jagua-
rabe e do rio Banabuiú, recobrando planícies fluviais, planícies
de inundação e áreas de acumulação inundáveis.

Tais aspectos se confirmam nos tabuleiros interiores os
quais refletem o quadro regional aqui apresentado, aparecen-
do distribuídos de maneira esparsa e descontínua em meio à
Depressão Sertaneja. O exemplo disso, são as manchas disper-
sas e significativas dessa unidade de relevo, predominantes na
microbacia de Neblina. Perfaz mais da metade da área total
desta microbacia com cerca de 12,5 km², com relevo plano,
além de áreas de sedimentação.

É nessa feição de tabuleiros interiores, que partem as
nascentes dos riachos, devido entre outros fatores, ao acúmu-
lo da águas no subsolo. Ao passo que na microbacia de Mu-
quém, essa unidade de tabuleiro está presente em porções de
terras esparsas e restritas ocupando 5,6 km². Estas manchas
são responsáveis pela origem de algumas nascentes de peque-
nos córregos. Contudo, não foram identificadas na microba-
cia do Riacho das Pedras ocorrência dos tabuleiros interiores.

3.1.2 As planícies fluviais e flúvio-lacustres

A planície fluvial de Neblina com 1,2 km², compõe-se de uma superfície com estreita faixa de terras, possuindo dois eixos principais de drenagem não denominados. Em um desses riachos existe um barramento denominado açude Chico Vieira. Ambos os riachos dessa microbacia, confluem para uma expressiva planície flúvio-lacustre, a qual ocupa cerca de 0,3 km² da área total da microbacia. Vale ressaltar que essa planície é uma das principais contribuintes da bacia do rio Banabuiú. Suas nascentes se originam nos terrenos sedimentares da Formação Faceiras e, seus riachos, entalham tanto esses terrenos como a área da depressão sertaneja, caracterizando-se por serem canais de 1ª e 2ª ordem predominando o padrão paralelo de escoamento.

A planície fluvial de Muquém ocupa cerca de 4,3 km², e comporta um relevo com extensão de 19,8 km², e altitudes entre 150-250 metros. Esse interflúvio divide a microbacia Muquém e a bacia hidrográfica do rio Potengi, uma das 11 (onze) sub-bacias que compõe a Bacia Metropolitana de Fortaleza. Seus riachos e córregos caracterizam-se por terem diversas ramificações de drenagens configurando o padrão dendrítico de escoamento com canais de 1ª, 2ª e 3ª ordem, os quais ocupam uma faixa larga de terras com capacidade de escavar e transportar, tendo uma deposição pronunciada somente no baixo curso do vale.

Os cursos d'água se direcionam para um curso principal de drenagem denominado rio Palhano, que é barrado pelo açude Muquém. Ao longo dessa planície ocorrem áreas de inundação sazonal, sendo que algumas foram transformadas pelas populações em pequenos barreiros para acumular

água. O rio Palhano se encontra com o Riacho Timbaúbas, caracterizado por ser um rio de pequeno leito e com potencial de entalhe.

Esses rios devido os seus gradientes topográficos nascem no Alto Palhano, drenando terrenos de acumulação, em parte terrenos cristalinos com uma faixa de terras que se alarga à medida que convergem para o médio curso do referido rio.

A planície fluvial do Riacho das Pedras tem cerca de 1,9 km², caracteriza-se por drenar na sua totalidade terrenos do embasamento cristalino, sendo a maior microbacia com área total de 73,8 km². As suas nascentes, possivelmente, derivam do sopé de pequenas elevações residuais (maciços baixos) sem denominações, e não pertencentes à delimitação da microbacia, tampouco mapeados, mas que funcionam como divisores d'água entre as bacias do Médio Jaguaribe e do Banabuiú.

A planície possui elevado potencial de água acumulada com a presença de 04 (quatro) açudes, dentre os quais destaca-se o de Santa Bárbara, que forma o eixo de drenagem principal, e que irá despejar suas águas no maior coletor de drenagem, denominado Riacho do Sangue.

As planícies fluviais enfocadas têm caráter endorréico por despejarem suas águas em outras bacias hidrográficas (nível de base regional), que são sub-bacias do rio Jaguaribe na sua margem esquerda. A microbacia de Muquém pertence ao Baixo Jaguaribe, enquanto a do Riacho das Pedras pertence ao Médio Jaguaribe, porém a de Neblina, pertencem a outra bacia hidrográfica do rio Banabuiú.

3.2. Domínios dos escudos e maciços antigos

3.2.1 Maciços antigos (serras)

Os maciços antigos como unidade de relevo ocorrem somente em Muquém com uma dimensão de 19,8 km², e altitudes entre 150-250 metros. Esse interflúvio divide a microbacia Muquém e a bacia hidrográfica do rio Pirangi, uma das 11 sub-bacias que compõe a Bacia Metropolitana de Fortaleza, como foi citado anteriormente. Possivelmente, é desse relevo que partem as suas nascentes e tributários.

Em relação às outras microbacias, observa-se que as nascentes do Riacho das Pedras derivam do sopé de pequenas elevações residuais (maciços baixos), sem denominações, à Oeste da microbacia e não pertencente a sua delimitação. Contudo, em Neblina ocorre um residual de difícil acesso, que foi identificado em imagem de satélite e, provavelmente, é constituído pelo mesmo litotipo dos maciços de Muquém.

3.2.2 Depressão Sertaneja

A superfície sertaneja tem formas aplainadas (rampas ou pedimentos) que se inclinam suavemente em direção aos vales dos rios. Aparecem distribuídos de forma concentrada e contínua em meio às áreas de acumulação, sendo pontilhadas por relevos residuais.

Destaca-se o predomínio dessa unidade de relevo em Riacho das Pedras, localizada em uma área de sertões típicos. Evidencia-se um relevo composto pelo predomínio dos diversos sertões, ora rebaixado com declives entre 0-3% e uma área de 21,9 km², ora suave-ondulado com declive entre 3-8% em

uma área de 47,8 km², que tem altitudes com cerca aproximadamente de 185 m. Já os sertões ondulados possuem declives entre 8-20% com 2,2 km².

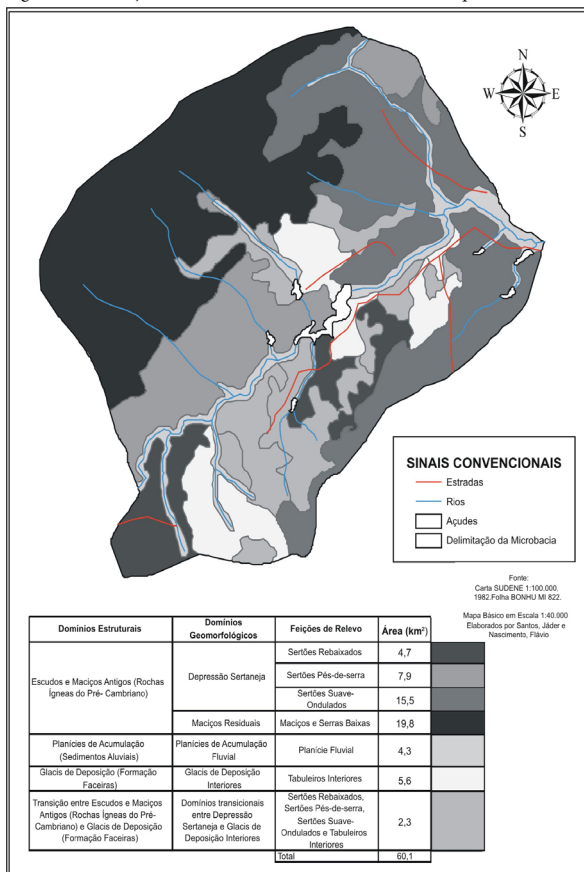
Em Neblina os sertões ocupam apenas 5,4 km², compondo unicamente os sertões rebaixados (formas erosivas) por onde escorrem parte de seus cursos d'água. Notou-se ainda áreas transitórias entre os tabuleiros interiores e os sertões rebaixados, que ocupam cerca de 1,8 km² da área dessa microbacia.

Nas áreas de drenagem de Muquém, a presença da depressão sertaneja é variada, compondo superfícies aplainadas (erosivas) com pedimentos e pediplanos, representados pelos sertões, e ocupando 28,1 km² da área total. Existe o predomínio das feições dos sertões suave-ondulados (pediplanos) seguidos dos sertões pés-de-serra, identificados como recuos das vertentes (pedimentos), e de menor extensão, os sertões rebaixados (pediplanos).

Pode-se afirmar que a microbacia de Muquém foi a que mais apresentou formas dissecadas com a presença dos Maciços Residuais, em meio aos níveis rebaixados e suave-ondulados bem definidos. Ademais, seus sertões são distribuídos de maneira dispersa e descontínua e resultam em um mosaico de interação entre a depressão sertaneja e os tabuleiros interiores, totalizando 2,3 km² da área total de Muquém.

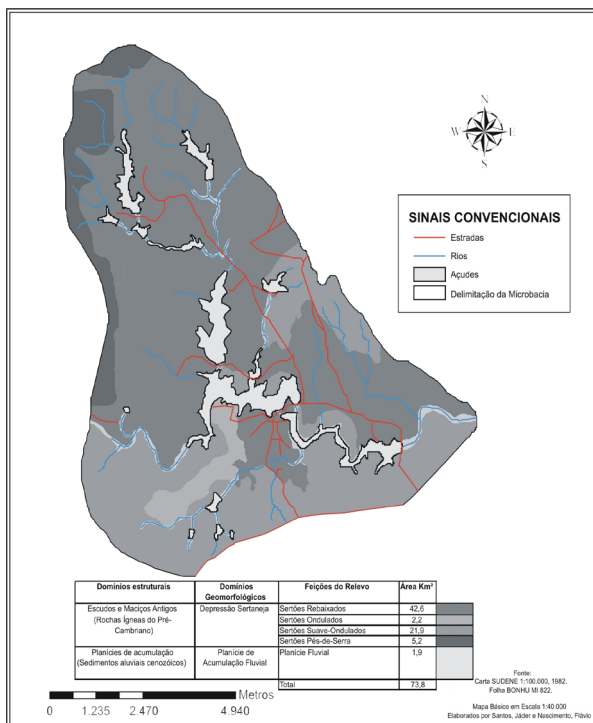
A diversidade dos domínios morfoestruturais identificados, discutidos e mapeados é representada por diferenciações litológicas e de relevo peculiares, que podem ser visualizadas nas figuras 02, 03 e 04, e resumidas na Tabela 02. Estes apresentam uma síntese das características geológicas e geomorfológicas das formas de relevo existentes nas microbacias, referentes à litologia, à compartimentação regional das formas de relevo e às feições geomorfológicas derivadas, além de um esboço das condições morfoestruturais de cada microbacia.

Figura 02: Condições morfoestruturais da microbacia de Muquém



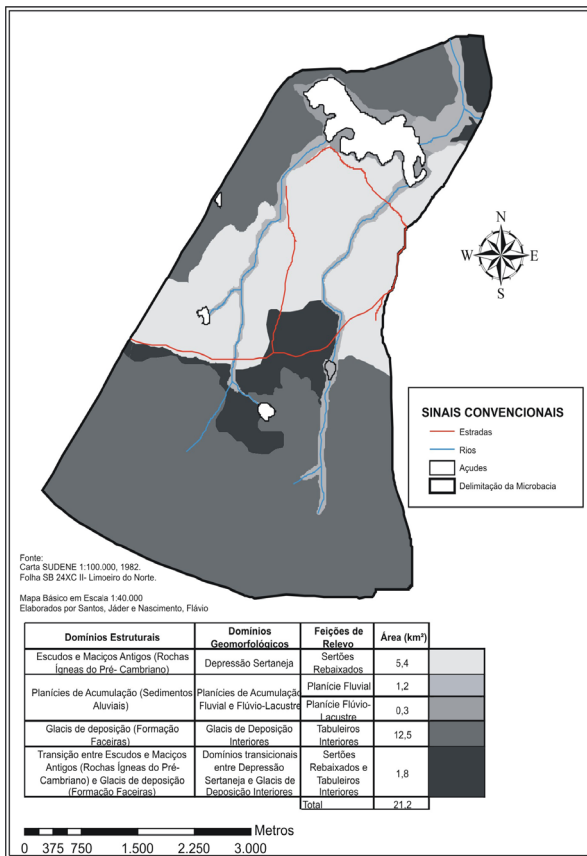
Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 03: Condições Morfoestruturais da microbacia Riacho das Pedras



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 04: Condições morfoestruturais da microbacia de Neblina



Fonte: Elaborado pelos autores.

TABELA 02: SÍNTESE DAS CONDIÇÕES LITOESTRATIGRÁFICAS E FORMAS DE RELEVO

CRONOLITOES-TRATIGRAFIA	COMPARTIMENTAÇÃO DO RELEVO	FEIÇÕES GEOMORFOLÓGICAS
Sedimentos aluviais	Planícies de Acumulação	Planícies fluviais Planícies fluvio-lacustres Áreas de acumulação sazonal.
Sedimentos da Formação Faceiras	Glacis de deposição interiores	Tabuleiro interiores
Rochas do Embasamento Cristalino	Maçiços Residuais	Serras baixas
	Superfícies de Aplainamento	Sertões pés-de-serra, Sertões rebaixados Sertões ondulados Sertões suave-ondulados

Fonte: Adaptado de Souza (2000 2002), Nascimento (2006) e Santos (2006).

4. Considerações Finais

Este trabalho revelou, preliminarmente, um resultado de combinações e dinâmica entre elementos naturais geológicos, que conduziram a identificação de padrões geomorfológicos dotados de um certo grau de homogeneidade nas suas formas e nos seus arranjos na área das microbacias. A ocorrência dos Domínios Morfoestruturais obedecem tanto ao arranjo das formas de relevo que têm traços comuns, quanto às características fisionômicas e genéticas, uma vez que a sua subcompartimentação foi feita com base nos elementos geotectônicos e litoestratigráficos. Essa subcompartimentação demonstrou evidências da estrutura geológica regional e estadual, refletidas no predomínio da ocorrência de terrenos antigos frente a porções restritas de terrenos recentes.

BIBLIOGRAFIA

NASCIMENTO, F. R. do. **Degradação ambiental e desertificação no Nordeste brasileiro: o Contexto da Bacia Hidrográfica do Rio Acaraú – CE** (Tese de doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006, 375p.

SANTOS, J. O. **Vulnerabilidade Ambiental e Áreas de risco na Bacia Hidrográfica do rio Cocó Região Metropolitana de Fortaleza – Ceará.** (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Geografia. UECE, 2006, p. 22-87.

SOUZA, M. J. N. Contribuições ao estudo das unidades morfoestruturais do Estado do Ceará. **Revista de Geologia**. Vol. 1. Fortaleza: 1998.

SOUZA, M. J. N. Bases Geoambientais e Esboço do Zoneamento Geoambiental do Estado do Ceará. In: LIMA, L. C. (Org.). **Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000, 06-98.

SOUZA, M. J. N.; OLIVEIRA, V. P. V.; GRANJEIRO, C. M. M.; (2002). Análise Geoambiental. In: ELIAS, D. (Org.). **O Novo Espaço da Produção Globalizada: O Baixo Jaguaribe-CE**. Fortaleza: FUNECE, 2002, p. 23-89.

SOUZA, M. J. N. de. et al. Contexto geoambiental das bacias hidrográficas dos Rios Acaraú, Curu e Baixo Jaguaribe - Estado do Ceará. **Boletim técnico 101**. Fortaleza: EMBRAPA Agroindústria Tropical, 2005. 52p.

Agradecimentos

Vale ressaltar que os trabalhos de campo que viabilizaram o reconhecimento dessas microbacias hidrográficas tiveram o apoio da EMBRAPA - Agroindústria Tropical com recursos do projeto: Programa Vigilantes da Água. E este trabalho é parte integrante da dissertação de minha autoria intitulada Análise ambiental integrada de microbacias hidrográficas da Bacia do Jaguaribe como subsídio à gestão participativa dos recursos hídricos no Estado do Ceará.

MORADIA POPULAR: INFLUÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA PERIFERIA DE FORTALEZA

Anna Emília Maciel Barbosa¹

José Meneleu Neto²

Adelita Neto Carleial³

1. Introdução

A moradia é uma necessidade básica do homem e aparece, principalmente, nas cidades como um problema da população mais pobre, que reflete uma complexa questão de organização espacial. A população precisa morar e para isso recorre a ações diversas, que confirmam as contradições da lógica capitalista, que se expressa no setor imobiliário, formal e “informal”, visível na segregação residencial da cidade. Em Fortaleza, a habitação precária é um problema não muito antigo, pois se iniciou no século XX, enquanto que em algumas cidades brasileiras surgiu anteriormente, como no Rio de Janeiro, cujos primeiros aglomerados de favela datam do século XIX, de acordo com Blanco Junior (2006).

Foi durante o desenvolver da indústria no País que se experimentou intensa urbanização das cidades, e quando o problema da moradia ganhou maiores proporções. A urba-

1 Bacharela em Geografia pela da Universidade Estadual do Ceará – UECE e mestranda pela mesma instituição.

2 Doutor em Sociologia e docente da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

3 Doutora em Sociologia e docente da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

nização no Brasil, como em outros países periféricos, ocorreu de forma rápida e concentrada, incrementando uma grande diferenciação no acesso ao espaço. Hoje, no século XXI, persiste no País um déficit habitacional elevado, demonstrando a desigualdade de renda, a inadequação das políticas públicas e, principalmente, a perversidade do modelo de produção.

O Poder Público adotou diversas medidas, visando a “solucionar” a questão habitacional dos pobres nas cidades, dentre as quais a construção de grandes conjuntos habitacionais na periferia, que tinham como finalidade atender a população de baixa renda, excluída do mercado imobiliário formal. Tal política, entretanto, tornou-se insustentável economicamente, em razão da crise econômica, característica marcante dos anos de 1970 e 1980 no Brasil; bem como do não interesse por parte do capital imobiliário, na construção de habitações populares, por causa da sua baixa lucratividade, resultando no reordenamento da construção habitacional, que passou a ser destinada à população de renda média. Posteriormente, outras políticas, baseadas na urbanização de favelas, mutirão e construção de pequenos conjuntos habitacionais, foram desenvolvidas.

Foi por meio de políticas semelhantes às citadas, de finalidade social, que se edificou o conjunto habitacional Vila Velha, no decorrer da década de 1990, contando com o acompanhamento das lideranças comunitárias. A área, todavia, ficou sujeita a ocupações e formação de favelas nos arredores do conjunto.

Neste artigo, portanto, pretende-se analisar as políticas voltadas para a habitação popular que influenciaram na organização socioespacial da cidade de Fortaleza, partindo da produção de conjuntos habitacionais na periferia, tendo, como exemplo, o Conjunto Habitacional Vila Velha.

2. A produção do espaço urbano periférico para habitação

Considera-se o espaço urbano como espaço social, produzido pela ação do homem. Ressalta-se que se faz referência ao espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2001), abordando apenas o espaço da cidade, apesar de se saber que as relações estabelecidas neste espaço ultrapassam os limites da cidade. Tais relações podem se revelar em âmbito social, econômico, político, cultural e espacial, e são elas as responsáveis pela dinâmica urbana e produção de contradições.

A habitação é uma forte expressão das contradições vividas na urbe, pois ela demonstra os contrastes de renda da população, que reflete na sua qualidade de vida e forma de habitar, tornando-se visíveis na organização socioespacial cidadina. Para se analisar a produção espacial, com base na habitação, se faz necessário explicitar o seu conceito. Neste artigo, entende-se a habitação não só a casa como estrutura física, mas também as relações que se estabelecem com origem nela, tais como a vida em comunidade e o uso dos espaços da cidade, possuindo, assim, a habitação uma influência direta nas relações estabelecidas na urbe.

Para Rossi (2006), do ponto de vista social, a habitação exerce influência na cidade, na medida em que permite uma vida cotidiana saudável, visto que o termo “habitação” ou “moradia” excede os limites do espaço individual, revelando o espaço coletivo. Concorde-se, então, com o pensamento de Lefebvre (1999), quando este diferencia o termo *habitat*, como necessidade biológica, assim como comer e dormir; de *habitar*, fazendo referência ao espaço vivido, cujas relações estabelecidas entre a casa, o morador e o seu entorno social são constituídas pelas relações sociais e de poder. Assim, o

homem habita plenamente quando vive sua casa, sua rua, seu bairro e os demais locais da cidade.

A casa, no entanto, é um bem de acesso limitado, pois, como mercadoria, fica restrita ao uso de parte da população que por ela pode pagar. Todos, porém, necessitam de uma moradia e, para isso, quem não detém meios para pagar por uma casa recorre a espaços da cidade onde a terra é mais barata, ou na autoconstrução em vazios urbanos, produzindo favelas. Grande parte destes espaços procurados pela população mais pobre está localizada na periferia, que em razão da distância do centro e da pouca oferta de bens de consumo coletivo, possui baixo valor de troca e grande procurada população de baixa renda, o que resultou no processo de periferação.

Em grande parte das cidades, a periferação foi resquício do período de desenvolvimento da indústria. Este processo, entretanto, resultou numa negação ao uso de determinadas porções da cidade, por parte dos seus moradores. A população habitante da periferia, em geral, de baixo poder aquisitivo, restringiu-se a habitar uma parcela da cidade desprovida de serviços públicos. Este fenômeno, já bastante antigo, era constatado por Engels (1988) nas grandes cidades da Europa, que também já apresentavam uma crise habitacional durante o período áureo da industrialização. Na época, a imprensa ocultava a natureza do problema habitacional, que era a exploração da classe operária. Além disso, constatou-se a falta de interesse da “indústria da habitação” em construir casas para a população de baixa renda.

O resultado é que os trabalhadores vão sendo empurrados do centro das grandes cidades para a periferia, que as residências

operárias e as pequenas residências em geral vão se tornando raras e caras e muitas vezes é mesmo impossível encontrá-las, pois nestas condições a indústria da construção, à qual as residências de aluguel elevado oferecem um campo de especulação muito melhor, só excepcionalmente construirá residências operárias. (ENGELS, 1988, p. 18).

Os espaços periféricos são caracterizados por suas terras mais baratas e por abrigar população de renda mais baixa, o que concorda com o pensamento de Villaça, quando este acentua que “até hoje a periferia é o lugar dos pobres, pois a parcela dos que moram em áreas centrais, em cortiços ou favelas centrais, ainda é pequena” (2001, p. 227). Deste modo, a periferia torna-se o refúgio de parte da população que precisa habitar, pagando pouco ou nada, como em ocupações de vazios ou em favelas.

Ressalta-se, contudo, que, mais recentemente, parte da população de alta renda também passou a ser atraída para certo tipo de periferia, não a buscada pelos pobres, caracterizada pelas habitações precárias e pouca oferta de bens de consumo coletivo, mas uma periferia onde o valor da terra é alto e oferece serviços e infraestrutura compatíveis com o nível de renda das pessoas que a procuram em busca de um lugar mais tranquilo para morar e que melhor atenda as suas necessidades. Como consequência desta procura, procedeu-se a uma valorização do solo destas áreas.

Desta forma, entende-se periferia como “as áreas de expansão da cidade, incorporadas pelas formas mais recentes de redefinição das cidades e não, necessariamente, articuladas de forma contínua ao tecido urbano constituído” (SPÓSITO,

1998, p. 29), ou seja, a periferia não se restringe só a favelas e à população de baixa renda, mas abrange diversas funções que foram sendo incorporadas à cidade, dentre elas, a função residencial voltada para as classes Abastadas.

Em Fortaleza, a ocupação da periferia deu-se inicialmente como uma forma de expansão do tecido urbano, em especial, no setor Oeste, porção da cidade caracterizada pela presença de bairros populares. Conforme Souza (2006), as vias de acesso (eixos viários e ferroviários) da cidade orientaram e dimensionaram o seu crescimento, também para a porção Oeste, que se expandia por meio da habitação, assim “surgiam novos bairros através da aglutinação cada vez maior dos espaços periféricos”. (SOUZA, 2006, p. 151).

A autora ainda afirma que Fortaleza, no século XIX e início do século XX, crescia para os setores Oeste e Sul, e de forma mais acentuada no setor Norte. As classes mais ricas procuravam o Centro. Posteriormente, já em meados do século XX, com a vinda das indústrias para a porção Oeste e o aparecimento das favelas, as populações de renda elevada se afastaram do Centro em direção ao setor Leste, principalmente ao bairro Aldeota. Atualmente, a porção Sudeste recebe significativa procura por parte das classes média e alta da cidade, constituindo, assim, bairros nobres neste setor da cidade.

Souza (2006) assevera que a construção do *Shopping center* Iguatemi, em 1982, atraiu as classes média e alta, tornando o bairro Água Fria (localizado nesta área da Capital) uma grande área de expansão urbana e de valorização fundiária. A construção de empreendimentos de grande porte passou a se localizar na periferia, segundo Silva (1992), em decorrência do elevado custo das terras mais centrais e da falta de lotes que abrigassem os grandes estabelecimentos.

Na segunda metade do século XX, muitas políticas sociais foram direcionadas para a periferia (em razão da grande quantidade de população pobre nela residente e da presença de vazios urbanos), principalmente, políticas habitacionais com o intuito de construção de grandes conjuntos habitacionais, que surgiram com origem na década de 1970 e promoveram nova reestruturação na cidade de Fortaleza.

3. Influência das políticas sociais na organização espacial de Fortaleza

Entende-se como políticas sociais as ações do Estado com finalidade de proteção social, “redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HOFLLING, 2001, p. 31). Dessa forma, as políticas habitacionais desenvolvidas tinham (e têm) como objetivo o atendimento às classes menos favorecidas, embora isso não tenha ocorrido de acordo com os objetivos ao longo do tempo.

As primeiras políticas brasileiras de cunho habitacional atuaram timidamente nas décadas de 1940 a 1960, obtendo grande salto com a criação do Banco Nacional de Habitação - BNH, em 1964, juntamente com o Sistema Financeiro de Habitação - SFH e as Companhias de Habitação - COHAB's. O BNH tinha como função principal “emprestar dinheiro a agentes que executavam os programas habitacionais, ou que os transferiam para empresas de construção” (SANTOS, 1981, p. 19) e suas primeiras medidas voltaram-se para a remoção de favelas e construção de conjuntos habitacionais, localizados geralmente na periferia das cidades. As primeiras tentativas

das políticas voltadas para a população de baixa renda, contudo, não obteve grandes êxitos, pois não atendia realmente às classes mais baixas que não tinham condições financeiras para pagar por uma moradia, atendendo, sim, àquelas que, apesar da baixa renda de até três salários mínimos, conseguiam pagar pela casa.

A crise econômica ocorrida no período ditatorial, aliada ao caráter lucrativo dos programas habitacionais, à especulação dos terrenos localizados na malha urbana; ao custo elevado dos materiais de construção e a implantação de infraestrutura provocou uma crise no sistema habitacional. Esta crise foi seguida de dois períodos: no primeiro, os contratos de financiamento beneficiavam os contratados, pois como se baseavam nos salários, que eram regidos pela inflação, acabavam por um preço bastante baixo; e no segundo momento, os contratos eram baseados nas taxas de juros, que subiam de acordo com a inflação, deixando-os mais caros e tornando a lógica habitacional financeira insustentável, com a inadimplência dos beneficiários. Isso fez com que as políticas habitacionais se voltassem para a população de baixa renda que pudesse pagar por suas casas, como também à classe média, não atendendo às camadas mais pobres da sociedade e às mais necessitadas.

O papel do BNH no cenário político gerou diversas críticas quanto a sua atuação, em virtude, principalmente, do viés capitalista e financialista de suas políticas. Contraditoriamente, foi no período de existência do BNH que se constatou acelerado crescimento do número de favelas no país (CHAVEIRO; ANJOS, 2007). Ressalta-se, ainda, que, juntamente com a criação do Banco, surgiram os sistemas financeiros formados pelos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e das cadernetas de poupança.

Francisco de Oliveira (1982), no prefácio do livro *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, situa o BNH como poderoso mecanismo de acumulação de capital, visto ser um instrumento de tributação sobre a classe trabalhadora, encontrando uma conexão entre os processos de exploração e acumulação, demonstrando, assim, a sua articulação com o modo de produção capitalista.

Com o fim do BNH, a Caixa Econômica Federal -CEF passou a ser a sucessora dos seus direitos e obrigações, gestora do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, do Fundo de Apoio à Produção de Habitação para População de Baixa Renda - FAHBRE, do Fundo de Assistência Habitacional - FUNDHAB, coordenadora e executora do Plano Nacional de Habitação Popular - PLANHAP e do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA e operadora de crédito à habitação. Ressalta-se que a função da CEF “é de captação e não de fomento, consolidando o modelo centralizador baseado em recursos onerosos”. (BLANCO JUNIOR, 2006, p. 35).

Em Fortaleza, na década de 1970, foram construídos os primeiros grandes conjuntos habitacionais, como os conjuntos Cidade 2000, José Walter, Conjunto Ceará, Beira Rio, Nova Assunção, dentre outros. Estes conjuntos foram destinados à população de baixa renda, que na época era considerada pelo governo como aqueles com renda até 3 salários mínimos, e muitos foram produzidos pela COHAB. Os vazios urbanos entre o Centro e estes conjuntos foram valorizados com a implantação de infraestrutura e serviços, contribuindo para a redefinição da malha urbana de Fortaleza.

Dos anos 1980 em diante, o desenvolvimento de programas de habitação popular, também direcionado à periferia, ampliou a extensão da área urbana de Fortaleza (SOUZA,

2006). Os conjuntos habitacionais, dessa forma, passaram a se localizar principalmente nos Municípios de Caucaia e Maracanaú, pertencentes à Região Metropolitana de Fortaleza. Os conjuntos habitacionais e os loteamentos periféricos passaram a ser construídos em outros municípios, principalmente os acessíveis pelo transporte ferroviário, pois

a implantação de novos estabelecimentos industriais em municípios da região metropolitana e vizinhos transforma Fortaleza numa metrópole, estreitando os laços e aumentando a interdependência entre os municípios. (COSTA, 2005, p. 91).

Nessa década, também, que foi desenvolvido o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, criado e implementado, em 1987, no Ceará (BRAGA, 1995). Este se destinava às famílias com renda de até dois salários mínimos e intermediou a construção de 2.627 casas em Fortaleza (CETREDE, 2003). Como a utilização do trabalho de construtoras tornava a habitação social uma política bastante onerosa, instituiu-se, pois, a construção por mutirão, na qual se utiliza a força de trabalho do futuro morador, logo, havendo diminuição de custos para o Estado.

Conforme Abiko e Coelho (2006, p. 8), o mutirão foi definido e adotado como “uma alternativa habitacional baseada no esforço coletivo e organizado da comunidade – os chamados mutirantes – para a construção de suas próprias moradias”, barateando a habitação popular. Ainda segundo os autores, o mutirão foi igualmente utilizado por diversos países, principalmente em momentos de crises e de dificuldades econômicas.

As políticas mais atuais, desenvolvidas desde os anos de 1990, continuam destinadas à população de renda média e baixa, ou por meio de financiamentos da Caixa Econômica, geralmente, ou por meio da construção de casas populares a fundo perdido, constituindo conjuntos habitacionais⁴. Muitos destes programas, destinados às populações mais pobres, passaram a contar com financiamento de órgãos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que obtiveram grande participação no cenário habitacional no fim do século XX. Na prefeitura de Fortaleza, atualmente, boa parte dos projetos realizados voltam-se para a construção de conjuntos habitacionais, com a finalidade de abrigar habitantes deslocados de áreas de risco (áreas cuja construção de habitações seria impossibilitada pela proximidade de recursos hídricos, encostas de morros e dunas, que oferecem risco de morte à população residente) ou urbanização de áreas ocupadas.

O conjunto Vila Velha é fruto destas políticas de habitação mais recentes voltadas para a população de baixo rendimento que construíram suas casas em regime de mutirão, no início da década de 1990.

4 Há pelo menos dois tipos mais frequentes de conjuntos habitacionais, segundo o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE (IEPRO): aquele que atende as classes de renda média baixa e os com interesse social. No primeiro grupo encontram-se “uma ou mais edificações, isoladas ou agrupadas, vertical ou horizontalmente, ocupando um ou mais lotes, dispondo obrigatoriamente de espaços e instalação de utilização comum” (IEPRO, 2007, p. 5). No segundo, trata-se de “um projeto destinado à urbanização de áreas, incluindo a infra-estrutura enquadrada em programas de entidades governamentais federais, estaduais e municipais para o atendimento da população baixa renda (Art. 192 da Lei 7987/96)” (IEPRO, 2007, p. 5).

4. Conjunto Vila Velha: cenário contraditório da política habitacional

Localizado no bairro de mesmo nome, o conjunto habitacional Vila Velha está situado no extremo Oeste de Fortaleza, porção da cidade fortemente identificada por bairros de moradia popular e de chefes de família de baixa renda. O bairro reúne seis conjuntos habitacionais, onde cinco abrigam atualmente residentes de renda média⁵ (Conjunto Polar, Conjunto Nova Assunção, Conjunto dos Bancários, Conjunto Beira Rio e Conjunto Planalto Barra) e um, residentes de baixa renda, o Conjunto Vila Velha, sob exame.

A construção do conjunto habitacional Vila Velha iniciou-se em 1992, contando com parcerias do Governo Federal (Caixa Econômica Federal), do Governo do Estado (extinta Companhia de Habitação do Ceará – COHAB-CE) e da Prefeitura de Fortaleza. Este conjunto foi construído por etapas (total de quatro) para atender a 1.347 famílias (CEARÁ, 2005). As outras etapas tiveram sua construção iniciada, respectivamente, nos anos de 1993, 1996 e 2000. Essa construção parcelada permitiu, antes da conclusão da última etapa do conjunto, o surgimento de favelas no seu entorno, constituindo uma grande área de ocupação, com 1.026 famílias, em 2006.

Ressalta-se que parte da área do conjunto e da ocupação localiza-se sobre a planície flúvio-marinha do rio Ceará, sendo passível de inundação durante os períodos chuvosos e os mo-

5 Os conjuntos Beira Rio e Polar foram os primeiros a serem construídos e, assim como os demais conjuntos edificados por intermédio da política habitacional adotada em 1970, foram destinados à população de baixa renda (até três salários mínimos), no entanto, a venda de alguns imóveis para famílias de maior poder aquisitivo e aumento da renda de antigos moradores (por motivos diversos, como instalação de atividades comerciais no conjunto habitacional, por exemplo) fez com que atualmente grande parte das famílias residentes sejam classificadas como de classe média, havendo mudança na paisagem dos conjuntos, principalmente na estrutura das casas.

vimentos de maré. Estes setores são demarcados como Área de Proteção Ambiental, cujos usos atuais conflitam com os objetivos sustentáveis recomendados nas normas de proteção do território de aproximadamente 2,8 mil hectares, localizado entre os limites dos Municípios de Fortaleza e Caucaia (CEARÁ, 2005).

O conjunto habitacional Vila Velha, como os vários conjuntos localizados na periferia de Fortaleza, foi construído por mutirão, cujo objetivo era “construir casas em vazios urbanos e em áreas não loteadas, de acordo com as demarcações e definições estabelecidas pela Companhia de Habitação Popular do Ceará. A COHAB prestava assistência técnica aos mutirantes, atuando na construção de vários conjuntos habitacionais por meio do programa de mutirão, sendo extinta em 1999, embora também atuando com políticas voltadas para a população de renda média.

A primeira população beneficiada e transferida para a primeira etapa do conjunto Vila Velha residia no bairro Jardim Iracema. Posteriormente, vieram os residentes do Pirambu, Padre Andrade e Tirol, e na medida em que houve a construção das outras etapas, outros moradores foram contemplados. Os moradores foram atendidos pelo Programa Nacional de Mutirão Habitacional e conseguiram se inscrever por meio de informações de amigos, pela intervenção das associações de bairro e dos líderes comunitários. Os primeiros residentes esperaram anos para a aprovação do projeto e início da construção das casas e, conforme os mais antigos, dentre as etapas ocorridas até o recebimento do imóvel, a mais árdua aconteceu durante o período de construção.

Durante a edificação das habitações, cada família era responsável pela sua unidade, porém muitos moradores se ajudavam. Não havia água no local, nem transporte, por isso

a maioria chegava a pé, após trajetos de até uma hora. A construção das casas iniciava às sete horas e encerrava às dezessete horas. Após a finalização de algumas casas, procedeu-se um sorteio para a distribuição. Todas as casas seguiam o mesmo modelo estabelecido pela COHAB. Logo depois, muitas residências passaram por reformas devido ao aumento no número de famílias por casa (coabitação) e por melhoria da renda familiar. A maioria das etapas contou com a participação efetiva da mão-de-obra local, sendo o material fornecido pela COHAB ou Prefeitura. As associações de moradores participaram, sobretudo, nas tarefas de administração e de fiscalização das construções (CEARÁ, 2005).

As condições iniciais de moradia na área eram bastante precárias (pesquisa direta com moradores, 2008). Não havia água encanada, luz elétrica e transporte para o local. A água era conseguida por meio de poços e a energia elétrica obtida irregularmente, como uma extensão de outras casas, por meio de “gatos”, embora, em pouco tempo esta situação tenha mudado. A telefonia e o transporte coletivo demoraram mais tempo para estar disponível no lugar. O transporte, em 1998, foi acompanhado de calçamento das ruas. Os acessos à saúde e à educação, também, já foram bastante precários, e os serviços localizavam-se bem distantes do conjunto habitacional.

Os primeiros moradores relatam que a área destinada ao conjunto era tomada por mata fechada e animais silvestres. Havia também uma lagoa, que foi aterrada para a construção de uma das etapas do conjunto e o lixo era depositado em terreno, onde hoje se localiza o Liceu de Vila Velha. O mangue era local de lazer das crianças, que se divertiam nas águas do rio. A pesca, também, servia de subsistência de muitas famílias, sem rendimentos ou com chefes de família desempregados.

A paisagem atual do conjunto já é bem diferente da inicial. A população, por intermédio das associações de bairro, conseguiu vários serviços e infraestrutura para a área do conjunto, contando hoje com escolas, postos de saúde, posto policial e oferta de transporte coletivo. As residências, em geral, também não mais obedecem à planta inicial e em muitas foram construídos pontos comerciais.

O conjunto habitacional, no entanto, ainda apresenta problemas, principalmente referindo-se à ocupação do seu entorno. Visto com preconceito pelos moradores do conjunto habitacional, os ocupantes convivem com a sujeira, a falta de saneamento e água encanada, condições precárias de moradia e risco de morte, por estarem numa área passível de inundação. Muitos, porém, esperam ser atendidos pelo Estado, da mesma forma que os moradores do Conjunto Vila Velha.

A vinda dos conjuntos habitacionais para o bairro Vila Velha trouxe nova dinâmica para o próprio bairro e para a porção Oeste de Fortaleza, promovendo a produção espacial da área e sua valorização, além de criar pontos de concentração de serviços, a exemplo do que se estabeleceu na avenida Mozart Lucena.

Percebe-se, pois, que os conjuntos habitacionais com seus respectivos moradores promoveram uma nova organização socioespacial, com a vinda de equipamentos e serviços, resultando em novas relações socioespacial, que, aos poucos, ou até mesmo de forma brusca, alteraram o cotidiano da população. Além disso, mantêm relações com outros bairros próximos, que atuam como subcentros,⁶ atendendo à população dos bairros vizinhos, como o subcentro do bairro Antônio

6 Subcentros para Villaça (2001) ou centros secundários para Singer (1982) são centros de serviços que vão se formando em bairros. Estes subcentros estabelecem relações tanto com a população do próprio bairro, quanto com a dos bairros vizinhos.

Bezerra, destacando a Avenida Bezerra de Menezes, que abastece comercialmente e emprega parcela da população residente na porção Oeste da Cidade.

Outro fator de reestruturação, promovida com a construção dos conjuntos habitacionais, foi a valorização das terras dos conjuntos depois da vinda de serviços e infraestrutura, e principalmente dos terrenos localizados próximos aos subcentros, tornando-os novos focos de valorização.

5. Considerações finais

As políticas habitacionais desenvolvidas desde a década de 1960 no Brasil influenciaram bastante na organização socioespacial das cidades. Grande parte delas teve como ação principal a construção de conjuntos habitacionais que, em sua maioria, se localizam nas periferias, contribuindo para a expansão do tecido urbano, o desenvolvimento de novas relações socioespaciais, criação de subcentros e valorização de algumas áreas, influenciando no cotidiano da cidade.

No tocante à habitação, no entanto, as políticas públicas demonstram-se ineficazes quanto ao atendimento da população pobre em sua totalidade, que não tem acesso à moradia, já que não atuam sobre as causas específicas do problema, relacionadas à natureza do desenvolvimento capitalista, que tende a espalhar suas contradições e desigualdades sobre o espaço urbano. Dessa forma, apesar de ser um dos fatores da dinâmica socioespacial urbana, o objetivo principal das políticas habitacionais não foi alcançado, ou seja, a cidade se expandiu territorialmente, a periferia ganhou novos usos, novas relações foram estabelecidas, mas o problema habitacional em

Fortaleza, como em outras metrópoles, persiste, como se percebeu no conjunto habitacional Vila Velha.

Este é um exemplo de política habitacional destinada à construção de conjuntos na periferia. A contradição expressa nesse espaço apareceu sob forma específica. De um lado os moradores atendidos pelo Poder Público (moradores do conjunto habitacional) e, de outro, os moradores à espera de atendimento (moradores da favela localizada no que se identifica como a periferia do conjunto).

BIBLIOGRAFIA

ABIKO, Alex Kenya; COELHO, Leandro de Oliveira. **Mutirão Habitacional**: Procedimentos de Gestão. Porto Alegre: ANTAC, 2006. (Recomendações Técnicas HABITARE, v. 2). Disponível em: <http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/capitulos_rt_2.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2008.

BARBOSA, Roberta Lopes. **Programa Mutirão Habitacional**: benefícios e contradições em Vila Velha (Fortaleza). 1999. 65f. Monografia (Curso de Ciências Sociais) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 1999.

BLANCO JUNIOR, Cid. **As transformações nas políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990**: o caso do Programa Integrado de Inclusão Social da Prefeitura de Santo André. 2006. 219f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

BRAGA, Elza Braga Franco. **Os labirintos da habitação popular (conjunturas, programas e atores)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CETREDE. **Diagnóstico da situação habitacional do município de Fortaleza**. v. 1. Relatório Final. jun. 2003.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; ANJOS, Antonio Fernandes dos. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, Goiás, v. 7, n. 2, p. 181-197, jan./jun. 2007.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, J. B. da. et al. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 51- 100.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

HOFLING, Heloisa de Matos. Estado e políticas (Públicas) sociais. In: **Cadernos Cedes**. v. 21, n. 55, p. 30-40, nov. 2001.

INSTITUTO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DA UECE – IEPRO. **Redefinição de Metodologia para Aprovação de Loteamentos Populares e Obras em Áreas de Assentamentos Subnormais, com elaboração de manual de procedimentos**. Fortaleza, mai. 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de Oliveira. Prefácio. In: MARICATO, E. **A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. Edição Ilustrada. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa - Omega, 1982.

ROSSI, Ângela Maria Gabriella. Habitação e a cidade sustentável. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 58., 2006, Florianópolis, SC. **Anais [...]**. Florianópolis, SC, jul. 2006. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/atividades/TEXTOS/texto_475.html>. Acesso em: 08 jul. 2008.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALADARES, Lícia do Prado (Org). **Habitação em questão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.17-47.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. **A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. Edição Ilustrada. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa - Omega, 1982.

SOUZA, Maria Salete de. Segregação Socioespacial em Fortaleza. In: SILVA, José Bozarchiello da. et al. **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Rev. Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 27-37, jan.-jun., 1998.

SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE –SEMACE. **Plano de Manejo do Estuário do Rio Ceará**. Fortaleza: SEMACE/FCPC, 2005.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM MOÇAMBIQUE

*André Camanguira Nguiraze¹
Luiz Cruz Lima²*

1. Antecedentes históricos

Quando se examina o histórico das políticas de desenvolvimento em Moçambique, percebe-se que elas foram pensadas de maneira autoritária, em planos e projetos que, se por um lado proporcionam o desenvolvimento de determinadas regiões, pois tiveram diversas formas de insucessos, seja pela não-aceitação e participação da população, ou por sua inadequação ao contexto local, seja por suas consequências nocivas ao meio da cultura africana.

O desenvolvimento global é definido, às vezes, sob a ótica exclusivamente da produção macroeconômica. Outros o tomam sob a perspectiva social ou política. Alguns a interpretam mediante a transformação de seus aspectos institucionais em processos de desenvolvimento tecnológico ou na transformação de recursos naturais em bens de consumo. Qualquer que seja a discussão, os aspectos essenciais centram-se na perspectiva de que métodos devem ser usados para incluir os seres humanos e o seu ambiente natural neste processo.

1 Geógrafo e Mestre em Geografia (UECE).

2 Doutor em Geografia e docente da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

O crescente enredamento dos processos locais de tomada de decisão torna cada vez mais relevantes temas como o distrito como pólo de desenvolvimento, a geração de emprego, a produção de alimento e a degradação ambiental revelando-se a incapacidade das instituições políticas e administrativas locais em lidar com esses novos desafios para as políticas públicas locais.

Depreende-se dessas análises que o processo de gestão social moçambicano ainda tem um grande desafio, por ser um dos países mais pobres do mundo, um território de 801.590 km², no Sudoeste africano, onde vivem 21.396.916 pessoas, 70% nas zonas rurais. A última guerra civil durou 16 anos, associada à seca e às cheias cíclicas, causando deslocamento de cerca de 6 milhões de pessoas de suas terras de origem, afetando as atividades agrícolas. Segundo o Instituto Nacional de Estatística-INE, em seu Censo de 2007, cerca de 2/3 da população vive na pobreza absoluta (menos de US \$1,00 /dia). A província de Sofala, por exemplo, onde o presente estudo foi efetuado, apresenta uma das mais altas taxas de pobreza (88%) e com o Índice de Desenvolvimento Humano igual a 0,464. Recentemente, o País tomou uma série de medidas para a redução da pobreza, adotando políticas de crescimento econômico. (BANCO MUNDIAL, 2005).

Durante a década de 1960, quando as antigas colônias africanas alcançaram, paulatinamente, suas independências políticas, Moçambique e as demais colônias portuguesas tiveram uma exceção, uma vez que Portugal de Salazar recusou ceder às pressões internacionais e insistiu na transformação das colônias em províncias ultramarinas com pequena autonomia política e econômica. A resistência a este estado de coisas não

tardou a se manifestar. De 1964 em diante, um conjunto de partidos nacionalistas, entre os quais a Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO, primeiro sob a liderança de Eduardo Mondlane³, assassinado, e depois com Samora Machel⁴, lutou contra o colonialismo, tornando essa guerra prolongada e sangrenta, coincidindo com o período da Guerra Fria, a luta entre portugueses e a FRELIMO, no período em que os países liderados pelos EUA apoiaram o governo português e o bloco soviético ficou ao lado da luta pela libertação de Moçambique. E com a *Revolução dos Cravos*, em abril de 1974, provocada em grande parte pela tragédia das guerras de independência das colônias africanas, Portugal mudou radicalmente de política e negociou a independência de Moçambique.

Moçambique, apoiado pelos soviéticos, adotou mudanças políticas e econômicas bastante radicais, constituindo-se uma singularidade em relação ao colonialismo e à *apartheid* de seu vizinho, a África do Sul, declarando-se *marxista-leninista* e anunciando uma série de medidas para garantir a soberania nacional e a saída do subdesenvolvimento em apenas dez anos. O objetivo dessas medidas era de devolver a dignidade aos moçambicanos, particularmente, aos mais desfavorecidos, não para utopicamente suprimir as diferenças sociais, mas para permitir uma distribuição justa da riqueza, sem a tolerância da diferença abismal entre ricos e pobres. Foi nessa perspectiva que ocorreram as nacionalizações, para que a habitação, saúde e ensino não fossem privilégio apenas de um punhado de indivíduos. É com esse fim que, logo depois da independência, Moçambique aderiu às diversas organizações

3 Construtor da unidade nacional durante a luta armada de libertação em Moçambique, no período de 1964-1969.

4 Primeiro presidente depois da independência de Moçambique.

internacionais defensoras dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que adotava o sistema de economia centralizada, aliando-se ao bloco dos países do Leste Europeu, com a União Soviética no comando.

Assim, em 1975, Moçambique viu-se politicamente livre, contudo, dependente de apoio financeiro e de mão-de-obra especializada estrangeira, sobretudo oriunda dos países do bloco soviético, então socialistas. Quase todos os portugueses fugiram de Moçambique, levando os bens de capital que tinham. O país sofreu perdas e reduziu o quadro de trabalhadores experientes e qualificados, elevando a taxa de analfabetismo a 90% da população. O sistema de distribuição comercial desmoronou, a produção agrícola também foi reduzida devido aos países ocidentais terem deixado de canalizar os recursos ao país.

A FRELIMO, que conquistou o poder político, mostrou-se incapaz de pensar a construção do País, sem negar a heterogeneidade concreta e histórica dos grupos sociais, que pretendiam trabalhar juntos, por meios dos mesmos princípios morais e políticos, tais como: igualdade, solidariedade, autonomia, democracia e fraternidade. Como disse Oliveira (2002, p. 40) “Esses ideais seduziram todas as pessoas, desde os missionários progressistas aos militantes terceiro-mundistas. Tudo isto justificava a intervenção do Estado e do partido FRELIMO no campo”.

O que o povo esperava da libertação foi o contrário do que aconteceu. Os dirigentes nunca reconheceram a realidade complexa e a diversidade sociocultural moçambicana. Tal falta de perspectiva deu lugar às estratégias políticas que destruíram o *tecido social*, alteraram as estruturas da sociedade e

puseram em questão os valores tradicionais. Fry (2001, p. 13) observou que “o capitalismo foi substituído pela socialização dos meios de produção, as indústrias e comércio foram nacionalizados, e as populações rurais saíram das suas casas rumo às aldeias e antigas fazendas colônias, agora estatais”.

Com a FRELIMO, houve mutações drásticas na base da sociedade tradicional. As mudanças começaram desde a colonização, passando pelo capitalismo, e continuaram com o modelo de socialismo, todos eles constituindo-se fenômenos estranhos à mentalidade africana. Por decorrência das mudanças políticas, o agregado familiar foi aos poucos reduzido, passando por um processo de nuclearização das famílias. O *mudzi* (aldeia), unidade básica de produção e os chefes tribais tradicionais (*fumo*), unidade máxima política, econômica e religiosa, foram transformados em aldeias comunais e cooperativas de produção estatais. O poder tradicional foi obrigado a ceder lugar para o poder formal no período compreendido entre 1975 e 1986. Ademais, diversas formas religiosas foram drasticamente negadas e rejeitadas, como sendo *obscurantismo* ou coisas do passado sem uso no contexto atual.

Se, por um lado, a luta de libertação foi vista pelos moçambicanos como legítima, enquanto os libertava do poder dos colonizadores, por outro lado, as ações do partido FRELIMO, no poder, não foram reconhecidas legítimas, fazendo ruir a base política, econômica e religiosa que dava suporte às atividades locais. Uma vez retirado todo mecanismo de controle social tradicional, apareceram a apatia e a indiferença.

A população que vivia nos *mudzi* (aldeias) e nos *fumos* (tribos) perdeu sua liderança tradicional e o domínio de suas terras. Foram impostos “chefes governamentais”, totalmen-

te desconhecidos e pertencentes a outros grupos étnicos. Além disso, as populações foram arrancadas de suas terras e colocadas em outros lugares. As tribos e clãs tiveram que abandonar suas terras e prerrogativas familiares e individuais para se dedicarem ao trabalho *coletivo* nos campos de cooperativas de produção. Tais terras⁵, tomadas dos clãs, começaram a pertencer ao Estado sem que a população soubesse como e nem por que. A essa situação, a população respondeu com indiferenças às políticas públicas. Mais uma vez, o governo não respeitou os diversos sistemas sociais, sua história local e suas diferenças (OLIVEIRA, 2002, p. 41).

Começou deste modo, o processo de alteração das estruturas social e psicológica das tribos e das pessoas forçadas a abandonar *suas terras*, antepassados, lugares sagrados. Até os nomes das aldeias foram substituídos, seguindo uma política de apagar os vestígios do que fora considerado *velho, obscuro* e ultrapassado, adotando-se nomes *novos*, símbolos da *nova revolução social*, do *homem novo* do *desenvolvimento* e do *progresso*.

Conforme Lundin (1992), a supressão do chefe local e da própria instituição da chefia, sancionada por uma visão cosmológica que era apreendida no processo de socialização

5 Conforme a interpretação de Oliveira (2002, p. 41), é de se destacar aqui o significado da “terra” para os povos moçambicanos para poder compreender o que significa para os clãs ter que abandoná-las e viver noutras. A terra tem uma conotação muito dinâmica e profunda para os povos africanos. A terra não só simboliza a fertilidade e a vida, mas também o local sagrado que pertenceu e onde viveram e morreram seus antepassados. Por isso, cada membro da aldeia tem uma ligação muito forte com a terra, não com qualquer terra, mas a dos seus antepassados. Portanto, sair da terra natal significa romper não apenas com a comunidade dos antepassados, mas também com a possibilidade de continuar a “viver”, pois a fertilidade da terra é garantida apenas pelos antepassados. Sair do lugar de origem de sua aldeia ou tribo significa romper com as raízes culturais, perder sua identidade e romper com a sua comunidade. Como consequências disto, aqueles que, durante o socialismo, foram obrigados a sair de suas terras se sentiram perdidos e arrancados pelas raízes daquele espaço que lhes permitia viver. Por outro lado, os chefes das tribos que eram obrigados a acolher pessoas vindas de outras tribos não aceitavam e nem viam com bons olhos estes “intrusos”. Isto veio a gerar conflitos socioculturais e políticos profundos entre as várias tribos e etnias.

do indivíduo e do grupo, levou a uma estagnação da instituição, do papel dos anciãos dentro do espaço social do grupo. Fry (2001) assinalou que o sistema de governo das populações rurais, através dos líderes escolhidos por seus parentes e antepassados e confirmados pela administração colonial como régulos (autoridades tradicionais), foi substituído pelas estruturas do partido no poder: *secretários e grupos dinamizadores*. Tal política de eliminação brusca do tradicional, da forma de convivência dos povos rurais, veio quebrar as *relações sociais*, substituídas por modelo burocrático de origem de outros países, fundado em realidades diferentes. No processo, ficou clara a eliminação das diferenças culturais, dos valores, de atitudes, e das antigas animosidades entre os indivíduos e os grupos (FRY, 2001, p. 4).

Fora produzido um vazio e uma ruptura histórica, nos quais os anciãos se achavam desprezados e desvalorizados. Além disso, com toda esta mudança sociocultural, a sociedade ficou *doente*, dando lugar à desordem social e ao caos. E, como agravante, a guerra civil dos 16 anos, entre a Resistência Nacional de Moçambique - RENAMO e a FRELIMO, veio piorar a situação, constituindo-se o *bode expiatório* dos erros do modelo do socialismo (OLIVEIRA, 2002, p. 42).

Portanto, os resultados não foram os esperados e o processo de transformação e desenvolvimento econômico e social revelou-se um fracasso, pelo menos aos olhos da maioria da população, que em silêncio somente repudiava as mudanças por não compartilhar as políticas públicas traçadas pelo governo. Com a supressão das *formas de organização social* das sociedades tradicionais, por meio de perseguição e banimentos, houve uma dissociação sociocultural violenta. Foram retirados do espectro socioideológico os elementos de suporte

das bases locais, considerados legítimos e justos pela *população local*.

A população, sentindo-se rejeitada, começou a questionar o novo universo sociocultural assentado na hierarquia, em crenças, valores e modelos externos para garantir um sistema político. A reação, muitas vezes camuflada, emergia no maior apego às formas tradicionais e na resistência às mudanças, levando à estagnação da dinâmica da sociedade.

A falta de controle social do grupo, tarefa específica do chefe tradicional, tornou-se um fato e alguns vêem nisso a causa da falta de respeito e de controle dos jovens, da marginalidade e da violência no país. Gerou-se uma desordem social dentro do grupo com repercussão em toda a organização social tradicional: na família, no espaço, no trabalho (OLIVEIRA, 2002, p. 43).

Os promotores destas ideias governamentais consideravam as populações como uma série de indivíduos, homens, velhos, mulheres e crianças sem qualquer vínculo social, que subsistiam independentemente uns dos outros, como se não estivessem historicamente constituídos e de longa data organizados. Adotava-se a ideologia da página em branco “[...] o modelo de marxismo implementado foi à referência universalista a partir da qual se operou a negação das realidades do país, uma cegueira paradoxal” (GEFFRAY, 1991, p. 16).

As igrejas, com seus missionários foram, em grande parte, banidas do País e os que permaneceram foram forçados a adaptar-se ao sistema, evitando as formas de trabalho pastoral e as reuniões públicas educativas e formativas. A guerra civil contribuiu ainda mais para agravar o fracasso das atividades pastorais nas regiões distantes.

A repressão, aparentemente sem nexos, foi recurso amplamente recorrido desde a independência em 1975, reprimindo rituais, crenças, curandeiros/as, parteiras tradicionais, instituições tradicionais etc. Em sua maioria as sociedades ficaram descontroladas e desguarnecidas de um conjunto de normas e regras que, apesar das limitações, eram fundamentais para a salvaguarda da coesão social, sendo substituídas por outras, igualmente problemáticas, conforme Oliveira (2002, p. 42):

[...] ao negar a cultura tradicional, ao impedir os pais de transmitirem seus ensinamentos, crenças e valores culturais, ao impedir as instituições religiosas e outras de colaborarem no processo de formação do homem moçambicano, impediu o desenvolvimento social e endógeno, ao mesmo tempo contribuiu para que uma inteira geração perdesse o contato com aquilo que de mais rico e autêntico possui um povo: cultura que gera os laços sociais.

O modelo da implementação do socialismo proibiu, drasticamente, que os anciãos e a família transmitissem os saberes aos jovens, sob a ameaça de serem denunciados às autoridades governamentais, inclusive sendo reprimidos e controlados pelos próprios filhos que, facilmente, adotavam a ideologia estrangeira. Por outro lado, o governo no poder também não conseguiu oferecer alternativas viáveis para a sustentabilidade da cultura comunitária. Os valores, como a solidariedade, a justiça, o trabalho e a honestidade deixaram de ser praticados pela maior parte da população, sobretudo pelos mais jovens, seguindo a ideologia colonizadora de obter lucros fáceis, que se denominou de “*candogueiro*”.

Somente muito tempo depois, com a degeneração do tecido social, foi que o governo começou a dar-se conta da importância da participação ativa do cidadão, da descentralização do poder local, do empoderamento das pessoas e da educação informal. Os mecanismos de participação, contudo, são os obstáculos diante de relativo fracasso das experiências das cooperativas, organizadas pelos países socialistas, em geral autoritárias, centralizadas e com decisões verticalizadas.

2. Novo tipo de desenvolvimento

As transformações econômicas e sociais parecem exigir modelos alternativos inovadores de gerenciamentos, com instrumentos, procedimentos e formas de ação capazes de criar condições favoráveis para lidar com os desafios históricos e atuais da sociedade globalizada. É voltando-se a esta postura que postulamos a relevância deste estudo.

Em face das crescentes crises sociais, os modelos predominantes de desenvolvimento voltados para a solução de mercado, ou para as ações estatais centralizadoras, deixaram de ser uma solução para os programas sociais. Daí este trabalho propor uma investigação sobre as possibilidades de fomento a um tipo de desenvolvimento local sustentável⁶, coerente com a realidade nacional e local que sinaliza para a necessidade de fortalecimento de redes sociais e inserções progressivas da população nos processos político-administrativos locais.

6 Desenvolvimento local sustentável – segundo Capra (1996, p. 344) – é o modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, ou seja, capazes de: suprimir suas necessidades imediatas, descobrindo ou despertando suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas e fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais.

É muito comum entre técnicos, políticos e lideranças rurais acreditar no suposto de perfeição metodológica para a locação de grandes montantes financeiros e que estes, efetivamente, promovam mudanças e desenvolvimento. Não há metodologia, porém, muito menos participativa, ou recursos financeiros, que por si só garanta o desenvolvimento, seja este adjetivado como integrado, holístico, participativo, sustentável, globalizado, ou qualquer outro tipo. Todos dependem da mobilização social.

A mobilização social, ou da maioria da população, visa a uma opção de desenvolvimento local sustentável, contribuindo, ela própria, no primeiro passo para o planejamento participativo, a identidade organizacional, e a definição da missão de uma gestão compartilhada que possibilite um desenvolvimento local, buscando o fortalecimento da cidadania. Tal missão concretiza-se de acordo com o empoderamento dos desfavorecidos (no sentido de *empowerment*), ou seja, criar um ambiente de cooperação, compartilhamento das informações, discussão e estabelecimento conjunto dos próprios objetivos, que passem necessariamente a encorajar as pessoas a assumir iniciativas, tomar decisões, a colocar em uso seus conhecimentos e habilidades, deixando que as pessoas pratiquem suas ideias e soluções; neste contexto, reavendo a autoestima e mantendo-as com moral alto e confiança, reconhecendo os sucessos, recompensando resultados e encorajando. A mesma ideia é remetida por Chiavenato (2004), que mostra a importância do papel de *empowerment* das pessoas num território:

É para distribuir níveis adequados de autoridade e responsabilidade por toda a associação ou organização comunitária, torna-se necessário fortalecer todos os

seus membros. [...] seu objetivo é simples: transmitir responsabilidade e recursos para todas as pessoas, a fim de obter a sua energia criativa e intelectual, de modo que possa mostrar a verdadeira liderança dentro de próprias esferas individuais de competência e também ao mesmo tempo, ajudar a enfrentar os desafios. [...] *empowerment* busca a energia, esforço e dedicação de todos, dando poder e autonomia aos membros de grupo, aumentando nas pessoas autoestimas e impulsiona a qualidade dentro de uma organização. [...], o segredo é usar todas as habilidades, todo tempo, dar autoridade e recursos as pessoas e deixar agir (P. 183).

O *empowerment* de largos segmentos da população moçambicana, contudo, é visto por muitos como mecanismo contrário aos objetivos políticos de manutenção no poder. Afinal, a implementação de projetos é feita de maneira a banir liminarmente qualquer possibilidade de participação de segmentos populares que pudesse traduzir em domínio ou em possibilidade de afirmação e expressão política. Para Nhandumbo (2000, p. 32), “o que se deveria fazer com os abundantes recursos de que se dispõe, não é feito devido a esse propósito determinado”, ou seja, quando todos têm poder e participam os interesses se tornam comuns e não de minoria.

A questão que iremos cada vez mais nos defrontar não é se o desenvolvimento é possível, mas que tipo de desenvolvimento se pretende atingir. E, para responder a esta pergunta, o social deverá ser parte desse objetivo de desenvolvimento, tanto quanto o econômico, o político e o ambiental.

Para a maioria dos intelectuais, o conceito de desenvolvimento é relacionado, quase exclusivamente, ao fenômeno da dinamização do crescimento econômico. Mesmo, porém, reconhecendo que o crescimento econômico é necessário, ele é insuficiente para gerar o desenvolvimento. Uma concepção adequada de desenvolvimento transcende a acumulação de riqueza e o crescimento do Produto Interno Bruto-PIB e de outras variáveis relacionadas à renda. Completando tal linha de raciocínio, diz Amartya Sen (2000, p. 23) “o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo [...], o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhoria da vida que levamos e da liberdade que desfrutamos”.

O desenvolvimento possui várias dimensões: econômica, social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica. O desenvolvimento é um fenômeno complexo, de mudança social global que envolve diferentes dimensões da vida em sociedade. Durante muito tempo, porém, deixa-se que as consciências sejam colonizadas pelas ideias de que uma dessas dimensões tem o poder de puxar ou determinar todas as outras. Assumem-se a ideologia da dominação econômica como determinante do comportamento dos outros fatores humanos, sociais e ambientais.

Observa-se, no caso moçambicano, uma visão de desenvolvimento fundamentada em experiências concretas de desenhar e aplicar programas inovadores e de fortalecimento da sociedade civil e de promoção do desenvolvimento conduzidas por múltiplos atores e agentes, ressaltando importantes elementos:

- a) deixar de privilegiar a oferta de recursos para investir nas capacidades das pessoas e em ambientes sociais favoráveis;
- b) não esperar que tudo venha do Estado, mas construir parcerias entre indivíduos e organizar a sociedade civil, empresas, governos para participação em todos os níveis; na definição e execução de programas inovadores de investimento em capital humano e em capital social;
- c) atender às necessidades das populações, apostando nas competências e habilidades da comunidade;
- d) relativizar a importância dos diagnósticos burocráticos de carências e deixar de justificar-se pela falta de recursos orçamentários, partindo do mapeamento das potencialidades existentes em estado latente, considerando os obstáculos reais para serem superados, alavancando novos recursos e promovendo inovação tecnológica social; e
- e) mudar o hábito de esperar que alguém, de cima ou de fora, venha resolver os problemas das localidades, exercendo o protagonismo comunitário, tomando iniciativas, agregando competências e assumindo responsabilidades na promoção do desenvolvimento local sustentável.

Tal tipo de postura está fundamentada em várias outras, tais como nas ideias interpretadas por Franco (2004, p. 46), de que as inovações técnicas não são, particularmente, estratégias, mas as experiências comunitárias, sim:

[...] a comunidade em si é uma riqueza. A configuração peculiar, única, que representa um coletivo humano estável que convive em um mesmo território, também representa um potencial tremendo. As tradições, as festas, o artesanato de raiz, o modo particular como os problemas são enfrentados, os padrões de convivência e as formas de sociabilidades - todas essas são ativos, em geral desprezados pelos técnicos do desenvolvimento e por pessoas da própria localidade.

Não há comunidade tão pobre que não possua recursos culturais. Isto é, não é falta de determinados recursos que caracteriza a pobreza de uma comunidade, mas sua incapacidade de descobrir e de dinamizar seus próprios recursos locais.

Em geral, não se percebe o potencial local porque se pensa em dinheiro como único possível. Se fosse, porém, injetado dinheiro em localidade sem recursos humanos, com pouca convivência social e limitados recursos ambientais, provavelmente, esse dinheiro, por muito que fosse, nunca poderia promover o desenvolvimento almejado.

O desenvolvimento sustentável local requer a confiança entre as pessoas, aquilo que se convencionou titular de “capital social”. Não é possível existir o desenvolvimento sem organização social, participação e *empowerment* das pessoas. Isso, no entanto, não vai acontecer se não houver confiança e cooperação, se não se estabelecer redes de solidariedade e ajuda mútua. Portanto, o desenvolvimento depende da adesão das pessoas, da decisão de se colocarem como sujeitos sociais. Requer o crescimento dos conhecimentos, habilidades e competências das pessoas, tudo aquilo que se convencionou chamar

de “capital humano”. Não é possível existir o desenvolvimento sem que as pessoas desenvolvam suas potencialidades.

A leitura crítica de experiências bem sucedidas de desenvolvimento levou John Kretzman (1987), citado por Oliveira (2002) no livro *Construindo comunidades de dentro para fora*, a observar que há duas maneiras radicalmente diferentes de olhar uma comunidade:

- uma visão com a origem no que falta, no que precisa ser feito, ou seja, enfatizando as deficiências e problemas que afetam a localidade; e
- partindo do potencial existente, do que as próprias pessoas são capazes de fazer, ou seja, valorizando os *ativos* da própria comunidade.

A *primeira perspectiva* – o olhar centrado nos problemas – é a mais habitual. De fato, o modo pelo qual o senso comum e a mídia descrevem uma comunidade popular moçambicana é, quase sempre, pela listagem de seus problemas: pobreza, desemprego, analfabetismo, gravidez precoce, famílias desagregadas, moradias precárias, etc.

Já a *segunda* visão centrada nas capacidades das pessoas e nas competências da própria comunidade – é uma exceção. A experiência demonstra que é muito mais viável produzir solidariedade social e melhoria na qualidade de vida e convivência social com suporte no investimento nas capacidades das pessoas e das comunidades, do que pretender satisfazer uma lista interminável de necessidades e carências.

As pessoas, em geral, têm capacidades, habilidades, competências e dons. Uma vida feliz depende em boa medida da oportunidade e da liberdade, de cada um, em usar plenamente as capacidades, desenvolver habilidades e compartilhar dons. Quando isso acontece, a pessoa se acha valorizada, confiante em si e capaz de um bom relacionamento com os outros, pois está motivada para participar. Portanto, nos parece acertado asseverar, em concordância com John Kretzman (1987), citado por Oliveira (2002) que, assim como ocorre motivação individual pela valorização, também há entusiasmo no plano coletivo ou comunitário, pois:

[...] comunidades vibrantes e empreendedoras são aquelas nas quais as capacidades dos seus integrantes são identificadas, valorizadas e utilizadas. Comunidades débeis, sem poder e iniciativas, são ambientes em que os talentos e aptidões de seus membros não são aproveitados. (P. 2)

A consequência dessa perspectiva direcionada para as carências é transformar a comunidade em clientes ou beneficiários passivos de ações pensadas e executadas por outros. Quando o ponto de partida é o que falta, a expectativa é que a solução seja a decorrência de programas e recursos que alguém ou alguma instituição vai destinar, de fora para dentro e de cima para baixo, visando a resolver o problema.

Essa abordagem não tem condição de produzir desenvolvimento esperado pelos moçambicanos, ou melhor, que resulte em duradoura qualidade de vida coletiva. Quando muito pode beneficiar a alguns, durante algum tempo, mas nunca a todos, nem por todo o tempo.

3. O envolvimento cívico

No final da década de 1990, especialmente na região Sul de Moçambique, surgiu uma visão diferente de desenvolvimento, que se traduz em iniciativas de planeamento voltadas à valorização do potencial endógeno das regiões. Trata-se de um novo horizonte, em Moçambique, para as políticas de desenvolvimento, em que o objetivo de crescimento económico, necessariamente, se associa à mobilização cívica, à cooperação e ao comprometimento, à valorização das identidades locais, regionais e à inclusão participativa de amplos setores da sociedade.

O vínculo entre desenvolvimento sustentável e protagonismo local significa, antes de tudo, partir da descoberta, do reconhecimento e da valorização das competências locais, isto é, das potencialidades e dos vínculos que podem ser ativados com base em cada território.

Considerando que o “local” não é um dado, e sim uma elaboração, trata-se de um processo de autoinstituição territorial, o que significa fazer das necessidades uma rede, um encontro entre lugar e fluxos, um território. Em outras palavras, são as relações intersubjetivas e comunicacionais que constituem o local, na qualidade de forças instituintes do território. Também, é nesse sentido que o desenvolvimento local é entendido como algo constituído de *baixo para cima*.

A despeito disto, o uso dos recursos naturais disponíveis nas comunidades e no País, em geral, e em grande parte da terra, é dependente da propriedade de terra. Como as comunidades têm apenas o direito de posse no lugar de direito, isso vai dificultar a preservação do meio ambiente.

No passado, nas políticas públicas traçadas, havia grande desvinculação entre o meio ambiente e a economia. Nos processos decisórios sobre tais políticas havia uma ausência de responsabilidade das decisões tomadas. Para Küster (2004, p. 23),

[...] um desenvolvimento sustentável local exige uma modificação dos marcos jurídicos e institucionais, cuja base é constituída pelo direito a um meio ambiente saudável. Além de leis que permitem fazer prevalecer os interesses comuns, considerarem-se necessária possibilidade a participação da sociedade em processos decisórios.

Os críticos realçam também que as formas de vidas cívicas contribuem para assegurar bens de desenvolvimento, como o caso de capital social. Hauff (1989) observou que o uso dos recursos naturais poderia alcançar maior êxito se fosse descentralizada a gestão dos recursos naturais, dos quais dependem as comunidades locais, e se estas comunidades tivessem algo a dizer quanto à utilização desses recursos. Ainda para este autor, há “a necessidade de fomentar iniciativas cidadãs, empoderando organizações emergentes, espontaneamente, e fortalecer a democracia local” (P. 34).

4. O resgate da dimensão comunitária na gestão de recursos naturais em Nhambita

A própria recuperação dos valores, do sentido de pertença, da integração social, comprometimento cidadão e a reconstrução da dimensão ética do desenvolvimento sustentável exigem que o ser humano se torne protagonista do

processo do desenvolvimento local. Este reconhecimento do outro não sucede no anonimato, mas sim na comunidade. Na linha dos aportes de John Friedmann (1992), o *empowerment*, ou a recuperação da cidadania, é essencial para a reconstituição das comunidades, em outros níveis, incorporando e capitalizando as próprias tecnologias hoje desagregadoras.

Na excelente formulação de Milton Santos (2000, p. 43) “o que globaliza separa; é o local que permite a união”. Uma dimensão prática deste processo nos é dada pelo exemplo cotidiano do dilema de solidariedade. Neste contexto, esta rearticulação passa por uma redefinição da cidadania, e em particular por uma definição das instituições para que os espaços participativos coincidam com as instâncias de decisões significativas.

Apesar do grande esforço da comunidade de Nhambita em procurar demonstrar a sua autodeterminação no exercício da cidadania e na gestão participativa dos recursos como forma de alavancar o desenvolvimento local, existe, por detrás, uma articulação da produção local com a estratégia da macroeconomia do País, uma vez que as decisões que afetam a vida da comunidade estão fora do âmbito local. Sendo assim, surge a necessidade de se criar mecanismos de participação onde o local tenha voz na formulação de políticas públicas. Caso contrário, este processo servirá apenas como espaço de legitimação dos fóruns que estabelecem “consensos não negociados”, como é frequente em outros países africanos.

Isso foi considerado como ascensão social, para a comunidade local, que se tornou proprietária de recursos com direito de propriedade bem definida, tendo como forma de estímulo o benefício de 20% resultante do uso dos recursos. Essa foi a forma encontrada para estimular a comunidade na

conservação e preservação dos recursos naturais, no qual direitos de caças foram severamente limitados e garantidos às comunidades locais. Como exemplo, mencionam-se a prática do turismo e a venda dos direitos de caça e produtos dos animais abatidos como forma de obtenção de renda para a comunidade. A percentagem é investida para a construção de infraestrutura como benefício líquido para a comunidade local.

5. Articulações para o desenvolvimento da comunidade local

A comunidade de Nhambita situa-se numa região com um potencial econômico de flora e fauna nativa imensurável, tanto em madeira como em abundância de variedades de espécies produtivas de fruticultura, como manga, mamão, pera e plantas medicinais e ornamentais.

Um dos elementos importantes e essenciais introduzidos na comunidade foi a *transformação social*, ferramenta pela qual a relação de conectividade entre a população, a Organização Não-Governamental, denominada *Envirotrade*⁷, o governo e o setor privado promove a troca de conhecimentos e o fortalecimento da organização produtiva para a autonomia social e econômica da comunidade.

Estudos mostram que o manejo e a gestão das áreas naturais podem estar profundamente ligados à visão de mundo e às práticas culturais e simbólicas das chamadas comunidades locais e não, exclusivamente, a conceitos e práticas científicas, em sua acepção moderna. Logo, como afirma Colchester (1997), nessa parceria, os conservacionistas valorizam os

7 ENVIROTRADE - Organização Não-governamental da União Européia orientada para reflorestamento e sequestro de carbono, que iniciou as suas atividades na comunidade no ano 2000.

aspectos positivos dessas culturas, enfatizam a proteção do mundo natural, por meio de ações que levam à melhoria das condições de vida das comunidades locais. Alguns exemplos nas várias comunidades têm revelado que, quanto a essas comunidades, são as primeiras a se opor aos efeitos devastadores das madeireiras e dos especuladores.

Com a aglutinação das iniciativas locais pelos arranjos institucionais da Agência Alemã de Cooperação – GTZ, da *Envirotrade* e dos governos locais, estadual e federal, a partir de 2000, a comunidade fora estimulada a participar nos processos de tomada de decisão para o desenvolvimento e, também, na geração de renda por meio do ecoturismo, da produção de colméia, criação de viveiros para o reflorestamento e fruticultura. A iniciativa consiste em transformar parte dos membros das comunidades em criadores de abelhas. Uma vez que aqueles insetos são “inimigos” da fumaça, a comunidade faria grandes esforços para eliminar qualquer foco de incêndio para proteger as suas colméias. A estratégia visa conscientizar as comunidades no sentido de combater as queimadas descontroladas, sem esperar a intervenção das estruturas administrativas locais.

Essa mudança de paradigma de gestão agregou novos sistemas de produção, que integrados às atividades tradicionais, contribuíram para mudar o perfil produtivo local, ensejando novos postos de trabalho, agregando rendas aos membros das comunidades. Para isso, nota-se a autoestima dos produtores locais. Admitindo essa realidade, um nativo relatou:

[...] a minha vida mudou com a apicultura e pelo beneficiamento de madeira pela associação de carpintaria. Estou conseguin-

do melhorar não só a minha vida como também a vida de minha família, isso é muito bom, o projeto é muito importante para nós, ele trouxe uma nova oportunidade para o povo de Nhambita.

A forte dependência aos recursos naturais, a estrutura simbólica dessas comunidades, seus sistemas de manejo desenvolvidos ao longo do tempo, muitas vezes, fazem com que possam ser parcerias necessárias aos esforços de conservação do meio ambiente. O grande desafio agora para a comunidade é estabelecer um modelo de desenvolvimento de atividades que integrem a sustentabilidade da produção rural, o beneficiamento, o armazenamento e a comercialização, que requeiram agregar valor para se tornarem competitivas no mercado local e regional.

Por isso, destacam-se na comunidade de Nhambita, os seguintes projetos:

- Associação de carpintaria – beneficia a madeira para quem encontrar na floresta como forma de desestimular o desmatamento;
- fornecimento de colméias para os membros das comunidades, para fortalecer as atividades de apicultura e evitar a queimada descontrolada;
- desenvolvimento sustentável de apicultura e de fruticultura;
- reflorestamento das áreas, em que o membro da comunidade se beneficia de uma taxa de recompensa, em cada ano, de acordo com os hectares trabalhados; e
- proteção e conservação da fauna.

6. Considerações finais

Na gestão de novas interações sociais e políticas, emerge o tema da aprendizagem dos atores locais e institucionais para a gestão compartilhada e socialmente participativa. Mais do que instrumentalizar os agentes, é requerida uma capacitação envolvendo valores, símbolos, atitudes relacionais, capacidades dialógicas e de protagonistas cooperativos. Todo o processo político de desenvolvimento territorial parece complicar-se caso não tenha, como componente intrínseco, a aprendizagem entendida, também como desconstrução-construção de padrões culturais na gestão dos recursos.

O novo paradigma de gerenciamento de um conjunto de dinâmicas sociais e políticas representadas pela perspectiva do desenvolvimento local, integrado e sustentável deve apoiar-se de forma central na participação direta da comunidade. Sua principal forma está em conceber os membros de uma comunidade como sujeitos do próprio destino e dos rumos tomados pela localidade onde vivem; mesmo que, como demonstrado pela pesquisa, a política se caracterize por burocratização e falta de interesse no processo participativo, dando continuidade à mesma atitude dominante e autoritária.

O poder político já não é o único responsável pela elaboração de novas políticas voltadas para o desenvolvimento local. Surge uma outra metodologia para a consecução dos objetivos relacionados com a viabilidade do desenvolvimento sustentável, nas suas diversas facetas, capazes de garantir um presente e um futuro melhor para a atual e futura geração. Mas para a sua implementação, como visto nos resultados, requer uma mudança de postura, de mentalidade, de forma a permitir e estimular a participação da comunidade na supressão de seus próprios dilemas.

Por outro lado, algumas condições objetivas são, também, necessárias, para que a participação da comunidade se possa realizar com êxito. No caso da comunidade de Nhambita, a pesquisa demonstrou que a mudança de paradigma de gestão reuniu novos sistemas de produção, integrou as atividades tradicionais, contribuiu para mudar o perfil produtivo local, ensejando novos postos de trabalhos e agregando rendas aos membros das comunidades.

BIBLIOGRAFIA

BANCO MUNDIAL. **Medio ambiente y desarrollo en América Latina y el Caribe D. C.** 2005.

CAPRA, F. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** Cambridge, Cultrix – Amara-Key, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas e o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** 2. ed. 8. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COLCHESTER, M. **Salvaging Nature: Indigenous peoples and protect Areas In: GHIMIRE, K.; PIMBERT, M. (Orgs.). Social Change and Conservation.** Unrisd/Earthcan, Londre, 1997.

FRANCO A. **Porque precisamos de desenvolvimento integrado e sustentável.** 2. ed. Brasília: Instituto de Política, 2004.

FRIEDMANN, John. **Empowerment: the politics of alternative Development.** Blackwell: Cambridge, 1992.

FRY, Peter. **Moçambique: ensaios.** 2. ed. Rio de Janeiro: UFJR, 2001.

GEFFRAY, C. **A causa das armas: Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique.** Porto: UEM, 1991.

HAÜFF, Volker. **Combinar a democracia representativa**: Desafio do governo local. Grever, 1989.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. **Dados preliminares de Censo-2007**, 13 nov., v. 2, Maputo.

KÜSTER, Ângela. **Democracia e sustentabilidade**: Experiências no Ceará, Nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer; Expressão Gráfica e Editora, 2004.

LUNDIN, B. I. **Projeto 'Autoridade', poder tradicional**: Documento de Pesquisa. Maputo: Universida de Eduardo Mondlane (DDA), 1992.

OLIVEIRA, Irene Dias de. **Identidade negada e o rosto desfigurado do povo africano (Os Tsongas)**. São Paulo: Universidade Católica de Goiás, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

Posfácio

Saúdo o presente trabalho dessa plêiade de jovens e colegas das Ciências Sociais, especialmente da Geografia, reafirmando o que nos diz o imortal poeta baiano Castro Alves: “Oh! Bendito o que semeia / Livros...livros à mão cheia... / E manda o povo pensar! / O livro caindo n’alma / É germe – que faz a palma / É chuva que faz o mar.” Não falemos nas dificuldades de publicar livro nessa terra nordestina, mas tratemos de exaltar o empenho, o entusiasmo de valorizar a produção do pensamento nacional no Ceará, como aqui se expressa sob a coordenação da Dr^a. Zenilde Baima Amora. Visitando as galerias de ideias contidas nos quatorze produtos intelectuais, presentes nessa publicação, podemos comprovar o significado desse livro: revelar a riqueza de temas trabalhados pela Geografia. Ao lado de cada um, expõe-se uma rica biblioteca de obras valiosas produzidas por nossos estudiosos na terra dos bravos vaqueiros e dos intrépidos jangadeiros dos mares bravos e dos intelectuais de nossas academias.

Aqui encontramos temáticas que nos possibilitam conhecer múltiplos processos da natureza e da sociedade, da dinâmica da vida e de sua explicação fenomenológica ou dialética. Dois desses trabalhos revelam a ossatura do território cearense, o que nos facilita compreender a desertificação e as bacias hidrográficas, de significativa importância na ocupação histórica dessas terras nordestinas. A modernidade se insere no estudo do turismo de massa, como a incorporação do litoral, em variados usos e ocupações, agora na trincheira

da doentia avidez da acumulação do capital, em detrimento da gente pobre que vive do mar. Para entender a inclusão desse rincão de beleza ímpar, é lembrada a cartografia histórica, como documento demonstrativo da formação cearense. Na geometria da cidade, o urbano é sentido como palco de lutas por condições humanas mais dignas, como melhor habitação. É nesse sentido que se fala de política públicas urbanas, de onde se produz a periferização, as mudanças de paisagens. Para as bandas dos sertões cearenses ou nas plagas africanas (Moçambique), as decisões do poder público não levam em conta os valores culturais, o espaço construído pelo trabalho social durante a história. Assim se faz com os assentamentos rurais ou urbanos, jogando as famílias em realidades e estruturas desconhecidas, tornando-os desterritorializados em sua própria terra, com efeitos drásticos da vida social. Presentes estão pesquisas sobre o espaço industrial, ao lado da exposição de temas de relevante valor, servindo de guia teórico-metodológico para os estudos do território.

Prof. Dr. Luiz Cruz Lima

